

PAPE | PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE DO TÂMEGA E SOUSA

 / Amarante  / Baião  / Castelo de
Pativa  / Celorico de
Basto  / Cinfães  / Felgueiras  / Lousada  / Marco de
Canaveses  / Paços de
Ferreira  / Penafiel  / Resende




TâmegaSousa
EMPREGABILIDADE


Tâmega e Sousa
Comunidade de Intermunicipal

Vale por Todos, Vale por Si

Entidade responsável: CIM Tâmega e Sousa



Autoria: IESE-Instituto de Estudos Sociais e Económicos

A. Oliveira das Neves; Catarina Pereira, Rui Godinho,

Magda Porta, Ana Simões e Miguel Galante



Dezembro de 2014

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

ÍNDICE

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIACÕES

APRESENTAÇÃO	1
PARTE I. ENQUADRAMENTO E NOTA METODOLÓGICA	3
PARTE II. DINÂMICAS DO EMPREGO NO TÂMEGA E SOUSA	13
PARTE III. A ESTRATÉGIA DO PAPE	113
PARTE IV – PLANO DE AÇÃO	124
CAPÍTULO I. CAPITAL HUMANO	127
CAPÍTULO II. EMPREGO.....	157
CAPÍTULO III. CAPITAL INCLUSIVO	173
ANEXOS	215

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Evolução do total de desemprego registado.....	15
Quadro 2. Evolução do desemprego registado, por género	15
Quadro 3. Evolução do desemprego registado, por duração do desemprego	16
Quadro 4. Evolução do desemprego registado, por situação no desemprego	16
Quadro 5. Motivos da inscrição do Centro de Emprego em Janeiro 2014	17
Quadro 6. Desemprego registado em Janeiro de 2014 por idade	17
Quadro 7. Desemprego registado em Janeiro de 2014 por nível de habilitações	18
Quadro 8. Taxa de colocações/Inscritos, por concelho e género	19
Quadro 9. Taxa de colocação em Janeiro de 2014	20
Quadro 10. Matriz de principais Dimensões-problema/Necessidades/Oportunidades e Potencialidades/Riscos – Capital Humano	129

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Quadro 11. Taxa de abandono escolar (%) por Local de residência (à data dos Censos 2001 e 2011)	131
Quadro 12. Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%), por Localização geográfica	132
Quadro 13. Alunos matriculados no Ensino Secundário em modalidades de educação/formação orientadas para jovens, por município, segundo a modalidade, 2011/2012	135
Quadro 14. Proporção de alunos matriculados no ensino secundário em ofertas qualificantes, por concelho	135
Quadro 15. Resultados Escolares - Taxas de retenção e desistência	136
Quadro 16. Plano de Ação da Dimensão Capital Humano: Abandono e Insucesso escolar no ensino básico e secundário	139
Quadro 17. Indicadores de educação por município, 2012/2013	143
Quadro 18. Alunos inscritos no ensino superior por área de estudo, segundo a NUTS III, 2012/2013	146
Quadro 19. Alunos matriculados no ensino básico em modalidades de educação/formação orientadas para adultos, por município, segundo o nível de ensino ministrado e a modalidade, 2011/2012	147
Quadro 20. Alunos matriculados no ensino secundário em modalidades de educação/formação orientadas para adultos, por município, segundo o nível de ensino ministrado e a modalidade, 2011/2012	148
Quadro 21. Plano de Ação da Dimensão Capital Humano: Qualificação da população ativa residente	152
Quadro 22. Matriz de principais Dimensões-problema/Necessidades/Oportunidades e Potencialidades/Riscos - Emprego	159
Quadro 23. Plano de Ação da Dimensão Emprego: Desemprego e Desemprego jovem	170
Quadro 24. Matriz de principais Dimensões-problema/Necessidades/Oportunidades e Potencialidades/Riscos - Capital Inclusivo	177
Quadro 25. Distribuição dos Departamentos, Serviços e Equipas Comunitárias de adultos nos Hospitais do SNS, por ARS (2012)	180
Quadro 26. Médicas/os por município de residência, segundo a especialidade, 2012	181
Quadro 27. Utentes que Iniciaram Tratamento no Ano (Novos Utentes e Utentes Readmitidos) e Utentes em Tratamento no Ano, segundo a Residência	183
Quadro 28. Plano de Ação da Dimensão Capital Inclusivo: Saúde Mental e Dependências	184
Quadro 29. Plano de Ação da Dimensão Capital Inclusivo: População em risco/Situação de pobreza	190
Quadro 30. População residente	196
Quadro 31. Indicadores demográficos por município (2011)	198
Quadro 32. Plano de Ação da Dimensão Capital Inclusivo: Dinâmica Demográfica	200
Quadro 33. Plano de Ação da Dimensão Capital Inclusivo: Economia social e empreendedorismo social	205

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Quadro 34. Plano de Ação da Dimensão Capital Inclusivo: Violência doméstica e crianças e jovens em risco	210
--	-----

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1. Taxa de abandono escolar (2011)	132
Mapa 2. População com Ensino Superior (2011)	144
Mapa 3. Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município (2011)	163
Mapa 4. Taxa de desemprego (2011)	165
Mapa 5. Taxa de desemprego (CIM, 2012)	165
Mapa 6. Idade média da população residente (2011)	195
Mapa 7. Índice de envelhecimento (2011)	195
Mapa 8. Taxa bruta de natalidade (2012)	197

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIACÕES

ACES	Agrupamentos de Centros de Saúde	ONG	Organizações Não Governamentais
ACT	Autoridade para as Condições do Trabalho	ONGA's	Organização não governamental de ambiente
ADL's	Associação de Desenvolvimento Local	OP	Organizações de Produtores
AIMMP	<i>Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal</i>	OPF	Organizações de Produtores Florestais
ANEFA	Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente	PAPE	Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade
APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	PDS	Plano de Desenvolvimento Social
ARET&S	Agenda Regional para a Empregabilidade Tâmega e Sousa	PEDI	Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Tâmega e Sousa
CIM TS	Comunidade Intermunicipal Tâmega e Sousa	POCH	Plano Operacional Capital Humano
CITE	Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego	POISE	Plano Operacional da Inclusão Social e Emprego
COTF	Centro de Operações e Técnicas Florestais	SCML	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
DGS	Direção- Geral de Saúde		
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento		
FNEDM	Federação Nacional de Entidades de Reabilitação de Doentes Mentais		
Forestis	Associação Florestal de Portugal		
GAL-DLBC	Grupos de Ação Local - Desenvolvimento Local de Base Comunitária		
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional		
IES	Instituições de Ensino Superior		
IESE	Instituto de Estudos Sociais e Económicos		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
ISS	Instituto da Segurança Social, I.P.		
PO Norte	Plano Operacional Regional do Norte		
NEET	Not in Education, Employment, or Training		

APRESENTAÇÃO

O presente Documento corresponde ao Relatório Final do Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade: PAPE: 2014-2020, promovido pela Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e tem como principais objetivos os seguintes:

- Promover um espaço de concertação, negociação e informação e envolvimento com a possibilidade dos diferentes atores e interessados partilharem informação e concertarem as diferentes abordagens, e por outro, uma intervenção centrada na multiplicidade de fatores que interagem e condicionam ou potenciam a empregabilidade.
- Desenvolver processos de concertação à escala supra-municipal, reforçando os mecanismos de articulação, cooperação, concertação e comunicação entre as diferentes entidades e atores dos sistemas de educação e formação e do setor empregador.
- Assegurar intervenções transversais coordenadas nomeadamente, entre outros, nos domínios do combate ao insucesso e abandono escolar, da orientação vocacional, da promoção da formação ao longo da vida, do fomento à colaboração Escola/Entidade Formadora-Empresa, da promoção de uma cultura de empreendedorismo, assim como do suporte à coesão social da sub-região.

O Relatório encontra-se estruturado nas seguintes seções:

- ↳ Parte I: Enquadramento e Nota metodológica, dedicada ao enquadramento do PAPE, tendo em conta o contexto político

administrativo em que se insere, nomeadamente o processo de definição de políticas públicas no horizonte 2014-2020 e respetivos desafios e pressupostos de intervenção dos Pactos Territoriais para a Empregabilidade. Esta seção contém ainda a estratégia metodológica operacionalizada durante a realização do Plano, assim como a esquematização lógica da sua arquitetura.

- ↳ Parte II: Dinâmicas do Emprego no Tâmega e Sousa, dedicada ao diagnóstico aprofundado sobre as dinâmicas de emprego no Tâmega e Sousa, ventiladas pelas fileiras-chave do território. Esta secção irá evidenciar os principais dados de contexto no domínio do emprego, tendo igualmente em conta os resultados das sessões participativas com os representantes das fileiras-chave.
- ↳ Parte III: Estratégia do PAPE, onde se apresenta a filosofia e arquitetura lógica da estratégia do PAPE nas suas três grandes componentes: Capital Humano, Emprego e Capital Inclusivo.
- ↳ Parte IV: Plano de Ação, onde se relacionam elementos de diagnóstico com o aparelho de objetivos e soluções estratégicas a operacionalizar no PAPE. Nesta lógica, em cada um dos domínios de intervenção (Capital Humano, Emprego e Capital Inclusivo) sintetizam-se as principais dimensões problema, alicerçadas em evidências de constrangimentos, para as quais se relacionam os objetivos estratégicos e soluções a incluir no PAPE. Desta forma, o plano ganha do ponto de vista compreensivo, no que respeita às relações entre constrangimentos territoriais e respetivas soluções.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

O Documento termina com um capítulo de Anexos que sistematiza o leque de interlocutores que participaram nos focus-group sectoriais e que contribuíram para a reflexão acerca da evolução desejada, do ponto de vista do emprego e das qualificações, dos setores que representam. A essa informação somam-se alguns dados estatísticos referidos ao longo do Documento e detalhados em anexo.

PARTE I. ENQUADRAMENTO E NOTA METODOLÓGICA

ENQUADRAMENTO

“Os desafios da empregabilidade são complexos”. Como é amplamente conhecido, a empregabilidade constitui importante matéria nas agendas de governo dos países membros da União Europeia, assim como objeto desafiante na definição de políticas e estratégias públicas.

Embora estas estivessem, num primeiro momento, relacionadas com as competências que o indivíduo deve ter para exercer uma profissão e, consequentemente, com o grau de ajustamento das suas qualificações às necessidades e oportunidades do mercado de trabalho, com o eclodir da crise dos mercados financeiros que tiveram consequências no funcionamento e estabilidade económica (induzindo fenómenos como a deslocalização das empresas e a precariedade do trabalho), outros fatores adicionais começam a ser perspetivados. Por esta via entrecruzam-se vários outros fatores tais como, a título de exemplo, a adequação das ofertas de ensino e formação face às necessidades do tecido económico, as escolhas vocacionais, ou a capacidade de adaptação à mudança em contexto de rápidas alterações.

À semelhança do que acontece a nível internacional, no plano nacional a problemática da empregabilidade tem vindo a ser integrada nas principais políticas e documentos orientadores das políticas públicas. Ainda na vigência do período de programação 2007-2013, a empregabilidade e os seus fatores estavam contidos como elementos de programação em instrumentos como o Programa Nacional para o Crescimento e Emprego (PNACE), no Plano Nacional para o Emprego (PNE), no Plano Tecnológico para a Educação, na Iniciativa Novas Oportunidades, no Plano Nacional para

a Inclusão (PNAI), entre outros. Com a consolidação destes referenciais, as preocupações com as questões relacionadas com a empregabilidade transferem-se para a esfera regional, nomeadamente Programas Operacionais Regionais e iniciativas como os Pactos Territoriais para o Emprego, as Redes Regionais para o Emprego e os Planos de Desenvolvimento Social de diversas Redes Sociais, entre as quais a CIM Tâmega e Sousa tem vindo a assumir um papel relativamente pioneiro. Sobre esta última estrutura de parceria, o PAPE deve valorizar a sua prática de trabalho já consolidada no âmbito da Agenda da Empregabilidade, assim como o objetivo de majorar este fórum para a definição de um Plano de Desenvolvimento Social Supra Concelhio.

A questão da empregabilidade adquire, assim, uma importância primordial no atual quadro socioeconómico do Norte de Portugal. De uma Região com elevados níveis de emprego durante várias décadas, o Norte sofreu desde 2001 um crescimento acentuado do desemprego. Em paralelo, o seu tecido económico tem sido sujeito a profundas mutações estruturais e tecnológicas, agravadas nos últimos tempos por uma avassaladora crise económica com repercussões dramáticas no mercado de emprego.

De acordo com o Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade no Norte de Portugal (Agenda Regional para a Empregabilidade), alertava-se sobretudo para uma taxa de empregabilidade na região norte inferior à do Continente.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Atualmente, a questão da empregabilidade não aparece apenas associada tanto à análise do sistema de educação e formação como à do mercado de trabalho, mas também importantemente centrada em duas condições de suporte que residem nos fatores de inclusão social e na aprendizagem ao longo da vida. A este propósito, convém ainda notar que um dos lemas do Norte 2020 é o caminho para uma região +inteligente/+sustentável/+inclusiva.

Em suma, a empregabilidade deve ser problematizada no conjunto dos fatores estruturantes e de suporte (cf, esquema seguinte), posicionamento este que se encontra refletido ao longo do PAPE e das suas diferentes áreas de intervenção.



Ora, no contexto atual e futuro (2014-2020), passam a existir novos domínios de atuação que relacionam os apoios à Empregabilidade com a Inclusão (especialmente de jovens em situação vulnerável)¹.

Também a “Agenda para Novas Competências e Empregos”, realça a necessidade de melhorar as competências e impulsionar a empregabilidade da população ativa perante um mercado de trabalho exigente e instável.

Neste sentido, facilitar o acesso a oportunidades de ALV e à orientação profissional é um dos grandes desafios que se coloca à Europa e a cada um dos seus Estados-membros numa conjuntura prolongada em que crise económica atual, o agravamento do desemprego e do risco de exclusão social e o envelhecimento da população, vieram evidenciar a importância da educação de adultos no âmbito dos processos de aprendizagem ao longo da vida.

O esforço de convergência que Portugal terá que fazer será, por isso, sempre particularmente exigente em educação e formação de adultos e forçosamente persistente no combate às baixas qualificações. Não pretendendo exaustividade, convém registar ainda que o Programa Nacional de Reformas (PNR) Portugal 2020 (março de 2011) reconhece a necessidade de reforçar a formação escolar e de dupla certificação dirigida à população adulta e de elevar a sua taxa de participação em atividades de aprendizagem ao longo da vida, de modo a atingir a meta europeia dos

¹ Um deles é nomeadamente operacionalizado através do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2009-2014, no âmbito dos European Economic Area Grants, onde a Noruega, a Islândia e o Lichtensteine, na qualidade de Estados doadores, financiam, em 16 Estados Membros da União Europeia (onde se inclui Portugal), iniciativas e projetos em diversas áreas programáticas, do qual o novo domínio de atuação se chama, justamente, Cidadania Ativa - Apoio à Empregabilidade e Inclusão dos Jovens.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

15%. Em 2010, apenas 5,8% dos adultos em Portugal participavam em atividades de educação e formação, um valor ainda muito afastado do objetivo de convergência com a média da UE27. Já no Ponto de Situação sobre os Objetivos do PNR (Abril de 2012), mantém-se a aposta em reduzir as taxas de abandono escolar precoce e em melhorar os níveis de educação e formação da população portuguesa, em particular reforçando a trajetória favorável que se tem vindo a registar na percentagem de população dos 30-34 anos com ensino superior (ou equiparado, incluindo o nível 5 do EQF). Pretende-se, no entanto, atingir a meta europeia de, pelo menos, 40% da população na faixa etária dos 30-34 anos com ensino superior ou equivalente.

Pactos Territoriais para a Empregabilidade no contexto da definição de políticas públicas no horizonte 2014-2020

A situação económica atual, marcada pela quebra da atividade económica e do investimento privado, pelo aumento dos níveis de desemprego e pelos maiores riscos de exclusão social (a qual tem sido acompanhada de fortes estrangulamentos orçamentais das entidades públicas com uma contração do seu investimento e pelo recuo das funções do estado), representa um enorme desafio na definição de um quadro de referência para a implementação das políticas públicas, exigindo focalização e concentração dos recursos disponíveis e orientação para os resultados.

Neste contexto, a Região Norte e nomeadamente a sub-região do Tâmega e Sousa depara-se com a necessidade de encontrar um modelo integrado

de intervenção no domínio da inclusão social e do emprego, no horizonte 2014-2020, inovador e capaz de dar resposta aos ambiciosos desafios que o território enfrenta. De facto, a densidade dos problemas enquadrados pelo conceito de Empregabilidade tem motivado particular atenção na Região Norte, no quadro de uma interpretação enriquecida da parte de um conjunto vasto de entidades com atribuições e competências, sobretudo, nas esferas da educação e formação, do emprego, da economia e também, nesta nova versão, da inclusão social.

Neste enquadramento, importa destacar o papel desempenhado pelo Eixo da Governança/Capacitação Institucional do PO Norte 2007-2013² que fixou o objetivo de capacitar o nível intermunicipal para intervir no domínio da empregabilidade, enquanto instrumento decisivo para melhorar o ajustamento entre a oferta de qualificações e as necessidades e oportunidades específicas e distintivas de cada mercado de trabalho e de cada território da Região do Norte. Essa capacitação envolve as seguintes vertentes:

- Promoção de redes territoriais para a empregabilidade, onde, através do desenvolvimento de processos de concertação à escala supramunicipal participados pelos principais atores representativos do território em questão (órgãos de governação regional e local, da formação, educação e emprego, do tecido económico e do sistema

² Neste sentido, convém fazer nota do trabalho pioneiro já desenvolvido no âmbito Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade do Tâmega e Sousa inserido na Agenda regional para a empregabilidade do Norte de Portugal, nomeadamente em sede de preparação do Quadro de Referência Estratégica Nacional (2007-2013).

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

de ciência e tecnologia, etc.), se pretende definir, implementar e monitorizar Pactos Territoriais para a Empregabilidade.

- Desenvolvimento e monitorização de um conjunto integrado de projetos e ações que contribuam para melhorar a adequação entre a oferta de ensino e formação e as necessidades, oportunidades e riscos efetivos que emergem do Diagnóstico prospetivo do respetivo mercado de emprego.

O Diagnóstico Prospetivo da Região Norte 2014-2020 enfatiza a ideia segundo a qual “ao nível dos territórios, a promoção da empregabilidade requer um processo de concertação, que deve ser participado pelos principais atores representativos, designadamente órgãos de governação regional e local da formação da educação e do emprego, do tecido económico e do sistema de ciência e tecnologia e deve dar origem a planos de ação para a promoção da empregabilidade em cada espaço sub-regional. As medidas a incluir nestes planos devem estar em linha com os objetivos prioritários das políticas nacionais para estas áreas (...)”.

Justamente, no contexto territorial de atuação da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, a concretização deste perfil de abordagem e de trabalho tem vindo a ser desenvolvida no âmbito do Pacto Territorial para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa.

De acordo com os Termos de Referência do Procedimento de Consulta da CIM-TS, o Pacto Territorial para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa tem por finalidade promover um conjunto integrado de ações tendentes à prossecução das seguintes Prioridades Estratégicas:

- ↳ Promover a empregabilidade nos principais clusters regionais consolidados ou emergentes do Tâmega e Sousa, abrangendo as

fileiras chave das agroindústrias (nomeadamente do vinho), do design e da moda (através dos sectores tais como calçado, o vestuário, o têxtil, o mobiliário e valorização da pedra), do comércio, da construção civil, do turismo e do património cultural.

- ↳ Reforçar os mecanismos de articulação, de concertação e de comunicação entre diferentes instituições que atuam no Tâmega e Sousa, incentivando a colaboração ativa de um alargado leque de atores representativos dos sistemas de educação, de formação, do setor empresarial e dos municípios, no sentido de assegurar intervenções transversais mais estratégicas e coordenadas sobre aquele território, em particular, nos domínios do combate ao insucesso e abandono escolar, da orientação vocacional, da promoção da formação ao longo da vida e do fomento à colaboração Escola-Empresa. Os principais objetivos específicos desta Prioridade estratégica são os seguintes:

- Desenvolvimento das ações transversais de planeamento, concertação e monitorização do Pacto Territorial para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa;
- Desenvolvimento das ações âncora de dinamização, informação e orientação do Pacto Territorial para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa.

A integração nos dispositivos de programação regional em curso (e, sequentemente, nos instrumentos de financiamento, os quais apresentam a vantagem de uma maior integração indicativa entre FEDER e FSE e entre estes Fundos da Coesão e outros Fundos Estruturais, como o FEADER e o FEAMP), conferem ao Pacto Territorial para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa e ao seu Plano de Ação de Médio Prazo um respaldo,

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

simultaneamente, interessante e desafiante para ancorar novas respostas de concertação territorial à problemática da empregabilidade do Tâmega e Sousa.

Trata-se de um tecido de atores institucionais que abrange organismos desconcentrados da Administração Pública, órgãos de governação regional e local, associações empresariais regionais e setoriais, associações de desenvolvimento local que, em conjunto, assumiram a relevância e a pertinência de intervenções estratégicas e operacionais focadas em territórios-alvo, subordinadas à mobilização em rede, com expressão na concertação territorial de recursos, interesses e formas de atuação.

No contexto nacional, o Acordo de Parceria, com base na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio, que definiu os pressupostos do Acordo de Parceria a negociar entre o Estado Português e a Comissão Europeia, constitui o quadro de referência para a implementação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

Convém ainda referir que nos termos do Acordo de Parceria poderão ser desenvolvidos Pactos Territoriais para a Empregabilidade, para a prossecução de uma melhor adequação da resposta ao nível das medidas ativas de emprego e formação profissional, sendo que estes pactos deverão ser tidos particularmente em consideração no conjunto de intervenções cofinanciadas nesta temática. Os Pactos deverão apresentar programas integrados de combate ao desemprego e de adequação da formação profissional às necessidades do tecido produtivo (com ganhos de eficiência na elaboração de levantamentos de necessidades sub-regionais) e no acompanhamento da execução destas políticas, bem como estimativas de alocação de recursos.

Neste sentido, os Pacto Territoriais para a Empregabilidade, deverão assumir-se como programas integrados de combate ao desemprego, de promoção do emprego e de adequação das ofertas educativas e formativas às necessidades do tecido produtivo, devendo ser operacionalizados através de Programas de Ação para o Emprego e a Empregabilidade conjugando um conjunto de medidas/ações³.

Importância instrumental do PAPE nos Compromissos de Portugal 2020 (Sinergias entre o PAPE e as Prioridades Estratégicas Europa 2020)

Os instrumentos fundamentais que dão corpo à política de coesão para o período 2014-2020 e que balizam a programação nacional e regional⁴, reforçam a importância da dimensão estratégica das intervenções a apoiar e procuram assegurar uma orientação preferencial do investimento para objetivos relacionados com a inclusão social e o emprego e, conseqüentemente, com as áreas estratégicas do próprio PAPE.

De acordo com o inscrito nos documentos de programação estrutural das políticas públicas no período 2014-2020⁵, destacam-se alguns desafios que

³ Face à perspetiva de inclusão ativa que o PAPE deseja promover, a sua dimensão de Capital Inclusivo irá debruçar-se sobre algumas matérias que se prendem com outra prioridade europeia e nacional: a inclusão social.

⁴ Estratégia Europa 2020 - Estratégia Europeia para o Crescimento; Quadro Estratégico Comum 2014-2020 apresentado pela CE em Março de 2012 e que serviu de base às autoridades nacionais e regionais para a redação dos seus «Contratos de Parceria» com a Comissão, em que se comprometem a alcançar os objetivos europeus de crescimento e emprego para 2020; o pacote legislativo sobre a política de coesão 2014-2020.

⁵ Acordo de Parceria 2014-2020; Proposta de Plano Operacional de Inclusão Social e Emprego; Programa Nacional de Reformas 2020.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

presidem à estratégia europeia e portuguesa e que devem ser refletidas na construção do PAPE.

A problemática da inclusão social e do emprego na Região do Tâmega e Sousa e a Estratégia definida no horizonte 2014-2020 deve ser enquadrada nos principais instrumentos de política comunitária, nacional e regional, os quais integram um conjunto de orientações e princípios, assim como constituem uma importante fonte de financiamento para alavancar investimento essencial para a promoção da empregabilidade e da inclusão ativa.

Entre as principais orientações comunitárias para este período de programação destaca-se: (i) definição de um conjunto restrito de objetivos temáticos e prioridades de investimento comuns focados nas prioridades da Estratégia Europa 2020; (ii) focalização nos resultados, que pressupõe o reforço da programação estratégica em função dos objetivos e resultados que se pretendem atingir com as intervenções cofinanciadas; (iii) promoção das abordagens e da programação integradas, através do incentivo às abordagens e iniciativas integradas de desenvolvimento às várias escalas territoriais, promovidas por parcerias;

Tendo em conta o conjunto de elementos sintetizados acima, é importante realçar que o essencial da reorientação do quadro de referência destes exercícios encontra-se perfeitamente alinhado com as orientações estratégicas da política de coesão estabelecidas no horizonte 2014-2020.

Este facto macro-estrutural constitui uma condição crucial para as funcionalidades que devem ser atribuídas à “nova geração” do PAPE. Ou seja, deve ser um instrumento de referência no que respeita a diversos níveis de funções que devam transmitir maior relevância político-administrativa ao

mesmo. Desta forma, no contexto contemporâneo, ganham maior pertinência, as seguintes características e funcionalidades, a assumir pelo PAPE:

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Funcionalidades político-administrativas	Funcionalidades internas
<ul style="list-style-type: none">• Serve de instrumento de suporte a utilizar na definição de prioridades estratégicas para os diversos atores e estruturas de parceria dos territórios• Identifica os problemas e os projetos, ações, atividades que dão resposta aos problemas prioritários do território;• É coerente com as estratégias definidas no PEDI;• Assume a função de sistema de informação de apoio à definição de políticas sociais e respetivas prioridades estratégicas e interligado ao quadro de referência dos compromissos nacionais em matéria de coesão social (articulação entre o Referencial de Coesão Social e o PO ISE, assim como outros instrumentos de financiamento consagrados à estratégia Portugal 2020).• Serve de suporte à função de monitorização estratégica, a partir da criação de indicadores específicos de monitorização.• Serve de quadro de referência para os PDS das Redes Sociais e outros documentos de planeamento territorial.	<ul style="list-style-type: none">• É criado no base num processo participado e iterativo• Permite a função de monitorização do cumprimento das metas / baselines, dos principais objetivos dos principais instrumentos de política de coesão em vigor• Assume uma estrutura compreensiva e com base em modelos lógicos• Define metas (ou mesmo baselines), preferencialmente orientadas para referenciais estratégicos (EE2020);• Mostra evidência de consulta das partes interessadas;• Define recursos associados às Ações;• Aloca responsabilidades e identifica os atores associados à operacionalização das diversas fases;• Define indicadores (de realização, resultado e eventualmente impacto) e fontes de informação;• Tem prazos claros e estratégias de implementação;• É passível de ser monitorizado, avaliado e ajustado.

a mobilizar, tendo em conta o mapeamento de candidaturas que podem ser realizadas pelo sistema de atores a estes instrumentos de financiamento.

Em síntese, o PAPE assume-se como um instrumento dotado de total sincronia com os instrumentos FEEI do ponto de vista dos tipologias de ação

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

NOTA METODOLÓGICA

A estratégia metodológica delineada no âmbito da elaboração do PAPE teve como pilar estruturante a preocupação de assegurar o princípio da participação dos *stakeholders* mais relevantes na execução das políticas públicas do território. Importa fazer notar que a concretização desse princípio beneficiou, em grande medida, da organização funcional em grupos de trabalhos da Agenda para a Empregabilidade, que possibilitou a mobilização eficaz de mais de três centenas de interlocutores.

Para esse efeito, o trabalho de Apoio à Elaboração do Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade combinou um conjunto integrado de técnicas de recolha, tratamento e análise de informação, a par de momentos de envolvimento focados numa dimensão mais consultiva, de validação e aprendizagem coletiva, que incluíram a realização de um Fórum comunitário com representantes dos sectores e entidades chave do território, Workshops (em modelo de Grupo Nominal) e Retiros Sociais (na prática, trataram-se de workshops, assim designados por se dirigirem aos atores com intervenção na concretização das políticas sociais) e Focus group setoriais, sobre cada fileira-chave da atividade económica do Tâmega e Sousa.

A opção por uma abordagem marcadamente participativa procurou concretizar as seguintes funcionalidades:

1. Clarificar o âmbito de abrangência do PAPE no que respeita às dimensões-problema a privilegiar;

2. Pôr em confronto diferentes visões acerca das oportunidades e recursos existentes em matéria de promoção da empregabilidade;
3. Construir participadamente o esboço das soluções estratégicas para a resposta às dimensões-problema e
4. Estimular a aprendizagem coletiva entre os atores e a reflexão sobre as melhores soluções para os problemas priorizados.

O esquema seguinte ilustra as etapas de envolvimento dos atores-chave na construção do PAPE, descrevendo os principais objetivos e perfil de participantes.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Figura 1. Estratégia de envolvimento dos atores-chave

MÉTODOS DE RECOLHA E ENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO/CONSULTIVO	OBJETIVOS	PRINCIPAIS INTERVENIENTES
Reuniões/ entrevistas	<ul style="list-style-type: none"> Recolher elementos para a definição de uma visão para o Tâmega e Sousa numa perspectiva de longo prazo; Recolher elementos de caracterização e diagnóstico dos concelhos da CIM; Recolher a visão dos atores acerca dos domínios de intervenção prioritários até 2020. 	Presidentes e técnicos das 11 Câmaras Municipais da CIMT&S, (no âmbito dos trabalhos de preparação do PEDI)
Entrevistas	<ul style="list-style-type: none"> Recolher elementos de caracterização das estratégias de planeamento e organização da oferta formativa regional; Recolher elementos de caracterização dos mecanismos de articulação da oferta formativa entre os vários operadores de educação e formação da região; Caracterizar as dinâmicas da oferta/ modalidades de educação e formação mais procuradas na região; Caracterizar as dinâmicas de apropriação das medidas ativas de emprego. 	Delegado Regional do do IIEFP Representante da DGEsTE
Fórum Comunitário	<ul style="list-style-type: none"> Envolver as pessoas chave da comunidade local, o Comité de Pilotagem e os Grupos de Trabalho criados no âmbito do Pacto de Empregabilidade; Caraterizar o perfil de informação disponível para suportar a componente de Diagnóstico do território; Recolher a visão dos atores acerca das principais dinâmicas de caracterização do perfil de capital humano, do emprego e do capital inclusivo da sub-região; Apreciar as expectativas dos atores relativamente ao âmbito de abrangência do PAPE. 	Conselho Empresarial Representantes do Turismo e Património Cultural Representantes da Agricultura e Agroindústrias Presidentes de CLAS, Núcleo Executivo e técnicas das Redes Sociais; Representantes de IPSS's, CLDS's e GIP's; Representantes de Escolas, Entidades de Formação e CQEP's;
Retiros Sociais	<ul style="list-style-type: none"> Brainstorming participativo para a definição das áreas prioritárias de intervenção das Redes Sociais; Estimular a aprendizagem coletiva inter-Redes e clarificação dos diversos posicionamentos perante as mesmas dimensões-problema de intervenção nos diferentes contextos territoriais (<i>context dependency</i>); Estimular a aprendizagem coletiva e a reflexão sobre as melhores soluções para os problemas priorizados; Promover uma reflexão participativa e autoavaliação das necessidades de desenvolvimento de competências técnicas para a qualificação da intervenção das Redes Sociais. 	Grupo de Trabalho das Redes Sociais
Workshops Temáticos	<ul style="list-style-type: none"> Clarificar o âmbito de abrangência do PAPE no que respeita às Dimensões-problema a privilegiar (priorização); Discutir Soluções estratégicas para a resposta às Dimensões-problema (exercício de seletividade com base em critérios pré-definidos). 	Grupo da Educação e Formação; Redes Sociais, IPSS's, GIP's; Agricultura e Desenvolvimento Rural/Floresta Turismo
Focus Group setoriais	<ul style="list-style-type: none"> Recolher elementos capazes de suportar a estratégia de promoção da empregabilidade nas fileiras chave do Tâmega e Sousa 	Associações empresariais, Empresas, Escolas Profissionais, Centros de Formação e representantes das autarquias

PARTE II. DINÂMICAS DO EMPREGO NO TÂMEGA E SOUSA

ELEMENTOS DE DIAGNÓSTICO

No sentido do diagnóstico aprofundado sobre as dinâmicas de emprego no Tâmega e Sousa, esta secção irá evidenciar os principais dados de contexto no domínio do emprego e desemprego, nomeadamente a caracterização segmentada dos perfis registados na região.

Dinâmica e Perfil do Desemprego na região do Tâmega e Sousa

No que respeita à evolução do total de desemprego registado na região, os quadros seguintes ilustram as principais tendências registadas entre janeiro de 2013 e 2014 e revelam a estabilização do fenómeno na região Norte e proporcionalmente na região Tâmega e Sousa, embora com um ligeiro abrandamento (com menos 203 casos em 2014) (cf. Quadro seguinte).

Quadro 1. Evolução do total de desemprego registado

	janeiro de 2013	janeiro de 2014	Varição
Norte	304100	296816	-7284
Tâmega e Sousa	37 262	37059	- 203
Tâmega/Norte	12,3	12,5	

Fonte: Estatísticas mensais por concelho do IEFP.

Analisando o perfil de género da população desempregada, constata-se que o desemprego registado na região é equilibrado, embora com uma maior incidência do desemprego feminino, cuja variação no último ano é de

1,4 pontos percentuais. Ao invés, o desemprego masculino baixou ligeiramente, embora de forma pouco expressiva. Esta tendência pode dever-se aos casos de desemprego registados no sector têxtil, predominantemente feminino.

Quadro 2. Evolução do desemprego registado, por género

	janeiro de 2013			janeiro de 2014			Varição	
	Desemprego masculino	Desemprego feminino	Total	Desemprego masculino	Desemprego feminino	Total	Desemprego masculino	Desemprego feminino
Norte	48,1	51,9	304100	47,8	52,2	296816	- 0,3	0,3
Tâmega e Sousa	49,4	50,6	37262	48,0	52,0	37059	-1,4	1,4

Fonte: Estatísticas mensais por concelho do IEFP.

Ainda no quadro do aprofundamento do perfil de desemprego registado na região, constata-se uma tendência crescente na duração do mesmo que acompanha a dinâmica de toda a região Norte (mas com maior expressão), revelando uma variação de 4,7 pontos percentuais no desemprego de duração superior a 1 ano (longa duração) (cf. Quadro 3).

Este fenómeno regista ainda maior incidência nos casos em que a situação de desemprego se reporta ao primeiro emprego. Este dado é crucial na abordagem do PAPE e das linhas estratégicas que pretendem um maior ajustamento das ofertas e modalidades de educação/formação de jovens com carácter profissionalizante (cf. Quadro 4). Neste caso, a região Tâmega e Sousa regista maior dificuldade do que na região Norte, com uma variação de 2,3 pp no que toca ao desemprego relacionado com o 1.º emprego. Ao invés, a variação mostra que nos casos de novos empregos, o

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

desemprego regista uma descida de igual expressão, não obstante este traduzir a grande fatia dos desempregados.

Quadro 3. Evolução do desemprego registado, por duração do desemprego

	janeiro de 2013			janeiro de 2014			Variação	
	<1 Ano	1 Ano e +	Total	<1 Ano	1 Ano e +	Total	<1 Ano	1 Ano e +
Norte	52,3	47,7	304100	48,0	52,0	296816	-4,3	4,3
Tâmega e Sousa	51,6	48,4	37262	46,9	53,1	37059	-4,7	4,7

Fonte: Estatísticas mensais por concelho do IEFP.

Quadro 4. Evolução do desemprego registado, por situação no desemprego

	janeiro de 2013			janeiro de 2014			Variação	
	1º Emprego	Novo Emprego	Total	1º Emprego	Novo Emprego	Total	1º Emprego	Novo Emprego
Norte	9,5	90,5	304100	11,6	88,4	296816	2,1	-2,1
Tâmega e Sousa	11,2	88,8	37262	13,5	86,5	37059	2,3	-2,3

Fonte: Estatísticas mensais por concelho do IEFP.

Analisando o conjunto de motivos de inscrição nos Centros de Emprego, em janeiro de 2014, por parte dos desempregados dos diversos concelhos que compõem a sub-região, constata-se uma tendência genérica para o término de contratos a termo (mais expressivo nos concelhos de Amarante, Cinfães, Marco de Canaveses e Penafiel). Logo a seguir encontram-se os despedimentos, que perfazem 21,3% dos motivos globais, valor que se apresenta superior ao registado na região Norte e bem acima dos 13,1% do Continente. Este dado particular merece uma atenção especial e pode encontrar razão na forte industrialização do território. De acordo com o

Quadro 5, são os concelhos de Paços de Ferreira, Lousada e Felgueiras onde esta situação mais ocorre.

Ainda na caracterização global do desemprego, constata-se que o mesmo se regista principalmente na faixa 35 - 54 Anos (46,2 % dos casos) e nas idades superiores aos 55 anos (aproximadamente 20% dos casos), o que acompanha a dinâmica da Região Norte. Contudo, de notar a preocupante evidência do desemprego jovem com menos de 25 anos que ultrapassa os 15% dos casos e cuja expressão regista um peso maior do que a região Norte, que se situa nos 13,9%, bem como do total do Continente. Esta dimensão merece uma preocupação acrescida no PAPE.

Analisando as tendências concelhias, a maior expressão acompanha a dimensão dos centros urbanos, situando-se mais expressivamente nos concelhos do Sousa (embora Amarante registre o 4.º maior número de desempregados da sub-região). Penafiel regista o maior número de casos registados⁶ (cf. Quadro 6.).

⁶ Este dado pode significar que as estatísticas disponíveis se encontram por defeito, influenciadas pela localização do Centro de Emprego em Penafiel. Neste particular, pode induzir-se um maior número de desempregados que não foram registados nas estatísticas do IEFP e que pertencem a outros concelhos.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Quadro 5. Motivos da inscrição do Centro de Emprego em Janeiro 2014

Concelho	Motivos de Inscrição							Total
	Ex-Inativos	Despedido	Despediu-se	Despedim. mút. acordo	Fim trab. não permanente	Trabalh. conta própria	Outros motivos	
AMARANTE	72	59	5	7	128	2	100	373
BAIÃO	28	19	3	2	37	2	44	135
CASTELO DE PAIVA	31	12	5	5	31	3	16	103
CELORICO DE BASTO	17	33	4	3	40	1	61	160
CINFÃES	42	19	10	0	100	2	58	231
FELGUEIRAS	43	102	11	5	67	1	104	333
LOUSADA	57	122	13	12	99	6	45	354
MARCO DE CANAVESES	89	75	15	12	150	3	89	433
PAÇOS DE FERREIRA	81	153	23	7	88	6	88	446
PENAFIEL	75	66	30	31	172	17	109	500
RESENDE	13	2	0	0	16	0	11	42
Tâmega e Sousa	548	662	119	84	928	43	725	3 110
%	17,6	21,3	3,8	2,7	29,8	1,4	23,3	100,0
Norte	3 711	3 947	1 009	926	7 555	512	7 113	24 799
%	15,0	15,9	4,1	3,7	30,5	2,1	28,7	100,0
Continente	9 273	9 178	2 650	2 581	26 297	1 497	18 796	70 326
%	13,2	13,1	3,8	3,7	37,4	2,1	26,7	100,0

Fonte: Estatísticas mensais por concelho do IEFP.

Notas: *Ex-inativos* - Inclui situações como o fim de indisponibilidade prolongada para o emprego, ex-domésticas e reformados. *Outros* - Inclui reinscrições por falta à conv/controlo, fim do serviço militar, ex-emigrantes e beneficiários de prestações de desemprego no espaço europeu.

Quadro 6. Desemprego registado em Janeiro de 2014 por idade

Concelho	Desemprego jovem: < 25 Anos	25 - 34 Anos	35 - 54 Anos	55 Anos e +	Total
BAIÃO	349	435	984	364	2 132
CASTELO DE PAIVA	209	216	597	237	1 259
CELORICO DE BASTO	299	378	788	284	1 749
CINFÃES	360	434	1 127	465	2 386
FELGUEIRAS	402	520	1 129	721	2 772
LOUSADA	531	678	1 642	808	3 659
MARCO DE CANAVESES	906	1 073	2 569	869	5 417
PAÇOS DE FERREIRA	814	904	2 784	1 126	5 628
PENAFIEL	1 008	1 232	2 814	1 164	6 218
RESENDE	200	216	492	142	1 050
Tâmega e Sousa	5 791	6 999	17 111	7 158	37 059
%	15,6	18,9	46,2	19,3	100,0
Norte	41 274	59 401	137 280	58 861	296 816
%	13,9	20,0	46,3	19,8	100,0
Continente	87 989	142 664	312 322	126 693	669 668
%	13,1	21,3	46,6	18,9	100,0

Fonte: Estatísticas mensais por concelho do IEFP.

O perfil de desemprego registado na sub-região traduz igualmente um perfil ao nível das habilitações escolares. A este propósito, a situação registada no Tâmega e Sousa difere das dinâmicas do Continente e da região Norte, em especial pelo peso elevado dos desempregados com o 1.º ciclo do Ensino Básico, cujo peso supera os 30%, comparativamente aos 21% registados no Continente e 25,2% na região Norte. Outro elemento singular reside no peso dos desempregados com menos do 1.ciclo do Ensino Básico

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

e que perfazem 6,4% do total de desempregados na região (peso mais elevado do que o registado no Continente e Norte).

Está-se, neste sentido, perante um perfil de desempregados menos qualificado (ilustrado pelo menor peso dos desempregados com ensino secundário e superior na região, em comparação com o Continente e região Norte). Esta situação apresenta alguma delicadeza ao nível da empregabilidade, no sentido em que constituem públicos de menor capacidade de adaptação e menor abertura à aprendizagem ao longo da vida/reconversão profissional e, portanto, mais fragilizados, face aos fatores de empregabilidade (cf., Quadro 7).

Quadro 7. Desemprego registado em Janeiro de 2014 por nível de habilitações

	< 1º Ciclo EB	1º Ciclo EB	2º Ciclo EB	3º Ciclo EB	Secundário	Superior	Total
AMARANTE	320	1 416	611	830	1 009	603	4 789
BAIÃO	184	677	326	429	393	123	2 132
CASTELO DE PAIVA	59	287	376	210	241	86	1 259
CELORICO DE BASTO	85	491	289	377	355	152	1 749
CINFÃES	166	785	519	380	408	128	2 386
FELGUEIRAS	137	970	297	429	536	403	2 772
LOUSADA	258	1 273	606	607	551	364	3 659
MARCO DE CANAVESES	366	1 535	989	1 110	969	448	5 417
PAÇOS DE FERREIRA	345	2 158	1 167	825	743	390	5 628
PENAFIEL	351	1 789	1 048	1 204	1 303	523	6 218
RESENDE	92	303	187	184	199	85	1 050
Tâmega e Sousa	2 363	11 684	6 415	6 585	6 707	3 305	37 059
%	6,4	31,5	17,3	17,8	18,1	8,9	100,0
Norte	14 305	74 782	50 229	56 347	63 378	37 775	296 816
%	4,8	25,2	16,9	19,0	21,4	12,7	100,0
Continente	35 962	140 552	105 647	135 853	159 746	91 908	669 668
%	5,4	21,0	15,8	20,3	23,9	13,7	100,0

Fonte: Estatísticas mensais por concelho do IEFP.

Dinâmicas e potencialidades de emprego no Tâmega e Sousa

Na seção anterior elaborou-se uma caracterização sintética dos principais perfis de desempregados da região Tâmega e Sousa, tendo em conta um conjunto de atributos chave que necessitam de soluções estratégicas no

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

quadro das dinâmicas e potencialidades de emprego e do perfil do tecido económico da região. Nesta lógica, é importante traçar o quadro global dessa dinâmica de atividade, no sentido de estruturar medidas de ajustamento. Com efeito, torna-se importante analisar as principais tendências do mercado de emprego, nomeadamente no que respeita às dinâmicas da taxa de colocação de desempregados, a evolução do perfil do emprego por profissão (entre 2001 e 2011), assim como a evolução da criação de empresas por atividade económica e concelho.

Dinâmicas da taxa de colocação de desempregados

No início de 2014, o Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP) registava uma taxa de colocação no Tâmega e Sousa de 9,3, valor abaixo da taxa de colocação de toda a região Norte, que se situou nos 12,6. Este perfil de colocação é sobretudo feminino, tendo a taxa de colocação de mulheres triplicado face à taxa de colocações masculinas: no Tâmega e Sousa, a taxa média de colocações de desempregados do sexo feminino é de 14,3 e de 5,5 no caso dos desempregados do sexo masculino.

Embora o balanço entre desempregados inscritos e ofertas seja desequilibrado na região, a taxa de colocação pelo serviço público de emprego no início de 2014 regista apenas valores consideráveis nos concelhos de Lousada, Felgueiras e Celorico de Basto. Os restantes concelhos revelam taxas de colocação menores ou iguais a 10%. Entre os casos menos positivos, destacam-se Marco de Canaveses, Baião e Cinfães como os concelhos com menor taxa de colocação (cf., Quadro seguinte).

Quadro 8. Taxa de colocações/Inscritos, por concelho e género

	Tx. Colocações	Tx. Masc.	Tx. Fem.
AMARANTE	6,4	3,6	9,4
BAIÃO	3,7	1,4	6,3
CASTELO DE PAIVA	5,8	1,9	10,0
CELORICO DE BASTO	12,5	6,2	22,2
CINFÃES	4,8	3,5	6,8
FELGUEIRAS	21,9	13,6	31,4
LOUSADA	20,3	4,6	39,4
MARCO DE CANAVESES	3,9	2,1	6,2
PAÇOS DE FERREIRA	9,6	7,6	11,7
PENAFIEL	6,2	3,2	10,1
RESENDE	7,1	12,5	3,8

Fonte: IEFP.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Quadro 9. Taxa de colocação em Janeiro de 2014

Concelho	Desempregados Inscritos			Ofertas	Colocações		Total de colocações
	Homens	Mulheres	Total	Recebidas	Homens	Mulheres	
AMARANTE	192	181	373	82	7	17	24
BAIÃO	71	64	135		1	4	5
CASTELO DE PAIVA	53	50	103	3	1	5	6
CELORICO DE BASTO	97	63	160	33	6	14	20
CINFÃES	143	88	231	2	5	6	11
FELGUEIRAS	177	156	333	174	24	49	73
LOUSADA	194	160	354	67	9	63	72
MARCO DE CANAVESES	239	194	433	4	5	12	17
PAÇOS DE FERREIRA	223	223	446	100	17	26	43
PENAFIEL	282	218	500	132	9	22	31
RESENDE	16	26	42		2	1	3
Tâmega			3 110	597			305
Norte	12 771	12 028	24 799	5 947	1 395	1 858	3 253

Fonte: IEFP.

Evolução do perfil do emprego por profissão, entre 2001 e 2011

Como já referido, o presente diagnóstico pretende aprofundar a caracterização das dinâmicas do emprego no território, no que respeita à descrição das principais características estruturais do emprego e das potencialidades setoriais que se registam na região do Tâmega e Sousa, tendo em conta os perfis de evolução registados nos últimos anos. Obviamente que este contexto influencia, ao nível estrutural, as dinâmicas

territoriais do emprego e a aplicação de políticas de promoção da empregabilidade.

Com efeito, um dos primeiros elementos a caracterizar é, justamente, a população empregada por profissão. Nesse sentido, os cálculos realizados permitem destacar as principais dinâmicas de evolução do perfil do emprego por profissão, entre 2001 e 2011.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

A Tabela 1 mapeia o sentido dessa evolução com base numa tipologia de 4 perfis:

	Profissões verdes: crescimento de emprego acima da média registada na Região Norte
	Profissões verdes: com crescimento de emprego relevante (ainda que abaixo da média registada na Região Norte)
	Profissões estáveis: sem variações acentuadas no período 2001-2011
	Profissões vermelhas: diminuição relevante do emprego

Em termos estruturais, uma das primeiras notas a evidenciar prende-se com o elevado peso da categoria de profissões “Operários, artífices e trabalhadores similares” e “Trabalhadores não qualificados” na região do Tâmega e Sousa. A reboque de uma economia baseada no conhecimento e inovação, esta categoria revelava-se obsoleta face aos objetivos de competitividade que inspiravam uma boa parte das políticas públicas de emprego e educação/formação.

Em 2001, a região registava mais de 40% do emprego em profissões da categoria “Operários, artífices e trabalhadores similares”. Este valor era significativamente superior ao registado na região Norte (27,7%). Na última década, este dado estrutural registou uma alteração significativa: em 2011, a região conseguia reduzir este peso, embora na maioria dos concelhos do Tâmega e Sousa, apesar da diminuição verificada, este peso ainda se mantém acima do registado em 2001 na região Norte. Ainda assim, trata-se de uma mudança significativa no perfil de emprego e transversal a todos os concelhos. Do ponto de vista micro, Felgueiras e Penafiel são os concelhos que mais registaram variações neste perfil de profissões. Contudo, permanecem níveis elevados (rondam os 40%) deste grupo em concelhos como o Marco de Canaveses e Lousada.

Igualmente no campo do emprego de “trabalhadores não qualificados”, a região registava níveis de emprego acima da média da região Norte. Neste particular, a situação foi revertida com sucesso nos últimos anos, em particular nos concelhos de Resende, Castelo de Paiva e Amarante.

Com efeito, não obstante estas categorias implicarem, ainda em 2011, um peso importante do emprego da região, a diminuição global do peso das profissões enquadradas na categoria de “Operários, artífices e trabalhadores similares” representa uma transformação no padrão do emprego e, de forma relacionada, do perfil de competências requeridas pelo mercado de trabalho, nomeadamente a Indústria. Ou seja, esta tendência pode ser lida como uma consequência natural da redução da atividade das indústrias mais tradicionalmente absorvedoras deste perfil de recursos, indo ao encontro da tendência do aumento do desemprego no setor da Indústria Transformadora, em particular no têxtil, mobiliário e calçado, como pode também apontar para a evolução da própria indústria, no sentido do reforço de competências mais ajustadas à introdução de processos de inovação e modernização.

Do lado das categorias profissionais em que o país mais investiu na última década, no sentido de uma economia mais qualificada, nomeadamente os “Especialistas das profissões intelectuais e científicas” e “Técnicos e profissionais de nível intermédio”, verifica-se uma evolução global positiva em todos os concelhos da região, embora com crescimento de emprego abaixo da média registada na região Norte.

Semelhante situação é registada ao nível da categoria “Pessoal dos serviços e vendedores”. Os valores do emprego nesta categoria na NUT III aproximam-se da região Norte e verifica-se um crescimento acentuado ao

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

nível do emprego nos concelhos de Castelo de Paiva, Celorico de Basto,
Baião e Marco de Canaveses.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Tabela 1. Evolução do perfil do emprego por profissão, entre 2001 e 2011

	Norte			Castelo de Paiva			Celorico de Basto			Amarante			Baião			Felgueiras			Lousada			Marco de Canaveses			Paços de Ferreira			Penafiel			Cinfães			Resende		
	2001	2011	VAR	2001	2011	VAR	2001	2011	VAR	2001	2011	VAR	2001	2011	VAR	2001	2011	VAR	2001	2011	VAR	2001	2011	VAR	2001	2011	VAR	2001	2011	VAR	2001	2011	VAR	2001	2011	VAR
Total	100,0	100,0		100,0	100,0		100,0	100,0		100,0	100,0		100,0	100,0		100,0	100,0		100,0	100,0		100,0	100,0		100,0	100,0		100,0	100,0		100,0	100,0		100,0	100,0	
Membros das forças armadas	0,3	0,4	0,1	0,4	0,6	0,2	0,6	0,9	0,4	0,4	0,5	0,2	0,4	0,9	0,4	0,2	0,4	0,3	0,3	0,4	0,1	0,3	0,6	0,3	0,2	0,4	0,2	0,3	0,5	0,2	0,6	0,7	0,1	0,8	0,9	0,1
Quadros superiores da Adm. Pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	7,1	7,4	0,3	3,9	4,2	0,4	4,1	4,4	0,3	6,6	6,3	-0,2	4,4	4,5	0,1	6,7	6,1	-0,6	6,0	5,5	-0,5	6,6	6,1	-0,5	7,0	6,5	-0,5	5,6	5,7	0,1	4,9	6,4	1,5	4,9	5,6	0,7
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	7,1	13,4	6,4	2,2	6,9	4,8	2,8	8,1	5,3	4,9	11,2	6,3	2,1	6,8	4,7	2,2	6,2	4,0	2,2	6,4	4,2	2,8	7,5	4,7	2,6	6,5	3,9	3,0	8,1	5,1	2,2	7,4	5,2	3,3	9,0	5,8
Técnicos e profissionais de nível intermédio	8,2	9,6	1,4	4,6	6,6	2,0	4,2	6,5	2,3	7,1	7,9	0,8	3,3	6,8	3,5	4,2	5,8	1,7	3,9	6,0	2,1	4,3	7,9	3,5	3,7	5,8	2,0	5,0	6,9	2,0	3,9	6,6	2,8	4,0	4,8	0,8
Pessoal administrativo e similares	9,3	8,0	-1,4	5,4	5,4	0,0	5,7	5,1	-0,6	7,0	6,3	-0,7	5,5	5,9	0,4	7,4	6,5	-1,0	5,9	5,4	-0,5	5,8	6,0	0,2	5,9	6,3	0,4	6,1	5,7	-0,5	4,2	4,5	0,4	6,0	5,7	-0,3
Pessoal dos serviços e vendedores	12,1	17,7	5,5	7,9	14,9	7,0	9,4	16,3	6,9	11,6	16,0	4,4	10,2	16,1	6,0	8,1	11,1	3,0	8,5	13,3	4,8	9,1	14,8	5,6	8,9	12,7	3,9	10,6	14,5	3,9	10,3	14,7	4,3	9,9	15,3	5,3
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	4,1	2,2	-1,9	4,3	3,2	-1,1	15,1	4,9	-10,1	4,3	2,6	-1,7	8,1	3,9	-4,2	2,8	1,4	-1,5	2,4	1,2	-1,3	3,6	1,6	-2,0	1,2	0,6	-0,6	3,3	1,7	-1,5	18,0	6,4	-11,6	20,2	18,3	-1,9
Operários, artífices e trabalhadores similares	27,7	20,8	-7,0	40,7	33,5	-7,2	33,0	26,7	-6,3	35,0	29,1	-5,8	41,5	32,9	-8,6	44,3	29,0	-15,3	47,4	39,6	-7,7	42,0	33,2	-8,8	49,3	40,5	-8,8	40,8	31,4	-9,3	35,4	31,7	-3,7	25,6	20,9	-4,8

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	10,8	7,5	-3,3	14,5	12,2	-2,3	9,9	8,8	-1,1	8,7	7,3	-1,4	9,7	7,5	-2,2	12,9	22,8	9,9	13,3	10,3	-3,0	14,4	9,7	-4,8	13,3	7,3	-6,0	12,4	10,3	-2,0	7,4	7,7	0,3	3,5	3,6	0,1
Trabalhadores não qualificados	13,2	13,0	-0,1	16,0	12,4	-3,6	15,2	18,2	3,0	14,5	12,8	-1,8	14,8	14,7	0,0	11,1	10,6	-0,5	10,1	11,9	1,8	11,0	12,8	1,7	8,0	13,5	5,4	13,0	15,2	2,1	13,2	13,9	0,7	21,7	15,9	-5,7

Fonte: INE. Dados trabalhos pela equipa do Estudo.

Dinâmicas e tendências do tecido económico-productivo

No sentido de entender as principais alterações em termos de especialização produtiva na região Tâmega e Sousa face à Região Norte, importa ter em conta as dinâmicas de criação de empresas por atividade económica e concelho (a partir da comparação da evolução nos anos 2004, 2008 e 2012). Esta abordagem permite não só identificar as áreas de atividade económica que mais têm crescido e que podem ser alvo de ajustamentos e apostas territorialmente direcionadas nos sistemas de formação e educação (e em outras medidas de empregabilidade), como permite, igualmente, perceber a posição relativa de cada sector de atividade num contexto mais alargado da região Norte.

Para tal, foram criados dois instrumentos que tipificam esta dinâmica. Um que sinaliza as dinâmicas inter-regionais e que contém informação para todos os 11 concelhos da NUT III e outro que sinaliza o posicionamento da evolução face à região Norte, considerando a tipologia seguinte:

	Aumento do n.º de empresas no Tâmega e na região Norte
	Aumento do n.º de empresas no Tâmega, mas num contexto de diminuição na região Norte
	Diminuição do n.º de empresas

Os parâmetros de evolução foram calculados com base na variação de 3 marcos-chave. Por um lado, 2004-2012, para ter uma evolução decenal que induz já transformações estruturais na atividade económica, como já referido acima. Por outro lado, a introdução do marco 2008, por corresponder a um período conturbado na economia contemporânea portuguesa e onde se permite obter uma visão sobre os efeitos da crise económica na destruição (e criação) de empresas.

Para uma leitura mais detalhada, a Tabela 3 e a Tabela 5 representam estes elementos.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Dinâmicas de retração

Em termos globais, assiste-se à diminuição do corpo de empresas que operam em áreas estratégicas da economia regional e que já foram sinalizadas acima, acompanhando a dinâmica da estrutura do desemprego sectorial. Neste grupo, destacam-se de modo mais expressivo os seguintes sectores:

Tabela 2. Dinâmicas de retração do n.º de empresas, por sector de atividade económica, entre 2004 e 2012, no Tâmega e Sousa e Região Norte

	Norte		Tâmega e Sousa		Variação pessoal ao serviço
	Evolução	Variação	Evolução	Variação	
Indústrias extrativas	D	-123	D	-24	-749
Indústrias transformadoras	DD	-8724	DD	-696	-7885
Construção	DD	-9284	DD	-984	-5053
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	DD	-11600	DD	-942	-46
Transportes e armazenagem	DD	-1066	D	-126	118
Alojamento, restauração e similares	D	-400	C	53	948
Outras atividades de serviços ¹	D	-501	CC	163	263

Fonte: INE

Legenda: D: Diminuição relevante do número de empresas do sector; DD: Diminuição muito relevante do número de empresas do sector; C: Crescimento relevante do número de empresas do sector; CC: Crescimento muito relevante do número de empresas do sector;

¹: inclui Atividades das organizações associativas, Reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico e Outras atividades de serviços pessoais.

De facto, a NUT III acompanha as dinâmicas de evolução da região Norte, com exceção das áreas de alojamento e restauração e de outras atividades

de serviços, onde se verificou um aumento global do número de empresas entre 2004 e 2012. No subsector do Alojamento, restauração e similares, apesar do crescimento de novas empresas ter invertido após 2008, o aumento global do pessoal ao serviço é bastante relevante (+ 17% em 2012 face a 2004).

No geral, os sectores mais fustigados são o Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (com mais de 10000 empresas destruídas), seguidos da Construção e da Indústria Transformadora que, no Tâmega e Sousa registam quase mil empresas fechadas, desde 2004.

A destruição das empresas revela, como é natural, a diminuição dos postos de trabalho nestes sectores. Considerando os valores absolutos associados a essa perda, são particularmente gravosos os casos das indústrias transformadoras, da construção e das indústrias extrativas. Como exceção, o sector dos Transportes e armazenagem revela um balanço positivo ao nível do aumento do total de postos de trabalho no sector, entre 2004 e 2012, apesar da diminuição do número de empresas.

A análise das dinâmicas de destruição de empresas ao nível intrarregional mostra com maior detalhe em que concelhos e áreas específicas esta ocorre.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Tabela 3. Variação do N.º de Empresas por Atividade económica e concelho (2004-2012), nos setores com retração mais evidente

	Amarante	Baião	Castelo de Paiva	Celorico de Basto	Cinfães	Felgueiras	Lousada	Marco de Canaveses	Paços de Ferreira	Penafiel	Resende
Indústrias extrativas	0	1	0	-1	2	2	0	-9	-5	-13	-1
Extração de hulha e lenhite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Extração de petróleo bruto e gás natural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Extração e preparação de minérios metálicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras indústrias extrativas	0	1	0	-1	2	2	0	-9	-5	-12	-1
Atividades dos serviços relacionados com as indústrias extrativas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-1	0
Indústrias transformadoras	-60	-15	-19	-6	-19	75	-108	-84	-334	-123	-3
Indústrias alimentares	-9	4	3	-3	-1	7	-9	3	-6	-6	6
Indústria das bebidas	5	-1	2	1	1	2	3	-3	1	-2	4
Indústria do tabaco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fabricação de têxteis	-6	0	-2	-8	0	-42	-6	-14	-16	-9	0
Indústria do vestuário	-20	-12	-5	-1	-7	-27	-47	-34	-13	-44	-3
Indústria do couro e dos produtos do couro	-2	0	3	0	1	145	6	0	-2	0	0
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	-19	-2	-8	-1	-6	-7	-8	-9	-24	-11	-4
Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos	0	0	0	0	0	1	0	0	-1	-1	0
Impressão e reprodução de suportes gravados	0	-1	-2	1	0	5	0	2	-1	-3	1
Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos	-2	-1	0	-2	0	-1	0	2	0	0	-5
Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	0	0	0	0	0	0	-2	0	1	-1	0
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	2	0	0	-2	0	6	-1	-1	-1	0	0
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	3	-3	-1	0	-3	-8	0	-17	5	-21	-1
Indústrias metalúrgicas de base	0	0	-1	1	0	-1	-2	-1	0	0	0
Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	-4	-1	-6	7	-5	-5	-19	-10	-16	-14	1
Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Fabricação de equipamento elétrico	-1	0	1	0	0	0	-1	1	-1	-2	0
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	-3	1	2	0	0	-4	-3	1	-3	-2	0
Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis	1	0	-2	0	0	0	3	-1	-2	0	0
Fabricação de outro equipamento de transporte	-1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fabrico de mobiliário e de colchões	-8	-1	-4	2	2	3	-21	-1	-261	-5	0
Outras indústrias transformadoras	1	1	0	0	-1	0	-5	-1	1	-5	-1
Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	3	0	0	-1	0	1	4	-1	5	3	-1
Construção	-214	-82	-64	-22	-27	-106	-102	-94	-85	-156	-32
Promoção imobiliária (desenvolvimento de projetos de edifícios); construção de edifícios	-173	-61	-44	-24	-16	-112	-79	-89	-76	-62	-27

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Engenharia civil	-14	-3	-5	2	-8	-2	-6	-5	-3	-36	1
Atividades especializadas de construção	-27	-18	-15	0	-3	8	-17	0	-6	-58	-6
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	-177	-8	-54	-12	-109	-99	-115	-76	-113	-188	9
Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	-8	8	-7	-4	0	2	12	-17	-20	-27	0
Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos	-29	2	1	12	-5	4	-3	-6	-37	5	1
Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	-140	-18	-48	-20	-104	-105	-124	-53	-56	-166	8

	Amarante	Baião	Castelo de Paiva	Celorico de Basto	Cinfães	Felgueiras	Lousada	Marco de Canaveses	Paços de Ferreira	Penafiel	Resende
Transportes e armazenagem	-1	-14	1	-4	-24	-29	-5	-14	-8	-27	-1
Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos	0	-13	-2	-4	-24	-30	-5	-16	-6	-27	-1
Transportes por água	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transportes aéreos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Armazenagem e atividades auxiliares dos transportes (inclui manuseamento)	-1	-1	3	0	0	1	0	1	-2	0	0
Atividades postais e de courier	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Alojamento, restauração e similares	-7	10	5	5	-5	4	10	-13	11	30	3
Alojamento	6	2	3	0	-3	2	-2	5	2	-3	2
Restauração e similares	-13	8	2	5	-2	2	12	-18	9	33	1
Atividades desportivas, de diversão e recreativas	17	1	10	2	2	13	23	13	66	1	-1
Outras atividades de serviços	29	4	-1	0	-1	43	21	19	29	16	4
Atividades das organizações associativas	-2	0	0	-1	-3	-1	-1	1	1	-3	1
Reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico	-1	-1	-1	-6	-3	8	-1	-3	-1	-6	-1
Outras atividades de serviços pessoais	32	5	0	7	5	36	23	21	29	25	4

Fonte: INE. Dados trabalhos pela equipa do Estudo: os sombreados correspondem a grandes áreas de atividade.

A tabela anterior evidencia o panorama da dinâmica de criação e destruição de empresas nos vários sectores de atividade e para os concelhos do Tâmega e Sousa, revelando nos sectores mais críticos (com variação assinalada a vermelho) uma dinâmica global transversal à grande maioria dos concelhos da região.

No caso da *Construção*, as cerca de 1000 empresas destruídas distribuem-se por todos os concelhos, embora com maior expressão em Amarante e Penafiel, nomeadamente na subárea de promoção imobiliária e construção

de edifícios. Este último concelho sofre ainda uma diminuição de empresas nas subáreas de atividades especializadas de construção.

O setor que mais perde empresas em toda a região Norte e igualmente na região do Tâmega e Sousa é o *Comércio por grosso e a retalho*; reparação de veículos automóveis e motociclos. Os concelhos mais fustigados na quebra de empresas na área do Comércio são Penafiel, Amarante, Lousada, Paços de Ferreira e Cinfães. Embora novamente o panorama de perda de empresas seja transversal aos concelhos da região, Resende apresenta um

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

saldo positivo. Também Baião e Celorico do Basto sofrem menos os efeitos desta dinâmica, apresentando mesmo um crescimento em sub-setores (no entanto, residual).

Numa das áreas estratégicas de especialização produtiva da região- as *indústrias transformadoras* - regista-se uma perda significativa de empresas nos concelhos de Paços de Ferreira (mais de 300 empresas), Penafiel e Lousada. No caso de Paços de Ferreira, as perdas registam-se no seu cluster mais expressivo, o fabrico de mobiliário e de colchões, enquanto Penafiel e Lousada, nas Fabricação de têxteis e Indústria do vestuário.

O único concelho que contraria esta tendência pesada é Felgueiras que apresenta um saldo global positivo de 75 empresas, nomeadamente na Indústria do couro e dos produtos do couro (com a criação de 145 empresas no subsetor). No entanto, este concelho perde também 42 empresas da indústria do vestuário.

Um quarto sector em perda expressiva passa pelos *Transportes e armazenagem* que regista mais de 100 empresas destruídas no período de referência. Neste particular, são os concelhos do Sousa que registam boa parte da tendência, embora se destaque o caso de Cinfães que perde mais de 24 empresas na subárea dos transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos.

Ainda nas dinâmicas de retração, outro sector estratégico para a região merece atenção. Trata-se do *Alojamento e restauração*, que apresenta saldo positivo na NUT III e que se demarca da tendência negativa da Região Norte. Este setor apenas regista perdas significativas em Amarante e Marco de Canaveses, nomeadamente na Restauração e similares. Nos restantes

concelhos existe um crescimento ténue, embora em Penafiel este seja mais expressivo.

Dinâmicas de crescimento e empregabilidade

O conjunto das transformações ocorridas na região em termos de perfis de emprego sectorial e especialização produtiva encontra correspondência em determinadas áreas que apresentam crescimento do número de empresas. Um fator bastante positivo reside no facto da região Tâmega e Sousa acompanhar com performances de crescimento a tendência global da região Norte.

Tendo em conta o exercício de evolução efetuado pela equipa, é possível identificar dinâmicas positivas num conjunto diversificado de sectores em seguida identificados. A estas devem corresponder igualmente apostas de medidas de empregabilidade no âmbito do PAPE (como se verá adiante).

Tabela 4. Dinâmicas de crescimento do n.º de empresas, por sector de atividade económica, entre 2004 e 2012, no Tâmega e Sousa e Região Norte

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

	Norte		Tâmega e Sousa		
	Evolução	Variação	Evolução	Variação	Variação pessoal ao serviço
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	CC	1372	CC	285	469
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	C	122	C	13	44
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	C	158	C	25	615
Atividades de informação e de comunicação	C	450	C	20	23
Atividades imobiliárias	CC	1059	C	86	-68
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	CC	2261	CC	336	953
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	CC	15823	CC	1032	2058
Educação	CC	4954	CC	679	971
Atividades de saúde humana e apoio social	CC	7220	CC	728	1544
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	C	1839	CC	220	394

Fonte: INE

Legenda:

C: Crescimento relevante do número de empresas do sector;

CC: Crescimento muito relevante do número de empresas do sector.

Como se evidencia na matriz anterior, o perfil de evolução registado no Tâmega e Sousa acompanha com robustez os sinais de crescimento da região Norte. É sobretudo nas *Atividades administrativas e dos serviços de apoio prestados às empresas* que este crescimento se faz sentir de forma mais acentuada (mais de 1000 empresas criadas), influenciado, sobretudo

pelo reforço do subsector das Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas.

Também a área da Educação sofre um crescimento bastante expressivo, assim como as *Atividades de saúde humana e apoio social*, refletindo fundamentalmente o aumento do emprego associado às atividades de saúde humana. De forma menos expressiva, mas com forte valor estratégico para o perfil territorial da região Tâmega e Sousa, registam-se as tendências de crescimento na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca e nas Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas que podem ter relação íntima com a aposta recente no Turismo.

Do ponto de vista da variação do pessoal ao serviço, denota-se uma relação direta natural com o aumento do pessoal ao serviço, tendo como única exceção o sector das Atividades imobiliárias, que é influenciado negativamente pela crise recente no sector da construção civil e diminui cerca de 4pp do emprego do sector, entre 2004 e 2012.

Do ponto de vista da análise intrarregional, é possível sinalizar que a mancha mais expressiva do crescimento empresarial ocorre nos 3 setores mencionados e apresenta-se transversal a todos os concelhos do Tâmega e Sousa (cf., tabela seguinte), onde se pode induzir forte potencialidade para o desenvolvimento de uma proposta de valor no âmbito da Economia Social.

De registar, ainda, algumas singularidades, como o forte crescimento da *Agricultura, produção animal, caça* e atividades dos serviços relacionados registada no concelho de Resende, a par da perda de empresas registada no sector no Marco de Canaveses. Celorico de Basto, Cinfães e Penafiel também registam um aumento de destaque neste setor específico.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

O crescimento nas Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas ocorridas em Paços de Ferreira é igualmente digno de nota.

Por último, importa destacar o crescimento registado nas *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* em todos os concelhos da região, com especial enfoque nas Atividades jurídicas e de contabilidade e em outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares.

Estas tendências de evolução positiva da dinâmica empresarial nestes setores revelam-se, ainda, relativamente imunes ao efeito “crise”, com exceção dos casos das empresas nos setores das Atividades administrativas e dos serviços de apoio e das Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares. Nestes casos, a tendência marcadamente positiva de crescimento do n.º de empresas não se consegue manter a partir de 2008, sugerindo o “arrefecimento” da dinâmica de crescimento notado.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Tabela 5. Variação do N.º de Empresas por Atividade económica e concelho (2004-2012), nos setores com crescimento mais evidente

	Amarante	Baião	Castelo de Paiva	Celorico de Basto	Cinfães	Felgueiras	Lousada	Marco de Canaveses	Paços de Ferreira	Penafiel	Resende
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	-3	0	-1	14	13	-12	-2	-12	4	3	281
Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	-2	0	6	13	14	-12	-1	-10	3	11	277
Silvicultura e exploração florestal	0	-1	-5	1	-2	0	-1	-4	1	-8	2
Pesca e aquicultura	-1	1	-2	0	1	0	0	2	0	0	2
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-1	1	0	3	1	3	2	0	2	1	1
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0	0	3	3	1	2	5	1	5	5	0
Captação, tratamento e distribuição de água	0	0	0	0	0	-1	0	0	0	3	0
Recolha, drenagem e tratamento de águas residuais	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Recolha, tratamento e eliminação de resíduos; valorização de materiais	0	0	3	3	1	1	5	1	5	2	0
Descontaminação e atividades similares	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Atividades de informação e de comunicação	-6	-2	0	2	2	7	6	-2	4	10	-1
Atividades de edição	-3	-1	0	-1	0	1	2	2	-2	0	-1
Atividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música	1	-2	-1	0	2	0	-2	-1	2	-1	0
Atividades de rádio e de televisão	-2	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0
Telecomunicações	0	1	0	1	0	0	2	0	1	5	0
Consultoria e programação informática e atividades relacionadas	-1	-1	0	2	0	7	4	-2	4	5	0
Atividades dos serviços de informação	-1	0	1	0	0	-2	0	-1	-2	1	0
Atividades imobiliárias	9	3	1	0	5	12	16	4	37	0	-1
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	66	9	7	16	4	58	45	26	48	55	2
Atividades jurídicas e de contabilidade	44	2	6	8	4	38	32	30	27	36	2
Atividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão	-1	0	3	3	1	4	1	0	7	14	2
Atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins; atividades de ensaios e de análises técnicas	8	9	-5	1	3	1	8	-5	6	-5	-1
Atividades de investigação científica e de desenvolvimento	3	-1	1	1	-1	5	0	-4	1	2	-1
Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião	-1	-1	1	5	1	-3	1	3	-3	-6	0
Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	10	0	1	-2	-3	10	3	0	7	13	0
Atividades veterinárias	3	0	0	0	-1	3	0	2	3	1	0
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	144	62	57	40	32	135	103	106	110	231	12
Atividades de aluguer	-6	3	-4	0	-2	8	-1	1	-2	-1	0
Atividades de emprego	3	0	-2	0	2	-1	1	1	1	0	-1
Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e atividades relacionadas	-1	0	1	3	1	-4	-1	2	0	0	1

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Atividades de investigação e segurança	1	0	0	0	0	-1	1	0	1	1	0
Atividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	1	-1	3	1	0	13	6	4	11	7	1
Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	146	60	59	36	31	120	97	98	99	224	11
Educação	92	27	46	11	27	57	86	106	109	106	12
Atividades de saúde humana e apoio social	70	34	40	33	42	122	75	68	107	119	18
Atividades de saúde humana	70	32	40	30	41	122	77	78	101	123	17
Atividades de apoio social com alojamento	-2	0	0	4	0	-3	-4	-10	0	-5	1
Atividades de apoio social sem alojamento	2	2	0	-1	1	3	2	0	6	1	0
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	19	4	17	4	8	20	38	15	80	12	3
Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias	3	3	7	2	6	7	13	2	15	11	4
Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais	-1	0	0	0	0	0	1	0	-1	0	0
Lotarias e outros jogos de aposta	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Atividades desportivas, de diversão e recreativas	17	1	10	2	2	13	23	13	66	1	-1

Fonte: INE. Dados trabalhos pela equipa do Estudo: os sombreados correspondem a grandes áreas de atividade.

À semelhança da análise apresentada relativamente ao panorama da dinâmica dos sectores mais críticos do Tâmega (do ponto de vista da destruição de empresas), a matriz anterior permite analisar com mais detalhe a dinâmica interconcelhia nos setores mais expressivos do ponto de vista do crescimento de empresas.

Também neste caso, as grandes tendências fazem-se sentir de forma transversal, o que sugere dinâmicas influenciadas por fatores mais macro e menos regionalizadas. É o caso dos setores das Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, Atividades administrativas e dos serviços de apoio, Educação, Atividades de saúde humana e apoio social e Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas, onde o crescimento do n.º de empresas ocorre na grande maioria dos 11 concelhos.

No caso das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio prestados às empresas*, o aumento do total de empresas registadas nas Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas é

transversal e expressivo em todos os concelhos. Também o crescimento do dinamismo das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* é transversal, apesar de mais expressivo nos concelhos mais urbanos como Amarante, Felgueiras, Penafiel e Paços de Ferreira.

O mesmo acontece nos sectores da *Educação* e das *Atividades de saúde humana e apoio social*, que neste último caso é sobretudo influenciado pelo crescimento de empresas relacionadas com atividades de saúde humana, com saldo positivo em todos os concelhos.

Paços de Ferreira e Lousada são os concelhos que mais se diferenciam na aposta em torno das *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas*, totalizando mais de 100 novas empresas no período em análise.

A finalizar a análise das dinâmicas e potencialidades de emprego na região, apresenta-se um conjunto de fichas-síntese, orientadas para os principais setores de atividade do Tâmega e Sousa, que resultam da

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

perspetiva cruzada de várias entidades do setor empresarial e das instâncias regionais de condução das políticas de emprego e formação (cf. anexo 1), debruçadas sobre elementos de evolução do emprego/desemprego em cada sector e respetivas necessidades de ajustamento em matéria de formação.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Tendências de evolução da estrutura do Emprego e Pistas para a reorientação da oferta formativa e para a evolução dos setores chave do Tâmega e Sousa

TÊXTIL

Tendências de evolução do sector

Na estrutura industrial do Tâmega e Sousa sobressai a importância da indústria do vestuário a par da indústria do couro e produtos de couro (calçado), seguida pelo fabrico de mobiliário e colchões. O conjunto das três atividades representa 58% das empresas, 72% das pessoas ao serviço e 64% do VAB e do volume de negócios da indústria do Tâmega e Sousa.

O Plano estratégico Têxtil 2020 reconhece que os últimos anos foram marcados por uma diminuição acentuada de empresas e postos de trabalho (cerca de 2.000 empresas e 80.000 postos de trabalho, desde 2007), apesar de manter praticamente o mesmo volume de negócios e de exportações. Paralelamente, considera-se que o sector beneficia atualmente do valor acrescentado da marca “made in Portugal”, contrariando uma tendência pesada de desvalorização do produto de origem nacional. Segundo o Plano Estratégico para o sector, no horizonte de 2020, identificam-se os seguintes *drivers* principais de mudanças, que podem originar diferentes caminhos de evolução das empresas do sector:

- aposta na moda/distinção de marca/ criação de coleções próprias: exige mais recursos materiais e humanos, pelo que não será uma via possível a muitas empresas, mas a um nicho de casos de sucesso, fortemente orientados para o comércio externo;
- incremento da diversificação industrial no Sector, incorporando novas competências no domínio dos têxteis técnicos e funcionais, assentes na investigação e desenvolvimento e na inovação tecnológica. Com cerca de 200 empresas identificadas neste domínio, considera-se haver potencial de crescimento, mesmo tendo em conta que a transição de um têxtil tradicional para um têxtil técnico e funcional (fruto de uma forte interação com outros sectores de atividade em desenvolvimento no país, como o automóvel, a construção civil ou a saúde) é um caminho bastante exigente em termos de recursos financeiros (capital intensivo) e recursos humanos (alta qualificação dos quadros técnicos);
- “*private label*” renovado, i.e., uma continuidade da via mais comum do sector, mas de forma ajustada a um novo paradigma, onde ficam de fora empresas cujo principal argumento competitivo é a venda de capacidades produtivas e o custo-minuto, mas antes passando a oferecer soluções ou serviços, nos quais está compreendida a capacidade industrial, entre muitas outras competências, como o desenvolvimento de produto – incluindo aqui a moda, a coleção estruturada, a logística e o “*sourcing*” internacional. Nesta lógica, a especialização é encarada como uma estratégia fundamental para subir na cadeia de valor, pois estas empresas passarão a ser reconhecidas pela sua valência e pela diferenciação face

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

à concorrência (e não pelos metros quadrados produzidos, quilos tingidos ou peças confeccionadas).

Tendo em conta o panorama de evolução do sector, destacam-se algumas tendências com impacte esperado no perfil do emprego:

- Crescimento exponencial dos têxteis técnicos e funcionais (alguns especialistas afirmam que 70% dos têxteis estão ainda por inventar);
- Comércio eletrónico;
- Diferenciação dos produtos pela criatividade (moda e design) e pela tecnologia (materiais, processos e funcionalidades);
- Potencial de atratividade de jovens quadros para o sector (“admite-se que o “cluster” têxtil e vestuário, mercê da boa imagem que está a adquirir, enquanto gerador de carreiras com futuro, até de forma mais expressiva que outros tradicionalmente mais atrativos, possa conhecer o ingresso de jovens quadros bem preparados, tendencialmente mais polivalentes e com capacidade de adaptação, que irão induzir um salto qualitativo na produtividade das organizações”);
- Qualificação de empresários e gestores: pensamento estratégico/coordenação das ações.

Dinâmicas de emprego/ desemprego

Em 2011, 15.608 indivíduos do T&S trabalhavam em empresas da indústria do vestuário, o que corresponde a 17% do pessoal a nível nacional.

A análise da estrutura do emprego industrial dos concelhos do Tâmega e Sousa mostra que:

- o vestuário é o principal empregador industrial em Penafiel, Marco de Canaveses, Celorico de Basto, Baião e Lousada;
- 34% das pessoas ao serviço em Paços de Ferreira são oriundas da indústria de vestuário;
- a indústria de vestuário representa 58% do emprego em Lousada.

Embora a fileira têxtil e das confeções tenha assumido um dos principais motores industriais de diversas economias locais dos territórios do Tâmega e Sousa, tem presenciado um declínio significativo nos últimos anos, com implicações na destruição significativa de empresas e de postos de trabalho.

A “Indústria do Vestuário” corresponde à atividade que regista maior número de desempregados (2.945) dentro do setor da Indústria transformadora, correspondendo a 8,7% do desemprego global da CIM T&S.

Total de desempregados por principais CAE do Têxtil e Vestuário, por concelho

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

	Indústria do vestuário		Fabricação de têxteis	
	N	%	N	%
PAÇOS DE FERREIRA	635	21,6	78	24,0
PENAFIEL	616	20,9	18	5,5
LOUSADA	590	20,0	33	10,2
MARCO DE CANAVESES	541	18,4	41	12,6
AMARANTE	173	5,9	31	9,5
BAIÃO	140	4,8	3	0,9
FELGUEIRAS	88	3,0	59	18,2
CELORICO DE BASTO	58	2,0	9	2,8
CASTELO DE PAIVA	55	1,9	6	1,8
CINFÃES	43	1,5	3	0,9
RESENDE	6	0,2	2	0,6
TOTAL	2.945	100,0	325	100,0

Os dados do desemprego mostram que cerca de quatro quintos dos desempregados da Indústria do Vestuário são oriundos de 4 concelhos (Paços de Ferreira, Penafiel, Lousada e Marco de Canavezes), distribuindo-se os outros 20% pelos restantes concelhos.

Na fabricação de têxteis, o número de desempregados é significativamente menor, sendo os concelhos de Paços de Ferreira (24,0%) e Felgueiras (18,2%) os mais afetados.

Fonte: Dados do desemprego 1559

Estes números resultam de uma tendência de perda significativa de empresas (entre 2004 e 2012) nos concelhos onde a atividade é mais central:

- *na Fabricação de têxteis (-103 T&S):* Felgueiras: - 42empresas; Paços de Ferreira: -16 empresas e Marco de Canavezes: -14 empresas.
- *na Indústria do vestuário (-213 T&S):* Lousada: - 47 empresas; Penafiel: - 44 empresas; Marco de Canavezes: -34 empresas e Amarante: -20 empresas.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Dinâmicas de emprego/ desemprego

A análise dos dados do desemprego por profissão revela que a grande maioria os desempregados (60,5%) desempenhavam funções de Operadores de máquina de costura (i.e., costureiras), que corresponde à 6ª profissão com mais desempregados da região da CIM do T&S.

Total de desempregados por profissões do sector do Têxtil e Vestuário, por concelho

	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS	Total
Operador de máquinas de costura	68	74	41	16	23	38	152	243	186	203	2	1046
Trabalhador de costura e similares	27	19	4	10	3	21	15	74	19	13		205
Encarregados das indústrias têxteis, do vestuário, calçado e curtumes	1	3	5	1	1	18	28	6	12	21		96
Riscador de moldes e cortador de tecidos	8	4	1	1			24	12	27	15		92
Operador de máquinas de tecer e tricotar	3	2		1		7	12	8	23	7		63
Bordador	13	2	2		2	16	7	9		6		57
Operador de máquinas para preparar, fiar e bobinar, fibras têxteis		1		1		5	10	2	22	7		48
Alfaiate e costureiro	6	3	3	2	1	1	3	6	5	8		38
Operador de máquinas de branquear, tingir e limpar, tecidos e outros têxteis	1			3		4	2	11	14	2		37
Outros trabalhadores manuais de artigos têxteis, couro e materiais similares	1	2			2	2	3	3	5	3	3	24
Designer de têxteis e moda	1	1		1		6	4		1	1		15
Outros operadores de máquinas para o fabrico de produtos têxteis, de pele com pêlo e couro				1		1			4	1		7
Total	129	111	56	37	32	119	260	374	318	287	5	1728

Fonte: Dados do desemprego, IEFP (2014).

Evolução das profissões do setor e necessidades de competências

Técnico de comércio externo

As funções da área Comercial e do Marketing externo começam a ter uma importância crescente neste setor, principalmente para as entidades que possuem estratégias de internacionalização. De um modo geral, a maioria das empresas ainda não possui um técnico de comércio externo, mas reconhece a sua necessidade, já que internamente não possuem competências a estes níveis. Para além das competências técnicas de base dos profissionais da área comercial/marketing: estratégias de comércio e vendas, gestão, marketing e logística, estes profissionais devem reunir um

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

	<p>conjunto de competências que lhes possibilite desenvolver relações comerciais externas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Competências técnicas relacionadas com as especificidades dos mercados internacionais quer na fase de pesquisa de mercado, quer nas fases de planeamento e coordenação da comercialização e conhecimento das especificidades do produto; – Conhecimentos de línguas estrangeiras, política internacional, marketing e comércio internacional e questões jurídicas nacionais, europeias e internacionais; e – Competências sociais e relacionais como a capacidade de compreensão e integração em culturas estrangeiras e de relacionamento com os agentes locais (p.e., clientes, fornecedores, concorrentes, governo, organismos públicos e privados,...)
Evolução das profissões do setor e necessidades de competências	
Técnico de design de moda	<p>As características das empresas do sector do têxtil e vestuário têm influenciado, de forma muito significativa, a existência (ou não) de Técnicos de design de moda nas empresas e o tipo de vínculo contratual que estes profissionais têm em relação às empresas.</p> <p>De um modo geral, estes profissionais são trabalhadores independentes que possuem o seu próprio atelier ou trabalham em ateliers por conta de outrem, que posteriormente são subcontratados pelas empresas do sector para a conceção e desenvolvimento de produtos e/ou coleções.</p> <p>As empresas (minoría) que possuem coleções próprias e, nalguns casos, marca própria possuem um departamento de conceção e desenvolvimento de produto, sendo que algumas integram este profissional nos seus quadros e outras optam apenas por subcontrata-lo.</p> <p>Contudo, a maioria das empresas encontra-se muito concentrada apenas na área da produção, ou porque são empresas que estão associadas a uma marca internacional que utilizam os modelos da marca e apenas planeiam a produção com base nos moldes e nas especificações técnicas do modelo enviadas da marca (empresas que não contratam Designers ou Modelistas nem utilizam estes serviços de uma forma autónoma), ou são empresas de pequena dimensão, com uma gama de produtos pouco diversificada e simples, e com uma gestão muito centralizada no empresário que possui um conhecimento aprofundado sobre o produto e o processo de produção, que não sentem necessidade de contratar este tipo de profissionais.</p> <p>Trata-se de uma profissão que possui uma oferta formativa adequada quer em termos de número de diplomados, quer no que se refere aos conteúdos programáticos, o que garante um nível de empregabilidade satisfatório, como se comprova na análise do desemprego da região.</p>
Modelista de vestuário	<p>À semelhança do Técnicos de design de moda, o modelista está associado ao desenvolvimento e conceção do produto, pelo que não se encontra presente em todas as empresas do sector. Contudo, esta é uma profissão com um cariz mais operacional e menos criativo que faz o interface entre o designer de moda e/ou o estilista e a área da produção, pelo que existe em maior quantidade e em mais empresas do que os Técnicos de design de moda, especialmente nas que já possuem coleções e/ou marca própria., já que são eles os responsáveis pela confeção e adaptação dos moldes do modelo de base (protótipo) a partir do desenho do estilista/designer de moda. O modelista de vestuário é considerada a profissão-chave para</p>

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

	<p>responder à evolução do modelo de negócio que se espera do setor, que passa por ter empresas que se assumam como parceiros no desenvolvimento do produto (no caso das que se encontram associadas a marcas internacionais ou nacionais) e não apenas como produtoras.</p> <p>Para além do crescimento que tem vindo a observar com procura efetiva por parte do mercado de trabalho, de acordo com informação dos centros de emprego, verifica-se, também, a necessidade de ajustamento das suas competências em função das novas tecnologias disponíveis, nomeadamente, conceção assistida por computador (CAD). O domínio desta ferramenta confere vantagens na rapidez e na precisão das alterações dos modelos, bem como na resposta às necessidades dos clientes.</p>
Costureira Industrial	<p>A Costureira é a profissão central do setor e a que agrega um maior número de ativos (80% dos trabalhadores são costureiras ou operadores de máquina de costura) e que continua em crescimento com elevada procura por parte do mercado de trabalho, junto dos centros de emprego do IEFP.</p> <p>Contudo, esta é também uma profissão em transformação que necessita de uma requalificação, devido às alterações que o modelo de negócio destas empresas está a sofrer, sendo que o perfil que é procurado pelos empregadores não se encontra disponível no mercado, ou seja, os empregadores procuram uma costureira com qualificação profissional e conhecimentos técnicos que domine várias técnicas, métodos e produtos e a maioria dos desempregados desta área ainda são indivíduos com baixa escolaridade que adquiriram todos os seus conhecimentos através da experiência de trabalho em fábricas deste sector, ou jovens sem qualificação ou experiência profissional.</p> <p>A costureira deve assumir-se como um perfil de banda larga, cuja formação deverá ter um tronco comum com áreas de especialização em função do tipo de produto (p.e., malhas tecidos,...) e deverá possuir um nível de escolaridade equivalente ao ensino secundário que lhe permita mobilizar competências para trabalhar com tecnologia de ponta, possuir conhecimentos de informática, conhecimentos de uma língua estrangeira e capacidade de raciocínio.</p> <p>Ao nível técnico a costureira deverá: dominar o ponto preso, corte (manual e automático), métodos e tempos de trabalho e questões relacionadas com o controlo da qualidade do produto (i.e, evitar desperdícios).</p> <p>Relativamente às competências pessoais, sociais e relacionais, as costureiras deverão ter capacidade de trabalho em equipa, autocontrolo, flexibilidade, disponibilidade para aprender, saber posicionar-se na máquina, possuir agilidade de mãos.</p> <p>Apesar de ter uma elevada procura por parte das empresas esta é também uma das profissões com maior número de desempregados na região do T&S (1.046 desempregados). Esta situação verifica-se porque, na maioria dos casos, os desempregados inscritos não correspondem ao perfil que as empresas procuram devido a um conjunto de fatores como a idade elevada e a ausência de qualificações escolares (no caso dos trabalhadores com experiência de trabalho), a ausência de qualificações e experiências profissional (no caso dos jovens) ou a ausência de competências técnicas muito específicas num tipo de produto ou tecnologia.</p> <p>A fraca procura deste emprego (e/ou formação) por parte dos jovens está relacionada com a visão negativa que estes têm da profissão devido às</p>

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

	<p>condições de trabalho: trabalhadores pouco escolarizados e qualificados, baixo índice de remuneração (ordenado mínimo), ausência de perspetivas de evolução na carreira, problemas de saúde associados (tendinites, problemas de coluna, depressões,...), trabalho muito rotineiro,...</p>
Mecânicos para as máquinas de costura	<p>A área da manutenção continua a registar procura de técnicos especializados. As exigências da procura recaem sobre um perfil que exige um conjunto de competências técnicas de base mais ampla que abranja conhecimentos de mecânica, eletricidade e eletrónica e programação.</p> <p>Estes profissionais atuam ao nível da programação, montagem, manutenção, afinação das máquinas articulam com as várias profissões do sector, i.e, operadores das máquinas (costureiras), técnicos de métodos e tempos (ou responsáveis pelo planeamento e produção), fornecedores, etc., pelo que as competências sociais e relacionais, essencialmente as de trabalho em equipa e relacionamento interpessoal são essenciais.</p>
Técnico de tempos e métodos	<p>A área de Métodos e Tempos tem-se tornado cada vez mais importante devido à necessidade de aumentar a produtividade, reduzindo ao mínimo os custos ligados à produção e à necessidade de cumprir prazos de entrega cada vez mais curtos.</p> <p>Ainda que em muitas empresas as tarefas realizadas pelo Técnico de métodos e tempos sejam, em parte, realizadas por outros profissionais como o Chefe de Produção ou uma Encarregada de grupo, verifica-se a necessidade de possuir trabalhadores especializados nestas funções que sejam responsáveis por determinar os métodos e os tempos de trabalho adequados às diferentes operações da fileira têxtil.</p> <p>Este profissional deverá possuir um conjunto de competências técnicas alargado: métodos de fabrico (modelação, corte, confeção, costura,...); tecnologias têxteis; medição, planificação e organização do trabalho; e capacidade de cooperar e trabalhar em equipa com outras áreas, nomeadamente a área da Qualidade, da Conceção e Desenvolvimento do Produto e do Planeamento e Controlo da Produção.</p>
Empresários e gestores	<p>Os empresários e gestores deverão reformular a forma de gerir as empresas, muito centrada na gestão do dia-a-dia e na resolução de problemas do quotidiano, dedicando demasiado tempo a detalhes operativos que acrescentam pouco valor no final e com implicações no seu desgaste físico e psicológico, passando para uma gestão e planeamento estratégico.</p> <p>Para dar resposta ao novo modelo de negócio que se espera para o sector, estes profissionais deverão adquirir um conjunto de competências técnicas ao nível da gestão e planeamento estratégico, comercial e marketing, nomeadamente de nível internacional (no caso das entidades orientadas para a internacionalização), mas também desenvolver competências de índole pessoal, social e relacional como a abertura à mudança ou o serviço ao cliente.</p>
Engomadoras/ Brunideiras	<p>Esta é uma profissão que se encontra em declínio, embora ainda exista alguma procura no mercado de trabalho.</p> <p>Trata-se de um trabalho muito especializado numa só atividade (engomar/passar a ferro) que, na maioria dos casos, é assegurada pelas Costureiras que possuem as competências adequadas para o seu desenvolvimento.</p> <p>Os referenciais de formação de Costureira contemplam conteúdos programáticos nesta área de trabalho, habilitando estas profissionais a desenvolver as tarefas anteriormente desenvolvidas pelos engomadoras/brunideiras.</p>

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Legenda:



Em emergência



Em crescimento



Em declínio

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Capacidade de resposta instalada do sistema regional de educação/Formação e Pistas para a reorientação da oferta formativa

A matriz seguinte evidencia o posicionamento de cada profissão destacada pelos atores, em relação ao ajustamento entre o perfil de procura e a dinâmica de ajustamento do lado da oferta existente:



A oferta formativa inicial disponível para o sector do têxtil e vestuário mereceu algumas críticas quer dos agentes da formação (centros de formação) como por parte das associações e entidades empregadoras que consideraram que é necessário rever alguns dos referenciais de formação, tanto no que se refere aos conteúdos como no que se refere às horas de formação.

De um modo geral, os interlocutores consideram que alguns dos perfis profissionais do setor (costureira, operador, técnicos) encontram-se muito desagregados por área de especialização (p.e., Costureiro/a Industrial de Malhas e Costureiro/a Industrial de Tecidos) devendo existir um único perfil e referencial de banda larga (Costureiro/a Industrial) com um conjunto de UFCD comuns e com UFCD de especialização (malhas, tecidos,...). Esta alteração confere uma maior polivalência a este profissional e uma maior capacidade de adaptação às exigências das entidades empregadoras.

As competências associadas ao tipo de produto a confeccionar (calças, camisas, saias...) para além de abordadas na formação inicial deverão constituir uma componente de especialização que deve ocorrer no contexto da formação contínua em função das necessidades das empresas.

Atualmente, como os referenciais de costureira são muito extensos, as entidades formadoras têm optado por realizar percursos formativos de menor duração a partir dos referenciais na modalidade de vida ativa.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Capacidade de resposta instalada do sistema regional de educação/Formação e Pistas para a reorientação da oferta formativa

De acordo com as opiniões recolhidas os conteúdos programáticos do referencial de Modelista de vestuário não se encontra adequado às necessidades do mercado de trabalho pelo que a Modatex se encontra a rever este mesmo referencial.

No que se refere ao Técnico de design de moda a opinião geral é muito positiva, contudo, e como referido anteriormente, apesar da taxa de empregabilidade dos diplomados deste curso ser elevada, a maioria trabalha em ateliers (muitas vezes por contra própria) que posteriormente são subcontratados pelas marcas ou empresas de vestuário.

Oferta formativa da Indústria do Têxtil e Vestuário

Prioridade	Qualificação	Oferta existente
Reforço	Costureiro/a Industrial de Malhas	Fora da região Norte
Reforço	Costureiro/a Industrial de Tecidos	Fora da região Norte
	Costureiro/a Modista	P. Ferreira, C. Paiva e Penafiel (2013/2014)
	Operador/a de Fiação	Fora da região Norte
	Operador/a de Tecelagem	Fora da região Norte
	Operador/a de Tinturaria	Fora da região Norte
	Operador/a de Tricotagem	Fora da região Norte
Reforço	Modelista de Vestuário	Lousada e Penafiel (2013/2014)
Manutenção	Técnico/a de Design de Moda	Lousada e P. Ferreira (2014/2015)
	Alfaiate	Fora da região Norte
	Técnico/a de Enobrecimento Têxtil	Fora da região Norte
Reforço	Técnico/a de Máquinas de Confeção	Fora da região Norte
	Técnico/a de Tecelagem	Fora da região Norte
	Técnico/a de Desenho de Vestuário	Paços de Ferreira (2013/2014)
	Técnico/a de Malhas - Máquinas de Peúgas e Meias e Seamless	Fora da região Norte
Manutenção	Técnico/a de Máquinas Retas	Fora da região Norte
	Técnico de Coordenação e Produção de Moda	Fora da região Norte
	Técnico de Gestão de Produção Têxtil e Vestuário	Fora da região Norte
	Técnico de Tinturaria, Estamparia e Acabamento	Fora da região Norte

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

	Técnico/a Especialista em Comércio Moda	Fora da região Norte
Manutenção	Técnico/a Especialista em Design Têxtil para Estamparia	Norte (2014/2015)
Manutenção	Técnico/a Especialista em Design Têxtil para Malhas	Norte (2014/2015)
Manutenção	Técnico/a Especialista em Design Têxtil para Tecelagem	Norte (2014/2015)
	Técnico/a Especialista em Industrialização de Produto Moda	Fora da região Norte
	Técnico/a Especialista em Processos de Coloração e Acabamentos Têxteis	Fora da região Norte
	Técnico/a Especialista em Têxteis Técnicos e Funcionais	Fora da região Norte

Legenda: Nível Básico/até 9.º ano (formação inicial e contínua) Nível Secundário/12.º ano (formação inicial e contínua) Pós-secundário - especialização

A leitura da tabela anterior indica que os interlocutores consideraram prioritário formar jovens e/ou adultos como costureiras industriais, modelistas de vestuário, técnicos de máquinas de confeção, técnicos de máquinas retas e, embora não esteja contemplado na tabela, por não se tratar de um perfil específico, de Técnico de métodos e tempos e manter a formação de Técnicos de design de moda, Técnico/a Especialista em Design Têxtil para Estamparia, Técnico/a Especialista em Design Têxtil para Malhas e Técnico/a Especialista em Design Têxtil para Tecelagem.

Valorização da profissão-chave do setor – costureira industrial

É necessário valorizar a profissão de costureira do ponto de vista social. Esta é uma profissão pouco valorizada e associada a uma imagem muito negativa devido a vários fatores:

- características e perfil dos indivíduos que desempenhavam estas funções: mulheres provenientes de um contexto rural que começavam a trabalhar muito jovens, com baixa qualificações escolares (4º ou 6º ano) e profissionais e poucos hábitos de trabalho;
- condições de trabalho: baixos salários e maior sujeição a doenças profissionais (tendinites, depressões,...);
- característica das funções: trabalho rotineiro e repetitivo, sem perspectivas de evolução na carreira.

Devido a este conjunto de fatores verifica-se uma elevada rotatividade dos trabalhadores (os antigos profissionais “fogem do setor”) e uma baixa procura por parte dos jovens que preferem optar por cursos como o de modelista ou de técnico de design, por estarem associados à criatividade e ao “glamour” da moda.

Para contrariar esta tendência será necessário requalificar esta profissão, nomeadamente fazendo-a evoluir para um perfil de nível secundário que permita

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

dotar estes profissionais de competências para trabalhar com tecnologia de ponta, possuir conhecimentos de informática, conhecimentos de uma língua estrangeira e capacidade de raciocínio, interpretação e comunicação.

Como referido anteriormente, também ao nível dos conteúdos técnicos é necessária uma atualização e reorganização, i.e, ao invés de existirem vários referenciais de costureiras industriais, propõe-se em alternativa que passe a existir apenas um referencial de banda larga, que contemplasse um tronco comum e módulos relativos às várias áreas de especialização em função do tipo de matéria-prima. Neste tronco comum é imprescindível que se trabalhem as competências relacionadas com os pontos, corte, mas também as questões do controlo dos métodos e tempos de trabalho, o controlo da qualidade e as questões da ergonomia e postura no trabalho que permita uma correta postura nas máquinas, com o intuito de diminuir as doenças profissionais. Ao nível relacional, pessoal e social é importante trabalhar as capacidades de trabalho em equipa, o autocontrolo, a flexibilidade, e a disponibilidade para aprender. À semelhança do que já acontece é imprescindível que a formação destes profissionais contemple a formação prática em contexto de trabalho.

Técnico de Métodos e Tempos – necessidade de investir na realização de formação adequada para estes profissionais. A Modatex tem promovido na modalidade Vida Ativa o curso de Métodos e Tempos de Trabalho aplicados à Indústria Têxtil e Vestuário. Este curso de nível IV com a duração de 1.395h (1.075h+320h de formação em contexto de trabalho) não possui um referencial de formação próprio tendo sido contruído a partir de várias UFCD (32) do CNQ extraídos dos referenciais de: Modelista de Vestuário, Costureiro/a Industrial de Malhas, Técnico/a de Acabamento de Madeira e Mobiliário, Técnico/a de Gestão da Produção de Calçado e Marroquinaria, Técnico/a de Enobrecimento Têxtil e Técnico/a de Gestão da Produção da Indústria da Cortiça.

Estratégias de reconversão:

Os empresários não reconhecem a reconversão dos profissionais desempregados do setor como uma possibilidade porque consideram que estes profissionais, na sua maioria mulheres com mais de 50 anos, são indivíduos com muitos “vícios”, com poucas competências escolares e pouca disponibilidade para aprender e mudar as suas práticas profissionais, para além de, nalguns casos já terem algumas doenças profissionais.

Todavia, existe a possibilidade de reconverter jovens com o 12º ano de escolaridade da via geral, i.e., sem qualificação profissional que poderão frequentar um CET ou um percurso de vida ativa associado a um estágio profissional numa empresa do têxtil e vestuário.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Pistas para a evolução desejada do Sector

Alteração no modelo de negócio:

O modelo de negócios das empresas do têxtil deverá deixar de estar meramente concentrado na capacidade produtiva devendo evoluir para um dos seguintes modelos:

- Empresas com coleções próprias e/ou marca própria com estratégias de internacionalização; ou
- Empresas que se encontram associadas a marcas nacionais ou internacionais deverão deixar de ser apenas entidades produtores a passar a ser entidades parceiras com competências a vários níveis (p.e., capacidade industrial, desenvolvimento de produto,...).

Em ambos os casos será necessário reforçar a qualificação das equipas, nomeadamente ao nível do desenvolvimento do produto (técnicos de design de moda, modelistas de vestuário,..), comercial e marketing (técnico de comércio externo), bem como apostar no desenvolvimento dos conhecimentos dos empresários, dotando-os de competências ao nível da gestão e planeamento estratégico, mas também desenvolver competências de índole pessoal, social e relacional, como a abertura à mudança ou o serviço ao cliente.

MADEIRA

Tendências de evolução do sector

O sector do Mobiliário e colchoaria, como setor exportador, desempenha um papel fundamental na dinamização da economia portuguesa, sobretudo na Região do Tâmega e Sousa, onde estão concentradas as empresas do sector, em particular nos concelhos de Paredes e Paços de Ferreira. De acordo com a Associação Portuguesa das Indústrias de Mobiliário e Afins (APIMA), o sector possui cerca de 5.500 empresas, 34.400 postos de trabalho, um volume de negócios de 1,4 mil milhões de euros, um volume de exportações de mil milhões de euros, um saldo da balança comercial sectorial positivo de 500 milhões de euros e uma taxa de cobertura das importações pelas exportações de 200%.

Ainda este ano (Janeiro a Julho de 2014), o valor das exportações de mobiliário aumentou 12%, em termos acumulados homólogos, totalizando os 820 milhões de euros.

Atualmente, 73% da produção nacional é para consumo interno, sendo que dos 185 milhões de Euros de exportações, 80% tem como destino a União Europeia (EU 15). No grupo de países destino destacam-se a França (33%), a Espanha (31%) e o Reino Unido (9%). Destaque igual para as exportações para o mercado Angolano que já representam 9%.

Adicionalmente, a distribuição regional torna esta fileira essencial ao desenvolvimento rural e é uma das fileiras que utiliza recursos naturais renováveis nacionais.

Um outro indicador do dinamismo desta fileira é, justamente, a criação em 2009 do Cluster do Mobiliário de Portugal. Destacam-se como projetos-âncora o Centro Avançado de Design do Mobiliário – CADM (Paços de Ferreira) e o Centro de Inovação do Mobiliário – CIM (Paredes).

Contudo, as deficiências ao nível de processos de gestão e a falta de mão-de-obra especializada, implica a maior parte das vezes uma utilização inadequada dos equipamentos, que se reflete na qualidade e produtividade. De facto, segundos dados do INE, o tecido industrial é quase exclusivamente constituído por micro empresas, pois empregam um número inferior a 10 trabalhadores, assentes em estruturas familiares.

A fileira de madeira encontra-se dividida em serração, painéis, carpintaria e mobiliário. A produção no setor do mobiliário encontra-se repartida por mobiliário para casa, mobiliário para cozinha, mobiliário para escritório, cadeiras e componentes. Nestes segmentos os principais produtos são: (a) 60%: Mobiliário para Casa: Quarto, Sala, peças soltas (correspondendo a 57% do consumo interno e 76% da exportação); (b) 9%: Cozinha; (c) 12%: Escritório; (d) 7%: Cadeiras e (e) 12%: Componentes.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Tendências de evolução do sector

As evidências notáveis na melhoria da capacidade exportadora do sector refletem o esforço dos intervenientes do sector em prol da sua competitividade, respondendo às fragilidades do mesmo, nomeadamente no que respeita à reduzida profissionalização da gestão, marketing e mão-de-obra pouco qualificada.

Evolução das profissões do setor e necessidades de competências

Gestor /técnico comercial (com domínio de línguas)	Face ao elevado nível de exportações no sector, a abordagem com os clientes externos torna-se uma prioridade cada vez mais acentuada. Tem crescido o peso dos profissionais de suporte, nomeadamente ao nível da gestão comercial e interação com clientes externos. "Falar a língua do cliente" é essencial para suportar as estratégias de exportação. As exigências advindas de novas formas de comunicação e nova relação com o cliente configuram a emergência desta profissão/função (a formação sobre o mobiliário é dada na empresa).
Técnico de <i>Design</i> de mobiliário	Na prática, de forma a manter a sua competitividade, o sector do mobiliário em Portugal terá que apostar no "design", imagem de marca e progressiva melhoria dos acabamentos, implementar estratégias comerciais. A evolução da atividade no sector tende a valorizar a produção de produtos adaptados ao cliente e nessa perspetiva a

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Tendências de evolução do sector	
	<p>competência de interpretação de desenho técnico é uma competência base essencial. Nessa lógica, a conceção e desenvolvimento de produto é referido como área central na evolução registada ano sector do mobiliário. Nessa lógica, o desenho técnico regista elevados níveis de procura. Área do desenho técnico corresponde a nova procura para a qual há pouca resposta</p> <p>De facto, ficou unanimemente registado a lacuna de especialistas em design de mobiliário (o cluster previa a criação de um centro de especialização para o sector (centro avançado de design) que não se concretizou.</p> <p>Para além destas funções, o desenhador técnico pord e orçamentar (com rigor) e elaborar desenhos técnicos dos móveis e seus componentes. Neste particular, os atores expressam com unanimidade a necessidade de criação de mais cursos para jovens com componente prática relevante e com saída equivalente ao 12.º ano (nível IV).</p>
Costureiro de estofos	Referido como uma função que pode emergir no mercado do mobiliário.
Operador/ Programador de CNC	<p>No caso da programação de CNC, trata-se de uma função com elevada procura associada e onde os participantes afirmam existir poucos jovens diplomados (cerca de metade das necessidades).</p> <p>A oferta é cronicamente deficitária face à procura. De facto, existe margem para duplicar os jovens formados em técnicos de CNC, pois se existissem estariam empregados, referem os atores presentes.</p> <p>A taxa de empregabilidade de operadores é muito elevada.</p> <p>Não obstante os promissores elementos de empregabilidade, existe pouca atratividade por parte dos jovens na procura de cursos. As novas áreas de necessidade estão sobretudo relacionadas com formação de jovens que choca com falta de atratividade do sector.</p>
Marceneiro	Na análise das pontuações obtidas através do instrumento de posicionamento da oferta formativa, considera-se que os cursos de "Carpinteiro" e Marceneiro menos necessários à evolução desejada no sector e respetiva empregabilidade. Por outro lado, é na atividade de Marceneiro que se regista menos adesão de jovens que queiram exercer esta profissão. Também o desemprego registado nesta função evidencia uma profissão cuja aposta tem que ser equacionada.
Entalhador	Profissão em declínio (1 trabalhador em 70). De facto, a tendência global para um mobiliário moderno, torna esta função menos necessária. Podem haver nestes casos, estratégias de reconversão para operadores de CNC.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Legenda:

 Em emergência  Em crescimento  Em declínio

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Dinâmicas de emprego/ desemprego

As dinâmicas de desemprego no sector acompanham a sua territorialização, onde naturalmente, é em Paços de Ferreira que o desemprego se faz sentir com maior expressão. Dos 1.734 casos de desemprego registados e oriundos do fabrico de mobiliário e colchões, 1.342 são deste concelho.

Analisando o desemprego por profissão, é justamente a atividade de Marceneiro que regista maior índice. Tal como identificado no quadro da Evolução das profissões do setor e necessidades de competências, este é um perfil que se apresenta em declínio.

Por outro lado, e não obstante o Operador de máquinas e de equipamentos para trabalhar madeira (Operador de CNC) registar mais de 200 casos de desemprego, os empregadores e representantes do sector presentes no Focus Group referem uma taxa de empregabilidade elevada associada a esta profissão e onde afirmam existir poucos jovens diplomados na programação de CNC (cerca de metade das necessidades).

Total de desempregados por principais CAE do sector do Mobiliário e Madeira, por concelho

	Fabrico de mobiliário e de colchões		Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	
	N	%	N	%
Amarante	23	1,3	35	14,6
Baião	2	0,1	4	1,7
Castelo de Paiva	45	2,6	28	11,7
Celorico de Basto		0,0	13	5,4
Cinfães	2	0,1	7	2,9
Felgueiras	25	1,4	22	9,2
Lousada	221	12,7	33	13,8
Marco de Canaveses	13	0,7	14	5,8
Paços de Ferreira	1.342	77,4	63	26,3
Penafiel	59	3,4	18	7,5
Resende	2	0,1	3	1,3
Total	1.734	100,0	240	100,0

Total de desempregados por profissões do sector do Mobiliário e Madeira, por concelho

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS	Total
Marceneiro	12		1	1	1	6	95	4	541	14		675
Operador de máquinas e de equipamentos para trabalhar madeira	3		4	3	1	1	26		172	5		215
Estofador	5						4	1	42			52
Artesão de artigos em madeira							6		23	2		31
Encarregados das indústrias da madeira e cortiça	2		1			4	3	2	15	1		28
Trabalhador do tratamento da madeira e cortiça, marceneiros e similares	1		11				1		1	2		48
Outros carpinteiros e similares	4			2	2	3	1	4	2			18
	27	0	17	6	4	14	136	11	796	24	0	1.067

Capacidade de resposta instalada do sistema regional de educação Pistas para a reorientação da oferta formativa

Verifica-se um ligeiro desajuste global da oferta, nomeadamente entre as necessidades do sector e a oferta formativa dirigida para jovens.

Por um lado, existem evidências de que a oferta não chega a metade da procura, facto que se regista crítico se tivermos em conta um forte potencial de empregabilidade. Os empresários referem vencimentos de arranque ao nível dos 750€/mês. Paralelamente, aponta-se a necessidade de superar o défice de imagem do sector, com efeitos positivos na capacidade de atração de recursos humanos, para o qual contribui a própria qualidade da formação, nomeadamente com recurso a modelos de formação com componentes de formação prática/estágios. Quando questionados, os empresários não têm noção clara de onde se devem dirigir para recrutar jovens profissionais para as suas empresas. Nesta lógica, e transversalmente a todas as fileiras chave do Tâmega e Sousa, é evidente a criação do Plano Diretor Municipal da oferta formativa, assim como todas as ações inscritas no PAPE de ajustamento entre oferta e procura de qualificações (p.e., Plano de Marketing das Profissões).

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE



De modo mais concreto, o quadro síntese da oferta formativa expressa níveis de ajustamento baixos, onde se destaca a necessidade de maior reforço das profissões emergentes ou em transformação assinaladas acima e para as quais existe uma oferta deficitária.

Oferta formativa da Indústrias da Madeira e Mobiliário

Prioridade	Qualificação	Oferta existente
Eliminação	Carpinteiro/a / Carpinteiro/a de Limpos	Resende e Marco de Canaveses (13/14)
Redução	Marceneiro/a	Fora da região Norte
Manutenção	Operador/a de Acabamentos de Madeira e Mobiliário	Paços de Ferreira; Castelo de Paiva*, Amarante* (13/14)
Manutenção	Operador/a de Máquinas de Segunda Transformação da Madeira	Paços de Ferreira (13/14)
Reforço	Técnico de Desenho de Mobiliário	Paços de Ferreira (13/14 e 14/15)
Reforço	Técnico/a de Desenho de Mobiliário e Construções em Madeira	Paços de Ferreira (14/15)
Manutenção	Técnico/a de Acabamento de Madeira e Mobiliário	Paços de Ferreira (13/14)
	Técnico/a de Gestão da Produção em Madeiras e Mobiliário	Fora da região Norte
Reforço	Técnico/a de Programação e Operação em Máquinas de Transformação da Madeira	Paços de Ferreira (13/14)

*Qualificação de pessoas com Deficiência e Incapacidades

Legenda: Nível Básico/até 9.º ano (formação inicial e contínua)

Nível Secundário/12.º ano (formação inicial e contínua)

Pós-secundário - especialização

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Formação inicial:

A Estratégia desenhada assenta na necessidade de continuar a capitalizar a vocação exportadora do sector, cabendo um papel crucial à promoção internacional. Essa perspetiva desenha sérios desafios do ponto de vista da qualificação dos recursos humanos do sector, nomeadamente no plano da gestão comercial (marketing, distribuição e vendas, etc.). Paralelamente, as áreas sinalizadas como necessidades prioritárias de melhoria da qualidade da formação inicial visam os seguintes domínios de competências:

- Gestor /técnico comercial (com domínio de línguas) (têm o triplo da procura face à oferta de formação existente)
- Programação e operação em CNC (oferta central e de futuro)
- Técnico de design (com referencial atualizado) é profissão chave e com muita procura. De facto, faltam especialistas em design de mobiliário/conceção de produto. O perfil de um CET parece uma modalidade que permite melhor fazer a ligação entre design e desenhador projetista – há poucos designers a fazer esta ligação. É necessário alguém que seja capaz de ouvir o cliente a ajustar o produto e capaz de produzir as peças.
- Não obstante as necessidades identificadas, todos os empresários presentes realçam uma valorização das *soft skills* e competências comportamentais. Esta valorização está, por vezes, na mesma linha de importância das competências técnicas que podem ser aprendidas com a experiência na empresa.

Formação de ativos em pós-laboral:

Verifica-se uma escassez de oferta de formação profissional em horário pós-laboral, dirigida aos adultos.

Estratégias de requalificação de desempregados:

Como estratégias que alcancem adultos desempregados, acima de 35 anos, sobretudo desempregados do sector, preconizam-se cursos EFA de operadores de máquinas. Estas ações devem, preferencialmente incidir sobre antigos marceneiros desempregados.

Face à necessidade de costureiras de estofes, podem constitui grupo-alvo as costureiras desempregadas do setor têxtil.

No caso das potencialidades que o domínio das línguas pode trazer para o perfil exportador, podem equacionar-se processos de reconversão de desempregados advindos da educação (professores).

Note-se ainda a urgência de formação de formadores e de formadores com qualidade e experiência na área do mobiliário e suas componentes. Para esta

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

estratégia podem formar-se professores desempregados ou desempregados do sector. Este bloco de formadores especializados é igualmente fundamental para a formação de adultos de curta duração (à semelhança do ensino recorrente).

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Pistas para uma evolução desejada do setor

Algumas notas síntese, a partir dos atores presentes, permitem evidenciar algumas ações de suporte emergentes:

- Organização de momentos de troca de experiência e *benchmarking* internacional.
- “Os formandos viajam mal”: o recrutamento para a região far-se-á sobretudo na própria região, não terá capacidade de recrutar / atrair jovens de fora.
- Falta capacidade do sistema para formar / requalificar ativos desempregados e os recursos existentes estão a ser canalizados preferencialmente para a formação de jovens.
- Necessidade de investimento na imagem do sector. Torna-se necessário trabalhar a imagem do sector através de um plano de marketing que promova atratividade do mobiliário junto dos jovens, já que existe um claro desajustamento entre oferta e as necessidades do sector. A imagem do sector é ténue face aos promissores níveis de empregabilidade nas profusões identificas anteriormente.
- A oferta é deficitária face à procura, não chegando a metade da procura- Torna-se urgente reforçar a oferta, via centro especializado e/ou via articulação com escolas.
- O Plano Director de Oferta Formativa é referido como uma prioridade bem como agilizar os mecanismos de informação acerca da oferta disponível no território.
- Escassa articulação com CET's e ensino superior.
- Surge a potencialidade de apropriação da eletrónica e automação para o mobiliário. Esta abordagem inter clusterizada constitui uma área com margem de progressão (cerâmica, inox,...).
- Esta a ser criado um subsector, ligado à indústria da madeira, denominado sector da biomassa, através do pinho /pellets. Este pode ser usado pela indústria do mobiliário como fonte de energia. Portugal tem um risco fortíssimo de não ter capacidade de produção de Pellets pinho, considerado já o ouro verde com crescimento industrial na ordem dos 200 %.

PEDRA

Tendências de evolução do sector

Trata-se de um setor maioritariamente exportador e que revela potencial de desenvolvimento, nomeadamente através da exploração de novos segmentos, como a arte urbana ou arquitetura de interiores, e que beneficia de um valioso reconhecimento da qualidade do produto transformado.

Na região do Tâmega e Sousa, o sector foi perdendo importância no concelho de Penafiel, estando sobretudo concentrado no concelho do Marco de Canaveses (Alpendorada), com predomínio da exploração do granito.

Os empresários consideram que o desenvolvimento do sector é fragilizado pela ausência de uma estratégia coletiva sólida de externalização e que atualmente é atravessado por uma crise de crescimento. Com efeito, do ponto de vista da relação com o emprego, não contribui expressivamente para o desemprego, nem tem-se mostrado capaz de uma absorção relevante de novos recursos, decorrente da situação de estabilidade da capacidade produtiva. A perspetiva de consolidação de uma desejável estratégia de externalização é dificultada pelas limitações ao nível dos suportes comunicacionais e ainda pouco explorada presença das empresas nacionais em plataformas de comércio internacionais (sendo a Feira de Verona um dos mais relevantes).

Composto maioritariamente por um tecido empresarial de pequenas unidades revela algumas fragilidades ao nível dos recursos humanos, nomeadamente:

- Gestão pouco profissionalizada;
- Reduzido reconhecimento do papel da Formação Profissional;
- Progressivo envelhecimento da estrutura de emprego em pessoal não qualificado.

O Cluster incorpora um Centro Tecnológico, o CEVALOR, que tem vindo a contribuir de forma significativa para a formação de ativos, melhoramento de processos e introdução de novas tecnologias nas empresas, com excelentes resultados, colaborando com várias entidades, nomeadamente com o LNEG na caracterização e divulgação da Pedra Natural Portuguesa.

Na perspetiva do futuro, reconhece-se que há ainda uma deficiente incorporação da pedra em produtos mais complexos e complementares, o que pode ser uma via de crescimento e diferenciação do sector. Também a Gestão de resíduos pode ser uma oportunidade de expansão da atividade.

Dinâmicas de emprego/ desemprego

O total de desempregados registados nas CAE relacionadas com as indústrias extrativas revela uma grande concentração de desempregados oriundos do concelho de Penafiel, seguido do concelho que hoje concentra a maior parte da atividade, Marco de Canaveses, sendo praticamente residual no conjunto dos restantes concelhos. Considerando o conjunto de desempregados da região, o peso dos desempregados pertencentes às outras atividade da indústria extrativa representam 0,9% do total.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Tendências de evolução do sector

Total de desempregados por principais CAE da Pedra, por concelho

CONCELHOS CIM T&S	Outras indústrias extrativas		Atividades dos serviços relacionados com as indústrias extrativas	
	N	%	N	%
Amarante	3	1,4	2	12,5
Baião	2	1,0		
Castelo de Paiva	2	1,0	1	6,25
Celorico de Basto	1	0,5	3	18,75
Cinfães	2	1,0	2	12,5
Felgueiras	1	0,5	2	12,5
Lousada	2	1,0		
Marco de Canaveses	46	22,1	1	6,25
Paços de Ferreira	21	10,1	3	18,75
Penafiel	127	61,1	2	12,5
Resende	1	0,5		
Total	208	100,0	16	100,0

O registo de desempregados nas profissões mais diretamente ligadas ao setor da Pedra identifica um total de 288 desempregados. Tratando-se de um setor com um leque de profissões relativamente limitado, não é de estranhar que a maior fatia de desempregados incida na profissão-chave do sector, o trabalhador das pedreiras.

Por outro lado, de uma forma geral, os trabalhos do sector são pesados e socialmente pouco valorizados, o que explica a dificuldade em atrair a população jovem para o sector.

Fonte: Dados do desemprego, IEFP (2014).

Total de desempregados por profissões do sector da Pedra, por concelho

	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS	Total
Trabalhador das pedreiras	1			2	1		3	6	16	121		150
Canteiro	2				3		1	36	2	15		59
Operador de instalações de processamento de rochas		1	2	2	1	1	1	1		10		19
Outros trabalhadores qualificados da pedra e similares	1			2			1	2		5	2	13
Encarregado da indústria extrativa	1							3		9		13
Operador de máquinas para trabalhar a pedra		1							2	10		13
Polidor de pedra	1						1	1	2	6	1	12
Trabalhador não qualificado das pedreiras	1			1			1		1	1		5

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Tendências de evolução do sector													
Operadores de máquinas para trabalhar cimento, pedra e outros minerais								1			2		3
Operadores de instalações de processamento de minérios e rochas	1												1
Total	8	2	2	7	5	1	9	49	23	179	3	288	

Fonte: Dados do desemprego, IEFP (2014).

No ponto seguinte apresentam-se as profissões com maior procura por parte das empresas.

Evolução das profissões do setor e necessidades de competências	
Design / Design de equipamento	O design é considerado uma área de aposta do setor e como tal deve ser privilegiado em matéria de formação. A oferta da Escola Profissional incorpora a componente de design da pedra.
Técnico de pedreiras	O curso existente tem registado bons níveis de procura. Contudo, a profissão colhe pouca atratividade, sobretudo junto dos mais jovens. Os empresários auscultados referem que é importante adequar os conteúdos dos atuais referenciais a novos métodos e técnicas implementados nas empresas.
Cantaria artística	Considera-se que a oferta existente está desatualizada, sendo que a Escola profissional já tem em vista uma proposta de revisão dos conteúdos do curso. Considera-se que a atual oferta está excessivamente centrada nos métodos manuais e deveria ser ajustada para módulos com métodos tecnológicos.
Área comercial/apoio à gestão	A maior necessidade de melhoria das competências dos profissionais do sector prende-se com a área comercial, designadamente marketing, prospeção, gestão do cliente, vendas. Verifica-se também a necessidade de valorizar competências em línguas e técnicas de comunicação, associadas aos desafios da internacionalização e da gestão. No fundo, a maior prioridade prende-se com a necessidade de capacitar o setor com agentes capazes de apoiar a representação das empresas nas plataformas de comércio internacional.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Calceteiros	Profissão considerada pelos atores com tendência ao desaparecimento e que revela fracos níveis de procura.
Legenda:  Em emergência  Em crescimento  Em declínio	

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Capacidade de resposta instalada do sistema regional de educação/Formação e pistas para a reorientação da oferta formativa



A matriz de quadrantes evidencia o posicionamento de cada profissão destacada pelos atores, em relação ao ajustamento entre o perfil de procura e a dinâmica de ajustamento do lado da oferta existente.

O sistema de atores considera que a capacidade de resposta do sistema de educação-formação é limitada face aos desafios de evolução do sector. Trata-se nomeadamente da necessidade de revisão de conteúdos em cursos chave, como a cantaria artística, assim como a ausência de perfis como o Técnico de extração e transformação da Pedra. Propõe-se a criação de ofertas ao nível do design centrado na fileira e do operador de máquinas CNC.

Oferta formativa da Indústria Extrativa – Pedra

Prioridade	Qualificação	Oferta existente
Manutenção	Cantaria Artística	Marco Canaveses (2013/2014)
Manutenção	Técnico de Pedreiras	Marco Canaveses (13/14 e 14/15)
Manutenção	Técnico de Cantaria Artística	Fora da região Norte
	Técnico de Design – Design de equipamento	P. Ferreira e Marco de Canaveses (14/15)
	Técnico/a Especialista em Produção Industrial de Rochas Ornamentais e Industriais	Fora da região Norte

Legenda: Nível Básico/até 9.º ano (formação inicial e contínua) Nível Secundário/12.º ano (formação inicial e contínua) Pós-secundário - especialização

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Adequação da oferta ao perfil de recrutamento procurado pelas empresas:

Os empresários salientam a necessidade de aprofundar *soft skills*/vontade de aprender. Paralelamente, o design e as máquinas/ incorporação dos métodos computadorizados representam duas áreas a privilegiar na oferta de formação dos técnicos do sector.

Estratégias de reconversão:

Nas áreas de apoio à gestão, o sector tem capacidade de absorver profissionais de outras áreas com conhecimentos em línguas (p.e., professores ou jovens licenciados), nomeadamente para o exercício de funções ligadas ao comércio/vendas. Também é possível considerar a reconversão de desempregados da área da Construção Civil.

Pistas para a evolução desejada do Sector

Valorização do sector:

É necessário valorizar a imagem do sector e promover a qualidade da matéria-prima (inclusive junto dos próprios arquitetos e construtores nacionais), processo que tem sido dificultado pela divisão de várias Associações Empresariais. Paralelamente a outros sectores chave da região, também se registam dificuldades na atratividade de jovens para as profissões acima identificadas. Ainda do ponto de vista estratégico, ficou patente a necessidade de organizar visitas a feiras internacionais e *benchmarking* com sectores análogos, assim como uma estratégia coletiva regional de abordagem ao mercado. Aqui o papel dos empresários e respetivas associações torna-se decisivo.

Por último, regista-se a necessidade de uma maior articulação inter fileiras, nomeadamente com a do mobiliário para a produção de produtos mistos.

CALÇADO

Tendências de evolução do sector

Apontado muitas vezes como caso de sucesso do “renascimento” de um sector que se conseguiu afirmar no mercado internacional e inverter a imagem negativa associada ao lado tradicional da atividade industrial, constitui, hoje o principal motor de desenvolvimento industrial do concelho de Felgueiras, com um lugar de destaque na economia regional e nacional.

O *Plano Estratégico do cluster do calçado 2020* identifica um conjunto de desafios nucleares na rota de sucesso que o sector tem vindo a percorrer, os quais convocam estratégias de fixação de recursos humanos adequadas a: (a) atrair, formar e fixar protagonistas qualificados para os diversos domínios funcionais e níveis hierárquicos das empresas; (b) procurar vantagens competitivas com base na inovação nos equipamentos, nos materiais, nos processos, nos produtos e nos modelos de negócio e (c) continuar a diminuir o défice de imagem face aos concorrentes internacionais de topo.

Nesse sentido, o Plano preconiza a necessidade de:

- atrair para o cluster jovens com qualificações adequadas às exigências dos modernos processos produtivos e qualificar os atuais trabalhadores. Neste âmbito, prevê-se, nomeadamente, reorganizar a formação de âmbito setorial, valorizando as potencialidades da Academia de Design e Calçado - CFPIC, e encontrar um modelo adequado para a participação da indústria de calçado na formação dual;
- responder especificamente às necessidades de formação e qualificação da gestão de topo das empresas do cluster, pelo que é indispensável atender às suas características específicas, nomeadamente à polivalência que a pequena dimensão das empresas exige dos seus gestores, ao percurso de vida de muitos destes, frequentemente iniciado nas atividades fabris, e à renovação geracional que se está a dar em muitas empresas;
- qualificar os atuais trabalhadores, de forma a contrariar as limitações nas qualificações dos recursos humanos, aos vários níveis da hierarquia e nos vários domínios funcionais;
- estimular o empreendedorismo, como fator de alargamento e rejuvenescimento do cluster de calçado.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Dinâmicas de emprego/ desemprego

Total de desempregados por principais CAE do Calçado, por concelho

	Indústria do couro e dos produtos do couro	
	N	%
Amarante	122	13,7
Baião	4	0,4
Castelo de Paiva	110	12,3
Celorico de Basto	60	6,7
Cinfães	25	2,8
Felgueiras	432	48,4
Lousada	98	11,0
Marco de Canaveses	16	1,8
Paços de Ferreira	13	1,5
Penafiel	13	1,5
Resende		
Total	893	100,0

O desemprego na Indústria do couro e dos produtos do couro representa 2,64 do total de desempregados registados na CIM T&S, atingindo um total de quase 900 desempregados, estando aqui englobadas profissões do setor do calçado e do têxtil e vestuário (a cor, no segundo quadro).

A distribuição do desemprego do setor por profissão coloca em destaque a profissão de sapateiro (na 16ª posição das profissões com mais desempregados), seguindo do operador de máquinas de calçado, ambas profissões chave do setor que correspondem também às profissões onde se concentra maior volume de trabalhadores.

Fonte: Dados do desemprego, IEFP (2014)

Total de desempregados por profissões do sector do Calçado, por concelho

	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS	Total
Sapateiro	59	2	72	17	10	168	130	9	121	57		644
Operador de máquinas de fabrico de calçado e similares	15		17	16	8	21	24		2	3		106
Encarregados das indústrias têxteis, do vestuário, calçado e curtumes	1	3	5	1	1	18	28	6	12	21		96
Outros trabalhadores manuais de artigos têxteis, couro e materiais similares	1	2			2	2	3	3	5	3	3	24
Operador de máquinas para preparar peles com pêlo e couro	4					2	2	1	1	1		11
Outros operadores de máquinas para o fabrico de produtos têxteis, de pele com pêlo e couro				1		1			4	1		7
Riscador de moldes e cortador, de couros e similares						1			1	2		4
Peleiro						1			1			2
Preparador e acabador de peles			1									1
Maleiro			1									1

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

	Total	80	7	96	35	21	214	187	19	147	88	3	897
--	-------	----	---	----	----	----	-----	-----	----	-----	----	---	-----

Fonte: Dados do desemprego, IEFP (2014).

Evolução das profissões do setor e necessidades de competências	
Técnicos de Design	No âmbito da criação de produtos, destaca-se a necessidade de reforço na área do Design, correspondendo a perfis especializados (formação de nível secundário ou superior), com procura crescente por parte do tecido empresarial. Regista-se, inclusive, dinâmicas de auto-emprego de jovens diplomados.
Engenharia de produto/ Engenharia de processo	O reforço de competências ao nível do planeamento de produção/gestão de produção é encarado como uma estratégia importante para garantir a eficácia do funcionamento, o que tem levado a um crescimento da procura por este tipo de profissionais.
Áreas técnicas de suporte à gestão	Destacam-se necessidades de reforço nas profissões técnicas de suporte à gestão, nomeadamente: Controlo de qualidade, Área comercial e Marketing. As exigências associadas aos processos de internacionalização representam novas necessidades de desenvolvimento de competências dirigidas sobretudo a Empresários/Gestores de topo/Técnicos de suporte: <ul style="list-style-type: none"> - domínio de línguas/ técnicas de comunicação (formação à medida, ajustado às características do sector e ao perfil de especialização); - atendimento/vendas; - liderança/ competências da gestão de topo/mercados internacionais.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

<p>Costureiras-gaspeadeiras/ Operador de fabrico de calçado</p>	<p>É nas profissões-chave do sector que se sente maior crescimento devido à necessidade de reforçar a produção e, por outro lado, porque são as profissões que concentram o maior volume de trabalhadores das empresas. O Centro de Emprego não consegue dar resposta à procura de Costureiras-gaspeadeiras/ Operador de fabrico de calçado. Por outro lado, é dada preferência a recursos com experiência profissional pois os recém-diplomados não desempenham a atividade com os níveis de rapidez e agilidade mecânica exigidos nas empresas.</p> <p>Consequência da necessidade de emagrecimento de algumas empresas, bem como de estratégias de ajustamento à sazonalidade da atividade, algumas empresas têm optado por externalizar as atividades de corte e costura, passando as mesmas a ser asseguradas por pequenas empresas prestadoras de serviços, que garantem o produto “semi-montado” e pronto para passar às fases de montagem e acabamento. Trata-se de unidades de pequena dimensão, sem organização empresarial e com capacidade de crescimento limitada, mas que podem representar novas dinâmicas de emprego local.</p>
<p>Corte/ acabamentos/ montagem</p>	<p>Regista-se igualmente necessidade de profissionais para as atividades de corte/acabamentos/montagem, mas por se tratarem de atividades que não são tão exigentes do ponto de vista do volume de mão-de-obra a afetar, não representam uma procura tão expressiva.</p>
<p>Especialização em componentes de calçado</p>	<p>Igualmente em crescimento, a indústria de componentes (atacadores, solas,...) tem vindo a desenvolver a sua capacidade exportadora, donde advém a necessidade de aumentar a capacidade de recursos humanos qualificados. Contudo, já não existe um perfil específico (como no passado), nem oferta de formação específica.</p> <p>Para responder às necessidades de um conjunto mais limitado de empresas especializadas em tipos específicos de calçado, há necessidade de disponibilizar ofertas de formação especializada, dirigida a técnico de nível secundário (p.e., calçado ortopédico e medicinal/calçado de segurança/calçado eco,...).</p>
<p>Evolução das profissões do setor e necessidades de competências</p>	
<p>Eletrónica e Manutenção de equipamentos e instalações</p>	<p>A área da manutenção continua a registar procura de técnicos especializados em Eletrónica e Manutenção de equipamentos e instalações, em substituição dos técnicos em afinação de máquinas de costura. As exigências da procura recaem sobre um perfil especializado e lato, que intervém na prevenção/gestão/interface com fornecedores, engenheiros e empresas.</p>

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Afinador de máquinas de costura

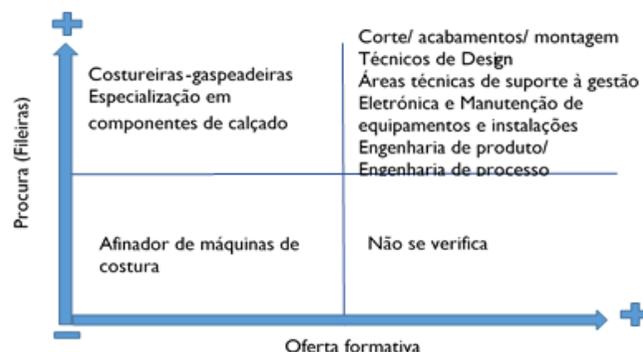
Trata-se de um perfil técnico desatualizado que deixou de constar da oferta de formação profissional.

Legenda:

■ Em emergência ■ Em crescimento ■ Em declínio

Capacidade de resposta instalada do sistema regional de educação/Formação e pistas para a reorientação da oferta formativa

Na matriz seguinte evidencia-se o posicionamento de cada profissão destacada pelos atores, em relação ao ajustamento entre o perfil de procura e a dinâmica de ajustamento do lado da oferta existente:



De uma forma geral, é ao nível da formação inicial que reside a maior dificuldade de recrutamento de recursos com perfil adequado às exigências das profissões do sector, sobretudo, nas profissões associadas à produção. Ao nível da formação contínua a oferta disponível está mais agilizada (nomeadamente por via da modalidade Vida Ativa que tem permitido a realização de pequenos módulos de formação à medida, ajustados às necessidades de atualização dos conhecimentos dos profissionais do sector).

O quadro seguinte apresenta a oferta atual de formação inicial específica do sector a qual foi classificada pelos atores presentes como globalmente pertinente, não obstante a necessidade de ajustamento de alguns conteúdos formativos, conforme se apresenta mais adiante.

Para além da formação específica do sector abaixo identificada, outras áreas de formação são igualmente relevantes, nomeadamente:

- Técnico de Manutenção/Robótica, e
- Produto Multimédia.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Oferta formativa da Indústria do Calçado e Couro

Prioridade	Qualificação	Oferta existente
Reforço	Operador/a de Fabrico de Calçado	Felgueiras (2013/2014)
	Operador/a de Fabrico de Marroquinaria	Fora da região Norte
Manutenção	Técnico/a de Gestão da Produção de Calçado e de Marroquinaria	Felgueiras (2014)
Manutenção	Técnico/a de Manutenção de Máquinas de Calçado e de Marroquinaria	Felgueiras (2013/2014)
Manutenção	Técnico/a de Modelação de Calçado	Felgueiras (2013/2014)
	Técnico/a de Fabrico Manual de Calçado	Fora da região Norte
	Técnico de Coordenação e Produção de Moda	Fora da região Norte
Manutenção	Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria	Felgueiras (2014/2015)
	Técnico da Qualidade - Calçado e Marroquinaria	Fora da região Norte
	Técnico/a Especialista em Comércio Moda	Fora da região Norte
Manutenção	Técnico/a Especialista em Design de Calçado	S. João da Madeira (14/15); Felgueiras (13/14)

Legenda: Nível Básico/até 9.º ano (formação inicial e contínua) Nível Secundário/12.º ano (formação inicial e contínua) Pós-secundário - especialização

Formação de costureiras/gaspeadeiras:

Do ponto de vista do perfil de competências, o perfil de costureira tem que incorporar a componente de Métodos e Tempos e competências de execução de operações mecânicas, que habilitem os profissionais a executar procedimentos de corte de forma mecanizada. Há bastante procura, mas falta de capacidade de resposta dos operadores para reforçar a oferta existente.

Estratégias de reconversão:

Do ponto de vista das estratégias de formação, a resposta a este perfil de procura pode advir de estratégias de reconversão de ativos, com recurso a modalidades de formação de adultos (como os EFA, Formações Modulares ou Vida Ativa). Através de ações de Vida Ativa é possível reconverter

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

trabalhadores de outros sectores, nomeadamente do têxtil. Paralelamente, trata-se de um perfil com pouca capacidade de atração de jovens.

Formação Especializada:

A atual oferta de CET- Cursos de Especialização Tecnológica (média de 1 curso por ano) está adequada às necessidades da procura. Tanto o CET de Design de Calçado como o CET de Modelação de Calçado registam bastante procura. A este nível, trata-se sobretudo de manter a oferta existente, tanto ao nível de CET, como da oferta de nível secundário profissionalizante, a qual também incorpora conteúdos de design. A Academia de Design e Calçado – CFPIC é reconhecida como operador de formação chave na dinamização da oferta de formação do sector, pelo que a eventual expansão da oferta existente deverá privilegiar a parceria com este operador.

Formação de empresários/áreas técnicas de apoio à gestão:

Privilegiar as metodologias de formação-ação, integrando áreas de conhecimento transversais, como as línguas, a liderança, estratégias de apoio à internacionalização, focalizadas nas áreas de competências centrais do *cluster*.

METALOMECÂNICA

Tendências de evolução do sector

A relevância deste sector na região do Tâmega e Sousa concentra-se no concelho de Amarante. Apesar das competências relevantes do tecido empresarial, a dinâmica de trabalhos em rede/parcerias não está devidamente consolidada, o que é entendido pelos atores como uma limitação ao crescimento do sector e, em consequência, do emprego. Um dos fatores explicativos para essa limitação advém da cultura empresarial dominante, que ainda não evoluiu satisfatoriamente no reconhecimento da importância da criação de redes empresariais para a abordagem aos mercados externos. O sector é também muito diverso do ponto de vista do perfil de especialização (Cutelaria, Fundições, Tubos, Moldes,... num total de 28 divisões reconhecidas na AIMMPA-Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal). Ao contrário do que se começa a verificar noutras zonas do território nacional (como Vale de Cambra - cluster em inox ou na Marinha Grande – moldes), na região não há um verdadeiro *cluster* do sector. Ao nível da evolução da produção destaca-se a tendência para a produção customizada, em detrimento da produção em massa, e de processos cada vez mais complexos e automatizados. Tratando-se de um sector com forte carácter exportador (exportações superiores a 90% da produção) crescem também as exigências associadas aos processos de Certificação. Paralelamente, o crescimento das exigências europeias em matéria de Coeficiência e Ecodesign vão exigir a adaptação das empresas a diretivas ambientais mais rigorosas.

Numa perspetiva de futuro, os representantes do sector que participaram no focus-group reconhecem a área da Reciclagem como uma área de trabalho

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

inovadora com potencial de crescimento, designadamente a reciclagem de alumínios ou reciclagem de terras raras, que beneficiaria da implementação de um Centro de Inovação na região.

Dinâmicas de emprego/ desemprego

A diversidade deste setor está patente no conjunto das cinco CAE identificadas no quadro em baixo. Neste enquadramento é a Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos que regista maiores taxas de desemprego, seguindo-se a fabricação de automóveis e componentes para veículos automóveis, com valores de desemprego mais altos em Amarante e Castelo de Paiva, respetivamente. No seu conjunto, os desempregados registados correspondem a 1,64% do total de desempregados dos concelhos da CIM T&S.

Total de desempregados por principais CAE do Turismo e Comércio, por concelho

	Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos		Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis		Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.		Indústrias metalúrgicas de base		Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Amarante	95	32,3	3	2,4	9	15	9	20,0	6	18,2
Baião	3	1,0					1	2,2		
Castelo de Paiva	20	6,8	87	70,7	2	3,3	2	4,4		
Celorico de Basto	2	0,7								
Cinfães	8	2,7	4	3,6	1	1,7	2	4,4	2	6,1
Felgueiras	29	9,9	1	0,8	13	21,7	10	22,2	2	6,1
Lousada	30	10,2	2	1,6	4	6,7	2	4,4	5	15,2
Marco de Canaveses	32	10,9	2	1,6			1	2,2	1	3,0
Paços de Ferreira	36	12,2	14	11,4	22	36,7	7	15,6	11	33,3
Penafiel	39	13,3	10	8,1	9	15,0	11	24,4	6	18,2
Resende										
Total	294	100,0	123	100	60	100	45	100,0	33	100,0

Entre as profissões chave das empresas da metalomecânica, é a profissão de Serralheiro Civil que concentra maior proporção de desempregados. Como se verá na análise da evolução das profissões e necessidades de competências, estes dados do desemprego não estarão tão relacionadas com a falta de emprego, mas sobretudo com as mudanças nos processos produtivos e consequente necessidade de ajustamento dos recursos humanos.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Total de desempregados por profissões do sector do Turismo, Artesanato e Comércio, por concelho

	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS	Total
Mecânico e reparador de veículos automóveis	40	14	4	11	9	18	26	31	22	31	9	215
Serralheiro civil	33	1	6	6	8	12	30	21	40	31	2	190
Eletromecânico, eletricista e outros instaladores de máquinas e equipamentos elétricos	9	2	2	1	2	5	11	6	15	14	6	73
Serralheiro de moldes, cunhos, cortantes e similares	9		3	1	1	7	5	4	14	14		58
Soldador	10	3	6	2	1	4	6	8	3	5		48
Bate-chapa de veículos automóveis	9	3	1	2	2	4	5	4	4	11		45
Engenheiro mecânico	7	1	2	3	1	5	5	5	1	7	2	39
Regulador e operador de máquinas-ferramentas convencionais para trabalhar metais	6	1	2	1			3	2	8	5		28
Mecânico e reparador, de máquinas agrícolas e industriais		2			1	3	1	2	9	7		25
Forjador e ferreiro	2					6	2	1	1	6		18
Regulador e operador de máquinas-ferramentas de comando numérico computadorizado para trabalhar metais	4		1		1	1		1	8	2		18
Outro preparador e montador de estruturas metálicas	7		1		2			4	1	1		16
Operador de prensa de forjar, estampador e similares	2		1		1	3		1	1	5		14
Mecânicos e reparadores, de máquinas e de veículos				2		1	2	1	1	2		9
Funileiro e caldeireiro					1			2		4		7
Retificador de rodas, polidor e afiador de metais						3		2	1	1		7
Operador de fundição	1		1					1		3		6
Mecânico e reparador de equipamentos eletrónicos	1				1		1	1		1		5
Operador de instalações de fornos de segunda fusão, vazadores e laminadores, de metais	2	1							1			4
Outros engenheiros relacionados com minas e metalurgia							1	1		1		3
Técnico da metalurgia de base e da indústria extrativa	1								1	1		3
Técnico de controlo de instalações de produção de metais	2								1			3
Operador de máquinas para corte, soldadura, isolamento, fabrico e enrolamento de cablagens			1				1			1		3
Armador e montador de cabos metálicos							3					3
Reparador de bicicletas e similares	1							1	1			3
Forjadores, serralheiros mecânicos e similares									2			2

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Reguladores e operadores de máquinas-ferramentas para trabalhar metais							1				1		2
Operador de instalações de fornos e de primeira transformação de metais					1								1
Operador de instalações de tratamento térmico de metais		1											1
Soldadores e trabalhadores de corte a oxi-gás					1								1
Técnico de manutenção e reparação de motores de avião		1											1

Fonte: Dados do desemprego, IEFP (2014)

Evolução das profissões do setor e necessidades de competências	
Gestor de Projeto	Identifica-se o surgimento de novas empresas no mercado especializadas em gestão de projeto. Acresce que algumas empresas têm investido no recrutamento de técnicos de projeto com vista a incorporar competências de desenvolvimento do produto, enquanto condição para um melhor posicionamento na cadeia de valor.
Desenhador de estruturas metálicas	É uma profissão procurada pelas empresas, mas com poucos profissionais disponíveis. Exige competências de Desenho Técnico, fundamental para saber traduzir para o equipamento o desenho dos projetistas.
Serralheiro mecânico/ Serralheiros civis	A procura de Serralheiros é muito elevada. As exigências desta profissão têm vindo a evoluir no sentido de acompanhar a maior complexidade dos processos de produção (nomeadamente é preciso saber interpretar melhor os desenhos/competência nuclear na serralharia e não centrar as competências exclusivamente no domínio do software), pelo que as empresas reportam dificuldades em recrutar profissionais com competências ajustadas às exigências da função.
Soldadores	As normas do sector exigem que cada empresa contrate 1 soldador certificado, sendo esta uma profissão muito bem remunerada, mas com falta de profissionais (não consta do registo de desempregados do IEFP).
Pintores de estrutura metálica	Corresponde a uma especialização da formação em pintura, para a qual não existe oferta de formação específica.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

<p>Manutenção industrial</p>	<p>Corresponde a uma área transversal (não específica do sector) mas a atual oferta de formação está mais direccionada para a área da qualidade e menos para a manutenção, observando-se a necessidade de incorporar conhecimentos em metodologias de produção (Linus, 5 S's,...)</p>
<p>Áreas técnicas de suporte à gestão, incluindo na área da Certificação</p>	<p>A aposta na melhoria de competências estratégicas é uma necessidade: a nova geração de empresários está globalmente mais recetiva à evolução do sector, nomeadamente na incorporação da componente de projeto. Com efeito, os atores reconhecem que a renovação geracional dos empresários a par da aposta na formação de empresários está de mãos-de-dadas com a capacidade de crescimento para áreas inovadoras e tecnicamente exigentes, que possam potenciar mais empregos.</p> <p>As áreas de apoio à gestão destacadas incluem: Comércio eletrónico/Vendas/Marketing; aplicação de novas metodologias (5'S, Lean, softwares de apoio a desenho técnico,...), Gestão e consultoria de apoio à sucessão.</p> <p>A perspetiva de evolução das exigências regulamentares em matéria de Certificação representarão novas necessidades de competências, nomeadamente na área ambiental.</p> <p>No âmbito da formação de empresários é importante privilegiar as modalidades de formação/ação, capazes de mobilizar os empresários a partir de uma forte articulação da formação com as especificidades do setor.</p>
<p>Legenda:</p> <p> Em emergência  Em crescimento  Em declínio</p>	

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Capacidade de resposta instalada do sistema regional de educação/Formação e pistas para a reorientação da oferta formativa

Na matriz seguinte evidencia-se o posicionamento de cada profissão destacada pelos atores, em relação ao ajustamento entre o perfil de procura e a dinâmica de ajustamento do lado da oferta existente:



De uma forma geral, a apreciação do ajustamento da oferta existente às necessidades do sector é globalmente positiva, sendo que a dificuldade de recrutamento verificada em algumas profissões advém sobretudo da falta de atratividade do sector, o que é aparentemente contraditório com a existência de profissões muito bem remuneradas, como a de Soldador Certificado.

Oferta formativa da Metalurgia e Metalomecânica

Prioridade	Qualificação	Oferta existente
Manutenção	Desenhador/a de Construções Mecânicas	Fora da região Norte
	Eletromecânico/a de Manutenção Industrial	Amarante (2013/2014)
	Fresador/a Mecânico/a	Fora da região Norte
Manutenção	Operador/a de Fundição	Fora da região Norte
	Operador/a de Fundição Injetada	Fora da região Norte
	Operador/a de Máquinas Ferramentas	Amarante (2013/2014)
	Operador/a de Máquinas-Ferramenta CNC	Fora da região Norte
Reforço	Serralheiro/a Civil	Amarante (2013/2014)
	Serralheiro/a de Moldes, Cunhos e Cortantes	Fora da região Norte
Reforço	Serralheiro/a Mecânico/a	Amarante (2013/2014)
	Serralheiro/a Mecânico/a de Manutenção	Fora da região Norte

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Manutenção	Soldador/a	Amarante (2013/2014)
Manutenção	Técnico/a de CAD/CAM	Fora da região Norte
Reforço	Técnico/a de Desenho de Construções Mecânicas	Amarante (2013/2014)
	Técnico/a de Desenho de Cunhos e Cortantes	Fora da região Norte
	Técnico/a de Desenho de Moldes	Fora da região Norte
	Técnico/a de Laboratório - Fundição	Fora da região Norte

Prioridade	Qualificação	Oferta existente
	Técnico/a de Manutenção Industrial de Metalurgia e Metalomecânica	Amarante (13/14); Penafiel (14/15)
	Técnico/a de Maquinação CNC	Fora da região Norte
	Técnico/a de Maquinação e Programação CNC	Amarante (2013/2014)
Manutenção	Técnico/a de Planeamento Industrial de Metalurgia e Metalomecânica	Amarante (2013/2014)
	Técnico/a de Produção e Transformação de Compósitos	Fora da região Norte
	Técnico/a de Projeto Aeronáutico	Fora da região Norte
	Técnico/a de Projeto de Moldes e Modelos - Fundição	Fora da região Norte
Manutenção	Técnico/a de Soldadura	Fora da região Norte
	Técnico/a de Tratamento de Metais	Fora da região Norte
Manutenção	Técnico de Produção em Metalomecânica	Fora da região Norte
	Técnico de Relojoaria	Fora da região Norte
Manutenção	Produção e Desenho Industrial de Mecânica	Amarante (2013/2014)
Manutenção	Técnico Especialista em Gestão da Produção (Supervisor de Produção) – indústria metalúrgica e metalomecânica	Amarante (13/14); S.M.da Feira (14/15)
	Técnico/a Especialista em Tecnologia Mecânica	Vale de Cambra e Amarante (14/15)
	Técnico/a Especialista em Tecnologia Mecatrónica	Amarante (13/14); Vale Cambra (14/15)
	Produção Metalomecânica	Bragança (2014/2015)
Reforço	Manutenção Industrial	Amarante (13/14); Vale Cambra

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

		(14/15)
Reforço	Técnico de Manutenção Industrial (CeST)	Felgueiras (previsto em 2015/2016)

Legenda: Nível Básico/até 9.º ano (formação inicial e contínua) Nível Secundário/12.º ano (formação inicial e contínua) Pós-secundário - especialização

Nota: os cursos realizados em Vale de Cambra correspondem a uma oferta que foi criada à medida e que regista uma taxa de empregabilidade de 100%

Adequação da oferta ao perfil de recrutamento procurado pelas empresas:

De uma forma geral, a oferta de formação existente cobre as áreas mais relevantes de competências do sector. Contudo, os empresários salientam a necessidade de aprofundar *soft skills*, com vista ao desenvolvimento de competências e atitudes mais ajustadas ao trabalho em equipa, à disponibilidade para aprender e à polivalência. Ter disponibilidade para trabalhar no estrangeiro é cada vez mais um requisito de procura.

O CENFIM é o operador especializado na oferta de formação do sector, com qualidade reconhecida, pelo que a estratégia de formação especializada deve privilegiar este operador.

Conteúdos em Transformação:

Técnico/a de CAD/CAM: os conteúdos do curso de técnico/a de CAD/CAM devem ser mais transversais de forma a acompanhar a variedade de *softwares* utilizados, que no contexto empresarial tendem a ser mais diversificados e não se limitar ao CAD/CAM.

Estratégias de reconversão:

As estratégias de recrutamento de desempregados da Construção Civil pode ser aplicável à serralharia e outras funções/profissões neste sector. Os empresários procuram serralheiros e não encontram porque procuram profissionais com formação muito específica/muito ajustada a cada empresa.

Estratégias de requalificação de desempregados:

Os dados do desemprego por profissão põem em evidência o desencontro entre o perfil de desempregados e as necessidades de recrutamento dos empregadores: há registo de desempregados nas profissões mais procuradas pelos empregadores (nomeadamente Serralheiros e Soldadores) o que deve suscitar a aposta na requalificação desses profissionais com vista à sua reintegração no mercado de trabalho.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Pistas para a evolução desejada do sector

Valorização do sector:

É importante valorizar a imagem do sector junto dos jovens, contrariando a pouca atratividade das profissões do sector. Neste particular, a estratégia de marketing junto dos jovens pode evidenciar o perfil de vencimentos auferidos (3000-4000€/mês). Por outro lado, visitas de estudo e atividades de experimentação são exemplos de ações a integrar uma desejável estratégia de renovação de recursos.

Tendências de evolução do sector

Trata-se de um setor percebido como um dos sectores de maior potencial para a economia regional e que mais pode alavancar o emprego regional. Contudo, os resultados do exercício revelam que existe um problema prévio de ausência de uma estratégia que possa enquadrar a discussão dos perfis de funções e competências necessárias ao crescimento do setor.

Em termos de evolução recente do sector agrícola e agroalimentar, este tem vindo a sofrer um processo de reestruturação gradual, em que se destaca o aumento da dimensão média das explorações, embora à custa da diminuição acentuada do número de explorações, originando também uma diminuição substancial da população agrícola.

Os pontos seguintes sintetizam as tendências prevaletentes no desenvolvimento do sector agro-pecuário na Região Tâmega e Sousa, no período 1999-2009 (com dados constantes do Recenseamento Agrícola 2009, Instituto Nacional de Estatística, 2011):

- forte decréscimo do número de explorações agrícolas (24,3%), sobretudo nos Concelhos de Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Baião e Lousada, a que esteve associada uma forte diminuição da população agrícola familiar (39,5%);
- aumento da área por exploração (de 2,4 para 3,1 ha, um aumento de 29,7%), fruto da diminuição do número de explorações mais acentuada do que a diminuição da SAU (1,8%);
- tendência para o aumento da especialização agrícola, acompanhando a diminuição do número de explorações mistas; a policultura e explorações mistas continua a ser muito relevante em Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Marco de Canaveses e Penafiel; a produção de bovinos de carne tem vindo a ganhar importância em Cinfães e Paços de Ferreira; a especialização em produções vegetais é particularmente relevante nos Concelhos de Amarante e Baião (culturas arvenses) e no Concelho de Resende (culturas permanentes);
- diminuição da dependência dos agregados familiares do rendimento das explorações agrícolas. Em 2009, apenas 13% dos produtores agrícolas do Tâmega e Sousa dependia principal ou exclusivamente do rendimento das suas explorações (esta proporção ascendia a 30% em 1999);
- diversificação das atividades das explorações para atividades não agrícolas. Embora residual, o número de explorações com atividades não agrícolas aumentou de 29 para 44 explorações em 10 anos (12 explorações integraram turismo e 3 integraram energias não renováveis).

No que se refere à estrutura produtiva, a Região Tâmega e Sousa compreende explorações agrícolas com muito pequena dimensão (média de 3,1 ha por exploração, quando a média de Portugal se situa nos 12ha), em que predominam as produções mistas (a especialização em produções vegetais ocorre em cerca de 30% e a especialização em produções animais ocorre em cerca de 15% das explorações agrícolas).

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Tendências de evolução do sector

As atividades produtivas (agricultura, pecuária) não têm sido consideradas estratégicas, porventura dado o seu contributo residual para a economia regional (1,3% do VAB total da região). No entanto, a sua importância vai muito para além do peso económico e da capacidade para gerar riqueza, sobretudo, tendo em conta os traços de ruralidade evidentes da região. Com efeito, o sector económico associado à agricultura, produção animal e silvicultura contribui para a solidez de um conjunto vasto de atividades a montante e a jusante, para o aumento da atratividade em termos turísticos, nomeadamente através da manutenção da emblemática paisagem e da produção de produtos alimentares regionais, e para o desenvolvimento dos territórios rurais.

Acresce aqui a importância não despreciable que o sector dos vinhos tem vindo a assumir quer em termos económicos e de emprego, quer em termos de visibilidade exterior da região. O Pacto Territorial para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa apresenta uma Matriz Síntese de Especialização Económica que é esclarecedora quanto à importância atribuída ao sector agrícola, referindo que, no conjunto, os territórios representados na CIM Tâmega não se destacam pelas atividades ligadas ao complexo agroflorestal. Todavia, e tendo em conta o trabalho desenvolvido na Região, é possível concluir que, em alguns concelhos, este tipo de atividades tem vindo a ganhar um novo relevo (Amarante, Baião, Cinfães, Felgueiras, Marco de Canaveses, Penafiel e Resende), particularmente na área produtiva da vitivinicultura (vinho verde).

Com efeito, a estrutura do sector produtivo assenta fortemente num sistema consolidado (fileira madura) de produção de vinho verde e em sistemas de produção conexos, mas independentes do anterior, e ao qual se associam diversas iniciativas de valorização dos produtos regionais (hortícolas, frutícolas, carne), os quais têm vindo a ganhar alguma expressão produtiva, ainda que limitada, no panorama produtivo da região.

Em termos de investimento, no período de programação 2007-2013, 724 explorações agrícolas e empresas agroalimentares investiram mais de 100 milhões de euros no sector (os projetos de jovens que se instalaram no sector agrícola representaram 63,8% do número de pedidos de apoio aprovados e 47,6% do montante total de investimento - uma média de investimento de 122.418,21 € por pedido de apoio). Em termos territoriais, na dinâmica de investimento, destacam-se os concelhos de Resende e de Amarante.

Pedidos de apoio apresentados no âmbito da Medida 1. Inovação e Desenvolvimento Empresarial do ProDeR

Concelhos	Pedidos de apoio rececionados, sem dotação		Pedidos de apoio contratados e em execução	
	N.º	Valor (€)	N.º	Valor (€)
Amarante	22	4.512.318,29	115	11.783.211,89

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Tendências de evolução do sector					
Baião	19	2.106.169,11	72	6.598.103,33	
Castelo de Paiva	7	905.080,61	34	4.851.599,56	
Celorico de Basto	11	1.019.354,10	63	7.870.120,75	
Cinfães	22	2.174.496,40	76	8.495.254,02	
Felgueiras	11	643.234,49	47	15.756.859,30	
Lousada	11	1.466.166,27	8	1.269.687,59	
Marco de Canaveses	21	2.292.141,13	76	19.857.745,75	
Paços de Ferreira	1	118.458,29	9	537.903,36	
Penafiel	26	3.748.225,08	60	13.935.411,73	
Resende	23	2.681.380,81	164	11.700.551,25	
Total	174	21.667.024,58	724	102.656.448,53	

Fonte: Sistema de Informação do ProDeR, a 17 de Março de 2014.

De entre os produtos produzidos na região Tâmega e Sousa, destacam-se os seguintes pela sua importância a nível regional e também pelas suas potencialidades para ir além do consumo interno ou regional.

Vinhos verdes. A região Tâmega e Sousa concentra cerca de 20% da área total de vinha da Região Demarcada dos Vinhos Verdes. No âmbito da produção é de destacar a Denominação de Origem Protegida “Vinho Verde” que abrange os VQPRD (Tinto, Branco, Rosado), os VEQPRD (Vinho Verde – Espumante), as Aguardentes, e o Vinagre; e a exploração dos vinhos com Indicação Geográfica Protegida “Minho”.

Hortícolas e frutícolas. O sector das hortícolas e frutícolas tem vindo a registar um grande dinamismo, com destaque para a produção de kiwi, de pequenos frutos vermelhos, de cogumelos, de plantas aromáticas e medicinais, de cerejas, podendo estas produções estar associadas a pequenas empresas de transformação agroalimentar que os utilizam para fazer doces e compotas e licores. A produção de kiwi é concentrada na Cooperativa Agrícola de Felgueiras, chegada dos Concelhos de Felgueiras, Amarante, Lousada, Guimarães, Fafe, Famalicão e Celorico de Basto.

O surgimento de um novo player no sector dos pequenos frutos vermelhos com o intuito de tornar-se uma Organização de Produtores poderá constituir uma mais-valia para a organização da produção e a comercialização de frutos vermelhos e de pequenos frutos (mirtilo, framboesa, groselha, amora,

⁷ Vinho de Qualidade Produzido em Região Determinada.

⁸ Vinho Espumante de Qualidade Produzido em Região Determinada.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Tendências de evolução do sector

morango, e quiwi).

O Concelho de Resende é considerado a capital da cereja. Com efeito, devido ao seu microclima, a cereja tem a particularidade de amadurecer cerca de duas a três semanas antes do que em toda a Europa.

Doçaria regional e conventual. A região Tâmega e Sousa tem uma tradição secular no que respeita à doçaria regional e conventual, com destaque para os Concelhos de Marco de Canaveses e Amarante. Não obstante, considera-se que têm o potencial para fazer crescer as suas produções, desde que associados a estratégias de valorização e comercialização. A valorização e o apoio às atividades agrícolas e pecuárias, nomeadamente através da melhoria da sua comercialização, poderão permitir criação de riqueza e de troca de sinergias entre territórios indutores de desenvolvimento local.

Complementarmente à agro-indústria, a Fileira Florestal emerge como um sector que apresenta um conjunto significativo de necessidades de capacitação, mas também potenciador de valências múltiplas, donde emergem oportunidades relevantes associadas ao desenvolvimento/qualificação de recursos humanos e à promoção do emprego. O território abrangido pela CIM-TS compreende duas Organizações de Produtores Florestais⁹ que podem facilitar a dinamização das iniciativas de capacitação e formação profissional com vantagens para a execução das propostas inscritas no PAPE, neste domínio.

A estratégia preconizada para o desenvolvimento do potencial do sector florestal na região visa o aproveitamento económico dos recursos florestais, numa ótica da melhoria da cadeia de valor regional através do aprofundamento da integração da fileira florestal, suscetível de gerar mais riqueza aos detentores dos espaços florestais e, simultaneamente, contribuir para uma melhor gestão dos espaços florestais e do território e, também, contribuir para a criação de emprego e, assim, dinamizar as economias locais.

Por outro lado, a existência na região do mais importante polo nacional da indústria do mobiliário (Paços de Ferreira/Paredes) deveria constituir uma âncora para a utilização dos recursos madeireiros locais, nomeadamente de madeira de pinho, contribuindo deste modo para alavancar a gestão florestal ativa do pinhal bravo e a certificação da gestão florestal sustentável. Concomitantemente, esta valorização económica dos recursos florestais regionais deveria contribuir para estimular a proteção da floresta face aos agentes bióticos (pragas – gorgulho do eucalipto e espécies invasoras lenhosas – acácias) e abióticos, de que os incêndios florestais constituem a principal ameaça.

As necessidades de intervenção para o desenvolvimento do sector florestal regional e as novas oportunidades de negócio carecem de uma forte

⁹ Associação Florestal do Vale do Sousa e Associação Florestal de Entre Douro e Tâmega.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Tendências de evolução do sector

componente de valorização da capacitação e formação profissional dos atores do território e dos agentes económicos, aspetos em que o PAPE poderá assumir um papel central.

Dinâmicas de emprego/ desemprego

Na perspetiva do desemprego, regista-se um total de 898 desempregados da profissão “Agricultor e trabalhador qualificado da agricultura e produção animal combinadas, orientados para o mercado” que apresenta o valor mais expressivo (467), a par do “Trabalhador não qualificado da agricultura e produção animal combinadas”, com 101 casos. É, sem supressa, nos concelhos nos concelhos rurais da região que se regista o maior peso de casos (Baião, Celorico Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende).

Total de desempregados por principais CAE do sector das agroindústrias e floresta, por concelho

	Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados		Silvicultura e exploração florestal		Indústria das bebidas		Indústrias alimentares	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Amarante	147	12,1	10	19,2	25	30,1	50	13,4
Baião	197	16,2	3	5,8	4	4,8	14	3,7
Castelo de Paiva	38	3,1	9	17,3	3	3,6	8	2,1
Celorico de Basto	110	9,0	5	9,6	5	6,0	20	5,3
Cinfães	200	16,4	2	3,8	4	4,8	23	6,1
Felgueiras	30	2,5		0,0	10	12,0	26	7,0
Lousada	38	3,1	3	5,8	2	2,4	39	10,4
Marco de Canaveses	156	12,8	12	23,1	8	9,6	76	20,3
Paços de Ferreira	34	2,8		0,0		0,0	37	9,9

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Penafiel	83	6,8	7	13,5	18	21,7	72	19,3
Resende	186	15,3	1	1,9	4	4,8	9	2,4
Total	1.219	100,0	52	100,0	83	100,0	374	100,0

Total de desempregados por profissões do sector das agroindústrias e floresta, por concelho

	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS	Total
Agricultor e trabalhador qualificado da agricultura e produção animal combinadas, orientados para o mercado	29	40	13	76	111	11	28	38	18	36	67	467
Trabalhador não qualificado da agricultura e produção animal combinadas	16	29	2	2	11	4	2	20	1	7	7	101
Cortador de carne	5	4	1	2	3	5	6	3	8	7	4	48
Mecânico e reparador, de máquinas agrícolas e industriais		2			1	3	1	2	9	7		25
Trabalhador não qualificado da agricultura (exclui horticultura e floricultura)	3	4	2	2				3	2		6	22
Agricultor e trabalhador qualificado de culturas de árvores e arbustos	8	1			5	1		1	2	1	1	20
Operador de máquinas agrícolas e florestais, móveis	2	1		5	2		2	2		3		17
Trabalhador não qualificado da floresta	2	2	3		2		1	4		2	1	17
Agricultor e trabalhador qualificado da horticultura	2	4		1			1	3	1	1	2	15
Agricultor e trabalhador qualificado de culturas agrícolas mistas	2			4	2			4		1	2	15
Engenheiro agrónomo	3			1	1			4	1	4		14
Motosserrista			3	2	1		3	2		3		14

Total de desempregados por profissões do sector das agroindústrias e floresta, por concelho (cont.)

	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS	Total
Técnico agrícola	1	3		1			1	4	1	1		12
Matador de animais		3						7		2		12
Salsicheiro	1			3			1	7				12
Engenheiro florestal	4			2	1		1		1	1		10
Sapador florestal	1		1	1	1	1		3		1		9
Encarregados das indústrias alimentares e das bebidas		1						2	2	1		6
Agricultor e trabalhador qualificado de cereais e outras culturas extensivas		2		1		1				2		6
Outros preparadores de carne, peixe e similares	1						1	1	2	1		6

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Trabalhador não qualificado da floricultura e horticultura	1	3						1		1		6
Diretor de produção na agricultura	1		1			1			2			5
Produtores e trabalhadores qualificados na produção animal de carne e de leite	1			1	1					1	1	5
Apicultor e trabalhador qualificado da apicultura				2	1					1		4
Operador de máquinas de produtos de padaria, de pastelaria, de confeitaria e de massas alimentícias	2					1				1		4
Operador de máquinas para preparação de vinhos e outras bebidas	1	1				2						4
Avicultor e trabalhador qualificado da avicultura						1		2				3
Trabalhador do fabrico de produtos lácteos					2		1					3
Produtor e trabalhador qualificado na produção de bovinos	1										1	2
Produtor e trabalhador qualificado na produção de outros animais de carne							1		1			2
Operador de máquinas de preparação de carne e peixe							1	1				2
Operador de máquinas para preparação de chá, café e cacau						2						2
Técnico da produção animal				1								1
Técnico florestal (inclui cinegético)	1											1
Outros produtores e trabalhadores qualificados da criação animal					1							1
Outros trabalhadores qualificados da floresta e similares								1				1
Conserveiro de frutas, legumes e similares				1								1
Provadores e classificadores, de alimentos e bebidas			1									1
Trabalhador não qualificado da produção animal						1						1
Total	88	100	27	108	146	34	51	115	51	86	92	898

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Evolução das profissões do setor e necessidades de competências	
Operador agrícola	<p>A figura do empregado agrícola regista clara empregabilidade (na opinião das associações e empresários participantes). O sector pode criar emprego, mas é preciso dar condições de requalificação do profissional agrícola (e do empregador).</p> <p>Em Amarante e Celorico já se verifica o surgimento de proprietários que tomam propriedades por arrendamento-empresários agrícolas que vão precisar de mão-de-obra especializada para a agricultura (nomeadamente para a poda, sacho, etc.). Este perfil não abunda no território.</p> <p>Embora a polivalência seja desejada, a especialização torna-se central neste tipo de funções de suporte da fileira.</p>
Técnico/gestor florestal	<p>“Os florestais não podem resumir o seu trabalho a contar e gerir árvores...têm sobretudo que gerir homens que têm árvores”. Esta constitui uma das afirmações mais paradigmáticas da discussão de um perfil de técnico florestal que se encontra em clara transformação.</p> <p>A referência a este perfil assume que é necessário técnicos com formação para comunicar com silvicultores e engenheiros florestais e acumulem funções de gestão/ profissionais intermédios/polivalência. No fundo, devem privilegiar competências de ligação a valências de gestão (desconhece-se esta incorporação consta das ofertas existente).</p>
Gestor comercial de explorações agrícolas	<p>Do ponto de vista estratégico do setor, esta é uma das funções chave de uma estratégia integrada de desenvolvimento do mesmo. Por seu turno, corresponde a um desafio na formação, nomeadamente para responder às dificuldades registadas na comercialização de produtos (área comercial e ligação entre produto e consumidor/canais de produção).</p>
Técnicos de produção biológica	<p>Este perfil é apontado como sendo Lacunar e sem oferta formativa suficiente para uma evolução desejada na fileira.</p> <p>De facto, as discussões realizadas refletem unanimidade na lacuna de técnicos em Agricultura em meio biológico – em ascensão no Douro Litoral.</p>
Cortador de carnes/ Especialistas de talhos	<p>Cortador de carnes/especialistas de talhos pode ser introduzida na lista de ações de formação a desenvolver, nomeadamente a reboque da ANCRA e da fileira da carne arouquesa. Trata-se de uma especialização não existente ao nível da oferta formativa e que pode trazer algum upgrade do ponto de vista da qualidade dos produtos agropecuários. Contudo, os dados do desemprego evidenciados acima revelam aproximadamente 50 desempregados.</p>

Legenda:

Em emergência
 Em crescimento
 Em declínio

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Capacidade de resposta instalada do sistema regional de educação/Formação e pistas para a reorientação da oferta formativa

À exceção das oportunidades que não encontram correspondência na oferta existente, como Gestor comercial de explorações agrícolas, Técnicos de produção biológica ou ainda Cortador de carnes/Especialistas de talhos, conclui-se que as ofertas existentes devem ser mantidas (ou até reforçadas) pelo elevado grau de ajustamento e qualidade que representam para o sector, assim como na perspetiva de empregabilidade.

Uma das evidências do Focus Group revela que uma parte significativa dos diplomados “emigraram” para fora do território para ingressar no mercado de trabalho com sucesso. Este facto encerra dois desafios: por um lado, não parece existir uma articulação desejável entre a formação e as empresas, nomeadamente ao nível do conhecimento que as empresas têm da formação e das entidades formadoras.

Por outro lado, para uma definição mais clara deste ajustamento, é necessária uma definição da estratégia regional em termos de agroindústria e floresta.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Oferta formativa Produção Agrícola e Animal e Silvicultura e Caça

Prioridade	Qualificação	Oferta existente
Transformação	Operador/a Agrícola	Resende, Paços de Ferreira, Penafiel (2013/2014)
Manutenção	Operador/a Apícola	Resende (2013/2014)
	Operador/a de Máquinas Agrícolas	Fora da região Norte
	Operador/a de Pecuária	Fora da região Norte
	Tratador/a / Desbastador/a de Equinos	Fora da região Norte
	Tratador/a de Animais em Cativo	Fora da região Norte
	Motosserrista	Fora da região Norte
	Operador/a Florestal	Fora da região Norte
Manutenção	Sapador/a Florestal	Amarante (2013/2014)
Manutenção	Técnico/a de Produção Agropecuária	Lousada, Paços de Ferreira (2013/2014)
Manutenção	Técnico de Produção Agrária	Marco de Canaveses, Celorico de Basto, Amarante, Resende (2013/2014) Celorico de Basto (2014/2015)
Manutenção	Produção Agrícola	Penafiel, Marco Canaveses (2014/2015)
Manutenção	Técnico/a Vitivinícola	Penafiel, Resende (2013/2014)
Manutenção	Técnico de Gestão Equina	Marco de Canaveses (2013/2014) Celorico de Basto, Marco Canaveses (2014/2015)
	Técnico/a de Gestão Cinegética	Fora da região Norte
	Técnico/a de Máquinas Florestais	Fora da região Norte
Manutenção	Técnico/a de Recursos Florestais e Ambientais	Amarante (2013/2014) Penafiel (2014/2015)
Reforço	Gestão de Empresas Agrícolas	Ponte de Lima (2014/2015)
	Tecnologias de Produção Integrada em Hortícolas	Bragança (2014/2015)
	Culturas Regadas	Ponte de Lima (2014/2015)
	Mecanização e Tecnologia Agrária	Ponte de Lima (2014/2015)
	Viticultura e Enologia	Ponte de Lima, Vila real (2014/2015)
	Vitivinicultura	Bragança, Vila Real (2014/2015)
	Defesa da Floresta contra Incêndios	Bragança (2014/2015)

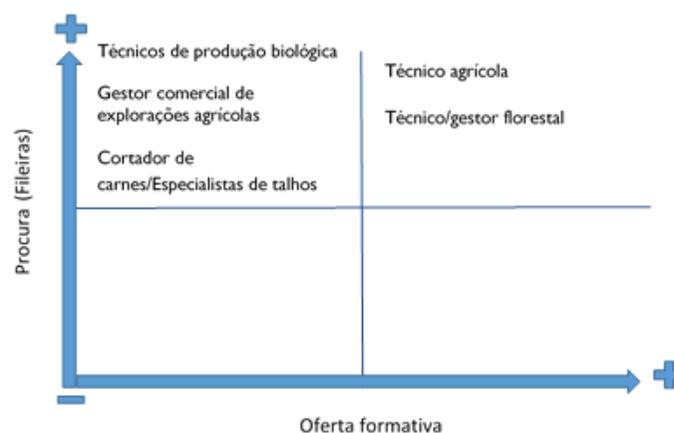
PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Legenda: Nível Básico/até 9.º ano (formação inicial e contínua)

Nível Secundário/12.º ano (formação inicial e contínua)

Pós-secundário - especialização

Como já mencionado, o exercício de ajustamento e reorientação da oferta formativa deverá ser tributário de uma definição das opções estratégicas a incluir na fileira. No fundo, trata-se da ideia fundamental de “formar para o território”, onde o sistema de oferta se ajuste ao perfil de evolução desejada para o sector. A este propósito, definiram-se os perfis profissionais prioritários sistematizados acima e que se situam no seguinte esquema de quadrantes sobre a relação entre procura e oferta.



Formação inicial:

As áreas sinalizadas como necessidades prioritárias de melhoria da qualidade da formação inicial visam os seguintes domínios de competências:

- Operador agrícola
- Técnico/gestor florestal (este perfil deve ter em conta a necessidade de articulação com engenheiros florestais)
- Gestor comercial de explorações agrícolas
- Técnicos de produção biológica

Formação de ativos em pós-laboral:

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Verifica-se uma escassez de oferta de formação profissional em horário pós-laboral, dirigida aos adultos.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Pistas para a evolução desejada do sector

Do exercício de grupo efetuado, realça-se uma ideia inteiramente consensual e transversal a qualquer posição que venha a ser tomada para a fileira: a necessidade de formar profissionais que façam a ponte com os silvicultores, com alguma formação técnica/foco principal da formação na área da gestão/gestão de produção/marketing.

Não obstante, algumas pistas foram referidas na reflexão coletiva:

- No eixo da empregabilidade, importa sobretudo fazer uma requalificação do empregado agrícola e dos próprios agricultores.
- Torna-se igualmente consensual que um dos maiores constrangimentos ao crescimento reside na capacidade de comercialização e da ligação dos produtos ao mercado. É por tal, prioritária a definição de uma estratégia de produção e canais de comercialização/marketing/transversalidade entre os sectores indústria e comércio. A operacionalização de uma Carta Agrícola poderia trazer vantagens, nesse sentido.
- Alterar o modelo de relacionamento das instâncias públicas com agentes privados, introduzindo uma nova governança. Neste particular, as entidades públicas devem desafiar o sistema de atores (estruturas federativas, DOLMEN; ADERSOUSA, Escolas,...) a definir com uma estratégia integrada que se materialize num contrato programa entre organizações, a CIM e as empresas e com estabelecimento de compromissos e metas.
- Uma outra ação prioritária reside na criação de um Plano de comunicação e divulgação dos produtos endógenos com a participação de cada município, acoplada na criação de uma marca CIM, a funcionar como chapéu da estratégia de promoção.
- Necessidade de qualificação/certificação de produtos e ligação da agricultura a outros sectores de atividade.
- Alguns produtores que sentem falta de apoio técnico na fase de ideia de negócio e também no acompanhamento do projeto. As Associações, e entidades formadoras podem ser mobilizadas para prestar serviços na consultoria/apoio técnico – evitando o risco de criação de gabinetes de apoio técnico desfasados da realidade – ligado às entidades representantes dos sectores. A este propósito, foi também ventilada a falta estrutura técnica nas cooperativas.
- Necessidade de definir as áreas de valor acrescentado as vantagens comparativas dos produtos regionais inseridos no sector. É necessária a identificação dos produtos-chave.
- Maior ligação do sector ao Turismo como estratégia de valorização.
- Os empresários ainda não estão suficientemente mobilizados para enveredar por estratégias de valorização como a certificação.
- Falta apostar na fiscalização da produção, com base numa marca de diferenciação dos produtos da Região estratégia de produção do território. Os GAL presentes no território têm igualmente um papel fundamental na definição e operacionalização desta estratégia.

TURISMO

Tendências de evolução do sector

O Turismo assume uma importância estratégica na região Tâmega e Sousa. O património natural, cultural e arquitetónico, aliado à riqueza gastronómica da região, são os vetores estratégicos do sector do turismo, tendo sido apontadas como as fortes potencialidades da região.

- O vasto património histórico e cultural integra um conjunto de roteiros suscetível de valorização no plano turístico;
- No que se refere à oferta cultural ao nível das artes e espetáculos, verifica-se a existência de um conjunto importante de equipamentos culturais que concretiza uma vasta oferta cultural. Em complemento, verifica-se a realização de iniciativas ligadas às tradições regionais/património etnográfico, traduzidas em feiras, festas e romarias e que têm um contributo importante ao nível da dinamização socioeconómica da região;
- Em termos de património natural, a região contempla um conjunto alargado de locais de interesse relevante.

Nos últimos anos, a região do Tâmega e Sousa tem vindo a valorizar a significativa riqueza do seu património através de políticas regionais para o desenvolvimento estratégico do Turismo, que desencadearam um conjunto de investimentos na valorização do território e na sua promoção turística. No período de programação 2007-2013, a região beneficiou de três dos oito Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE) destinados à Região Norte, estando formalmente reconhecidos os seguintes PROVERE:

- *Paisagens milenares no Douro Verde*: tem como foco temático o património natural, paisagístico, histórico e cultural, e como objetivo o aproveitamento das oportunidades suscitadas pela procura crescente das zonas rurais enquanto produtoras de bens agroalimentares de qualidade e de serviços de lazer, turismo e recreio;
- *Montemuro, Arada e Gralheira – Montanhas Mágicas*: a estratégia do Programa assenta na valorização económica das serras da Freita e Montemuro e dos rios Paiva e Vouga (sítios da "Rede Natura 2000"), nomeadamente, através da prática dos desportos de aventura e do turismo de natureza;
- *Rota do Românico*: tem como objetivo valorizar o património arquitetónico românico, complementado pelo património da sua envolvente natural (rios, floresta e áreas agrícolas).

No âmbito de cada um dos PROVERE foi elaborado um Programa de Ação, que se traduziu em projetos âncora e complementares que foram apoiados de forma transversal pelos fundos estruturais. Apenas para os projetos-âncora foi garantido financiamento na medida em que assumem um carácter

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Tendências de evolução do sector

nuclear e motor na implementação dos Programas de Ação e na concretização das estratégias. Os projetos complementares inscritos nos PROVERE, cujos número e o montante total se encontram sistematizados no quadro seguinte, abrangeram um leque muito diversificado de investimentos: rotas e percursos, unidades de alojamento (turismo em espaço rural e hoteleiras), formação profissional, modernização de empresas agroalimentares, quintas pedagógicas, centros de arte e ofícios, planos de Intervenção e recuperação de património, ... No entanto, uma parte desses investimentos não foi concretizada (embora reforcem e concedam profundidade ao conjunto da estratégia, o apoio ao investimento é condicionado à disponibilidade dos recursos financeiros comunitários e à própria qualidade das candidaturas).

Projetos âncora e complementares definidos no âmbito dos PROVERE

PROVERE	Projetos âncora		Projetos complementares	
	N.º	Montante de investimento total (€)	N.º	Montante de investimento total (€)
Paisagens milenares no Douro Verde	10	11.860.371	103	78.616.355
Montemuro, Arada e Gralheira	10	6.764.493	73	31.544.860
Rota do Românico	8	10.600.000	191	175.254.477
Total	28	29.224.864	367	285.415.692

Fonte: <http://www.novonorte.qren.pt/pt/geral/provere-estrategias-de-eficiencia-coletiva/>

Para além dos PROVERE referidos, a oferta turística da Região é complementada com outras ofertas organizadas como é o caso da “Rota dos Vinhos Verdes” (que integra as Rotas do Vinho em Portugal), mas que atualmente se encontra insuficientemente dinamizada.

Todos estes produtos turísticos têm-se revelado importantes para o acréscimo do nível de densificação da oferta turística regional, sendo que, atualmente, a “Rota do Românico” surge como o projeto mais emblemático e como a pedra angular para um conjunto alargado de novos investimentos, nomeadamente, em serviços de proximidade (p.e, bibliotecas, museus, espaços para eventos e realizações culturais) e em iniciativas complementares

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Tendências de evolução do sector

como o Centro de Estudos do Românico e do Território, sendo já um marco reconhecido pelos próprios produtores locais, interessados em promover a transação de produtos entre os atores pertencentes à Rede. Mais recentemente está em desenvolvimento um selo de qualidade da Rota que visa a formalização da rede de atores e que se espera que venha a exercer um efeito contagiante entre os vários operadores locais, nomeadamente ao nível da qualificação dos próprios recursos humanos (condição associada à certificação).

A região dispõe também de um relevante património de atividades artesanais com variedade e qualidade que importa valorizar e conservar e inovar e desenvolver. Para além de assumir um importante papel social nos territórios rurais, onde as artes e ofícios tradicionais são comumente integradas na pluriatividade de muitas famílias, ou orientadas para a ocupação de tempos livres ou ainda para a autossuficiência, os produtos artesanais têm um forte vínculo com a atividade turística, tendo a vantagem de ser objetos únicos que refletem a cultura da região. Os bordados (richelieu, matiz, bainhas abertas, crivo, ...), a cestaria, a tecelagem em linho, a tamancaria, a cerâmica, a ourivesaria, os trabalhos em madeira, são alguns exemplos da diversidade de criações tanto ligadas a atividades económicas específicas como à imaginação e à arte popular, e que contribuem para a riqueza patrimonial da região.

Todavia, à região falta ainda a qualificação das unidades hoteleiras e da animação turística, bem como a notoriedade e reconhecimento a nível nacional e internacional como destino turístico de eleição.

Quanto à capacidade de alojamento, a oferta de alojamento turístico concentra-se nos concelhos de Amarante e Penafiel, sendo que os dados disponíveis indicam que o peso da região Tâmega e Sousa no total do Norte é bastante reduzido (5% dos estabelecimentos e 3,3% da capacidade de alojamento). Paralelamente parece haver um défice de recursos humanos ligados ao sector do turismo com sensibilidade para alguns dos requisitos da profissão, nomeadamente, no que respeita ao conhecimento das características da região e à relação que estabelecem com os turistas. Por outro lado, reconhecem-se também fragilidades ao nível da gestão, com implicações a vários níveis, designadamente, na conceção dos produtos turísticos e seu envolvimento em redes e parcerias de produtos turísticos já estruturados e na prestação de serviços de informação turística, de hotelaria e de restauração.

Os pontos seguintes debruçam-se sobre a dinâmica do emprego/desemprego do sector e perspetivas de evolução das necessidades da procura, tendo-se optado por integrar nesta análise também o setor do Comércio.

Dinâmicas de emprego/ desemprego

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Alojamento e restauração

O setor do alojamento e restauração é o quarto sector onde se regista maior número de desempregados na região do Tâmega e Sousa. Embora o subsector dos restaurantes seja o mais expressivo, os estabelecimentos de bebidas e hoteleiros também sofrem níveis de desemprego consideráveis. Tendo em conta o local de residência dos desempregados, os concelhos que apresentam maior desemprego no sector são: Amarante (246 desempregados); Penafiel (218 desempregados); Marco de Canaveses (179 desempregados) e Paços de Ferreira (149 desempregados).

Comércio

Em terceiro lugar na origem do desemprego, o Comércio é responsável por uma fatia de 11% do total de desempregados, nomeadamente o comércio a retalho de outros produtos, em estabelecimentos especializados (e não especializados), o comércio a retalho de outro equipamento para uso doméstico, em estabelecimentos especializados e a serviços de manutenção e reparação de veículos automóveis. Embora seja mais transversal a todos os concelhos da região, os 6 mais fustigados pelo desemprego no setor são: Paços de Ferreira (461 desempregados); Penafiel (369 desempregados); Felgueiras (365 desempregados); Amarante (330 desempregados); Lousada e Marco de Canaveses (310 e 316 desempregados, respetivamente).

O quadro seguinte oferece uma leitura mais detalhada da distribuição concelhia do desemprego nas seis atividades (de acordo com a CAE) do Comércio e Turismo, onde se destaca o comércio a retalho e a restauração.

Total de desempregados por principais CAE do Turismo e Comércio, por concelho

	Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos		Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos		Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos		Alojamento		Restauração e similares		Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços relacionados	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Amarante	277	14,7	70	10,4	80	17,1	110	32,0	277	18,0	5	50,0
Baião	60	3,2	22	3,3	9	1,9	21	6,1	76	4,9		
Castelo de Paiva	53	2,8	20	3,0	11	2,4	6	1,7	44	2,9	1	10,0
Celorico de Basto	61	3,2	28	4,1	16	3,4	11	3,2	57	3,7		
Cinfães	67	3,6	19	2,8	15	3,2	29	8,4	108	7,0		
Felgueiras	149	7,9	80	11,9	53	11,3	22	6,4	85	5,5		

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Lousada	253	13,5	91	13,5	61	13,1	22	6,4	141	9,1	1	10,0
Marco de Canaveses	280	14,9	71	10,5	57	12,2	55	16,0	239	15,5	1	10,0
Paços de Ferreira	330	17,5	139	20,6	65	13,9	15	4,4	176	11,4		
Penafiel	319	17,0	127	18,8	95	20,3	39	11,3	288	18,7	1	10,0
Resende	32	1,7	8	1,2	5	1,1	14	4,1	51	3,3	1	10,0
Total	1.881	100,0	675	100,0	467	100,0	344	100,0	1.542	100,0	10	100,0

Fonte: Dados do desemprego, IEPF (2014).

A análise dos dados do desemprego por profissão revela que a grande maioria dos desempregados (27,5%) deste setor exerciam a profissão de vendedores em loja, que corresponde à 7ª profissão com mais desempregados da região do T&S, e particularmente incidente nos concelhos urbanos de Penafiel, Marco de Canaveses, Amarante, Paços de Ferreira e Lousada. O cruzamento destes dados com os elementos de apreciação dos atores relativos às perspetivas de evolução das profissões, permite concluir que se trata de uma profissão em que a procura reivindica competências mais exigentes para o exercício da profissão.

O quadro torna também evidente o predomínio das atividades do Comércio, sobre as do Turismo, em matéria de destruição do emprego. No âmbito das atividades do Turismo, as profissões que apresentam maiores taxas de desemprego são os ajudantes de cozinha e empregados de mesa. Com efeito, os empregados de mesa são identificados como uma profissão em declínio (conforme se desenvolve mais abaixo, no ponto “Evolução das profissões do setor e necessidades de competências”).

Refira-se contudo que os dados relativos ao desemprego neste sector são influenciados pela sazonalidade da atividade turística, que representa um obstáculo direto à empregabilidade no sector e leva alguns atores a defender a ideia de criação de uma bolsa de ativos que possa ser gerida em função da dinâmica das atividades económicas mais prejudicadas pela sazonalidade, como o Turismo e a Agricultura.

Total de desempregados por profissões do sector do Turismo, Artesanato e Comércio, por concelho

	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS	Total
Vendedor em loja (estabelecimento)	177	51	33	53	51	96	133	180	151	209	39	1.173
Assistente de venda de alimentos ao balcão	108	32	21	36	51	68	79	117	92	162	24	790

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Ajudante de cozinha	140	61	21	54	61	30	56	152	71	107	17	770
Empregado de mesa	51	22	11	22	46	8	32	70	35	80	18	395
Operador de caixa	63	18	8	15	8	21	36	80	30	35	6	320
Cozinheiro	41	15	8	8	10	8	25	39	11	44	10	219
Empregado das agências de viagens	17	6	1	6	3	9	8	33	12	22	10	127
Outros trabalhadores relacionados com vendas, ne	9	4	4	9	6	10	15	11	30	22	1	121
Rececionista de hotel	5	1	3	3	1	1	2	8	7	10		41
Empregado de bar	6		2		7	1	2	4	9	9	1	41
Comerciante de loja (estabelecimento)				2	1	4	8	1	11	5		32
Vendedor ambulante de produtos alimentares	2	2		3	4	1	2	6	2	9		31
Artesão de artigos em madeira							6		23	2		31
Vendedor ao domicílio	2	1		1	2		4	6	5	6		27
Vendedor em quiosque e em mercados	5		1			5	2	1	2	2		18
Porteiro de hotelaria	4	1			2	3	2	2	1			15
Chefe de cozinha		1	2		3	1	1	1		2		11
Diretor e gerente do comércio a retalho	1		1	1			1	2	2	2		10
Encarregado de loja (estabelecimento)	1				1	1	1	2		3		9
Oleiro	3	1		2	1		1			1		9
Diretor e gerente de outros serviços, ne	1		1		1	1	2	1	1			8
Artesão de rendas, bordados e tapeçarias, manuais	2	1			1		2	1			1	8
Diretor e gerente, de hotéis e similares	1	1	1		1		1		1	1		7

Total de desempregados por profissões do sector do Turismo, Artesanato e Comércio, por concelho (cont.)

	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS	Total
Serígrafo e similar	1							6				7
Vendedores		1		1	1		1			1	1	6

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Joalheiro									1	1	4		6
Empregados de mesa e bar	2	1								2			5
Assistente de estação de serviço ao condutor					1					2	2		5
Guia intérprete									2		2	1	5
Diretor e gerente de restauração (restaurantes e similares)	1				1				1	1			4
Diretor e gerente do comércio por grosso	1								1	1			3
Vendedor de centros de contacto	2										1		3
Outros oleiros e similares		1								2			3
Lapidador e gravador, de vidro, cerâmica e outros materiais										2	1		3
Trabalhador qualificado do fabrico e reparação de instrumentos de precisão								1			1		2
Outros ourives e trabalhadores de diamantes industriais								2					2
Pintor-decorador de vidro, cerâmica e outros materiais	1					1							2
Artesão de cestaria e artigos similares					1					1			2
Diretores e gerentes, de hotelaria e restauração	1												1
Diretores e gerentes, do comércio a retalho e por grosso										1			1
Bilheteiro											1		1
Trabalhador qualificado do fabrico e afinação de instrumentos musicais									1				1
Modelador e formista, de cerâmica	1												1
Padeiros, pasteleiros e confeitores										1			1
Confeiteiro											1		1
Total	649	221	118	216	256	269	425	729	510	747	129		4.269

Fonte: Dados do desemprego, IEFP (2014).

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Evolução das profissões do setor e necessidades de competências	
Profissões e funções do sector do Turismo	
Restauração	<p>A Gastronomia e os Vinhos posicionam-se como um dos principais pilares de atração turística da região do Tâmega e Sousa pelo que os empresários e representantes do sector mostram grande preocupação com a escassez de profissionais devidamente qualificados e motivados para investir numa carreira na área da restauração. Com efeito, apesar da extensa oferta de formação inicial na área da cozinha/pastelaria/restaurante e bar, verifica-se uma paradoxal dificuldade em recrutar profissionais com um perfil de competências ajustado às exigências da função, bem como em fixar os jovens diplomados na profissão, dado o descontentamento perante as condições de trabalho, nomeadamente em relação aos horários de trabalho.</p> <p>Esta dificuldade parece atravessar as várias categorias de restauração, pondo mesmo em causa a manutenção de importantes polos de atração de visitas, como aconteceu recentemente com o encerramento de um dos mais reconhecidos restaurantes de Amarante.</p> <p>Assim, as lacunas ao nível dos recursos humanos na área da restauração passam quer pela dificuldade em atrair e fixar os profissionais (sobretudo, os jovens diplomados da área), como pela fragilidade da sua formação base. A este nível, as maiores necessidades de ajustamento são de ordem técnica e relacional e prendem-se com a necessidade de formar profissionais com iniciativa e versáteis, disponíveis para trabalhar com horários flexíveis, com melhores competências ao nível do atendimento, incluindo o domínio de línguas e conhecimentos de enologia.</p> <p>É igualmente importante que a formação dos profissionais da restauração tenha em conta o seu papel enquanto representantes da região e da oferta turística, pelo que devem conhecer e ser capazes de promover as principais características da oferta.</p>
Enologia	<p>A relevância da produção vitivinícola no turismo da região justifica um maior investimento na especialização em enologia dos profissionais da restauração. A obtenção de conhecimentos técnicos é condição essencial para um serviço de qualidade e simultaneamente para sensibilizar os profissionais para a promoção dos produtos locais, como os vinhos verdes, que desejavelmente deverão estar presentes nos restaurantes da região.</p>
Hotelaria	<p>A sazonalidade é um fator crítico do recrutamento de profissionais para a hotelaria, que não favorece a constituição de equipas tecnicamente consolidadas. As maiores fragilidades do ponto de vista do perfil de competências prendem-se com o domínio de</p>

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

	línguas e com técnicas de comunicação com os clientes.
Guias turísticos	Com vista a criar uma resposta qualificada à procura crescente de visitantes, torna-se prioritário constituir uma bolsa de guias/animadores/intérpretes para animar a oferta turística da região do Tâmega e Sousa. O perfil deste recurso deverá ter boas competências ao nível de relações públicas e, em simultâneo, possuir conhecimento profundo dos locais visitados pelos turistas, bem como domínio de línguas. Atendendo à importância da vertente histórica-arquitetónica-cultural do património da região, nomeadamente o que integra a Rota do Românico, destaca-se a importância de um perfil especializado em interpretação do património.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Evolução das profissões do setor e necessidades de competências	
Profissões e funções do sector do Turismo	
Preservação do Património	<p>A expressão turística da Rota do Românico implica fortes exigências ao nível das condições de preservação do património, o que convoca a necessidade de reforçar profissionais empenhados na conservação e segurança do património.</p> <p>A este nível, considera-se que a área da conservação representa um nicho de negócio que pode suscitar o surgimento de empresas de prestação de serviços de restauro e manutenção (p.e., jardins, casas antigas, para além do imenso património histórico), com potencial de procura de recursos humanos especializados. Paralelamente, com o intuito de reforçar as condições de segurança do património, afigura-se essencial apoiar a criação da figura de guardiões dos monumentos, função que pode ser desempenhada por seniores/voluntários, em articulação com iniciativas de apoio ao envelhecimento ativo da população.</p>
Animação	<p>A área da Animação está parcamente desenvolvida nos produtos turísticos da região, apesar de ter um potencial relevante para dinamizar as visitas ao património (p.e., visitas encenadas). Nessa perspetiva, a estruturação de atividades de Animação, que envolve naturalmente o recrutamento de recursos adequados, é encarado como um importante impulso para a dinamização da vertente de turismo cultural da região e com potencial por explorar ao nível da criação de emprego.</p>
Motorista de turismo	<p>A beneficiar do fluxo de turistas que visita o Porto, perspetiva-se o surgimento de um nicho de mercado associado ao transporte de turistas até aos locais de atração do Tâmega e Sousa. Neste momento, não existe este tipo de oferta, o que limita os ganhos de sinergias com a dinâmica turística do Porto, bem como o surgimento de novas empresas e criação de emprego.</p> <p>Com efeito, reconhece-se que o perfil de motorista desempenha um papel importante na relação direta com os turistas e como tal também os motoristas privados, como os taxistas, deverão ser estimulados a melhorar os seus conhecimentos com vista à informação dos visitantes.</p>
Técnicos especializados para responder à diversidade das atividades turísticas da Região	<p>Os caminhos de especialização da dinâmica turística da região são diversos: entre vetores mais consolidados, como o Turismo de Natureza e o Turismo Cultural e vetores em exploração, como o Turismo de Saúde, o Turismo de Aventura ou o Turismo de Negócio, dentro dos quais se desenham necessidades específicas de recursos, cuja expressão depende dos respetivos graus de maturação. Nesta lógica, enquanto o Turismo de Natureza e o Turismo Cultural representam eixos mais consolidados da oferta do território, outros subsectores terão um campo de implementação mais limitado, quer do ponto de vista geográfico quer do ponto de vista da diversidade dos produtos turísticos e respetivas necessidades de recursos humanos. Não obstante, a necessária estratégia de</p>

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

	<p>valorização do Turismo no Tâmega e Sousa deve ir ao encontro das várias especificidades do mosaico de atividades turísticas da Região e, a esse nível, aprofundar a identificação das necessidades específicas de recursos humanos do setor.</p> <p>Os dados que a seguir se apresentam não cobrem com exaustividade a identificação do perfil de recursos humanos necessários para responder a essa diversidade de atividades turísticas, mas ilustram, a partir do caso do Turismo de Saúde, o potencial de criação de emprego derivado das oportunidades de desenvolvimento do sector.</p> <p>Conforme destacado por uma empresária de um alojamento turístico, a região dispõe de recursos naturais termais propícios ao desenvolvimento de ofertas de saúde e bem-estar, que representam uma área privilegiada de recrutamento de técnicos de saúde especializados, com destaque para médicos hidrologistas, terapeutas e enfermeiros de reabilitação.</p>
Evolução das profissões do setor e necessidades de competências	
Profissões e funções do sector do Turismo	
Técnicos de contabilidade	<p>A procura de técnicos de contabilidade tem vindo a diminuir, fruto de estratégias de controlo de custos que justificam a opção pelo recrutamento de profissionais menos especializados e mais polivalentes, nas áreas técnicas de suporte. Assim, por um lado, a procura tende a privilegiar profissionais que possam acumular as funções de contabilidade com outras funções de apoio à gestão, como o marketing e a gestão.</p>
Empregado de mesa	<p>O perfil de empregado de mesa tradicional está em declínio. A procura tende a valorizar um perfil mais polivalente, que domine conhecimentos na área comercial, que tenha conhecimentos básicos de línguas e uma maior capacidade de iniciativa para propor melhorias e produtos novos. Esta necessidade de renovação é consequência do <i>upgrade</i> de qualidade que importa impor à oferta de restauração.</p>

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Profissões e funções do sector do Comércio		
Técnico de vendas	A área de Vendas regista níveis de procura elevados e escassez de pessoas com qualificações adequadas. O Comércio, incluindo o de cariz tradicional, é um sector em transformação, por via da incorporação de novas estratégias de marketing e venda estimuladas pelo comércio eletrónico. Com efeito, o crescimento do número de visitantes na região pode ter um efeito positivo na dinâmica dos estabelecimentos comerciais, desde que estes acompanhem a incorporação de competências necessárias a responder às mudanças do perfil da procura. Entre as competências sinalizadas como mais prioritárias destaca-se: prospeção de mercado, técnicas de vendas, vitrinismo, competências de comércio eletrónico como marketing eletrónico e gestão de <i>stocks</i> e encomendas online (área onde se sinaliza a necessidade de criação de ofertas formativas adequadas).	
Programadores web para comércio eletrónico	A aliança das novas tecnologias ao comércio é uma importante vertente para a promoção do seu crescimento, perspetivando-se uma evolução positiva do volume de negócios online. Com efeito, em termos globais, o desenvolvimento desta vertente tem potenciado o crescimento de vendas no estrangeiro, o aumento da percentagem de vendas realizadas através de dispositivos móveis e a preferência pelas redes sociais como plataformas de comunicação e divulgação das marcas e dos negócios (de acordo com o Barómetro do Comércio Eletrónico em Portugal da ACEPI-Associação do Comércio Eletrónico e Publicidade Interativa), dimensões que podem potenciar o aumento da procura por profissionais capazes de criar plataformas de comunicação digital dirigidas ao comércio eletrónico.	
Legenda:		
 Em emergência	 Em crescimento	 Em declínio

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Capacidade de resposta instalada do sistema regional de educação/Formação e pistas para a reorientação da oferta formativa



A leitura da capacidade de resposta instalada no sistema de educação formação apresenta um conjunto de evidências relativamente complexas e contraditórias: a região tem uma aposta forte em formação profissional na área da restauração, mas o fluxo de diplomados não tem sido suficiente para responder à procura e revela dificuldade de adaptação às exigências da função, nomeadamente a disponibilidade para trabalhar nos horários normais de descanso, como fins-de-semana e feriados, de onde resulta que uma parte significativa dos diplomados não estará a exercer atividade profissional no sector. Contudo, verifica-se que a maior aposta de formação concentra-se na formação inicial, registando-se falta de ofertas pós-laborais dirigidas aos ativos do sector. Por esses motivos, tanto no caso da restauração como da hotelaria, é evidente o desajustamento entre a procura e a oferta (que justificam o seu enquadramento no primeiro quadrante).

Paralelamente importa ter presente que a existência da Escola de Arqueologia (em Marco de Canaveses) constitui um recurso que pode ser potenciado para garantir a adequação

da oferta formativa relacionada com o Património às especificidades locais (nomeadamente na formação de Guias turísticos, de profissões ligadas à Preservação do Património e mesmo no Artesanato).

O quadro seguinte dá conta do panorama da oferta disponível nos concelhos do Tâmega e Sousa (e área de proximidade, no caso da formação especializada), assinalando-se os cursos que respeitam às profissões/funções mais enfatizadas pelos atores como mais lacunares do ponto de vista da disponibilidade de recursos humanos qualificados. Note-se, contudo, que tanto no caso da Hotelaria e Turismo, como do Comércio, não há elementos para considerar a necessidade de reforçar a oferta existente, mas antes importa atender à melhoria das condições de atração dos jovens para a profissão (sensibilizando-os e preparando-os desde cedo para as características e exigência do sector), assim como para a qualidade da oferta. A este nível, a

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

promoção de parcerias com as Escolas de Hotelaria do Turismo de Portugal, bem como com as próprias empresas e operadores com qualidade (via parcerias com o Turismo de Portugal) pode constituir uma oportunidade para colmatar dificuldades do ponto de vista da oferta de formação.

Oferta formativa da Hotelaria e Turismo

Prioridade	Qualificação	Oferta existente
Manutenção	Cozinheiro/a	Paços de Ferreira, Penafiel, Amarante, Lousada, Cinfães e Marco Canaveses (13/14)
	Empregado/a de Andares	Fora da região Norte
Manutenção	Empregado/a de Restaurante/Bar	Amarante, Cinfães e Paços de Ferreira (13/14)
	Operador/a de Manutenção Hoteleira	Fora da região Norte
Manutenção	Restauração	Felgueiras
	Rececionista de Hotel	Lousada e Amarante (13/14)
Manutenção	Técnico/a de Cozinha/Pastelaria	Lousada, Cinfães, Felgueiras, Penafiel e Castelo de Paiva (13/14) Cinfães, Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira (14/15)
Manutenção	Técnico/a de Restaurante/Bar	Felgueiras, Lousada, Cinfães, Paços de Ferreira, Castelo de Paiva, Penafiel e Amarante (13/14); Baião, Cinfães, Lousada e Felgueiras (14/15)
	Acompanhante de Turismo Equestre	Fora da região Norte
	Técnico/a de Informação e Animação Turística	Felgueiras, Paços de Ferreira, Felgueiras e Penafiel (13/14)

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

	Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural	Lousada, Cinfães, Paços de Ferreira, Felgueiras e Marco de Canaveses (13/14) Cinfães, Felgueiras e Marco de Canaveses (14/15)
	Técnico de Receção	Amarante (14/15)
Manutenção	Técnico de Turismo	Felgueiras e Marco Canaveses (13/14); Felgueiras e Marco de Canaveses (14/15)
Manutenção	Técnico Operacional de Património /Turismo	Marco de Canaveses (14/15)
Manutenção	Turismo Cultural e Recreativo	Amarante (13/14)
Manutenção	Técnico/a Especialista em Gestão e Produção de Cozinha	Viana do Castelo, Porto, Lamego (14/15)
	Técnico/a Especialista em Gestão e Produção de Pastelaria	Porto, Viana do Castelo e Lamego (14/15)
	Técnico/a Especialista em Gestão Hoteleira de Restauração e Bebidas	Porto (14/15)
	Técnico/a Especialista em Gestão Hoteleira e Alojamento	Fafe, Porto, Espinho e Viana do Castelo (14/15)
	Técnicas e Gestão Hoteleira	Viana do Castelo (14/15)
Manutenção	Técnicas de Restauração	Porto (14/15)
	Receção e Alojamento Hoteleiro	Porto (14/15)
	Técnico/a Especialista de Animação em Turismo de Saúde e Bem-estar	Vila Nova de Gaia e Gandra (14/15)
	Técnico/a Especialista de Gestão de Turismo	Porto, Sta ^a Maria da Feira, Espinho, Bragança, Maia, Vila Nova de Gaia e Fafe (14/15)
	Técnico/a Especialista de Turismo Ambiental	Fora da região Norte
	Técnico/a Especialista em Turismo de Ar Livre	Resende (13/14)
Manutenção	Promoção Turística e Cultural	Mirandela, Bragança, Caldas das Taipas (14/15)
Manutenção	Animação em Turismo de Natureza e Aventura	Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Porto
	Gestão de Animação Turística em Espaço Rural	Ponte de Lima, Marco de Canaveses e Rates (14/15)
	Gestão de Animação Turística	Porto (14/15)

Legenda: Nível Básico/até 9.º ano (formação inicial e Nível Secundário/12.º ano (formação inicial e Pós-secundário -

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

contínua)

contínua)

especialização

Oferta formativa do Comércio

Prioridade	Qualificação	Oferta existente
	Empregado/a Comercial	Amarante (13/14)
	Operador/a de Logística	Fora da região Norte
	Práticas Comerciais	Penafiel (13/14)
	Técnico/a Comercial	Amarante, Paços de Ferreira, Penafiel, Amarante (13/14)
Manutenção	Técnico de Comércio	Felgueiras, Paços de Ferreira, Amarante, Celorico de Basto, Marco de Canaveses, Felgueiras, Amarante (13/14); Paços de Ferreira, Amarante, Celorico de Basto, Felgueiras, Lousada, Penafiel (14/15)
	Técnico/a de Logística	Paços de Ferreira (13/14)
	Técnico/a de Marketing	Fora da região Norte
Manutenção	Técnico/a de Vendas	Penafiel, Amarante (13/14) Marco Canaveses, Paços de Ferreira, Castelo de Paiva (14/15)
	Técnico/a de Vitrinismo	Lousada (13/14); Lousada (14/15)
	Técnico/a Especialista em Comércio Internacional	
	Exportação e Logística	Vila Frescainha (14/15)
	Logística	Viana do Castelo (14/15)
	Divulgação Comercial na Saúde	Maia (14/15)

Legenda: Nível Básico/até 9.º ano (formação inicial e contínua)

Nível Secundário/12.º ano (formação inicial e contínua)

Pós-secundário - especialização

No quadro da reflexão acerca da reorientação da oferta de formação nesta área, importa ter presente que as lacunas que se fazem sentir ao nível da oferta estão já a condicionar as dinâmicas da procura, sendo o encerramento de um importante restaurante no concelho de Amarante o caso mais

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

ilustrativo dessa influência negativa.

Formação inicial:

As áreas sinalizadas como necessidades prioritárias de melhoria da qualidade da formação inicial visam os seguintes domínios de competências:

- Línguas estrangeiras;
- Experiência prática (com majoração dos períodos de experiência em contexto de trabalho);
- Empreendedorismo.

O destaque conferido pelos representantes do sector que participaram no focus group à formação para o empreendedorismo prende-se com a importância que atribuem à necessidade de formar profissionais mais dinâmicos, criativos e com espírito de iniciativa. A formação em empreendedorismo é, assim, encarada como uma competência transversal que deve ser integrada nas várias ofertas de formação do sector, incluindo no plano da formação inicial, uma vez que se reconhece a necessidade de promover esse tipo de soft skills nos jovens.

Paralelamente, os participantes no focus group deixam um alerta relativo ao maior condicionamento que se faz sentir no recrutamento de formadores com conhecimentos profundos e experiência profissional, devido à diminuição acentuada dos valores hora atribuídos à formação

Formação de ativos em pós-laboral:

Verifica-se uma escassez de oferta de formação profissional em horário pós-laboral, dirigida aos adultos.

Estratégias de reconversão:

É possível equacionar o recurso a estratégias de reconversão de técnicos das Câmaras Municipais (em perfis excedentários) para desempenhar funções no Turismo.

Estratégias de requalificação de desempregados:

Os dados do desemprego por profissão põem em evidência o desencontro entre o perfil de desempregados e as necessidades de recrutamento dos empregadores: tanto no Comércio como no Turismo, há registo de desempregados nas profissões mais procuradas pelos empregadores (nomeadamente

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

cozinheiros ou técnicos de venda) o que deve suscitar a aposta na requalificação desses profissionais com vista à sua reintegração no mercado de trabalho.

Pistas para a evolução desejada do sector

Valorização e Promoção da Oferta Turística:

Como extensamente validado pela informação recolhida e pela perspetiva de atores relevantes, a região contempla uma oferta turística vasta e diversificada, mas que pelo facto de não se encontrar suficientemente organizada e integrada, pode ter repercussões negativas ao nível da sua atratividade. Assumir a integração da oferta, incluindo as diversas dimensões de oferta turística (património natural, paisagístico, cultural, histórico, arquitetónico, etnográfico - gastronomia e vinhos), pode ser uma via para o ganho de relevo e consistência da oferta.

Nesse sentido, destaca-se a necessidade de intervir:

- na qualificação dos recursos humanos, com uma aposta forte na sensibilização e formação dos recursos humanos que deverá estender-se a todos os segmentos que contactam com os turistas e visitantes melhorando, desta forma, o aproveitamento que os turistas podem fazer da região;
- na criação de uma imagem coesa da oferta turística da região, dependente em grande medida da capacidade de:
- organização articulada das ofertas existentes (a partir de recursos muitas vezes já realizados mas nem sempre devidamente articulados, como as Rotas e roteiros, centros de promoção de produtos locais, gabinetes de apoio à criação de novos projetos, integração turismo-comércio...);
- distinção reconhecida de padrões de elevada qualidade, o que pode beneficiar do processo em curso de criação de um selo da qualidade da Rota do Românico;
- investimento na visibilidade/marketing dos produtos turísticos regionais, incluindo a sensibilização da população e em particular dos mais jovens (p.e., através da promoção de projetos educativos nas Escolas);
- em estratégias de qualificação do Artesanato, apoiando a dinamização da sua promoção e comercialização (sendo esta uma área de atividade que pode ser estrategicamente mobilizada no âmbito de iniciativas de apoio ao envelhecimento ativo da população);
- no reforço da atuação em Rede, que pode ter na Rota do Românico o principal núcleo agregador, mas sem a considerar exclusiva da diversidade turística existente.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Nota síntese relativa ao exercício de matching entre as necessidades da procura e a oferta de formação, nos principais setores de atividade do Tâmega e Sousa

O exercício de auscultação de representantes do tecido empresarial dos mais importantes setores de atividade do Tâmega e Sousa e de entidades formadoras foi realizado num ambiente de grande participação, revelador do interesse dos atores em discutir estratégias para a criação de emprego na região e a melhor adequação do *matching* entre a procura e as necessidades de qualificação de profissionais.

A informação recolhida reúne um conjunto de elementos exploratórios para fortalecer esse *matching*, bem como para apontar um conjunto de linhas de intervenção de natureza mais estratégica e transversal, consideradas basilares para a evolução desejada dos setores, que a seguir se sintetizam.

- I. *Diagnosticar em profundidade as necessidades de formação das empresas* de forma a fundamentar as apostas de formação profissional e estabilizar o plano de formação dos vários operadores regionais. A este nível ficou evidente a necessidade de reforçar a ligação entre os atores da esfera da procura e da oferta, nomeadamente ao nível das necessidades de formação especializada, a que o sistema de formação deve ser capaz de responder com modelos de formação contínua à medida (formações modulares e formação-ação).
- II. *Melhorar a qualidade das aprendizagens*, sobretudo no que

respeita à necessidade de aprofundar o desenvolvimento de competências transversais dos jovens (*soft skills*) promotoras de atitudes mais recetivas à aprendizagem, de maior autonomia e capacidade de iniciativa. Esta ideia remete para a importância da adoção de percursos formativos de banda larga, que abrangam quer as componentes técnicas como relacionais.

- III. *Apostar na valorização social das profissões*, fator apontado como a principal causa para uma boa parte do desajustamento entre a procura do mercado de trabalho e a capacidade de resposta do sistema de educação-formação. Trata-se de divulgar junto dos mais jovens a diversidade e riqueza do tecido empresarial da região, com incidência nas profissões chave dos setores que muitas vezes pertencem ao imaginário de profissões pouco atrativas e socialmente pouco valorizadas, mas onde há oportunidades de emprego que ficam sem resposta.
- IV. *Apostar em estratégias de reconversão e requalificação dos ativos*. Por um lado, ficou evidente a falta de capacidade do sistema para requalificar desempregados: conforme já foi destacado, uma parte importante das profissões identificadas como oportunidades de emprego têm correspondência com profissões que engrossam a listagem de desempregados, pelo

que as estratégias de formação da população adulta devem orientar-se para a atualização de conhecimentos que permitam a reintegração dos ativos no mercado de trabalho. Por outro lado, há margem para implementar estratégias de reconversão de desempregados para setores de atividade diferentes aos das suas atividades de origem.

A estratégia de requalificação dos ativos encerra, em si, o desafio de acompanhar a evolução tecnológica e dos processos produtivos que caminham para atividades de maior sofisticação e exigência em matéria de qualificação dos recursos humanos:

- ao nível da produção, a grande necessidade de resposta centra-se nas profissões-chave do setor (costureiras, técnicos de pedreiras, operadores,...) que se encontram em transformação do ponto de vista das suas exigências funcionais;
- ao nível da gestão estratégica, destaca-se a forte necessidade de melhorar as competências de gestão para acompanhar a mudança de paradigma nos modelos de negócio, que exigem a incorporação de novas competências ou novos recursos humanos no âmbito da conceção e desenvolvimento do produto, controlo de qualidade, ambiente, comercialização e marketing.

V. *Investir na consolidação de uma marca territorial da CIM*, num horizonte de longo prazo, que potencie a identidade da região e crie um contexto facilitador de modelos de governança mais agilizados entre as instâncias públicas e privadas que intervêm no

território.

PARTE III. A ESTRATÉGIA DO PAPE

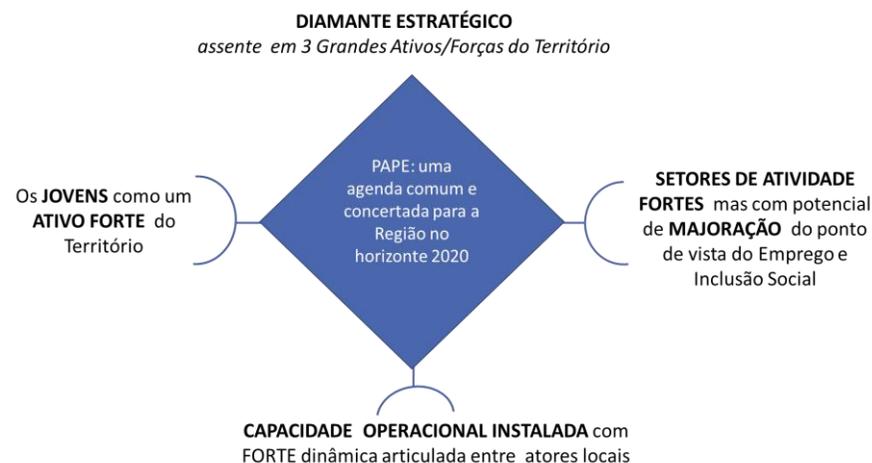
PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

FILOSOFIA E ARQUITETURA DO PAPE

O conjunto de elementos de Diagnóstico apresentados constituem fontes basilares para a delimitação do campo de intervenção do PAPE e focalização dos seus principais objetivos estratégicos.

No plano dos objetivos, estes cruzam, necessariamente, os principais vetores prioritários de atuação da Estratégia Regional para a Empregabilidade no Norte de Portugal: (i) *Melhorar os níveis de qualificação da população*, (ii) *Melhorar o ajustamento entre as formações e o mercado de trabalho*, (iii) *Apoiar a transição para a vida ativa* e (iv) *Intensificar e diversificar o emprego social*, os quais, por sua vez, se alinham com as orientações estratégicas da política de coesão, estabelecidas no horizonte 2014-2020 (tal como se desenvolve no ponto do Enquadramento).

No vértice da sua programação, o PAPE assenta num conjunto de pressupostos estratégicos que decorrem da leitura cruzada entre as grandes dimensões-problema e recursos potenciais, representados esquematicamente no seguinte Diamante Estratégico:



Em termos operacionais, o PAPE estrutura-se em torno de três Dimensões principais: Capital Humano, Emprego e Capital Inclusivo, individualizadas na estrutura de capítulos deste Documento e cujo racional de intervenção associado a cada Domínio é sucintamente descrito

CAPITAL HUMANO

↳ *Melhorar a articulação da oferta de educação-formação existente e a sua aproximação às necessidades do tecido económico regional*

A articulação estratégica das atividades e ofertas dos operadores de educação e formação dos vários níveis de ensino (público e privado) e a criação de sinergias em termos de recursos, fileiras de oferta que

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

oferecem perspetivas de continuidade dos formandos e que beneficiem as instituições da região, constituem um objetivo estratégico para a Região e para o tecido de atores do território. Nesta perspetiva, importa criar mecanismos de observação das dinâmicas de procura de educação e formação a nível regional que apoiem a tomada de decisão estratégica relativamente à oferta a disponibilizar e identifiquem áreas de melhoria, apoiando a região a atingir os objetivos da EE2020 em matéria de qualificações, bem como a desejável aproximação entre a oferta disponibilizada e as necessidades de recursos do lado da procura.

O output desse esforço de concertação deve traduzir-se na produção do Plano Diretor da Oferta Formativa, o qual depende da concretização, a montante, de um exercício de Diagnóstico de necessidades de formação regional, alinhado às tendências de evolução dos perfis estratégicos para a competitividade e o emprego da Região. Por outro lado, o carácter dinâmico inerente a esta capacidade de articulação estratégica deve suportar-se na construção de um instrumento regional de informação e acompanhamento do sistema de educação e formação. Este sistema deverá assentar na construção de um conjunto de indicadores que permitam monitorizar o estado de implementação do Plano Diretor da Oferta Formativa (concentrando informação relacionada com o perfil de ofertas existentes nos vários operadores, dinâmica da procura (n.º de alunos) de cada oferta, conclusões e abandonos, ofertas de emprego na área,...), desempenhando um papel igualmente relevante enquanto sistema de suporte às atividades de orientação vocacional. Este sistema de informação regional deve servir tanto o nível supramunicipal, como o nível municipal e o nível micro das

instituições do sistema de educação e formação, e pode ser operacionalizado no âmbito do Observatório do Tâmega e Sousa. Acresce que a consolidação de uma estratégia eficaz de planeamento da rede de oferta de educação-formação pode beneficiar da concretização da Rede Regional para a Qualificação, preconizada no âmbito do anterior plano de ação do PAPE, e que constitui um fórum privilegiado de articulação dos principais operadores e representantes dos sectores de atividade mais expressivos na Região.

Paralelamente, os vários procedimentos de auscultação dos atores chave da Região, nomeadamente os representantes do tecido económico, dão conta da dificuldade de atração de jovens qualificados para alguns sectores, sobretudo industriais e nos quais se alicerça o essencial da dinâmica económica da Região. Esta constatação convoca a urgência de concretizar uma estratégia de valorização das fileiras-chave do desenvolvimento económico da Região, capaz de contrariar a visão negativa de algumas atividades junto dos jovens e das suas famílias. Esta tipologia de projeto pode convocar experiências de sucesso reconhecido (p.e, o Projeto Pense Indústria).

✦ *Combater o abandono escolar precoce e promover o sucesso escolar*

A estratégia deste Eixo enquadra um conjunto de iniciativas relacionadas com o esforço de capacitação dos atores e organizações do sistema de educação formação, que combinadas permitirão implementar as estratégias definidas a nível regional para a melhoria da qualidade do sistema, nomeadamente a implementação da Rede para o sucesso educativo, enquanto projeto intermunicipal de prevenção do abandono

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

e promoção do sucesso educativo, que vise a consolidação de uma cultura de sucesso no seio das escolas da Região, alicerçada na formação contínua e partilha de conhecimento e experiências entre os profissionais e no reforço da ligação entre a Escola e a comunidade.

Paralelamente, trata-se de garantir a adequada mobilização dos recursos existentes (nomeadamente em articulação com os instrumentos previstos no POCH e PO Regional), quer do ponto de vista das modalidades de ensino e formação que revelam capacidade de atração dos jovens para a escola, permitindo-lhes, simultaneamente, o desenvolvimento de conhecimentos e competências necessárias para o desempenho de uma atividade profissional, quer da operacionalização dos mecanismos de apoio social escolar e apoios a alunos com necessidades educativas especiais.

O desafio de alargamento da escolaridade obrigatória para os 18 anos justifica o enfoque em estratégias de natureza preventiva, mas considera-se igualmente relevante prever a incorporação de estratégias de natureza compensatória, dirigidas a público adulto que já abandonou a escola e que através de modalidades de ensino especialmente ajustadas à possibilidade de conciliação da frequência escolar com o exercício de uma atividade profissional, podem ser estimulados a prosseguir os seus estudos e elevar as suas habilitações de base.

↳ *Melhorar a qualificação da população adulta*

Este Eixo estrutura-se em torno de duas prioridades fundamentais para garantir a elevação de competências da população adulta da região e caminhar para o cumprimento das metas da Estratégia 2020, designadamente:

- (i) Promover estratégias de qualificação da população adulta, incluindo iniciativas dirigidas a desempregados, em particular com baixas qualificações, assim como investir na qualificação da população adulta empregada, privilegiando a formação em áreas técnicas especializadas e dando resposta às necessidades de adaptação das competências dos ativos face à evolução desejada dos sectores de atividade.

Com efeito, os vários *focus-group* sectoriais (decorridos no mês de Novembro) dão conta de oportunidades de criação de emprego em sectores importantes da região que não alcançam o impacto desejado por falta de mão-de-obra disponível.

Para inverter as evidências de desarticulação entre a procura e o perfil de recursos disponíveis (uma leitura mais detalhada do perfil desses desajustamentos nos principais sectores de atividades da região do Tâmega e Sousa é apresentada nas fichas-síntese setoriais) é urgente conceber e implementar iniciativas em domínios específicos das modalidades de qualificação escolar e profissional inseridas no mercado de emprego, por forma a operacionalizar instrumentos de política pública orientados para dotar os trabalhadores das competências adequadas às exigências do mercado de trabalho. Para esse efeito, é fundamental, por um lado, investir nos mecanismos de auscultação de necessidades (como já destacado anteriormente) e estreitar a cooperação entre as instâncias regionais de planeamento e

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

organização da oferta de formação (principalmente o IEPF e os GIP, mas também os principais operadores de formação), de forma a melhorar o modelo/instrumentos de divulgação, seleção e encaminhamento de adultos para formação, no sentido de privilegiar a realização de formação técnica especializada devidamente orientada às necessidades da procura.

O objetivo de qualificação da população adulta pode também ser concretizado em articulação com iniciativas de apoio à criação de emprego, nomeadamente de empreendedorismo social, na medida em que contemplem uma dimensão formativa dirigida aos destinatários desse tipo de iniciativas.

(ii) Promover a continuidade das trajetórias académicas para o Ensino Superior, incluindo estratégias orientadas para os jovens e para estimular a continuação das trajetórias naturais de prosseguimento de estudos após a conclusão do Ensino Secundário, a par de estratégias de promoção de percursos de retorno da população adulta ao Ensino Superior.

A estratégia a desencadear passará por estimular o trabalho conjunto e de proximidade entre Instituições de Ensino Superior/ Unidades de I&D/Empresas (oferta formativa e serviços de inovação) de forma a permitir requalificar gradualmente o tecido económico e produtivo regional e permitir o enquadramento de quadros técnicos e profissionais mais qualificados nas empresas.

Matriz de Intervenção Territorial no Domínio do Capital Humano

Eixos estratégicos de intervenção	Objetivos específicos	Exemplos de Iniciativas âncora
Melhorar a articulação da oferta de educação-formação existente e a sua aproximação às necessidades do tecido económico regional	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar/melhorar os mecanismos de informação e orientação vocacional • Melhorar a capacidade de planeamento e funcionamento da rede da oferta de formação • Promover a qualidade/otimizar as condições de operacionalização da formação prática/em contexto de trabalho • Capacitar o sistema de atores e as organizações 	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Marketing das Profissões com vista a potenciar a valorização social de profissões/fileiras-chave do T&S • Sistema de informação da oferta formativa e ofertas de emprego, que sirva de suporte às atividades de orientação vocacional e à definição do Plano Diretor da Oferta Formativa • Diagnóstico de necessidades de formação regional (condição de suporte para a elaboração do Plano Diretor da Oferta Formativa) • Plano Diretor da Oferta Formativa e contratualização das suas diretrizes com os operadores regionais

Eixos estratégicos de intervenção	Objetivos específicos	Exemplos de Iniciativas âncora
Combater o abandono escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Apostar no combate ao abandono escolar 	<ul style="list-style-type: none"> • Rede para o Sucesso Educativo: com reforço de técnicos

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

<p>precoce (em particular no ensino secundário) e promover o sucesso escolar</p>	<p>precoce, no nível secundário de ensino</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforçar as intervenções orientadas à melhoria do sucesso educativo dos alunos • Capacitar o sistema de atores e as organizações do sistema de educação-formação, com vista a promover a qualidade e eficácia do sistema de educação-formação 	<p>especializados na orientação e acompanhamento do percurso escolar dos jovens (com campo de intervenção regional), capaz de intervir na melhoria dos processos de informação e orientação vocacional, bem como de promoção da escolaridade e do sucesso das aprendizagens.</p>
<p>Melhorar a qualificação da população adulta</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover estratégias de qualificação da população adulta com baixas qualificações • Promover o investimento da qualificação da população adulta empregada em áreas técnicas especializadas • Promover a continuidade das trajetórias académicas do Ensino Secundário 	<ul style="list-style-type: none"> • Protocolo com Empresas para a regulamentação e promoção de incentivos ao encaminhamento de trabalhadores/desempregados para formação profissional, privilegiando a formação técnica especializada nas fileiras-chave e de acordo com as necessidades da empresa. • Plano de Comunicação para a Valorização do Ensino Superior; • Protocolo entre Instituições de ensino superior e empresas, com vista à realização de formação superior especializada (à medida) e

	<p>para o Ensino Superior</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitar o sistema de atores e as organizações 	<p>como medida de incentivo à contratação de pessoal especializado.</p>
--	---	---

EMPREGO

↳ *Combater o desemprego*

A estratégia deste Eixo incide na necessidade de promover o emprego da população adulta, incluindo os DLD, desdobrada em iniciativas orientadas para a requalificação dos ativos e para a criação de emprego próprio, tendo também sido identificada a necessidade de, a montante, reforçar a capacidade dos mecanismos de apoio ao emprego por parte das estruturas locais.

A gravidade dos desafios em presença reforça a urgente necessidade de garantir o uso mais eficiente dos apoios públicos de inserção profissional (como a formação, os estágios ou os apoios à contratação), o que deve conduzir a uma melhor articulação das intervenções dos diferentes atores com responsabilidade na dinamização deste tipo de respostas, com aposta em dinâmicas de parceria para a concretização das iniciativas.

Esta necessidade de articulação é particularmente evidente ao nível das estratégias de reconversão e requalificação dos ativos. Com efeito, o cruzamento dos dados do desemprego por profissão com as necessidades da procura dão conta de níveis de desajustamento aparentemente contraditórios, nomeadamente ao nível de algumas das profissões-chave dos principais setores de atividade da região: por um lado estão representadas nos registos de desemprego e, por outro, continuam a ser destacadas pelos empresários como profissões onde há falta de mão-de-obra disponível.

↳ *Combater o desemprego jovem*

Este Eixo é uma continuidade da estratégia de combate ao desemprego que abriga estratégias especificamente dirigidas a contrariar o desemprego da população jovem. As iniciativas aqui enquadradas pressupõem a articulação com iniciativas-âncora direcionadas para a valorização das fileiras-chave do Tâmega e Sousa, junto da população jovem, com vista a contribuir para a fixação dos jovens na região e a renovação dos sectores, em particular o Plano de Marketing das Profissões e a Feira do Emprego do T&S.

Destaca-se, ainda, a presença de iniciativas relacionadas com a promoção de uma cultura de empreendedorismo, dirigidas aos jovens e ao sistema de atores e organizações que intervêm na formação inicial e no apoio à transição para o mercado de trabalho. Iniciativas como os Estágios Premium, um Concurso de projetos educativos para a promoção da autonomia e da criatividade ou a Capacitação de técnicos para a promoção do empreendedorismo, visam promover a aprendizagem baseada no mérito e responder às expectativas amplamente reiteradas pelos empresários de formar uma geração de jovens com mais iniciativa e autonomia, competências basilares para facilitar a sua integração no mercado de trabalho.

A par do conjunto de estratégias estruturantes para combater o desemprego e o desemprego jovem, este Domínio incorpora, ainda, uma perspetiva mais setorial, que tem em conta a diversidade das principais

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

fileiras-chave do território. Esse trabalho focou-se na recolha de elementos de orientação que visam melhorar o *matching* entre a oferta e as necessidades da procura, e motivou a realização de um conjunto de 7 *focus group*. Os elementos recolhidos e analisados encontram-se sistematizados no final da Parte II e devem ser encarados como uma análise exploratória, cujo aprofundamento se enquadra no âmbito das iniciativas previstas no Eixo “Melhorar a articulação da oferta de educação-formação existente e a sua aproximação às necessidades do tecido económico regional” do Capital Humano.

Matriz de Intervenção Territorial no Domínio do Emprego

Eixos estratégicos de intervenção	Objetivos específicos	Exemplos de Iniciativas âncora
-----------------------------------	-----------------------	--------------------------------

Combater o desemprego	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a capacidade das estruturas e mecanismos de apoio ao emprego • Apoiar estratégias orientadas para a reintegração dos ativos desempregados no mercado de trabalho • Apoiar estratégias de criação de emprego 	<ul style="list-style-type: none"> • Feira do Emprego do T&S • Estágios destinados a DLD de níveis etários elevados, alicerçado nas fileiras-chave do T&S • Rede Regional de Mentores para o aconselhamento de apoio à criação do próprio emprego
Combater o desemprego jovem	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar as condições de acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens • Estimular o empreendedorismo jovem • Capacitar o sistema de atores e as organizações 	<ul style="list-style-type: none"> • Medidas de apoio à inserção profissional de jovens, alicerçadas nas fileiras chave do T&S • Estágio Premium

CAPITAL INCLUSIVO

A dimensão analítica associada ao capital inclusivo constitui uma das dimensões inovadoras de referência do PAPE, sobretudo a três níveis. Por um lado, é neste domínio que recaem alguns dos desafios da coesão social, nomeadamente na resposta aos desafios de intervenção em política pública no contexto atual (Portugal/Europa 2020). De acordo com o inscrito no Plano Nacional de Reformas 2020, Portugal apresenta ainda elevados níveis

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

de pobreza monetária e de exclusão social, refletindo-se em aspetos como a existência de grupos específicos particularmente vulneráveis, seja na obtenção de rendimentos, no acesso ao mercado de trabalho ou a bens e serviços de qualidade, como os desempregados de longa duração, os idosos, as pessoas com deficiências e incapacidades, entre outros públicos-alvo identificados de forma participada nas sessões de trabalho realizadas no âmbito do presente PAPE.

Em segundo lugar, porque remete para dimensões problema contemporâneas e respetivas soluções centradas em estratégias e modelos de inclusão social ativa e fortemente interligados com os instrumentos de política pública a financiar pelos fundos comunitários (FEEI), no horizonte 2014-2020.

Em terceiro lugar, porque permite que as Redes Sociais possam definir um PDSC (Plano de Desenvolvimento Supra Concelhio) a partir do fórum da Agenda da Empregabilidade.

Do ponto de vista operacional, esta dimensão está fortemente associada às intervenções potenciais dos grupos de trabalho da ARET&S “Redes Sociais” e “IPSS’s” cuja matriz de intervenção recai, justamente, na construção do capital inclusivo da sub-região. Embora já referido na seção metodológica, a mobilização dos grupos de trabalho que operam na intervenção social do território foram envolvidos em workshops e encontros de trabalho coletivo (“Retiro Social”), onde se procedeu à discussão e priorização das principais dimensões problema do território.

No quadro do Capital inclusivo, é justamente o seguinte conjunto de áreas problema (Cf., Eixos estratégicos) que mereceram uma atenção especial e incorporação no PAPE.

Matriz de Intervenção Territorial no Domínio do Capital Inclusivo

Eixos estratégicos de intervenção	Objetivos específicos	Exemplos de Iniciativas âncora
Saúde Mental e Dependências	<ul style="list-style-type: none"> • Sinalizar os casos de Saúde Mental • Reduzir o impacto das perturbações mentais e contribuir para a promoção da saúde mental das populações • Sensibilizar e combater o estigma social associado à doença mental 	
População em risco de exclusão/pobreza e grupos desfavorecidos	<ul style="list-style-type: none"> • Dinamizar apoios locais de combate à privação económica e exclusão social; • Dinamizar intervenções de Inclusão Ativa com vista à empregabilidade • Capacitar o sistema de atores e as organizações Redes Sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação de candidaturas no domínio da aquisição de competências básicas • Adesão a estratégias de Emprego Apoiado • Apoio à inserção e colocação no mercado de trabalho • Avaliação e orientação profissional

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

(cont.)

Eixos estratégicos de intervenção	Objetivos específicos	Exemplos de Iniciativas âncora
Envelhecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a permanência na vida ativa de adultos seniores • Reduzir os níveis de dependência dos idosos 	
Economia social e empreendedorismo social	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar da capacidade e qualidade de resposta das organizações da economia social (capacitação); • Apoiar a instalação de projetos de empreendedorismo social. 	<ul style="list-style-type: none"> • Protocolo regional para o empreendedorismo social
Violência doméstica / crianças e jovens em risco	<ul style="list-style-type: none"> • Sinalização e diagnóstico dos casos de violência doméstica • Sinalização integrada (interconcelhia) dos jovens e crianças em risco • Prevenção da violência doméstica 	

A arquitetura do Plano de Ação é determinada pelas três grandes Dimensões Analíticas do PAPE, organizadas por dimensões-problema (não obstante algumas dimensões-problema cruzarem mais que uma Dimensão-Analítica).

Cada Dimensão Analítica corresponde a um Capítulo e cada Capítulo apresenta os principais elementos de diagnóstico das dimensões-problema prioritárias e respetivo Plano de Ação, com sinalização das soluções estratégicas.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Dimensões-problema, necessidades, oportunidades/potencialidades e riscos associados à dimensão analítica Capital Humano

Na matriz seguinte estão identificadas as principais dimensões-problema, necessidades, oportunidades/potencialidades e riscos sinalizados em relação à dimensão do Capital Humano, alimentadas a partir da auscultação dos

atores e que serão objeto de maior aprofundamento na análise descritiva das características desta dimensão no território, que se apresenta nos pontos seguintes.

Quadro 10. Matriz de principais Dimensões-problema/Necessidades/Oportunidades e Potencialidades/Riscos – Capital Humano

Dimensões-problema	Necessidades
<p><i>Abandono escolar</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Novos desafios associados ao alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos, apesar de o combate ao abandono escolar ter alcançado resultados bastante positivos; <p><i>Matching da oferta formativa</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobreposição da oferta entre operadores de formação na Região (escolas públicas, privadas e centros de formação do IEFP); • Fragilidades da articulação dos mecanismos de planeamento regionais e centrais da oferta de educação-formação (desajustamento entre prioridades sinalizadas para a Região); • Insuficiência da informação disponível relativa a necessidades de formação e oferta existente na Região; • Evidências de desarticulação da oferta formativa em áreas prioritárias para a Região (nomeadamente nos sectores do Calçado e da Madeira); <p><i>Mecanismos de informação e orientação vocacional:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Fragilidades dos serviços de informação e orientação vocacionais existentes; • Fragilidade dos mecanismos de planeamento da oferta e de divulgação atempada das ofertas existentes junto do público-alvo; 	<ul style="list-style-type: none"> • Posicionar os jovens como foco prioritário do PA, fruto de se tratar de uma região com maior % de jovens entre a população: a região assume a 4ª posição no ranking das NUTS III mais jovens do país¹⁰. Paralelamente, é na faixa etária 15-24 anos que o T&S deixa de estar em situação de desvantagem em matéria de qualificações superiores (por comparação com a média nacional e da Região norte) pelo que é fundamental potenciar a fixação deste segmento jovem e qualificado da população no território; • Promover a melhoria da qualificação dos ativos, por via do reforço de cursos de dupla certificação dirigida a adultos, de forma a combater o baixo nível de qualificação da população adulta empregada; <p><i>Planeamento da oferta regional</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar condições para o planeamento concertado da oferta formativa da Região; • Racionalização da rede da oferta formativa (p.e., por via de parcerias entre escolas públicas e escolas profissionais, seguindo o exemplo da articulação entre a Escola Secundária de Lousada e a Escola Profissional de Agricultura); • Reforço da oferta de formação profissional de nível intermédio (pós-secundário); • Melhorar as ligações de transporte entre concelhos, de forma a contrariar as dificuldades de mobilidade dos alunos e potenciar a lógica de rede de oferta

¹⁰ Pacto Territorial para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa: Diagnóstico, Estratégia e Ação.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

<p><i>Insucesso escolar:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Taxas de sucesso no nível secundário de educação com níveis inferiores ao desejável; • Desempenho mediano dos alunos das Escolas da Região nos concursos de acesso ao Ensino Superior; <p><i>Qualificações da população adulta/ Aprendizagem ao Longo da Vida</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixos níveis de escolarização da população em idade ativa (44% da população possui menos que o 1.º ciclo do EB); • Baixa proporção de população com habilitações equivalentes ao ensino superior, sendo a grande diferença comparativamente com os valores nacionais situada na faixa etária dos 45-64 anos e 25-44 anos; • Falta de oferta de formação para adultos, ajustada a percursos de reconversão profissional; 	<p>intermunicipal;</p> <p><i>Qualidade e atratividade das ofertas de ensino-formação</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforço das estratégias de articulação escola-empresa, nomeadamente por via do apoio a experiências de formação em contexto empresarial (p.e., programas de escolas de verão, estágios de formação ou estágios profissionais); • Reforço de iniciativas de estímulo e motivação para a aprendizagem (p.e., férias educativas); • Maior protagonismo das empresas e das instituições de ensino superior (papel nuclear do IPP) na formação profissional, sobretudo no desenvolvimento de ofertas de curta duração com vista ao desenvolvimento de competências altamente especializadas;
--	--

(continua)

Oportunidades/Potencialidades	Riscos
<ul style="list-style-type: none"> • Elevada proporção de população jovem: o Tâmega e Sousa é a região mais jovem do País, apresentando uma proporção de 17,6% indivíduos residentes com menos de 14 anos, o que supera claramente a Região do Norte (15,4%) e o Continente (15,1%); • Progresso acentuado nos níveis de escolarização, verificado nos últimos anos; • Investimentos relevantes na rede da oferta formativa (Escola-Hotel em Baião (projeto de investimento privado); Escola Profissional de Arqueologia (Marco de Canaveses)); Escola Profissional de Agricultura: especializou-se nesta área e a estratégia de concentração beneficiou a atração de jovens, registando-se uma procura crescente); • Perspetivas de reforço das ofertas vocacionais, com implicações ao nível do conhecimento mais aprofundado do tecido empresarial e no estabelecimento de um quadro de relação para a formação prática; • Perspetivas de reforço dos apoios dirigidos a Jovens NEET (nomeadamente 	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição da procura de jovens nas escolas públicas, por via da relação concorrencial imposta pelo IEFP; • Agravamento da emigração de jovens qualificados;

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Programa Garantia Jovem - ofertas de emprego ou formação, destinado a jovens até aos 25 anos, em situação de desemprego);

- Potencial das atividades desportivas e do reforço da participação ativa dos agentes associativos para a fixação dos jovens na Região.

Quadro 11. Taxa de abandono escolar (%) por Local de residência
(à data dos Censos 2001 e 2011)

ABANDONO E INSUCESSO ESCOLAR NO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

O ponto de partida da Região no que respeita à escolarização da população em idade escolar evidencia os resultados alcançados com as apostas na educação e formação de jovens, nomeadamente no combate ao abandono escolar.

Como o quadro seguinte ilustra bem, no espaço de uma década, a região do Tâmega conseguiu reduzir a sua posição de enorme desfavorecimento no que respeita à saída de jovens com menos de 15 anos do sistema de ensino sem a conclusão do 9.º ano de escolaridade, conseguindo mesmo atingir em 2011 uma posição mais favorável que a registada na média do país.

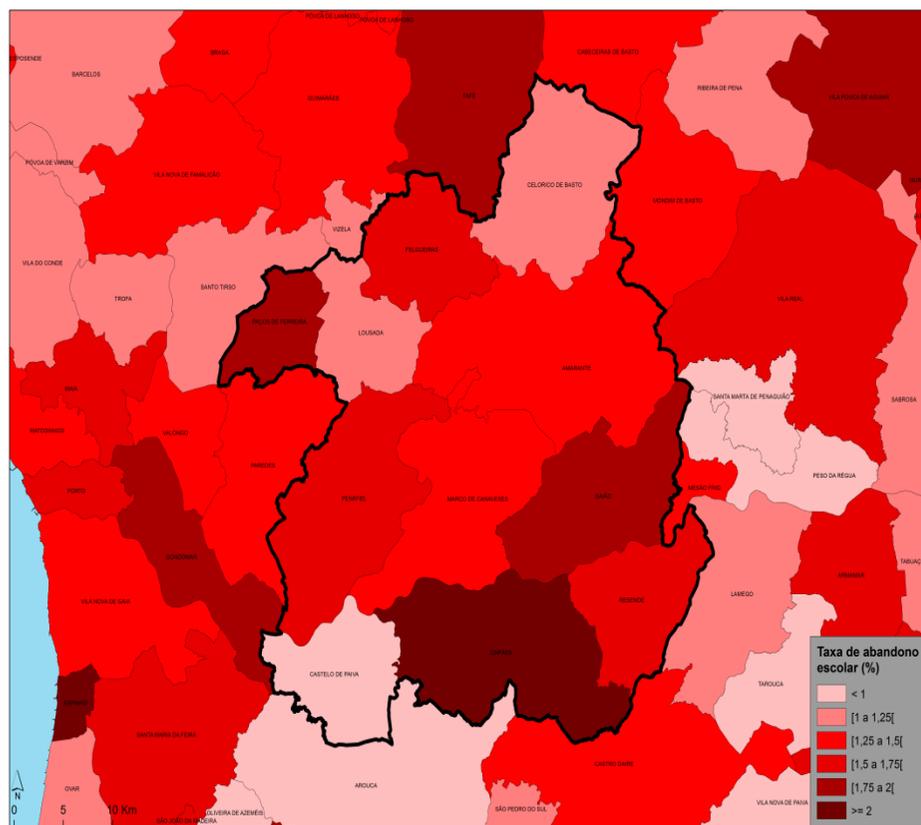
Não obstante, como se pode observar no Mapa, sobretudo em Paços de Ferreira, Cinfães e Baião, mas também em Felgueiras e Penafiel, a evolução registada entre 2001 e 2011 foi bastante expressiva mas ainda insuficiente para atingir a média nacional.

Local de residência	2001	2011
Portugal	2,79	1,58
Continente	2,71	1,54
Tâmega	6,20	1,51
Castelo de Paiva	3,80	0,70
Celorico de Basto	5,82	1,16
Amarante	4,88	1,28
Baião	6,34	1,89
Felgueiras	4,50	1,64
Lousada	6,61	1,08
Marco de Canaveses	8,28	1,31
Paços de Ferreira	7,27	1,99
Penafiel	5,70	1,67
Cinfães	8,48	2,39
Resende	9,30	1,56

Fonte: INE, Censos - séries históricas.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Mapa 1. Taxa de abandono escolar (2011)



Fonte: Observatório Intermunicipal Tâmega e Sousa.

O contexto de alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos introduz novos desafios à capacidade das escolas fixarem os jovens em trajetórias escolares mais longas, bem-sucedidas e, em muitos casos, capazes de impulsionar o interesse vocacional por determinada área de atividade.

O Tâmega, com uma taxa de 96,3%, é a NUTS III da Região do Norte com o nível mais baixo de escolarização no Ensino Secundário, a uma distância ainda significativa em relação às restantes NUTS III deste espaço regional.

Quadro 12. Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%), por Localização geográfica

	2004/05	2010/11
Portugal	107,6	134,9
Continente	108,3	136,3
Norte	93,7	131,7
Minho-Lima	102,9	169,6
Cávado	101,7	138,3
Ave	87,1	114,3
Grande Porto	107,4	147,7
Tâmega	64,9	96,3
Entre Douro e Vouga	82,6	116,8
Douro	102,2	152,3
Alto Trás-os-Montes	102,8	149,2

Fontes/Entidades: DGEEC/MEC-INE, PORDATA.

O alargamento da escolaridade obrigatória traduz um acréscimo de responsabilidade por parte do sistema de educação-formação no que respeita à capacidade de atrair públicos cuja adesão ao cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos é mais difícil de alcançar, justificando por isso a sua integração no PAPE.

Paralelamente, trata-se de um domínio de política prioritário da *Estratégia Europa 2020* (EE2020), sobre o qual recai a meta ambiciosa de redução do

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

abandono precoce de educação e formação para pelo menos 15% em 2015 e 10% em 2020.

A este propósito importa recuperar um conjunto de conclusões extraídas do Estudo de Avaliação do Contributo do QREN para a Redução do Abandono Escolar Precoce¹¹, no âmbito do qual se recomendam medidas necessárias para manter a sustentabilidade dos resultados alcançados em matéria de redução de abandono escolar, em Portugal. Com efeito, a dimensão do desafio para a concretização da meta desenhada na EE2020 aconselha o recurso de estratégias de prevenção e intervenção no sistema educativo, evitando as saídas precoces do sistema, combinadas com estratégias de recuperação de jovens adultos que já saíram da escola.

Abordagem holística no combate ao abandono escolar

O estudo do fenómeno do abandono escolar precoce tem vindo a mostrar que a sua incidência é particularmente elevada em escolas com:

- elevado peso de alunos socialmente desfavorecidos e com ausência ou poucos mecanismos de apoio personalizado a esses alunos;
- um ambiente escolar caracterizado por violência, comportamentos desviantes e altos níveis de absentismo;
- baixos níveis de desempenho, falta de relevância subjetiva dos currícula, baixo nível de confiança em relação aos professores e poucas expectativas educativas dos professores, dos pais e da comunidade;
- fraca cooperação entre escolas e famílias.

Com efeito, o abandono escolar precoce assume uma natureza multidimensional e complexa, cujas razões vão muito para além dos percursos educativos,

combinando geralmente fatores de ordem individual e socioeconómica. Populações social e economicamente desfavorecidas, nalguns casos minorias, e trajetórias de baixo investimento educativo no seio da família são propícias ao desinvestimento continuado em educação nas novas gerações. Por outro lado, o agravamento da situação económica das famílias, em particular com a ocorrência de desemprego, ou com o prolongamento dos períodos de desemprego, tem vindo a motivar mais os casos de desistência da escola.

Neste contexto, considera-se que o combate ao abandono escolar precoce deve começar o mais cedo possível, sinalizando, nos primeiros ciclos do ensino básico, os alunos em risco, e ser feito o mais próximo possível das famílias e dos seus contextos particulares. De facto, na maioria das vezes, a desistência da escola não é um episódio pontual e inesperado, mas o resultado de uma longa trajetória para o abandono escolar precoce. Evitar esta trajetória, atuando de forma preventiva, ou interrompe-la aquando dos seus primeiros sinais, parece ser a estratégia mais apropriada. Embora as necessidades educativas desses jovens possam ter resposta numa oferta de educação e formação mais adequada no espaço escolar, não dispensam um acompanhamento caso a caso e integral, incluindo a vida do aluno para além desse espaço.

Paralelamente, proporcionar percursos alternativos, mais ajustados e atrativos, especialmente para os alunos que evidenciam risco de abandono escolar precoce, e garantir em simultâneo a permeabilidade entre esses percursos, mais ou menos *school-based*, e a possibilidade de progressão dos estudos, poderá ser determinante para que estes alunos permaneçam em educação e formação.

¹¹ Estudo de *Avaliação do Contributo do QREN para a Redução do Abandono Escolar Precoce*, adjudicado pelo Observatório do QREN ao Consórcio IESE/Quatenaire Portugal (2013).

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Abordagem holística no combate ao abandono escolar

Por outro lado, reconhece-se, cada vez mais, que as estratégias de aposta nas ofertas de dupla certificação, com uma forte componente de formação profissional, ao nível do ensino básico e sobretudo do ensino secundário, poderão ser potencialmente recuperadoras dos jovens que já abandonaram a escola. Considerando que em Portugal, existem cerca de 150 a 200 mil jovens que abandonaram a escola sem completarem o ensino secundário e não frequentam educação e formação, ganham particular relevância as estratégias de compensação no combate ao abandono precoce de educação e formação. Recuperar uma significativa percentagem destes jovens adultos para uma educação de “segunda oportunidade” será igualmente fundamental para a melhoria das perspetivas de empregabilidade dos jovens e para dar continuidade a futuros investimentos em educação e formação, assim como para concretizar uma diminuição mais acelerada da trajetória de redução da taxa de abandono escolar precoce.

Em complementaridade com estes resultados, e a partir das experiências desenvolvidas nos contextos educativos, na maioria das vezes com resultados observáveis e bastante positivos, parece ficar claro que não basta dispor de modalidades e percursos formativos alternativos e mais apelativos. Muitas outras estratégias são complementares e absolutamente necessárias para potenciar o contributo das vias profissionalizantes e “ganhar” os jovens para a continuidade dos seus estudos.

Nessa lógica, há que sublinhar a necessidade de um trabalho de proximidade e envolvimento das famílias e de um esforço permanente, atento e precoce de acompanhamento dos alunos, caso a caso, sobretudo dos que revelam sinais de risco de abandono precoce ou dificuldades de aprendizagem.

Nos casos mais problemáticos, a intervenção a nível familiar exige uma maior articulação das escolas com outras instituições, nomeadamente com as comissões de proteção de crianças e jovens (CPCJ), as forças de segurança e a segurança social.

Fonte: Adaptado de Estudo de *Avaliação do Contributo do QREN para a Redução do Abandono Escolar Precoce*, adjudicado pelo Observatório do QREN ao Consórcio IESE/Quatenaire Portugal (2013).

Esta abordagem holística de combate ao abandono escolar precoce que brevemente se caracteriza suporta a proposta de soluções estratégicas do PAPE nesta dimensão-problema, as quais assumem orientações complementares de natureza preventiva, interventiva e compensatória.

Entre as medidas empreendidas no contexto nacional para apoiar o prolongamento da escolaridade de 12 anos, destaca-se o reforço das vias de dupla certificação que para além de revelarem a capacidade de atrair os jovens através de um modelo de formação mais prático, cumprem a dupla função de preparação para o ingresso no mercado de trabalho e para a progressão de estudos.

A este nível, e tendo como referência a realidade observada na região Norte, os dados revelam que na região do Tâmega há uma proporção ligeiramente mais baixa de alunos matriculados nas vias qualificantes, sendo a única exceção relativa aos alunos que frequentam cursos profissionais: em 2011/2012, 33,8% dos alunos que frequentavam o ensino secundário, estavam matriculados num curso profissional, tal como acontece para o total da região Norte.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Quadro 13. Alunos matriculados no Ensino Secundário em modalidades de educação/formação orientadas para jovens, por município, segundo a modalidade, 2011/2012

	Total	Cursos gerais/científico-humanísticos	Cursos tecnológicos	Ensino artístico	Cursos profissionais	Cursos de aprendizagem	Cursos de educação e formação
Portugal	348 434	199 131	10 145	2 341	113 749	21 056	2 012
Continente	329 114	187 880	7 404	2 341	109 260	20 654	1 575
% do Continente	100,0	57,1	2,2	0,7	33,2	6,3	0,5
Norte	128 356	69 464	4 243	1 062	43 333	9 679	575
% do Norte	100,0	54,1	3,3	0,8	33,8	7,5	0,4
Minho-Lima	9 433	4 233	0	0	3 960	1 211	29
Cávado	16 054	9 005	109	60	5 401	1 394	85
Ave	17 318	9 849	176	0	7 251	0	42
Grande Porto	46 403	24 532	2 761	1 002	13 307	4 642	159
Tâmega	16 465	9 813	964	0	5 573	115	0
% do Tâmega	100,0	59,6	5,9	0,0	33,8	0,7	0,0
Amarante	2 451	971	846	0	634	0	0
Baião	399	245	0	0	154	0	0
Cabeceiras de Basto	498	345	0	0	153	0	0
Castelo de Paiva	544	273	0	0	271	0	0
Celorico de Basto	494	237	0	0	257	0	0
Cinfães	565	302	0	0	263	0	0
Felgueiras	2 057	1 174	0	0	883	0	0
Lousada	1 333	944	0	0	389	0	0
Marco de Canaveses	1 721	1 033	71	0	617	0	0
Mondim de Basto	272	146	0	0	126	0	0

Paços de Ferreira	1 507	1 041	0	0	466	0	0
Paredes	2 072	1 387	47	0	523	115	0
Penafiel	1 982	1 369	0	0	613	0	0
Resende	396	245	0	0	151	0	0
Ribeira de Pena	174	101	0	0	73	0	0

	Total	Cursos gerais/científico-humanísticos	Cursos tecnológicos	Ensino artístico	Cursos profissionais	Cursos de aprendizagem	Cursos de educação e formação
Douro	7 423	3 947	92	0	2 707	603	74
Alto Trás-os-Montes	6 112	3 511	17	0	1 922	558	104

Fonte: INE: Anuário Estatístico Regional.

Dados mais recentes, cedidos pelas entidades formadoras e pela DGEsT, denotam a tendência para o reforço destas vias no conjunto do ensino secundário, numa trajetória de aproximação à meta nacional de 50% de alunos inscritos em ofertas de dupla qualificação, ultrapassada em 3 dos 11 concelhos (Amarante, Cinfães e Resende), revelando o esforço do território na aproximação à meta nacional.

Quadro 14. Proporção de alunos matriculados no ensino secundário em ofertas qualificantes, por concelho

Modalidade	Amarante	Baião	Castelo de Paiva	Celorico de Basto	Cinfães	Felgueiras	Lousada	M. de Canaveses	Paços de Ferreira	Penafiel	Resende	T e S
Científico-humanístico	1.007	245	305	288	309	1.275	942	1.101	1.095	1.432	155	9.563
Profissional-	1.585	186	223	211	349	994	479	882	746	834	231	6.400

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

mente qualificante												
<i>Profissional</i>	701	165	223	211	244	935	447	687	460	626	153	5.144
<i>Aprendizagem</i>	88	21	0	0	105	59	32	195	286	208	78	1.256
Total	2.592	431	528	499	658	2.269	1.421	1.983	1.841	2.266	386	15.963
Proporção prof. Qualificante	61,15	43,16	42,23	42,28	53,04	43,81	33,71	44,48	40,52	36,80	59,84	40,09

Fonte: Levantamento informação junto das entidades qualificantes do Tâmega e Sousa; DGEst (apenas n.º de alunos do Científico-humanístico de Castelo de Paiva, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira e Paredes).

No que respeita ao insucesso escolar, o Documento Pacto Territorial para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa: Diagnóstico, Estratégia e Ação destaca a evolução alcançada no plano do aproveitamento escolar: no ano letivo de 2007/2008, o Tâmega apresentava uma taxa de retenção/desistência no ensino básico de cerca de 6,9%, situando-se acima da taxa registada para a Região do Norte, mas abaixo da verificada para o continente. Com efeito, esse valor representava uma tendência progressiva de diminuição da taxa que foi interrompida a partir de 2010/11.

No nível secundário de ensino, a diminuição da taxa de retenção/desistência tem também registado descidas bastante expressivas, sentidas sobretudo a partir do ano letivo de 2006/07 que marca o arranque da expansão do ensino profissional nas Escolas Secundárias Públicas.

Quadro 15. Resultados Escolares - Taxas de retenção e desistência

Tâmega	Ano letivo						
	2004/	2005/	2006/	2007/	2008/	2009/	2010/

	/05	/06	/07	/08	/09	/10	/11	/12
Ensino básico	11,5	11,0	10,5	6,9	6,4	5,9	6,7	9,2
1.º Ciclo do ensino básico	4,7	4,1	3,8	2,8	2,5	2,6	2,6	3,5
2.º Ciclo do ensino básico	12,9	10,8	10,4	6,2	5,2	4,3	4,7	10,1
3.º Ciclo do ensino básico	20,4	20,8	19,7	13,1	12,8	11,5	13,1	15,3
Ensino secundário	30,7	30,3	24,1	18,5	15,5	16,3	18,0	16,9

Fonte: Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Neste plano, é importante sublinhar que a melhoria do desempenho escolar dos alunos é um elemento igualmente fundamental para evitar a desistência em fases posteriores da sua trajetória escolar. Tendo bem presente as lógicas interdependentes entre o sucesso e o abandono escolar, são várias as práticas e experiências que se podem desenvolver em contexto escolar com vista a promover trajetórias bem sucedidas, pelo que a intervenção do PAPE deve ser capaz de se apropriar das melhores experiências em curso nas escolas dos 11 concelhos, assim como dar continuidade à procura de soluções inovadoras. O Estudo de Avaliação do Contributo do QREN para a Redução do Abandono Escolar Precoce, anteriormente referido, permite elencar um conjunto de estratégias empreendidas em contexto escolar para promover o sucesso educativo, que podem servir de inspiração à intervenção neste domínio, designadamente:

- reforço das aulas complementares e do apoio individualizado; planos de recuperação e aposta em metodologias de avaliação formativa contínua;

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

- diversificação das metodologias de aprendizagem com vista a uma melhor adaptação às características do público-alvo;
- desenvolvimento de projetos extracurriculares em ligação com a comunidade, de modo a promover a iniciativa e a criatividade dos alunos e o sentimento de pertença ao meio em que vivem;
- aposta em projetos educativos que têm por base o desenvolvimento integral dos alunos, a nível pessoal e social;
- iniciativas de atribuição de um prémio de mérito ao melhor aluno do curso, em colaboração com as entidades empregadoras;
- promoção de ações de informação e formação para os pais e encarregados de educação, procurando reduzir o seu distanciamento no que respeita à vida escolar dos filhos, informar sobre as escolhas possíveis, mostrar os resultados e as competências adquiridas pelos alunos nos cursos ou, nalguns casos, promover a educação e a formação dos pais pouco escolarizados.

Com efeito, quer o cumprimento da escolaridade obrigatória, quer o prosseguimento para o ensino superior ficará condicionado caso não haja um esforço também no sentido de melhorar continuamente os resultados escolares destes alunos em fases anteriores. O sucesso escolar no ensino secundário tem implicações naturais no prosseguimento de estudos para o ensino superior, sendo este um patamar de particular desvantagem educativa da sub-região. Com efeito, a taxa de escolarização no ensino superior cifra-se em níveis bastante inferiores à média nacional sendo que, segundo os atores auscultados, o prosseguimento de estudos é condicionado pelo desempenho mediano dos alunos nos concursos de acesso ao ensino superior, o que enfatiza a prioridade a atribuir à promoção do sucesso educativo.

Nesta perspetiva, reforça-se a ideia central de que o PAPE deve salvaguardar a complementaridade entre abordagens preventivas, de intervenção e compensatórias (i.e., dirigidas a jovens que já abandonaram o sistema de educação-formação), tanto no que respeita ao combate ao abandono escolar precoce¹², como à promoção do sucesso educativo.

Esta lógica de complementaridade está também presente do ponto de vista da integração multidimensional das três grandes Dimensões Analíticas do PAPE (Capital Humano, Emprego e Capital Inclusivo), sendo evidente a importância que este tipo de medidas revela para a melhoria futura das condições de acesso dos jovens ao emprego e ao exercício da cidadania.

Por último, importa destacar a articulação lógica prevalente entre os objetivos estratégicos que decorrem do perfil de problemas anteriormente caracterizados e a Programação dos FEEI no período 2014-2020.

Perspetivas e Instrumentos de financiamento

O perfil de problemas identificados encontra correspondência com a estratégia preconizada no próximo Quadro Comunitário, designadamente no âmbito do PO Norte e do POCH, que articulam intervenções específicas enquadradas na Prioridade de Investimento *10.1: Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de*

¹² É o conceito de Abandono Escolar Precoce (indivíduos, no escalão etário entre os 18-24 anos, que não concluíram o ensino secundário (ISCED 3) e não se encontram a frequentar o sistema de educação/formação) que é monitorizado no âmbito do cumprimento da Meta da EE2020 e que preferencialmente deve servir de referência no PAPE.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação.

Também o POISE concorre para apoiar a concretização do desígnio nacional de redução do abandono escolar precoce e a promoção do sucesso educativo, mobilizando o apoio a projetos de intervenção social (como o Programa Escolhas), enquadráveis na *PI 9.3. - Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades, a par de medidas concretas orientadas para promover a reintegração no sistema de ensino de jovens que não se encontram a estudar nem a trabalhar, numa lógica compensatória da estratégia de combate ao abandono escolar.*

Por último, destaca-se a consideração de intervenções dirigidas à melhoria da qualidade e eficiência do sistema de educação e de formação que naturalmente podem assumir um papel relevante na concretização eficaz de medidas específicas de combate ao abandono escolar precoce e promoção do sucesso educativo, com cabimento tanto no POCH como no POISE. Neste último, considera-se prioritário o desenvolvimento de abordagens inovadoras (que podem contemplar uma dimensão de cooperação

transnacional) em diferentes domínios de política, entre os quais as políticas de qualificação de jovens que abandonaram o sistema de educação-formação sem terminar a sua qualificação, assumidamente complementares das ações previstas no domínio do capital humano, com especial enfoque em ações inovadoras que promovam o reingresso desses jovens em medidas que assegurem ou a conclusão do nível de ensino secundário ou o ensino superior.

Partindo das evidências das dimensões-problema apresentadas, a sub-região compromete-se a inscrever no PAPE soluções estratégicas especialmente vocacionadas para:

- Combater o abandono escolar no Ensino Secundário,
- Combater o insucesso escolar no Ensino Básico e Ensino Secundário.

A Matriz seguinte constitui o Plano de Ação subordinado a este perfil de objetivos.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Quadro 16. Plano de Ação da Dimensão Capital Humano: Abandono e Insucesso escolar no ensino básico e secundário

Dimensão - Problema	Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Destinatários	Principais parceiros	Âncora	
Abandono escolar precoce no ensino secundário	Taxas brutas de escolarização no ensino secundário abaixo dos 100% em alguns concelhos (Baião, Cinfães, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel e Resende, segundo dados de 2011-2012)	Apostar no combate ao abandono escolar precoce, no nível secundário de ensino	· Implementação de um mecanismo integrado de orientação vocacional (a partir do <i>mainstreaming</i> horizontal de experiências de sucesso (p.e., Projeto DICAS) ¹	Alunos do ensino básico e secundário Pais e encarregados de educação Comunidade educativa	Grupo de trabalho Educação-Formação CQEP, Psicólogos e técnicos de psicologia das escolas básicas e secundárias		
			· Operacionalização dos cursos de dupla certificação de nível secundário identificados no Plano Diretor da Oferta Formativa	Alunos do ensino secundário	Grupo de trabalho Educação-Formação Operadores de Educação - Formação		
			· Operacionalização de apoios à ação social escolar através dos mecanismos de financiamento previstos nos FEEI	Alunos e famílias	Operadores de Educação - Formação		
			· Criação da figura de “Aluno Tutor / Conselheiro” para apoiar alunos em risco de abandono escolar e promover o sucesso educativo	Alunos do ensino secundário	Operadores de Educação - Formação		
	Proporção da população residente com idade entre 20 e 24 anos de idade sem ensino secundário completo – 50,37% (dados INE para a	Capacitar o sistema de atores e as organizações	· Rede para o Sucesso Educativo: projeto educativo intermunicipal de prevenção do abandono e promoção do sucesso educativo, que vise:	Alunos do ensino básico e secundário	Psicólogos Regionais Autarquias Grupo de trabalho Educação-Formação	Operadores de Educação – Formação Entidades com competências para intervir com as famílias (CPCJ, Misericórdias, IPSS,...) Redes Sociais	X
			· Apoiar o funcionamento de equipas multidisciplinares dedicadas ao combate ao abandono e insucesso escolar e à promoção do prosseguimento de estudos; - Capacitar os professores através da partilha de experiências;	Pais e encarregados de educação Comunidade educativa			

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

	NUTS Tâmega – 15 municípios) [PT= 60,80%]		- Sensibilizar a comunidade para a importância da escola; - Promover a participação dos pais na vida escolar/acompanhamento parental.			
--	--	--	--	--	--	--

Notas: 1 - Esta Ação traduz uma sequência da seguinte Ação prevista no PA 2011/2012 “ Agilizar mecanismos de funcionamento em rede das entidades da região dirigidos à prevenção da entrada precoce e/ou desqualificada no mercado de trabalho”

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Dimensão - Problema	Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Destinatários	Principais parceiros	Âncora
Insucesso escolar	Taxas de retenção e desistência no 3.º ciclo do Ensino Básico em 2011/2012: 14,51%	Reforçar as intervenções orientadas à melhoria do sucesso educativo dos alunos	· Operacionalização de apoios a alunos com necessidades educativas especiais através dos mecanismos de financiamento previstos nos FEEI	Alunos com necessidades educativas especiais Pais e encarregados de educação Comunidade educativa	Operadores de Educação - Formação	
	[NUT Tâmega (15 municípios) = 15,3%; PT= 15,6%]		· Operacionalização da oferta de ensino recorrente (regime noturno) como estratégia de recuperação de jovens e adultos que abandonaram o sistema de educação-formação sem concluir o nível secundário de ensino.	Jovens adultos entre os 18 e os 30 anos e adultos entre os 30 e os 55 anos sem ensino secundário completo		
	Taxas de retenção e desistência no Ensino Secundário em 2011/2012: 16,07% (cálculo a partir das estatística da DGEEC)	Capacitar o sistema de atores e as organizações	· Conceção e implementação do Modelo de formação (objetivos, conteúdos e práticas de formação) destinado aos técnicos da "Rede para o Sucesso Educativo" (desenvolvimento de práticas colaborativas e partilha de experiências orientadas para a melhoria dos modelos pedagógicos dos professores,...).	Psicólogos Regionais Professores Técnicos com competências para intervir com as famílias	Equipa de Psicólogos Regionais Grupo de trabalho Educação-Formação Operadores de Educação - Formação	
	[PT= 20,01%]		· Projeto intermunicipal de certificação da qualidade da oferta educativa (EDUQ-SAME)	Comunidade educativa	Autarquias Operadores de Educação - Formação	
Desempenho mediano dos alunos das Escolas da Região nos concursos de acesso ao Ensino Superior						

abaixo, recupera-se um excerto dessa síntese, a qual permite situar a sub-região do Tâmega e Sousa no contexto da Região Norte e do país.

Perfil de qualificações da população empregada no Tâmega e Sousa

A população empregada do Tâmega e Sousa apresentava, em 2011, uma estrutura etária mais jovem que as unidades territoriais de referência. Com efeito, os trabalhadores residentes no Tâmega e Sousa situavam-se, em 2011, com significado em idades inferiores a 35 anos (38,3%), e em cerca de 1/3 em idades mais avançadas (acima dos 45 anos), enquanto a média nacional evidenciava uma proporção mais significativa em escalões etários avançados (38,3% com mais de 45 anos).

Os TCO apresentam uma estrutura etária jovem, mas com tendência a “envelhecer”. Com efeito, em 2010, cerca de 41% dos trabalhadores tinha menos de 34 anos, todavia foram os grupos etários mais avançados (45-54 e + de 55 anos) que registaram a maior evolução. Ao invés, no caso dos TCO com menos de 24 anos regista-se uma evolução negativa.

Para explicar essa tendência diversos argumentos podem ser utilizados: em primeiro lugar e associado ao baixos índices de fecundidade registados nas últimas décadas, a transição de jovens da população ativa tende a ser menor; em segundo lugar, a saída dos jovens estudantes para o sistema de emprego é cada vez mais tardia; finalmente, e talvez com maior evidência na explicação do fenómeno (pois apenas estão considerados os TCO), a prática de contratos precários (mormente, recibos verdes) com as camadas mais jovens e em início de carreira profissional tem configurado uma atitude expressiva na última década.

Em Portugal, as assimetrias verificadas nas habilitações dos trabalhadores permanecem elevadas, principalmente quando comparadas com a média europeia. De acordo com dados do EUROSTAT, a UE (27) registava, em 2011, uma proporção do emprego com nível de literacia secundário e superior significativamente superior ao básico: 48,9% para o ensino secundário; 29,9% para o superior e 21,2% para o básico. No entanto, Portugal apresentava uma

QUALIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA RESIDENTE

O Diagnóstico que enquadra o PEDI é claro na forma como sintetiza a caracterização da sub-região na dimensão relativa à educação e formação da população: “a população do Tâmega e Sousa tem níveis de escolarização inferiores à média da Região Norte e do país. Esse défice é menos acentuado entre os jovens mas ao ritmo da substituição natural das populações persistirá ainda por muitos anos.”

O Documento de Trabalho *Dinâmica Económica do Tâmega e Sousa* também apresenta uma breve análise da estrutura de qualificações da população, focando as baixas qualificações dos ativos empregados. Na caixa

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

distribuição inversa, representando a população empregada com habilitações inferiores ou iguais ao ensino básico 60,5% e as habilitações médias e superiores, pouco acima de 1/3 do conjunto. Todavia, as variações verificadas entre 2007 e 2011 por aquele organismo estatístico revelam que Portugal registou uma trajetória de correção das assimetrias qualificantes superior à média da UE 27, tendo diminuído a proporção de trabalhadores com ensino básico e aumentado a proporção de trabalhadores com ensino superior e secundário de modo mais determinante.

Em termos nacionais, o Tâmega e Sousa evidencia ainda níveis habilitacionais dos seus empregados significativamente abaixo do registado nas unidades de referência e na União Europeia. Menos de 1/3 da população empregada possuía, em 2011, o Ensino Secundário e Superior. As assimetrias qualificantes assumem particular destaque nos concelhos mais industrializados: Felgueiras, Paços de Ferreira e Lousada (mais de 70% da população empregada não ultrapassa o Ensino Básico).

Fonte: Adaptado de Documento de Trabalho Dinâmica Económica do Tâmega e Sousa.

O peso preponderante da população com baixas qualificações acumula com o peso insuficientemente expressivo da população habilitada com o ensino superior: a taxa de escolarização nesse nível de ensino fica-se pelos 5,6%, face a 28,7% no Norte e 32% em Portugal.

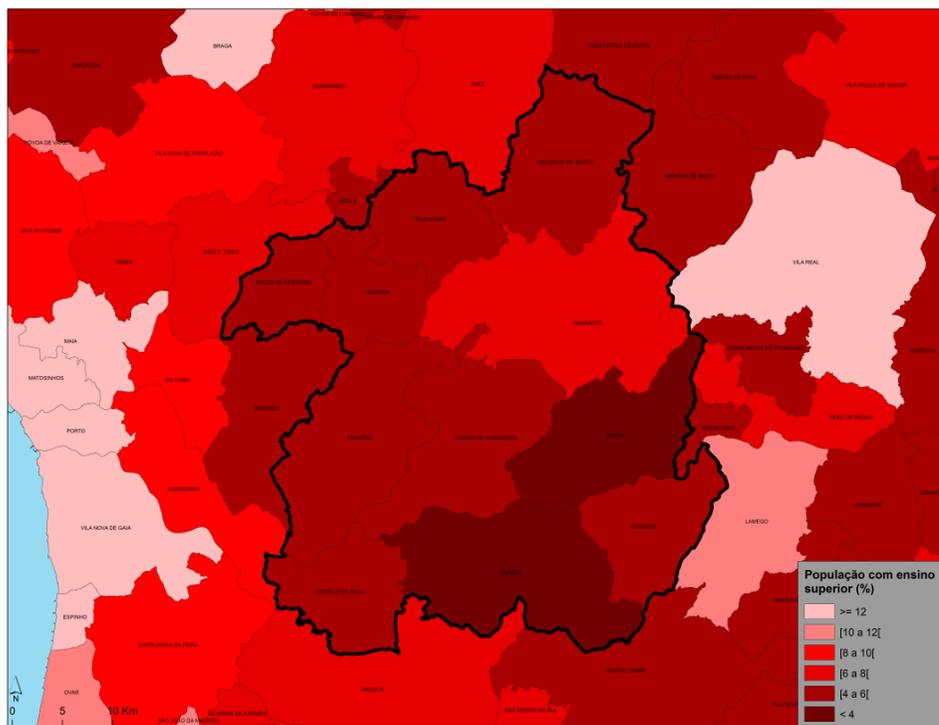
Quadro 17. Indicadores de educação por município, 2012/2013

	Taxa de escolarização no ensino superior	Proporção de inscritas/os em áreas C&T no ensino superior	Proporção de inscritas/os via "maiores de 23 anos" no ensino superior
Portugal	32,2	29,9	7,2
Continente	33,7	30,0	7,1
Norte	28,7	30,8	6,7
Minho-Lima	17,1	30,6	9,1
Cávado	41,5	38,4	6,1
Ave	3,6	21,0	16,4
Grande Porto	53,5	30,3	6,2
Tâmega	5,6	14,4	9,9
Entre Douro e Vouga	2,2	9,3	24,8
Douro	38,1	32,4	6,1
Alto Trás-os-Montes	35,1	23,5	5,6

Fonte: INE: Anuário estatístico regional.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Mapa 2. População com Ensino Superior (2011)



Fonte: Observatório Intermunicipal Tâmega e Sousa.

Este ponto de partida é expressivo da menor atratividade deste nível de ensino, a qual pode ter origem numa constelação de fatores, incluindo as dificuldades económicas das famílias para suportar os encargos com a frequência do ensino superior, o insucesso escolar no ensino secundário e a desvalorização social dos diplomas. Com efeito, quer a massificação do acesso ao ensino superior, como as mudanças aceleradas do mercado de trabalho e a crescente precarização do emprego contribuem para alimentar a crença na desvalorização do valor distintivo associado aos títulos

académicos. Contudo, os dados do desemprego registado por nível de escolaridade não validam esse tipo de relação: apesar de na sub-região a escolaridade oferecer menos proteção contra o desemprego, face ao que se verifica, em média, no Norte e no país, “a conclusão do ensino superior proporciona uma taxa de desemprego substancialmente mais baixa, na ordem dos 10%” (cf. Caracterização do Tâmega e Sousa – Relatório de trabalho do PEDI, p. 22).

Explorando com maior detalhe a dinâmica da procura do ensino superior verifica-se que entre os alunos matriculados em 2012/2013, a proporção daqueles que optou por áreas relacionadas com o desenvolvimento da Ciência & Tecnologia é menos de metade no Tâmega, do que em relação ao total da região Norte.

Esta tendência deve-se à natureza da oferta formativa existente na sub-região, confinada à oferta da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras (IPP) e da Escola Superior de Saúde do Alto Tâmega, em Chaves. Com efeito, cabe à Saúde o grande destaque na opção dos jovens que frequentam o ensino superior no Tâmega, representando 48,4% dos jovens matriculados, seguida das áreas do Direito e das Ciências Empresariais, que representam 10%. Por outro lado, destaca-se a inexistência de vagas nas áreas das Indústrias Transformadoras, assim como na Agricultura e Construção, o que representa um panorama relativamente desajustado entre a oferta existente e a dinâmica produtiva da sub-região.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Quadro 18. Alunos inscritos no ensino superior por área de estudo, segundo a NUTS III, 2012/2013

Área de estudo	Portugal	Norte									Vagas em 2012/2013 na região Tâmega
		Total	Minho-Lima	Cávado	Ave	Grande Porto	Tâmega	Entre Douro e Vouga	Douro	Alto Trás-os-Montes	
Total	370 587	118 937	4 259	22 254	2 220	71 669	3 538	843	7 852	6 302	1 080
Formação de Professores/as ou formadores/as e Ciências da Educação	19 168	7 112	413	1 846	102	3 571	183	0	610	387	45
Artes	22 079	6 649	360	854	91	4 434	0	112	288	510	0
Humanidades	13 873	4 192	0	1 452	0	2 599	12	0	70	59	0
Ciências Sociais e do Comportamento	33 337	9 389	0	2 558	59	6 152	80	0	498	42	40
Informação e Jornalismo	6 913	2 042	0	559	0	1 185	0	0	294	4	0
Ciências Empresariais	57 458	16 588	755	2 706	283	10 216	359	338	860	1 071	80
Direito	18 061	6 118	0	1 655	0	3 760	367	99	0	237	75
Ciências da Vida	11 795	3 308	3	1 207	0	1 301	189	0	600	8	75
Ciências Físicas	7 312	1 965	0	463	0	1 448	0	0	53	1	0
Matemática e Estatística	2 556	590	0	213	0	365	0	0	11	1	0
Informática	6 704	2 433	74	1 189	29	783	45	0	155	158	20
Engenharia e Técnicas Afins	55 905	19 217	652	3 535	194	12 394	274	78	1 101	989	65
Indústrias Transformadoras	3 838	1 421	147	569	0	333	0	0	244	128	0
Arquitetura e Construção	22 633	7 684	429	1 368	243	5 068	0	0	379	197	0
Agricultura, Silvicultura e Pescas	3 426	753	134	0	0	67	0	0	345	207	0
Ciências Veterinárias	3 617	1 263	103	0	0	493	0	0	552	115	0
Saúde	51 062	19 250	497	1 570	1 044	12 412	1 714	216	559	1 238	505
Serviços Sociais	6 660	2 267	138	168	28	1 080	13	0	455	385	50
Serviços Pessoais	16 153	4 797	467	280	147	2 761	82	0	638	422	80
Serviços de Transporte	490	15	0	0	0	15	0	0	0	0	0
Proteção do Ambiente	4 505	1 257	80	25	0	866	50	0	140	96	0
Serviços de Segurança	2 793	583	7	37	0	350	170	0	0	19	45

Fonte: INE: Anuário estatístico regional.

■ Áreas de desarticulação entre a dinâmica da procura e o perfil da estrutura setorial do emprego na sub-região

■ Áreas com correspondência mais evidente face ao perfil da estrutura setorial do emprego na sub-região

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

É certo que, no segmento de procura dos jovens, as trajetórias de escolarização do ensino superior integram frequentemente dinâmicas de mobilidade geográfica, pelo que o campo de influência a considerar na análise da relação entre oferta-procura de ensino superior não se deve restringir à oferta existente na própria sub-região¹³. Quer pela proximidade geográfica, quer pelo prestígio das suas instituições de ensino, o Grande Porto é um dos destinos naturais dos jovens do Tâmega e Sousa, o que amplia de forma muito expressiva o leque de possibilidades de prosseguimento de estudos. Contudo, no caso da apropriação das ofertas de nível superior por parte da população empregada, importa ter presente que a ausência de ofertas de proximidade pode ser bastante condicionadora desses percursos.

A diversificação e racionalizando da oferta formativa da sub-região encontra-se forçosamente enquadrada na estratégia para a Região Norte, nomeadamente com as prioridades estabelecidas em sede da Estratégia Regional de especialização inteligente, a qual deverá ser capaz de promover o equilíbrio entre os diferentes espaços sub-regionais.

Assim, cabe ao PAPE contribuir para dar continuidade ao processo de reforço das qualificações de ensino superior, atraindo a população jovem e adulta para este nível de ensino, aspeto determinante para a promoção da

competitividade da economia da Região, como é reconhecido no texto do PO Norte.

No caso das intervenções a dirigir à melhoria das qualificações dos adultos menos qualificados verifica-se que a maior aposta da sub-região tem recaído na modalidade de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. Esta modalidade permite a combinação com a frequência de módulos curtos de formação certificada (FMC), reconhecidos pelo IEFP como uma modelo de formação ajustado às necessidades dos adultos e das empresas, na medida em que permite dotar os adultos de conhecimento especializado em determinada matéria, num período de tempo relativamente curto, mais ajustável às necessidades do empregador/recrutador.

Quadro 19. Alunos matriculados no ensino básico em modalidades de educação/formação orientadas para adultos, por município, segundo o nível de ensino ministrado e a modalidade, 2011/2012

Ensino básico - 3º Ciclo

¹³ Esta perspetiva está presente na componente de Análise da Oferta Formativa.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

	Total	Ensino recorrente	Cursos de Educação e Formação de Adultos	Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
Portugal	52 144	74	15 525	35 544
Continente	51 328	0	15 109	35 218
Norte	23 074	0	6 351	16 298
% no total do Norte	100,0	0,0	27,5	70,6
Minho-Lima	1 398	0	533	865
Cávado	2 627	0	790	1 698
Ave	3 258	0	886	2 297
Grande Porto	6 812	0	1 375	5 415
Tâmega	4 985	0	1 086	3 788
% no total do Tâmega	100,0	0,0	21,8	76,0
Amarante	670	0	142	527
Baião	97	0	69	28
Cabeceiras de Basto	292	0	126	166
Castelo de Paiva	73	0	33	40
Celorico de Basto	249	0	30	219
Cinfães	317	0	73	244
Felgueiras	343	0	80	262
Lousada	302	0	0	302
Marco de Canaveses	360	0	88	272
Mondim de Basto	39	0	39	0
Paços de Ferreira	489	0	142	242
Paredes	861	0	91	766
Penafiel	821	0	101	720
Resende	15	0	15	0

Ribeira de Pena	57	0	57	0
Entre Douro e Vouga	1 712	0	515	1 166
Douro	980	0	428	552
Alto Trás-os-Montes	1 302	0	738	517

Quadro 20. Alunos matriculados no ensino secundário em modalidades de educação/formação orientadas para adultos, por município, segundo o nível de ensino ministrado e a modalidade, 2011/2012

	Ensino secundário			
	Total	Ensino recorrente	Cursos de Educação e Formação de Adultos	Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
Portugal	62 804	6 058	28 005	28 269
Continente	60 995	5 735	26 696	28 092
Norte	23 327	2 052	10 059	11 089
% no total do Norte	100,0	8,8	43,1	47,5
Minho-Lima	1 548	0	750	798
Cávado	2 879	354	1 329	1 150
Ave	2 980	10	1 787	1 177
Grande Porto	8 348	1 639	2 687	3 999
Tâmega	3 408	15	1 230	2 126
% no total do Tâmega	100,0	0,4	36,1	62,4
Amarante	446	0	20	420
Baião	175	0	160	15
Cabeceiras de Basto	209	0	70	139

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Castelo de Paiva	49	0	37	12
Celorico de Basto	317	0	30	287
Cinfães	85	0	18	67
Felgueiras	422	15	300	98
Lousada	159	0	55	104
Marco de Canaveses	170	0	125	36
Mondim de Basto	0	0	0	0
Paços de Ferreira	293	0	163	117
Paredes	551	0	126	425
Penafiel	513	0	107	406
Resende	0	0	0	0
Ribeira de Pena	19	0	19	0
Entre Douro e Vouga	1 370	0	686	683
Douro	1 321	29	712	572
Alto Trás-os-Montes	1 473	5	878	584

Fonte: INE: Anuário estatístico regional.

Os indicadores recolhidos pelos Centros de Emprego do Tâmega e Sotas dão conta do aparente paradoxo entre o aumento do número de desempregados à procura de emprego e a fraca taxa de satisfação das ofertas de emprego, pondo em evidência a necessidade de reforçar a oferta de formação para jovens e adultos existente e melhorar o *matching* entre a oferta de educação-formação e as necessidades do mercado de trabalho regional.

Ofertas e colocações nos Centros de Emprego do Tâmega e Sousa

Em 2011, os Centros de Emprego do Tâmega e Sousa receberam 3.176 ofertas de trabalho e contribuíram para a colocação de 1.685 pessoas inscritas (maioritariamente mulheres – 1/3 do total). Esta relação traduz numa taxa de

satisfação das ofertas de trabalho que corresponde a pouco mais de 50% para o Tâmega e Sousa, valor próximo do registado na região Norte, mas abaixo do verificado a nível nacional (62,5%). A evolução das ofertas recebidas pelos Centros de Emprego e as colocações conseguidas registou uma trajetória positiva entre 2007 e 2010, tendo diminuído significativamente a partir daí. Todavia, a taxa de satisfação da oferta de trabalho tem evoluído positivamente na globalidade dos subterritórios em análise (ultrapassando os 50% a partir de 2010), o que evidencia uma estratégia dos Centros de Emprego mais incisiva, no que concerne ao seu objetivo primeiro: “ajustar as intenções da oferta e da procura de trabalho”.

As razões que justificam as disparidades entre a necessidade de trabalhadores e a sua satisfação através dos serviços dos Centros de Emprego residem numa multiplicidade de fatores de quantificação complexa. Para além de intenções não concretizáveis pelas entidades empregadoras, verifica-se um comportamento ineficaz dos potenciais interessados nas ofertas. Estes custos de transação derivam de comportamentos oportunistas [inconsequência de empresas de trabalho temporário, diminuição das motivações salariais e de condições de trabalho (ex: ausência de transporte), subsidiodependência dos beneficiários sociais, entre outros] dos atores que compõem os dois lados do mercado de trabalho e que põem em causa o seu ajustamento.

Do ponto de vista intrarregional, a distribuição das oportunidades e a sua satisfação não apresentam uma estrutura homogénea. Com efeito, apesar de concelhos como o de Felgueiras, Paços de Ferreira, Penafiel e Amarante registarem uma parte significativa das ofertas recebidas (já que manifestam um elevado potencial empregador), registam as taxas de satisfação mais baixas do Tâmega e Sousa (esta taxa chegou a ser inferior a 1/3 nos concelhos de Amarante, em todo o período de análise, de Cinfães, em 2011, de Celorico de Basto, em 2012 e do Marco de Canaveses, até 2010). Contrariamente, destacam-se os concelhos de Castelo de Paiva, Lousada e Paredes com um registo

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

próximo de 4/5 das ofertas de trabalho satisfeitas através dos Centros de Emprego.

Fonte: Adaptado de Documento de Trabalho *Dinâmica Económica do Tâmega e Sousa*.

A esse nível, importa considerar o investimento que tem sido feito, nos últimos anos, nomeadamente em relação aos exercícios de diagnóstico de necessidades de formação levados a cabo no âmbito da preparação do Pacto Territorial, assim como nos esforços desenvolvidos no âmbito da conceção de um Modelo de Territorialização de Oferta Formativa, o qual “foca a necessidade de se construírem produtos regionais de colaboração em rede que, além de demonstrarem a comunhão dos interlocutores sobre as matérias em apreço, enfocam o compromisso e o propósito de facilitar a intermediação na gestão do financiamento público para as políticas de qualificação de pessoas no território relevante de intervenção” (cf. Contributos para a operacionalização do modelo de territorialização da oferta formativa). Não obstante, permanecem evidências de fragilidades ao nível do planeamento da rede regional de oferta de educação-formação, balizadas quer pela tendência de diminuição gradual da procura face à capacidade instalada, como pelos desafios crescentes de concretização de ofertas profissionalizantes (dirigidas a jovens e adultos) capazes de responder aos níveis de motivação do público e aos interesses das entidades empregadoras.

Paralelamente, o Acordo de Parceria prevê que os POR possam vir a desenvolver um trabalho importante na estruturação da oferta do ensino secundário, dinamizando estratégias de articulação entre os atores locais e

regionais, de forma a melhor adequar a produção de qualificações pelas diferentes modalidades de ensino e formação às necessidades dos mercados locais de emprego.

Perspetivas e Instrumentos de financiamento

Finalmente refira-se que o perfil de problemas identificados encontra ampla correspondência com a estratégia de concretização dos objetivos da estratégia de Portugal 2020 e com programação dos FEEI, no período 2014-2020, no âmbito da qual se inscreve a ambiciosa meta para 2020 de 40% da população com ensino superior ou equiparado entre 30-34 anos. Com efeito, o Programa temático dedicado ao Capital Humano adota a quantificação de metas e a concentração de recursos de forma estritamente articulada com os indicadores da Agenda 2020, assumindo a hierarquia de preocupações em torno da redução do abandono escolar e da participação no ensino superior.

Desta forma, o POCH focaliza a sua prioridade nos jovens e adultos jovens, na diversificação da oferta do ensino superior e na valorização da formação em contexto de trabalho. Os investimentos na qualificação da população adulta com baixas qualificações encontra-se concentrada no quadro do POCH (com exceção da complementaridade com o POISE no âmbito das FMC), mas convoca a articulação entre os PO temáticos do Capital Humano e da Inclusão Social e Emprego e os PO Regionais.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Partindo das evidências das dimensões-problema apresentadas, o PAPE aprofunda a necessidade de implementar um conjunto de soluções estratégicas dedicadas a:

- Elevar os níveis de escolarização da população em idade ativa,
- Elevar a proporção da população com habilitações equivalentes ao ensino superior, e

- Melhorar a relação entre formação e mercado de trabalho.

A Matriz seguinte constitui o Plano de Ação correspondente a estes grandes objetivos.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Quadro 21. Plano de Ação da Dimensão Capital Humano: Qualificação da população ativa residente

Dimensão Problema	Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Destinatários	Principais parceiros	Âncora
Baixos níveis de escolarização da população em idade ativa	Proporção da população com 15-64 anos que possui apenas 1.º ciclo do EB ou não tem nenhum nível de escolaridade completo – 35,70% (dados INE para a NUTS Tâmega – 15 municípios) [PT= 24,58%]	Promover estratégias de qualificação da população adulta com baixas qualificações	• Operacionalização de cursos de dupla certificação para adultos empregados e desempregados com baixas qualificações, privilegiando as áreas identificadas no Plano Diretor da Oferta Formativa	Adultos empregados e desempregados com baixas qualificações	IEFP, CQEP, Operadores de Educação-Formação, Grupo de trabalho Educação-Formação, Empresas	
			• Projeto de alfabetização de desempregados [em articulação com Envelhecimento Ativo/seção Capital Inclusivo]	Desempregados > 55 anos, sem 1º ciclo do EB	Escolas, IEFP, Voluntários	
		Promover o investimento da qualificação da população adulta empregada em áreas técnicas especializadas	• Protocolo com Empresas para a regulamentação e promoção de incentivos ao encaminhamento de trabalhadores/desempregados para formação profissional, privilegiando a formação técnica especializada nas fileiras-chave e de acordo com as necessidades da empresa.	Empresas, trabalhadores e desempregados, com baixas qualificações	Grupo de trabalho Educação- Formação/ IEFP Conselho Empresarial Empresários	X
Baixa proporção da população com habilitações equivalentes ao Ensino Superior	Taxa de escolarização no ensino superior (alunos com idade entre 18 e 22 anos) - 5,8% (dados INE para a NUTS Tâmega – 15 municípios) [PT= 32,2%] Proporção da	Promover a continuidade das trajetórias académicas do Ensino Secundário para o Ensino Superior	• Plano de Comunicação para a Valorização do Ensino Superior incluindo (i) divulgação de modalidades de acesso menos conhecidas (TeSP de nível 5, Maiores de 23; frequência de unidades curriculares isoladas,...) e (ii) divulgação de medidas de apoio à contratação de diplomados.	População em geral Agentes económicos	Instituições de Ensino Superior, Operadores de Educação – Formação, Autarquias	X

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

população residente com ensino superior completo – 6,7% (dados INE para a NUTS Tâmega – 15 municípios) [PT= 15,11%] Proporção da população empregada com ensino superior – 11,6% (dados INE para a NUTS Tâmega – 15 municípios) [PT= 25,75%]					
---	--	--	--	--	--

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Dimensão Problema	Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Destinatários	Principais parceiros	Âncora
(cont.)	(cont.)	Promover o investimento da qualificação da população adulta empregada em áreas técnicas especializadas	<ul style="list-style-type: none"> Protocolo entre Instituições de ensino superior e empresas, com vista à realização de formação superior especializada (à medida) e como medida de incentivo à contratação de pessoal especializado 	Ativos empregados	Instituições de ensino Superior Empresas	X
			<ul style="list-style-type: none"> Mobilização de empresários representantes das várias fileiras-chave para a discussão da proposta do Plano Diretor da Oferta Formativa. 	Empresários/ Responsáveis pela gestão de recursos humanos nas empresas	Grupo de trabalho Educação- Formação Conselho Empresarial T&S Empresas/Associações empresariais	X
Articulação da oferta de educação-formação existente	Sobreposição da oferta entre operadores na Região (aprofundado na componente específica do PAPE relativa à análise da oferta formativa)	Implementar/ melhorar os mecanismos de informação e orientação vocacional	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Marketing das Profissões com vista a potenciar a valorização social de profissões/fileiras-chave do T&S 	Jovens e adultos inseridos no sistema de educação formação Operadores de educação formação Agentes económicos	Grupo de trabalho Educação- Formação Operadores de Educação-Formação Autarquias Conselho Empresarial T&S Empresas	X
			<ul style="list-style-type: none"> Sistema de informação da oferta formativa e ofertas de emprego, que sirva de suporte às atividades de orientação vocacional e à definição do Plano Diretor da Oferta Formativa 		A definir pelo Comité de Pilotagem	X
	Fragilidades na articulação entre os mecanismos regionais e centrais de planeamento da oferta	Melhorar a capacidade de planeamento e funcionamento da rede da oferta de formação	<ul style="list-style-type: none"> Diagnóstico de necessidades de formação regional (condição de suporte para a elaboração do Plano Diretor da Oferta Formativa) 		A definir pelo Comité de Pilotagem	X
			<ul style="list-style-type: none"> Plano Diretor da Oferta Formativa e contratualização das suas diretrizes com os operadores regionais 		A definir pelo Comité de Pilotagem	X
Desfasamento						

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

	entre ofertas de emprego e mão-de-obra disponível					
--	---	--	--	--	--	--

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Dimensões-problema, Necessidades, Oportunidades/Potencialidades e Riscos associados à Dimensão Analítica Emprego

Na matriz seguinte estão identificadas as principais dimensões-problema, necessidades, oportunidades/potencialidades e riscos com relação determinante na dimensão do Emprego, alimentadas a partir da auscultação dos atores, e que serão objeto de maior aprofundamento na análise

descritiva das características desta dimensão no território, que se apresenta nos pontos seguintes.

Quadro 22. Matriz de principais Dimensões-problema/Necessidades/Oportunidades e Potencialidades/Riscos - Emprego

Dimensões-problema	Necessidades e prioridades
<p>Dinâmica económica e emprego:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concentração de atividade industrial (Calçado, Têxtil e Mobiliário) nos concelhos do Vale do Sousa; • Relativa industrialização do território, mas tecido industrial com traços de fragilidade, nomeadamente no plano dos direitos sociais, laborais e ambientais; • Predomínio da atividade Agrícola (incluindo Agroalimentar e Vinhos) e maior valorização do sector do Turismo no Baixo Tâmega; • Acessibilidades penalizadoras dos concelhos do interior; • Taxas de desemprego elevadas, trabalho sazonal e problemas sociais acentuados nos concelhos do Baixo Tâmega; • Tendências de envelhecimento e desertificação penalizadoras da atividade económica e social nos concelhos do Baixo Tâmega; <p>Problemas na área de influência dos Centros de Emprego:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desfasamento gravoso entre ofertas de emprego e mão-de-obra disponível: média de 1000 ofertas de emprego sem procura; • DLD com mais de 55 anos sem resposta adequada de inserção; • Necessidades de requalificação de adultos desempregados, com idades entre os 35 e os 55 anos; 	<p>Promoção do emprego:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Afinar instrumentos de apoio à criação de emprego com base nas necessidades empresariais; • Reforçar estratégias de ligação entre escola e mercado de trabalho; • Estimular o empreendedorismo, nomeadamente por via de novos modelos de iniciativas a protagonizar pelo IEFP; <p>Acessibilidades e Transporte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intervencionar o sistema de transportes (necessidade de conceção de um Plano de circulação interna) na rota do Baixo Tâmega com ligação às indústrias do Vale do Sousa, para potenciar dinâmicas casa-trabalho; • Estação ferroviária para promover a mobilidade intermodal para o Baixo Tâmega e percursos pendulares para a área metropolitana do Porto; • Conclusão do IC 35: investimento estruturante para a melhoria das vias de comunicação para escoamento de produtos; <p>Qualificação do tecido empresarial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qualificação e formação de empresários e trabalhadores; • Transferência de conhecimento e incorporação de tecnologia e inovação nas cadeias de produção e de comercialização de produtos endógenos; • Mudança de paradigma e de opções no plano da aposta na formação profissional: apostas no

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Mortalidade significativa das empresas do sector da construção civil (sobretudo Baião, Cinfães e Marco de Canaveses), com efeitos gravosos ao nível da capacidade de sustentação das famílias, da emigração massiva e diminuição da população ativa residente;

âmbito do empreendedorismo, desenvolvimento de atitudes e competências em contexto de trabalho; formação agregada às potencialidades dos territórios de baixa densidade;...

- Aprofundamento da relação com Centros de Conhecimento;

Incorporação de competências técnicas nas entidades da economia social e tecido empresarial.

(continua)

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Oportunidades/Potencialidades	Riscos
<p>Fatores de atratividade da Região:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Salto qualitativo da redução do abandono escolar nos últimos 10 anos (impacto positivo do PETI – Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil); • Qualidade de vida residencial; • Qualidade de equipamentos de proximidade e acesso a serviços, designadamente na área da saúde, escolares, desportivos e sociais; • Taxas urbanísticas pouco acentuadas face a outros concelhos; <p>Áreas emergentes de desenvolvimento e criação de emprego:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aposta no Turismo como possível resposta para a promoção do emprego entre grupos da população com maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho: DLD com mais de 55 anos; • Potencial de exploração de produtos endógenos e recursos naturais (p.e., mirtilo, cereal, produção animal, sector florestal, património natural,...); • Reconversão de indústrias tradicionais/atividades artesanais por incorporação de inovação e reforço do marketing/disseminação; • Dinâmicas locais de empreendedorismo social; • Oportunidades de emprego emergentes (manutenção, conservação e restauro; guardiões do património; relojoaria; marroquinaria,...); • Cobertura do território de estruturas de base tecnológica (impacto do Processo de Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração em Zonas Rurais); <p>Dinâmicas de utilização das medidas ativas de emprego:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Do lado das medidas promovidas pelo serviço público de emprego, a estratégia passará pela continuidade face ao perfil de apoios atualmente existentes: <ul style="list-style-type: none"> - estágios (com mesmo nível de apoio: 100 a 80%); - nova medida de apoio à contratação; - aumento da oferta de formação profissional, sobretudo na modalidade de Vida Ativa (esta deve evoluir para uma segunda fase que incorpora uma componente de formação em contexto de trabalho). 	<p>Dinâmicas demográficas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Agravamento da diminuição da natalidade, com implicações na menor capacidade de crescimento económico; • Desertificação dos concelhos do interior (nos últimos anos, Cinfães perdeu 1.000 pessoas, 900 das quais jovens, p.e.); • Agravamento da emigração da população em idade ativa, incluindo jovens qualificados; <p>Dinâmicas de utilização das medidas ativas de emprego:</p> <p>Dinâmica de dependência do recurso à medida de estágios profissionais como fonte de recrutamento, com riscos ao nível da promoção da precarização das relações laborais e da fragilidade das condições de competitividade.</p>

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Para enquadrar a abordagem do PAPE dedicada à promoção do emprego, importa caracterizar sinteticamente as principais dinâmicas do emprego regional, assim como os aspetos mais críticos do fenómeno do desemprego, no sentido de posicionar as prioridades de intervenção desta Dimensão Analítica.

Atendendo à natureza desta Agenda e à expressão do problema do desemprego no território, a procura de soluções estratégicas para o combate ao desemprego assume uma preponderância nuclear e transversal do ponto de vista do perfil de públicos a que se destinam.

Tal como noutras dimensões consideradas, também o fenómeno do desemprego revela uma grande heterogeneidade inter-concelhia, que justificará naturalmente a adoção de estratégias diferenciadas. Contudo, ao prever a inscrição no PAPE, pretende-se a sua integração, mediada por objetivos comuns, com vista a melhorar as condições de empregabilidade da população e a potenciar a criação de emprego na sub-região.

Paralelamente, importa ter presente que esta Dimensão Analítica do PAPE, relativa à promoção do emprego, encerra complementaridades relevantes com outras estratégias do território, de onde se destaca o Plano de Ação do Empreendedorismo, focalizado na promoção do empreendedorismo económico.

Breve caracterização das dinâmicas do emprego regional¹⁴

No território do Tâmega e Sousa, os concelhos com maior atração de emprego são destacadamente Felgueiras e Paços de Ferreira. Marco de Canaveses e Penafiel também evidenciam, ainda de que modo mais modesto, alguma capacidade de atração de mão-de-obra.

Pode concluir-se que existem níveis de mobilidade laboral significativos no Tâmega e Sousa e entre esta sub-região e outras sub-regiões, com destaque para a área metropolitana do Porto (em especial Paredes e Castelo de Paiva que apesar de um elevado nível de emprego gerado pelos seus aparelhos produtivos, registam uma proporção significativa de residentes empregados noutras áreas geográficas). Os concelhos que evidenciam menores níveis de criação de emprego (Celorico de Basto, Cinfães, Resende e Baião), nomeadamente industrial, registam uma proporção significativa de residentes a trabalharem noutros concelhos do Tâmega e Sousa e fora desta Unidade Territorial.

¹⁴ Este ponto recupera parte da análise apresentada no Documento de Trabalho “Dinâmica económica do Tâmega e Sousa”, elaborado no âmbito da Agenda da Empregabilidade. As fontes utilizadas são os dados dos Censos de 2011 (INE), os quais se referem à população empregada (trabalhadores por conta de outrem, trabalhadores independentes ou empresários/as) e dados dos quadros de pessoal (GEP-MSSS) que se referem aos Trabalhadores por Conta de Outrem (TCO) do tecido privado, excluído a administração pública.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

629€/mensais e enquanto na Região Norte os licenciados representam 11% da força de trabalho (e 14% no Continente), na sub-região do Tâmega, esse valor é de apenas 5,5%.

Paralelamente, e como ilustrado no Mapa 3, a proporção de pessoas que trabalha (e também que estuda) fora do seu concelho de residência é bastante expressivo, o que acarreta maiores dificuldades associadas às dinâmicas de mobilidade casa-trabalho-casa.

Do ponto de vista da igualdade de género, o mercado de trabalho da sub-região caracteriza-se pelo predomínio da mão-de-obra masculina (57,4% contra 42,6%, segundo dados do INE-2011), nos diversos subsectores de atividade. Os subsectores tradicionalmente masculinos continuam com uma elevada representatividade funcional do homem, designadamente a construção, a indústria metalomecânica e a transformação da madeira. Por outro lado, subsectores como o agrícola, a fabricação de têxteis, o vestuário e calçado, a administração pública e social, evidenciam uma proporção superior de mão-de-obra feminina.

Como destacado anteriormente (cf. Quadro A.1, em anexo) as remunerações médias auferidas entre os dois sexos indiciam um claro desequilíbrio nos três grandes setores de atividade.

Características e tendências do desemprego: Desemprego da população adulta (incluindo DLD) e desemprego jovem/NEET

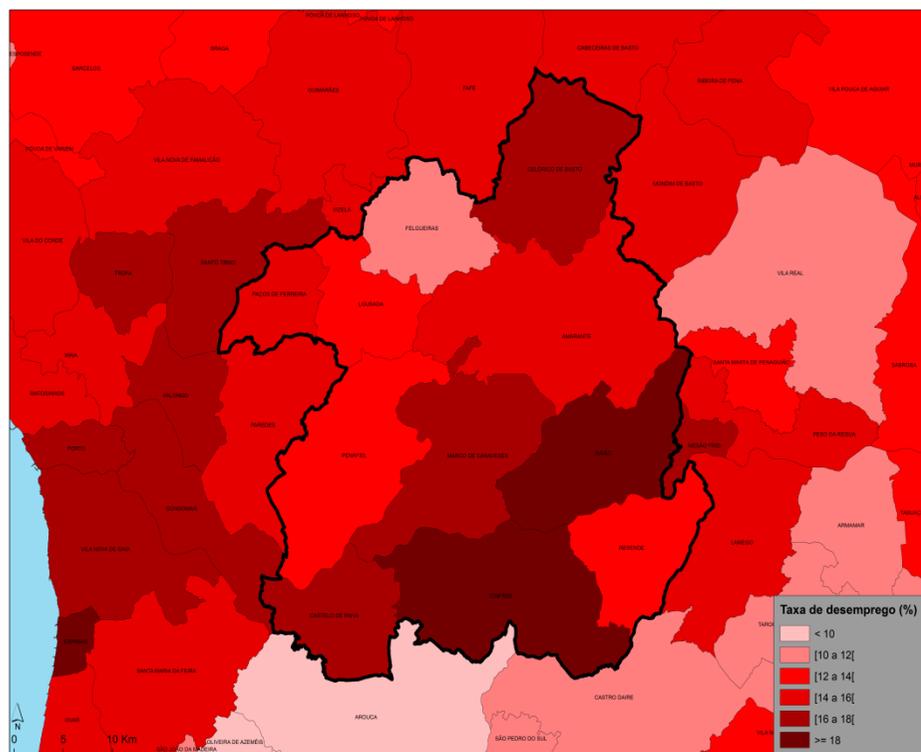
A taxa de desemprego no Tâmega e Sousa atingiu, em 2011, os 14%, ligeiramente abaixo dos 14,5 % registados na região Norte, mas ligeiramente acima da média de 13,2% verificada no país. Felgueiras, beneficiando da dinâmica da indústria têxtil, apresenta uma taxa de desemprego bastante inferior à dos restantes concelhos, e mesmo em relação à média nacional. Por outro lado, são os Concelhos do Baixo Tâmega e Douro Sul que evidenciam taxas de desemprego mais preocupantes (próxima de 20%).

Segundo os dados do número de pessoas inscritas nos Centros de Emprego do Tâmega e Sousa, em Dezembro de 2012 registavam-se 44.254 pessoas à procura de trabalho no Tâmega e Sousa. Entre os concelhos da CIM, apenas no concelho de Felgueiras se assistiu, entre 2007 e 2012, a uma diminuição do desemprego, enquanto em concelhos como Penafiel, Lousada, Paredes e Paços de Ferreira, a evolução do desemprego registada foi significativamente superior ao registado na região Norte e no Continente.

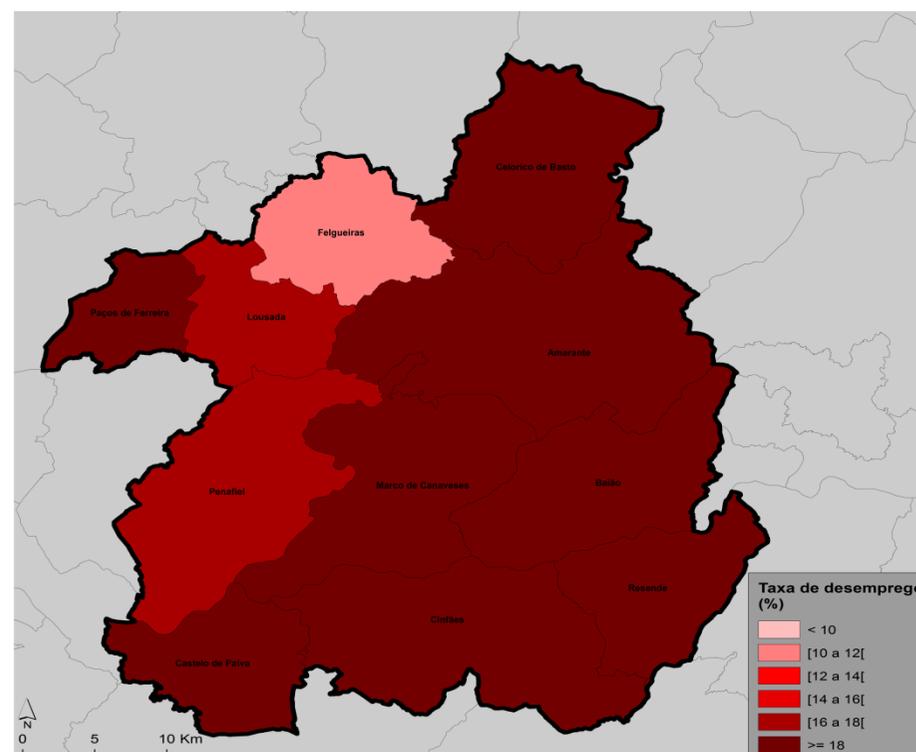
Os Mapas seguintes ilustram a distribuição da Taxa de desemprego no território do Tâmega e Sousa, pondo em evidência a profunda heterogeneidade inter-concelhia deste indicador.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Mapa 4. Taxa de desemprego (2011)



Mapa 5. Taxa de **desemprego** (CIM, 2012)



Fonte: Observatório Intermunicipal Tâmega e Sousa.

Para além das diferenças inter-regionais, o Documento de Trabalho “Dinâmica económica do Tâmega e Sousa”, desenvolvido pelo Grupo de Trabalho da Educação e Formação no âmbito da Agenda da Empregabilidade, põe em evidência a prevalência de fragilidades mercedoras de Soluções Estratégicas particulares, designadamente ao nível:

- das desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres;
- da incidência do desemprego de longa duração (DLD);
- da incidência do desemprego na população com habilitações mais baixas, que naturalmente acumulam maior dificuldade em reingressar no mercado de trabalho, e

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

- das dificuldades e precariedade da transição dos jovens para o mercado de trabalho.

A caixa seguinte recupera o essencial dos elementos analíticos apresentados naquele Documento, os quais se suportam na análise da evolução do número de pessoas inscritas nos Centros de Emprego do Tâmega e Sousa.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Tendências do desemprego no Tâmega e Sousa, a partir da análise dos dados dos Centros de Emprego

A análise da estrutura do desemprego registado no Tâmega e Sousa pelo IEFP possibilita uma perspetiva multidimensional do fenómeno. As desiguais oportunidades entre homens e mulheres, no que respeita à inserção no mercado de trabalho, apresentam particular destaque. Não se trata apenas de uma emancipação profissional do sexo feminino que caracterizou as últimas três décadas em Portugal e do conseqüente aumento do fluxo de mulheres inativas para a população ativa, mas também da persistente estigmatização depreciativa relativamente às capacidades das mulheres em sectores tradicionalmente masculinos. Com efeito, a mulher continua a ser ligeiramente mais representativa que o homem na população à procura de trabalho (50,8% em dezembro de 2012, na CIM TS). Todavia, a evolução desta proporcionalidade desequilibrada mostra que entre 2004 e 2007 a assimetria agravou-se para, a partir daí até 2012, tender a aproximar-se. A crescente destruição de empregos, fundamentalmente no setor da construção, associados à mão-de-obra tradicionalmente masculina, contribuiu fortemente para esta trajetória. Esta constatação regista-se não apenas nesta sub-região, mas também nas que lhe servem de referência (Norte e Continente¹⁵).

No Tâmega e Sousa e em Dezembro de 2012, os concelhos do Baixo Tâmega registam ainda uma proporção de mulheres desempregadas significativa¹⁶, contrariamente, os concelhos do Vale do Sousa, evidenciam uma proporção de homens à procura de trabalho superior à das mulheres.). A trajetória observada no período de referência (2004-2012) permanece, contudo, semelhante em todos os Concelhos, i.e., a do reforço do desemprego masculino.

Ao introduzir-se a variável tempo na problemática do desemprego verificamos, no Tâmega e Sousa, uma proporção de desempregados de longa duração¹⁷ (DLD)

inferior à de desempregados há menos de um ano (48,1% de DLD contra 51,8% inscritos há menos de um ano em 2012), mas com tendência a aumentar, principalmente a partir de 2007. A proporção de DLD continua ligeiramente superior à verificada na região Norte e significativamente superior à verificada no continente, o que consubstancia uma fonte de preocupação na definição de políticas ativas de emprego, pois trata-se de uma condição que ativa significativamente o processo de exclusão social. Numa análise intrarregional, registam-se níveis preocupantes de desemprego de longa duração (superiores a metade dos desempregados) nos concelhos de Baião, Castelo de Paiva, Cinfães e Resende.

Os motivos de inscrição nos Centros de Emprego estão maioritariamente relacionados com o fim de trabalho não permanente e no despedimento (mais de metade dos inscritos em 2012), seguindo-se a transição de mão-de-obra inativa (cerca de 17% dos inscritos). Com efeito, o Tâmega e Sousa registava, em 2012 30,3% de inscritos por terem findado um contrato a termo, inferior ao da região Norte (31,7%) e sobretudo do Continente (39,5%); contrariamente ao nível de inscritos por motivo de despedimento (26,3% na CIM TS, 20,7% na região Norte e 17,9% no Continente). Esta constatação está intimamente relacionada com o aumento de despedimentos coletivos de unidades industriais em concelhos de forte intensidade industrial como Paços de Ferreira, Lousada, Paredes e Felgueiras (registam cerca de 1/3 de inscrições por motivos relacionados com o despedimento). Não obstante, as inscrições decorrentes do *terminus* de contratos a termo têm registado um aumento proporcionalmente superior aos dos despedimentos.

Decorrente das transformações demográficas ocorridas nas últimas três décadas (aumento da esperança média de vida e da diminuição da taxa de natalidade), a estrutura etária da população desempregada do Tâmega e Sousa tem registado uma diminuição assinalável dos desempregados com menos de 25 anos e entre os 25 e 34 anos, contrariada por um aumento dos desempregados compreendidos entre os 35 e 54 anos e, sobretudo, com mais de 55 anos. Esta evolução não contraria todavia a elevada taxa de desemprego registada nos jovens.

Este comportamento é igualmente verificado na região Norte e no Continente, sendo que as representatividades entre os grupos etários também não apresentam diferenças relevantes (47,9% no escalão 35-54 anos; 20,1% no escalão 25-34 anos;

¹⁵ A diferença é ligeiramente mais acentuada no Norte, 52% (mulheres) contra 48% (homens), mas igual à verificada no Continente. Não obstante, a correção desta assimetria ocorreu de modo mais intensivo ao longo de 2012 no Tâmega e Sousa.

¹⁶ Baião, Castelo de Paiva, Amarante, Resende registam mais de 57% de desemprego feminino; Celorico de Basto e Marco de Canaveses, mais de 52%.

¹⁷ Inscrito há mais de 1 ano.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

17,8% no escalão mais de 55 anos e 14,2% no escalão inferior a 25 anos para o Tâmega e Sousa). Nos extremos etários encontramos justificações complementares às tendências demográficas e que se relacionam com dinâmicas próprias do mercado de trabalho e das suas novas exigências. Em primeiro lugar, a entrada cada vez mais tardia no mercado de trabalho pelos estudantes (que optam por adquirir mais competências académicas no sentido de uma expectável melhor aceitação e valorização das organizações empregadoras) confere uma representatividade superior à população inativa nas faixas etárias mais baixas. Em segundo lugar, os sectores que libertam mais mão-de-obra para o desemprego estão associados à indústria e aos serviços pouco qualificados, cujos trabalhadores apresentam idade avançada e baixos índices de literacia, herdada de políticas conservadoras do terceiro quarto do século passado.

Sem confundirmos capacidades/qualificações profissionais com habilitações académicas, podemos estabelecer uma relação significativa entre baixos níveis literários e baixas qualificações das pessoas desempregadas. Um parte significativa das pessoas inscritas nos CE do Tâmega e Sousa evidenciam habilitações mais baixas que as unidades geográficas de referência (58,3% tem o 2º ciclo ou menos no TS, enquanto a região Norte (48,1%) e Continente (42,2%). Esta constatação tem especial ênfase nos concelhos de Cinfães, Paços de Ferreira (cerca de 2/3 dos desempregados tem o 2º ciclo ou menos), Lousada e Paredes (62%).

Não obstante estas constatações, importa não descurar a tendência verificada entre os desempregados com habilitações mais elevadas, mormente com nível secundário e superior. A informação disponibilizada pelo IEFP permite verificar que, no Tâmega e Sousa e no período considerado, os desempregados com habilitações médias e superiores cresceram 2 vezes mais que os desempregados com o 1º ciclo (entre 2004 e 2012). Se considerarmos a evolução e representatividade dos desempregados que tinham profissões especializadas, verificamos que esta não apresenta valores tão significativos (cerca de 2%) quanto ao total de desempregados com formação superior. Isto permite concluir que a proveniência destes desempregados advém, em grande medida, da população inativa (estudantes) que procura um emprego pela 1ª vez, mas também é demonstrativo que uma parte entra no mercado de trabalho em regime precário a desenvolver profissões desajustadas das habilitações literárias

adquiridas.

Fonte: Adaptado de Documento de Trabalho *Dinâmica Económica do Tâmega e Sousa*.

Perspetivas e Instrumentos de financiamento

Do ponto de vista da programação estratégica definida para o horizonte 2020, a Estratégia definida no Acordo de Parceria orienta dois objetivos temáticos para o combate ao desemprego: **OT 8 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores** e **OT 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação** (nomeadamente no âmbito das Prioridades de investimento 9.1. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade e 9.5. Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego), os quais cobrem um leque alargado e genericamente adequado de prioridades de intervenção, que representam um importante desafio de articulação ao nível do seu planeamento e concretização, uma vez que implicam a mobilização dos instrumentos financiados pelos PO Regionais e pelo POISE.

A Matriz seguinte apresenta as ações deste Plano que mais diretamente se orientam para o combate ao desemprego, incluindo o desemprego jovem.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Quadro 23. Plano de Ação da Dimensão Emprego: Desemprego e Desemprego jovem

Dimensão Problema	Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Destinatários	Principais parceiros	Âncora
Desemprego	Taxa de desemprego em 2012 – 18,10% (Dados CIM, fonte IEFP; dados para o Tâmega e Sousa)	Reforçar a capacidade das estruturas e mecanismos de apoio ao emprego	· Organização da Feira do Emprego do T&S, focada na promoção dos recursos endógenos e do potencial de criação de emprego associado	Operadores de Educação- Formação Agentes económicos Jovens e Adultos empregados, desempregados e à procura de emprego	Grupo de trabalho Educação- Formação Operadores de Educação- Formação, IEFP/GIP	X
	Taxa de desemprego em Janeiro de 2014 - 15,39% (Dados do IEFP – número de desempregados / dados do INE de 2011 – população ativa * 100) (dados para o Tâmega e Sousa)	Apoiar estratégias orientadas para a reintegração dos ativos desempregados no mercado de trabalho	· Criação de um Modelo de Estágios destinados a DLD de níveis etários elevados, alicerçado nas fileiras-chave do T&S	DLD de níveis etários elevados Agentes económicos	IEFP/GIP Associações empresariais	X
	[PT= 13,33%]		· Promoção da divulgação e elaboração de candidaturas a Programas de Incentivos às empresas para a contratação de DLD (Apoios a encargos salariais e não salariais)	DLD Agentes económicos	IEFP/GIP, Empresas Outros (a definir)	
	Em alguns concelhos do Tâmega a taxa de desemprego ascende a mais de	Apoiar estratégias de criação de emprego	· Promoção da divulgação e elaboração de candidaturas para o desenvolvimento de ações de formação modular certificada dirigida a adultos desempregados (medida “Vida ativa”)	Adultos desempregados	IEFP Comissões para a Qualificação Operadores de Educação- Formação	
		· Criação da Rede Regional de Mentores para o aconselhamento de apoio à criação do próprio emprego (via mobilização de voluntários sénior para aconselhamento sobre criação de negócios)	Jovens e Adultos que pretendam criar o próprio emprego Mentores (voluntários sénior)	Voluntários sénior IEFP/GIP ADL e outros atores relevantes Entidades da Economia Social	X	

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

	20%.		· Programa de apoio ao empreendedorismo feminino: promoção de ações de tutoria, consultoria e assistência técnica disponibilizadas a mulheres que pretendem criar o próprio emprego	Mulheres que pretendam criar o próprio emprego	Associações Empresariais Comerciais e Industriais, Entidades da Economia Social	
--	------	--	---	--	---	--

Dimensão Problema	Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Destinatários	Principais parceiros	Âncora
Desemprego jovem	Taxa de desemprego jovem em Janeiro de 2014 - 22,88% (Dados do IEFP – número de desempregados com menos de 25 anos / dados do INE de 2011 – população ativa entre 15 e 24 anos * 100) (dados para o Tâmega e Sousa) [PT= 20,38%]	Melhorar as condições de acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens	· Promoção da divulgação e elaboração de candidaturas a medidas de apoio à inserção profissional de jovens (Vida ativa, Estágios Emprego, estágios do INOV Contacto e Programa de Incentivos para a contratação de jovens), alicerçado nas fileiras chave do T&S	Jovens	IEFP/GIP, Grupo de trabalho Educação- Formação, Associações empresariais, Autarquias	X
			· Estágio Premium - sistema de premiação do mérito escolar com estágios em empresas de qualidade reconhecida	Jovens com mérito escolar reconhecido	IEFP/GIP Operadores de Educação - Formação Empresas	X
		Estimular o empreendedorismo jovem	· Concurso de projetos educativos: projetos para a promoção da autonomia e da criatividade.	Jovens inseridos no sistema de educação-formação Operadores de Educação- Formação	Grupo de trabalho Educação- Formação Operadores de Educação- Formação	
		Capacitar o sistema de atores e as organizações	· Criação de uma oficina de formação de professores centrada na reflexão acerca das experiências de “educação para o empreendedorismo” (em marcha em algumas escolas dos concelhos da CIM)	Professores e Formadores	Grupo de trabalho Educação- Formação Operadores de Educação- Formação	

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

			com vista a debater boas práticas;			
			· Protocolo com o IPP (ou outra Instituição de Ensino Superior) para a promoção de um Curso de Especialização Tecnológica sobre empreendedorismo dirigido aos técnicos que intervêm no apoio à criação de emprego.	Técnicos que intervêm no apoio à criação de emprego	IES Grupo de trabalho Educação- Formação/ IEFP	X

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Desafios nacionais da promoção da Coesão Social

A crise do sistema financeiro internacional com expressão forte a partir de 2008 acarretou um conjunto de implicações decorrentes do desenvolvimento de esforços públicos para a sua superação e a consequente necessidade de consolidação orçamental no contexto europeu. Este contexto tornou-se ainda mais desafiante no quadro atual. De facto, a crise anulou os progressos graduais do crescimento económico e da criação de emprego verificados durante a última década: o PIB desceu 4 % em 2009, a produção industrial europeia regressou ao nível dos anos 90 e o desemprego afeta agora 23 milhões de pessoas - ou seja, 10 % da população ativa em toda a Europa.

Na prossecução dos objetivos da Estratégia foram definidas metas para 2020, uma das quais estabelece que “o número de europeus que vivem abaixo dos limiares de pobreza nacionais deve ser reduzido em 25 %, retirando da pobreza 20 milhões de pessoas”, para além de outros objetivos importantes para a coesão social e territorial.

Em síntese, esses documentos centrais apontam para alguns domínios de constrangimento no domínio da inclusão social e emprego, aos quais importa que as políticas públicas deem uma resposta eficaz e eficiente, entre os quais i) um elevado nível de desemprego, com destaque para o peso do desemprego estrutural, atingindo os ativos com mais baixas qualificações, ao que se podem ainda associar outras características específicas que dificultam a sua integração sócio profissional (e.g. pessoas com deficiência ou incapacidades); ii) uma persistência de um elevado nível de pobreza monetária e de exclusão social, que a atual situação económica e social poderá agravar. De facto, o atual contexto de crise económica e social

coloca desafios acrescidos às intervenções públicas nos domínios da inclusão social e do emprego. Nesse âmbito, verifica-se um aumento da exposição dos indivíduos e dos agregados familiares a situações de pobreza e exclusão social, decorrente da menor participação no mercado de trabalho e do aumento do desemprego e da sua duração.

O Programa Rede Social - para um novo impulso na resposta aos desafios

O Programa Rede Social foi criado, há mais de 15 anos, num contexto nacional e europeu marcado pela procura de novas formas de resposta pública aos problemas de pobreza e exclusão social. Atualmente, entre as estruturas geradas no âmbito das novas políticas sociais, a Rede Social (RS) é a maior estrutura participada de carácter social no País, resultado da sua construção histórica e do empenhamento dos agentes sociais nela envolvida.

A expansão previsível da pobreza e da exclusão social na sequência da atual crise, concorrem para a relevância acrescida da RS quer na sua relação direta com a urgência de novas formas de governança territorialmente ancoradas, quer na sua relação com a concretização das perspetivas europeias para o futuro da coesão territorial. Por outro lado, a natureza do Programa e das estruturas da RS fazem com que este modelo de política social ativa tenha um papel fundamental no planeamento estratégico e na intervenção integrada nos territórios. Do ponto de vista da integração territorial de políticas (como órgão de planeamento do desenvolvimento social local), a RS é singular pela conjugação de dimensões de relevância crescente nas condições contemporâneas:

- Orientações estratégicas e princípios envolvendo abordagens multidimensionais ou integradas dos problemas e das respostas, bem

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

como metodologias de trabalho em rede com constituição de parcerias ou o desenvolvimento das ações de forma participada;

- A construção de formas de governança local que conjuguem a possibilidade de mobilizar as redes sociais formais e informais, de pequena escala (o mais próximo dos problemas);
- A promoção da cooperação e colaboração intersectorial para a integração territorial de políticas;
- A promoção da cooperação estreita entre o Estado e a sociedade civil;
- A conjugação das diversas instâncias de planeamento territorial numa perspetiva integrada;
- O envolvimento da quase totalidade dos municípios nacionais.

Por estas e outras razões, o Programa, que é único no contexto europeu, coloca Portugal num patamar privilegiado na resposta aos desafios contemporâneos do futuro da política de coesão territorial (inovação social, integração territorial de políticas, governança colaborativa, governança

multi-nível, entre outros). Contudo, persistem desafios aos quais a Rede terá que responder através de um *upgrade* e capacitação do seu sistema de práticas. É justamente na ótica destes desafios que se enquadra o PAPE, como instrumento estratégico para um conjunto alargado de funções operacionais no domínio da implementação dos compromissos nacionais em matéria de inclusão social.

A definição das dimensões problema e as soluções estratégicas

Na matriz seguinte estão identificadas as principais dimensões-problema, necessidades, oportunidades/potencialidades e riscos sinalizados em relação à dimensão do Capital Inclusivo, alimentadas a partir da auscultação dos atores e que serão objeto de maior aprofundamento na análise descritiva das características desta dimensão no território, que se apresenta nos pontos seguintes.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Quadro 24. Matriz de principais Dimensões-problema/Necessidades/Oportunidades e Potencialidades/Riscos - Capital Inclusivo

Dimensões-problema	Necessidades
<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades na inversão das taxas de desemprego, com consequências no aumento da pobreza e exclusão • Elevado nível do desemprego e dificuldades de acesso/integração na vida ativa • Baixa taxa de natalidade (mais acentuada nos concelhos do Tâmega); • Perda da população residente nos grupos etários mais jovens; • Escassez de respostas inovadoras (inovação social) para problemas sociais • Insuficiente mercado social de emprego para capacitação de pessoas com maiores dificuldades de inserção • Dificuldades no acesso a bens e serviços essenciais, por insuficiência de rendimentos • Sobreendividamento das famílias • Pobreza intergeracional/ persistente e pobreza "escondida" • Incidência de casos de violência doméstica • Fracas competências pessoais, sociais e parentais • Dificuldade de emancipação de jovens e sua dependência familiar prolongada • Fraca participação cívica das pessoas em situação de pobreza • Consumos/ Dependências (Álcool, drogas ou outras substâncias psicoactivas) • Insuficiente capacidade das respostas sociais existentes para grupos específicos (p.ex., saúde mental, cuidados continuados, mulheres vítimas de violência doméstica); • Problemas de Saúde mental unanimemente reconhecidos pelo sistema de atores regional • Falta de respostas para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico • Insuficiente resposta ao nível dos cuidados continuados • Aumento da população idosa com necessidades diferenciadas, sem adequação dos serviços disponíveis • Isolamento e inatividade física/cognitiva e social de população idosa (situação de dependência) • Insuficiência de atividade promotoras do envelhecimento ativo 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de postos de trabalho; • Incentivo à prática da Responsabilidade Social das empresas; • Atenuar o estigma social associado à doença mental • Prevenção primária e resposta a problemas de saúde mental (sensibilização nas escolas) • Fomento do empreendedorismo social, seja para população sénior mais vulnerável à pobreza e exclusão seja para a população sénior mais qualificada, que exige naturalmente respostas e equipamentos • Reforço do capital inclusivo através da melhoria da qualidade das redes e parcerias e respetivas respostas de intervenção • Capacitação dos atores locais com responsabilidade na concretização da política social • Falta de comunicação, articulação e trabalho em parceria entre as entidades, com ausência de respostas integradas • Falta de visão empresarial e de Planeamento estratégico das instituições e da intervenção na área social
Oportunidades/Potencialidades	Riscos
<ul style="list-style-type: none"> • Novo Quadro Comunitário de Apoio • Empreendedorismo criativo • Desenvolvimento de projetos inovadores • Sistema de governação montado através da Agenda da Empregabilidade (articulação entre os técnicos e existência de parcerias estratégicas), • Dinamização da economia social e projetos de empreendedorismo social • Dinamização de projetos de Envelhecimento ativo • Adoção do conceito de envelhecimento ativo enquanto expressão e atitude potenciadora de um desenvolvimento social inclusivo; • Certificação da qualidade das instituições e das valências sociais de apoio à população sénior existentes no concelho; • Existência de equipamentos de proximidade, com respostas diversificadas e dirigidas para públicos heterógenos (refeitório, cantinas sociais, banco alimentar, creches lares, crianças e jovens em riscos, toxicodependentes, imigrantes...) e com uma boa cobertura territorial 	<ul style="list-style-type: none"> • Emprego precário; • Desajuste entre a qualificação da mão-de-obra e as exigências de mercado; • População extremamente envelhecida; • Estigma Social. • Carência de qualificações dos potenciais empreendedores. • Degradação da situação económica da população e agravamento dos níveis de pobreza e dos fenómenos de exclusão social • Incapacidade de resposta das estruturas regionais face ao crescimento das situações de pobreza e emergência social • Sustentabilidade dos projetos após o financiamento • Crescente dificuldade das famílias em garantir as suas funções básicas (sobrevivência, proteção, afeto, confiança, segurança). • Insustentabilidades dos equipamentos e respostas sociais • Declínio demográfico, aceleração do despovoamento e do isolamento;

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

- Existência de Programas de promoção do sucesso escolar e desenvolvimento de competências pessoais e sociais promotoras de inclusão social
- Existência de Programas municipais de apoio às famílias mais carenciadas
- Trabalho desenvolvido pelas entidades existentes no âmbito das Redes Sociais concelhias
- Diminuição do investimento público nas intervenções de âmbito social (atual)
- Contração do investimento público e recuo das funções do Estado
- Insuficiente oferta de soluções multidimensionais integradas nas parcerias estratégicas

Os elementos de diagnóstico mobilizados para esta componente são diversos e cruzam elementos referenciados pelo sistema estatístico nacional com elementos de evidência que nascem das experiências (embora qualitativas, muito importantes) dos atores do território que operam nas áreas mencionadas.

O exercício de priorização das dimensões problema realizado com os grupos de trabalho das Redes Sociais e IPSS's da agenda permitiu a identificação, numa perspetiva tripla:

- As mais graves;
- As mais urgentes;
- As que apresentam tendências problemáticas se não se atuar no curto prazo.

Embora já referido na seção metodológica, a mobilização dos grupos de trabalho que operam na intervenção social do território foram envolvidos em Grupos de Trabalho temáticos após o processo de priorização que, por sua vez, deu origem às seguintes áreas de problemas:

Saúde mental e dependências

População em risco de exclusão/pobreza e grupos desfavorecidos (Inclusão ativa e estratégias de combate à pobreza)

Dinâmica demográfica (Envelhecimento)

Economia social e empreendedorismo social

Violência doméstica / crianças e jovens em risco

Necessidades /Estratégias para a capacitação dos atores-chave para a intervenção

No quadro do Capital inclusivo, é justamente este conjunto de 6 áreas problema que mereceram uma atenção especial e incorporação no PAPE.

SAÚDE MENTAL E DEPENDÊNCIAS

De acordo com o inscrito num dos Diagnósticos Sociais mais recentes realizados no Tâmega e Sousa (Redes Social de Baião), na temática da Saúde, continua-se a assistir a uma reduzida tradução dos dados estatísticos com as especificidades locais apreendidas e vivenciadas pelas parcerias em matéria de problemáticas sociais em matéria de saúde mental. Os problemas ligados ao álcool, as medidas de prevenção, tratamento e

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

reinserção, continuam a não encontrar nos diversos concelhos projetos e medidas sustentadas e concertadas de intervenção dos parceiros, que permitam minorar este flagelo pessoal, social, familiar e profissional.

Considerando as alterações demográficas que apontam para a existência de uma população cada vez mais envelhecida, a atenção aos cuidados de saúde continuados e de proximidade assume também particular importância, bem como, a reflexão sobre a acessibilidade dos mais vulneráveis às estruturas e aos equipamentos de apoio ao nível da reabilitação psicossocial e da saúde mental, impõem-se num quadro de intervenção estratégica.

Por outro lado, a saúde tem sido identificada como um sector onde a articulação intersectorial é mais difícil, pela frágil cooperação e compromisso/parceria institucional, principalmente no que concerne aos serviços de especialidade. De facto, o desconhecimento e a ausência de reflexões decorrentes de processo de avaliação das respostas existentes dirigidas à saúde mental no território deixam antever uma necessidade imperiosa de base de suporte à definição de outras medidas de política pública: a sinalização dos casos de Saúde Mental.

Na ausência de dados mais estabilizados para a sub-região do Tâmega e Sousa sobre a prevalência de cada um dos distúrbios mentais e respetivo impacto na empregabilidade e ausência da vida ativa, é necessário recorrer a alguns elementos de enquadramento que se podem encontrar no referencial recente da Direção-Geral da Saúde, intitulado “Saúde Mental em números – 2013”.

Neste documento está inscrito que os reduzidos estudos epidemiológicos recentes mostram que os distúrbios psiquiátricos e os problemas de saúde

mental relacionados com a saúde em geral tornaram-se a principal causa de incapacidade para a atividade produtiva e uma das principais causas de morbilidade e morte prematura em todo o mundo:

- “Os distúrbios mentais são responsáveis por mais de 12% da carga global de doença em todo o mundo, valor que sobe para 23% nos países desenvolvidos”;
- “Estimativas do Conselho Europeu do Cérebro indicam que 27,4% da população da UE com idade entre 18 e 65 anos sofre, em cada ano, de um qualquer tipo de problema de saúde mental, número que foi atualizado recentemente para 38,2”;
- “Cinco das 10 principais causas de incapacidade a longo prazo e de dependência psicossocial são doenças neuropsiquiátricas: depressão unipolar (11,8%), problemas ligados ao álcool (3,3%), esquizofrenia (2,8%), distúrbios bipolares (2,4%) e demência (1,6%) ” (idem), sendo as perturbações depressivas a 3.ª causa de carga global de doença (1.ª nos países desenvolvidos), estando previsto que passem a ser a 1.ª a nível mundial em 2030, com agravamento provável das taxas de suicídio e parasuicídio”;
- “Na Europa, os problemas de saúde mental respondem por cerca de 26,6% da carga total de problemas de saúde, sendo o suicídio um das 10 principais causas de morte prematura” (idem).

Obviamente que é clara a relação entre saúde mental e coesão social e empregabilidade, tendo em conta que os distúrbios mencionados acima causam incapacidade temporário (e por vezes permanente) para uma vida ativa.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Adicionalmente, o Estudo Nacional de Saúde Mental, recentemente realizado no âmbito do *World Mental Health Survey Initiative*, comprovou de forma inequívoca a importância desta dimensão problema:

- Em Portugal existe uma das mais elevadas prevalências de doenças mentais da Europa;
- Uma percentagem importante das pessoas com doenças mentais graves permanece sem acesso a cuidados de saúde mental;
- Muitos dos que têm acesso a cuidados de saúde mental continuam a não beneficiar dos modelos de intervenção (programas de tratamento e reabilitação psicossocial) hoje considerados essenciais.

A magnitude deste impacto resulta não só da ampla prevalência das perturbações mentais, mas também de uma significativa proporção dos indivíduos iniciarem tarde o tratamento ou não terem sequer acesso a cuidados adequados às suas necessidades.

Alguns dados decorrentes do referido referencial podem ser aqui evidenciados no que toca à prevalência de perturbações mentais:

- O valor de prevalência anual encontrado (22,9%) é o mais elevado entre os 8 países da Europa integrados no estudo, sendo apenas suplantado no conjunto analisado pelos EUA (26,4%).
- Em Portugal, comparado com o resto da EU, a maioria das pessoas com problemas de saúde mental recorre tendencialmente à Medicina Geral e Familiar e de modo mais expressivo do que no resto da UE, o que reforça a importância, na perspetiva de uma melhor eficácia de intervenção, da regular e efetiva articulação entre as Equipas Comunitárias de Saúde Mental e os Cuidados de Saúde Primários.

Quadro 25. Distribuição dos Departamentos, Serviços e Equipas Comunitárias de adultos nos Hospitais do SNS, por ARS (2012)

Capacidade instalada em Saúde Mental Adultos (SNS)						
ARS	Hospitais Psiquiátricos/Equipas comunitárias	Departamento ou Serviço Psiquiatria		Totais de departamentos e serviços	Psiquiatria no serviço de urgência	
		Com internamento	Sem internamento		24h	Diurno
Norte	1	10	13	14	2	3
Centro	1/3	7	0	8	1	
LVT	1/5	12	0	13	2	7
Alentejo	0	3	1	4	2	
Algarve	0	2	0	2	1	
Total	3/8	34	4	41	8	10

Fonte: PNSM 2013

Segundo os únicos dados que se encontram nos anuários estatísticos do INE sobre esta matéria, é possível observar a escassez de especialistas de saúde mental no SNS na região. Dos 1000 especialistas existentes no continente e dos 331 na região Norte, apenas 3 especialistas são contabilizados na sub-região Tâmega, valor semelhante a outras NUT III, como Entre Douro e Vouga, Douro e Alto Trás-os-Montes.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Quadro 26. Médicas/os por município de residência, segundo a especialidade, 2012

Sub-regiões	Psiquiatria	Concelhos	Psiquiatria
Continente	986	Amarante	0
Norte	331	Baião	1
Minho-Lima	10	Castelo de Paiva	0
Cávado	28	Celorico de Basto	0
Ave	9	Cinfães	0
Entre Douro e Vouga	3	Felgueiras	0
Douro	3	Lousada	0
Alto Trás-os-Montes	3	Marco de Canaveses	0
Grande Porto	272	Paços de Ferreira	0
Tâmega	3	Penafiel	1
		Resende	0

Fonte: INE- Anuário Estatístico Regional, 2013.

Outro aspeto de importante reflexão é a Promoção da Saúde Mental em jovens. De facto, esta deve ser encarada como um investimento para o futuro. Segundo a OMS, os jovens são muitas vezes relutantes em procurar ajuda profissional. Esta entidade estima que apenas 10 a 15% de jovens com problemas de saúde mental recebem a ajuda de serviços de saúde mental existentes.

Nesse sentido, é fundamental a habilitação de prestação de informações sobre problemas de saúde mental e as oportunidades de apoio e tratamento, nomeadamente em seio escolar.

Além de sofrimento mental, muitas vezes os jovens enfrentam habitações precárias, dificuldades financeiras, desemprego e falta de oportunidades para o desenvolvimento de independência e participação social (especialmente os jovens NEET, já referido neste relatório).

A este propósito, encontram-se algumas possibilidades e configurações na promoção da saúde mental dos jovens, estando disponível informações várias sobre boas práticas e intervenções eficazes que promovam a saúde mental e o bem-estar dos jovens.

Alguns exemplos de projetos que podem constituir *mainstreaming* no âmbito da promoção da Saúde Mental

A UE-Compass para Ação em Saúde Mental é um recurso interativo para o intercâmbio de informação sobre saúde e atividades de promoção e prevenção mentais em toda a EU.

Inclui um banco de dados com políticas e boas práticas, disponível em:

http://ec.europa.eu/health/ph_determinants/life_style/mental/mental_health_compass_en.htm.

Outro exemplo é o banco de dados ProMenPol (<http://www.mentalhealthpromotion.net/?l=promenpol.en>), que é uma seleção estruturada de ferramentas de promoção da saúde mental em contextos diversos, incluindo escolas .

Muitas intervenções visam melhorar a vida ou as aptidões sociais das crianças e adolescentes, a fim de lidar com o stress, diferentes estados emocionais, assim como melhorar as relações pessoais. Este tipo de intervenções é geralmente fornecida no seio das escolas.

O programa oferece um conselheiro pessoal para os homens jovens, enquadrado nos serviços sociais e de saúde municipais, abrindo a possibilidade de discussão dos seus planos para o futuro e a situação de vida atual, a ocorrência de problemas de

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

saúde mental, abuso de substâncias e bem-estar geral, sintomas, medicação, terapias, etc.

Os programas dirigidos aos jovens também podem operar através de novas tecnologias, por exemplo, usando a Internet. Algumas crianças e jovens podem preferir a Internet à "cara a cara", o que justifica iniciativas como o Web coaching, projeto piloto desenvolvido na Suécia, que permite ajuda direta e aconselhamento via Internet.

Finalmente sabe-se hoje que os custos diretos e indiretos associados às perturbações psiquiátricas ou mentais, decorrentes das despesas assistenciais e da diminuição da produtividade (ex., desemprego, absentismo, baixas por doença, apoio a familiar doente), têm um enorme impacto económico nos orçamentos públicos, podendo atingir cerca de 20% de todos os custos da saúde. Este facto, por si só, ilustra de forma inequívoca a relevância que as políticas de Saúde Mental não podem deixar de assumir no contexto das políticas públicas uma atenção especial, sobretudo nas seguintes frentes:

- (i) sinalizar os casos de Saúde Mental;
- (ii) aprofundar o combate ao estigma e a prevenção das doenças mentais;
- (iii) maior desenvolvimento da saúde mental comunitária e da articulação com os cuidados de saúde primários (capacidade instalada);
- (iv) definir os elementos de suporte para a criação de respostas de empregabilidade e de retorno à vida ativa (inclusão ativa);

- (v) criar respostas ao nível da Saúde Mental e assegurar o acesso a serviços de qualidade;
- (vi) reduzir o impacto das perturbações mentais e contribuir para a promoção da saúde mental das populações;
- (vii) capacitar o sistema de atores e as organizações.

Ainda nesta dimensão-problema, destacam-se as dependências.

Do ponto de vista das evidências estatísticas, existem dificuldades estruturais na abordagem para além dos utentes sinalizados pelo SNS e pela rede pública, uma vez que uma boa parte da manifestação ocorre em contexto informal. Contudo, alguns dados do Instituto da Droga e Toxicod dependência revelam um número expressivo de casos no território do Tâmega e Sousa (cerca de 700 utentes em tratamento no ano de 2012).

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Quadro 27. Utentes que Iniciaram Tratamento no Ano (Novos Utentes e Utentes Readmitidos) e Utentes em Tratamento no Ano, segundo a Residência

Rede Pública – Ambulatório (Portugal Continental, 2012)

Concelho de Residência	Utentes que iniciaram tratamento no ano						Utentes em tratamento no ano		
	Novos utentes			Readmitidos					
	M	F	T	M	F	T	M	F	T
Amarante	4	0	4	7	2	9	46	4	50
Baião	1	0	1	2	0	2	11	1	12
Castelo de Paiva	3	0	3	5	0	5	37	0	37
Celorico de Basto	0	0	0	1	0	1	14	0	14
Cinfães	0	0	0	2	0	2	33	1	34
Felgueiras	4	1	5	3	0	3	39	4	43
Lousada	4		4	9	0	9	88	5	93
Marco de Canaveses	8	0	8	9	2	11	73	11	84
Paços de Ferreira	5	3	8	9	1	10	164	13	177
Penafiel	8	1	9	12	2	14	129	10	139
Resende	0	0	0	2	0	2	6		6
Total	8	5	42	61	7	68	640	49	689

Fonte: SICAD- Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

Perspetivas e Instrumentos de financiamento

Na perspetiva da sincronização com os instrumentos de financiamento de políticas, nomeadamente o POISE, convém destacar os termos previstos na

teoria da programação e que podem ser alvo de candidatura pelo sistema de atores do Tâmega e Sousa nesta matéria.

Segundo o documento do POISE, estão previstas tipologias de ação para a diversificação das respostas sociais e de saúde em função de necessidades emergentes ou que se reforçaram por via da evolução do país, designadamente em matéria demográfica, com o envelhecimento populacional, na base e topo da pirâmide etária, bem como pela concentração da população nos centros urbanos e, em particular, no litoral do território continental, apelando a soluções inovadoras, financeiramente sustentáveis e envolvendo múltiplos atores para, num contexto de severas restrições à despesa pública, assegurar não só essas respostas, como a qualidade das mesmas.

No caso do PO Norte estão previstos investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.

Por último, importa considerar a área de financiamento à Inovação social e cooperação transnacional¹⁸ que se encontra consagrada no POISE, a qual atende à multidimensionalidade e, conseqüentemente, à complexidade dos fatores ligados à Saúde mental e à promoção de mais e melhor acesso a serviços sociais e de saúde com o estímulo a ações de cooperação transnacional.

¹⁸ Nomeadamente ao nível de sub-regiões semelhantes de outros países, onde se pode pensar uma ação concertada, nomeadamente ao nível da partilha de experiências de intervenção.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Quadro 28. Plano de Ação da Dimensão Capital Inclusivo: Saúde Mental e Dependências

Dimensão - Problema	Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Destinatários	Principais parceiros	Âncora	PDS Supra
Saúde mental e Dependências	Dimensão-problema priorizada pelo Grupo de Trabalho "Redes Sociais"	Sinalizar os casos de Saúde Mental	· Diagnóstico supra concelhio (ventilado por patologias específicas)	Redes sociais Comunidade médica Pessoas com doença mental População em geral	Municípios FNERDM DGS		X
	Ausência de informação de referência para a intervenção	Sensibilizar e combater o estigma social associado à doença mental	· Evento de Partilha de experiências e debate público sobre Saúde mental no T&S (âmbito de iniciativas públicas para debate da Saúde mental abertas às populações)	Redes sociais Comunidade médica Pessoas com doença mental População em geral	Municípios FNERDM DGS ACES		X
	Ausência de profissionais especializados e equipas multidisciplinares		·Mente aberta - Mude a sua atitude face à doença mental (trabalho nas escolas) Programa de sensibilização nas escolas (Semana da saúde mental)	Comunidade médica Pessoas com doença mental Famílias População em geral; Comunidade escolar	Redes sociais Municípios FNERDM DGS ACES Escolas		X
	Forte estigma social associado à		· Desenvolvimento de "toolkits" anti-estigma e outros recursos (campanhas de marketing social; Manuais e Recursos; Publicações, Vídeos e Conferências; Jogo de Mitos e realidades; jogos de gestão do stress)	Pessoas com doença mental Famílias Comunidade escolar População em geral	SCML, IPSS, grupos terapêuticos, clínicas DGS FNERDM, ACES		

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

	saúde mental	Criar respostas ao nível da Saúde Mental que permitam assegurar o acesso a serviços de saúde mental de qualidade	· Community Mental HealthTeams (Coaching funcional) criação de grupos terapêuticos e grupos de inter-ajuda (IPSS)	Pessoas com doença mental Famílias	Redes sociais IPSS, grupos terapêuticos, clínicas		X
			·Criação de grupos de trabalho intersectoriais, no seio das Redes Sociais (setores saúde, social, da justiça, da educação e do emprego) para a implementação de programas inovadores que permitam integrar a saúde mental nas restantes respostas das Redes.	Redes sociais Pessoas com doença mental	Redes sociais		X

Dimensão - Problema	Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Destinatários	Principais parceiros	Âncora	PDS Supra
(cont.)	(cont.)	Criar respostas ao nível da Saúde Mental que permitam assegurar o acesso a serviços de saúde mental de qualidade	Criação de respostas direcionadas à inserção socioprofissional das pessoas com doença mental: (i) Unidade sócio ocupacional (ii) Equipa de apoio domiciliário	Pessoas com doença mental Famílias das pessoas com DM Equipas de saúde mental	DGS Autarquias ACES		X
		Capacitar o sistema de atores e as organizações que operam no âmbito da Saúde mental	Formação às famílias /cuidadores como estratégia de melhoria da qualidade do apoio ao doente	Técnicos da área da Saúde Mental Técnicos da rede Social	DGS FNERDM ACES Redes Sociais		X

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

			Criação de uma <i>task force</i> (grupo de trabalho) interdisciplinar intersectorial (emprego, saúde, juventude, educação) para intervenção estruturante no TS.	Técnicos da área da Saúde Mental Técnicos da rede Social	DGS FNERDM ACES Redes Sociais CIM TS		X
		Sinalizar casos, ventilados por problemas específicos- Dependências (alcoolismo, toxicodependência,...)	Aplicação informática para gestão de casos e processos das equipas da Rede Social (e.g, Social Code)	Técnicos da área da Saúde Mental Técnicos da rede Social	DGS FNERDM ACES Redes Sociais Autarquias		X
		Criar respostas para as dependências	Criar Comunidades Terapêuticas locais	Técnicos das redes sociais Técnicos de saúde Terapeutas	DGS IDT ACES Redes Sociais Autarquias		

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

POPULAÇÃO EM RISCO DE EXCLUSÃO/POBREZA E GRUPOS DESFAVORECIDOS

A pobreza e a exclusão social assumem formas complexas e multidimensionais exigindo, por tal, estratégias integradas e multissetoriais, nomeadamente a diferentes níveis e com intervenção de diversos atores. Sendo um fenómeno generalizado nas sociedades atuais, a pobreza tem dado origem a uma vasta literatura sobre o tema, pondo em destaque a sua variabilidade e abrangência espacial e temporal e as suas dificuldades de definição e quantificação. A este propósito, refira-se um trabalho recente produzido pela ESPON¹⁹ que de uma forma muito clara põe em evidência as semelhanças e diferenças na leitura da pobreza e exclusão social (quer do ponto de vista do discurso, como das opções políticas) num grupo de países da U.E., enfatizando, dessa forma, a natureza normativa das abordagens sobre a pobreza/exclusão social.

Nesta perspetiva, a exclusão social configura-se como um fenómeno multidimensional, onde coexistem fenómenos sociais diferenciados, como o desemprego, a marginalidade, a discriminação, a pobreza, entre outros.

Com efeito, os referenciais internacionais e nacionais da Política de Coesão rejeitam uma visão estrita associada à falta de acesso a recursos materiais. Contudo, tal não significa menosprezar essa dimensão, nomeadamente no que respeita aos rendimentos. De facto, a comparação da proporção do rendimento (“share” na literatura anglo-saxónica) permite a construção de indicadores simples e de fácil comparação, pelo que este tipo de índices (baseados no rácio entre os “shares” de diferentes percentis da distribuição de rendimento) estão hoje igualmente consagrados nos indicadores de

referência da U.E., nomeadamente nos indicadores-chave da Política de Coesão e da Estratégia Europa 2020. Também a leitura do indicador relativo à Taxa de risco de pobreza não pode ser dissociada da distribuição dos rendimentos, na medida em que se refere à proporção da população com rendimentos inferiores a 60% do rendimento mediano, por adulto equivalente.

No que incide sobre o apoio a um rendimento adequado, reconhece-se já no Acordo de Parceria (Portugal 2020) que é prioritário favorecer a melhoria de rendimento, garantindo recursos mínimos e a satisfação de necessidades básicas, visando tomar um conjunto de medidas com impacto na redução dos níveis de pobreza monetária e de privação dos agregados mais vulneráveis, como as famílias com crianças, em particular as expostas ao desemprego e as famílias numerosas, os agregados com adultos em idade ativa desempregados, os idosos, além de grupos específicos como as pessoas com deficiências e/ou incapacidades, os imigrantes, as comunidades ciganas e as restantes minorias étnicas, as pessoas sem-abrigo, pessoas com comportamentos aditivos e dependências entre outros, que dispõem de menores rendimentos, de redes de apoio informal mais frágeis e/ou que experienciam dificuldades acrescidas no acesso e na integração no mercado de trabalho e/ou em atividades socialmente úteis.

Sem perder de vista a ligação aos referenciais europeus, importa entrar também em linha de conta com as conclusões dos trabalhos dedicados ao estudo do fenómeno da pobreza e exclusão social em Portugal. Sem preocupações de exaustividade, destacam-se desde já algumas evidências relevantes que remetem para dimensões-críticas a contemplar no leque de indicadores a recolher:

¹⁹ ESPON (2012). TIPS-The Territorial Dimension of Poverty and Social Exclusion in Europe.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

- A dimensão territorial apresenta-se, ainda, como um elemento diferenciador da pobreza em Portugal: a incidência da pobreza diminui à medida que a densidade populacional aumenta; no meio rural, a incidência da pobreza é consideravelmente maior relativamente às áreas mais urbanizadas, o que se deve em parte ao elevado grau de envelhecimento populacional de algumas zonas de baixa intensidade;
- Verifica-se uma polarização etária da incidência da pobreza: maior concentração da pobreza incide no grupo da população idosa, seguindo-se o grupo dos mais jovens;
- Existe uma correspondência entre pobreza e o tipo de agregado familiar: de um modo geral, verifica-se maior vulnerabilidade dos agregados isolados (uma pessoa) e dos agregados de maior dimensão; acresce que nos anos mais recentes tem, aparentemente, aumentado a incidência em famílias clássicas (casal com filhos) com baixa intensidade laboral;
- Verifica-se uma elevada percentagem de incidência de pobreza no grupo dos trabalhadores por conta de outrem, o que implica considerar a relação entre a pobreza e o trabalho, nomeadamente a emergência de problemáticas “novas”, como seja o caso dos *working poors*.

Não obstante a existência de um vasto conjunto de evidências (pensionistas, valor de pensões, grupos desfavorecidos,...) presentes nos diversos diagnósticos produzidos quer pelas redes sociais, quer pelos levantamentos de nível estratégico sub-regional em curso, destaca-se aqui para efeitos de ilustração da magnitude dos casos de risco de exclusão e pobreza, o peso dos beneficiários do RSI. Assim, não se considera fundamental replicar o

vasto conjunto de informação disponível nesta matéria, mas antes refletir sobre o modelo de soluções estratégicas que nortearam a abordagem do PAPE neste complexo assunto: inclusão ativa / empregabilidade, inovação social e capacitação dos atores e das Redes Sociais.

Aliás, no domínio da Agenda da Empregabilidade do Tâmega e Sousa, alguns resultados positivos aconselham a propor medidas de inclusão ativa como soluções estratégicas com maior potencial de eficácia. Nesta lógica, como resposta a alguns dos problemas identificados no território que têm como destinatários grupos em risco de exclusão, é ajustado promover o desenvolvimento e o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural:

- Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa.
- Aumentar o número de pessoas integradas no mercado de trabalho após a participação nas ações enquadradas.
- Aumentar as competências dos adultos pertencentes a grupos vulneráveis, designadamente em termos de competências básicas (leitura, escrita, cálculo, uso de TIC e domínio da língua portuguesa,...).
- Desenvolvimento e experimentação de soluções inovadoras com vista a promover a inclusão social ativa de grupos mais desfavorecidos, envolvendo designadamente diferente regiões menos desenvolvidas do país e, sempre que adequado, parceiros de outros Estados Membros.
- Cooperação supra regional/ supranacional.
- Capacitação do sistema de atores e das organizações/redes sociais

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Do ponto de vista da programação do PAPE, a criação de uma Rede Intermunicipal de Inclusão Ativa pretende aprofundar o trabalho desenvolvido pela Plataforma Supraconcelhia da Rede Social e pelas diversas Redes Sociais dos municípios da Região, assentando numa renovada filosofia de intervenção social. Mais uma vez, no quadro de financiamento comunitário que se iniciará em breve, deverão constar um conjunto de candidaturas a tipologias de ação centradas no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE) e do PO Norte 2020, que por sua vez constituem as melhores soluções estratégicas a incluir no PAPE. Esta opção decorre de modelo de intervenção social assente numa lógica de prevenção e de promoção da cidadania ativa.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Quadro 29. Plano de Ação da Dimensão Capital Inclusivo: População em risco/Situação de pobreza

Dimensão - Problema	Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Destinatários	Principais parceiros	Âncora	PDS Supra
População em risco/ Situação de pobreza	Dimensão-problema priorizada pelo Grupo de Trabalho "Redes Sociais"	Dinamizar apoios locais de combate à privação económica e exclusão social	· Evento de partilha de experiências e disseminação de boas práticas para o acolhimento intermunicipal de intervenções concelhias consideradas de efeito estruturante e inovador	Técnicos das Redes sociais IPSS's População em geral	Redes sociais Centros Distritais da Segurança Social Autarquias Plataforma Supraconcelhia IPSS's		X
			· Preparação de candidaturas no domínio da aquisição de competências básicas - Ações de formação visam a aquisição, por parte dos adultos, de competências básicas	Adultos que não sejam detentores das competências básicas de leitura, escrita, cálculo e em TIC	Autarquias IPSS's ONG's Associações diversas (...)	X	
		Estimular a inovação e experimentação social	· Inclusão social através da cultura: (1) Iniciativas de promoção da inclusão social por via da cultura (através da dinamização de práticas artísticas por e para grupos desfavorecidos); (2) Dinamização de projetos integrados de base cultural de desenvolvimento local (potenciar a experiência do teatro de oprimido, entre outras experiências).	Pessoas com particulares dificuldades de inclusão social (pessoas com deficiências, crianças e jovens em risco, idosos, pessoas com comportamentos aditivos e dependências, etc.).	Autarquias IPSS's ONG's Associações de desenvolvimento cultural Rota do românico (...)		

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Dimensão - Problema	Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Destinatários	Principais parceiros	Âncora	PDS Supra
População em risco/ Situação de pobreza	Dimensão-problema priorizada pelo Grupo de Trabalho "Redes Sociais"	Dinamizar intervenções de Inclusão Ativa com vista à empregabilidade	<ul style="list-style-type: none"> · Adesão a estratégias de Emprego Apoiado: - Apoios na comparticipação nas despesas de remodelação e/ou adaptação de espaços físicos e/ou aquisição de equipamentos para Centros de Emprego Protegido (a criar); - Comparticipação na retribuição dos trabalhadores com deficiência e nas contribuições para a segurança social pagas pelo empregador; - Contrato de emprego apoiado (apoios a entidades empregadoras para a integração em postos de trabalho na sua organização produtiva ou de prestação de serviços, de pessoas com deficiência, através nomeadamente da comparticipação na respetiva retribuição e nas contribuições para a segurança social. 	Pessoas com deficiências e/ou incapacidades e com capacidade de trabalho reduzida, em idade ativa	Autarquias, IPSS's, ONG's, IEFP, (...)	X	
			<ul style="list-style-type: none"> · Apoio à inserção e colocação no mercado de trabalho: - Apoios à realização de estágios (formação prática em contexto laboral), por pessoas com deficiências desempregadas ou à procura de primeiro emprego. - Apoio a ações que se dirigem a empregadores (comparticipação financeira por pessoa abrangida, bem como um subsídio por colocação. - Acompanhamento pós colocação no sentido de facilitar a sua adaptação às funções a desenvolver e a sua integração no ambiente sócio laboral da 		Autarquias, IPSS's, ONG's, IEFP, (...)	X	

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

			<p>empresa.</p> <p>- Apoios aos custos de adaptação do equipamento ou do posto de trabalho às dificuldades funcionais do trabalhador contratado, bem como os custos da eliminação de obstáculos físicos ou barreiras arquitetónicas.</p>				
			<p>· Subsídio a produtos de apoio (ajudas técnicas): concessão de um apoio financeiro às pessoas com deficiências e incapacidade para a aquisição, adaptação ou reparação de produtos, dispositivos, equipamentos ou sistemas técnicos de produção especializada ou disponíveis no mercado destinados a prevenir, compensar, atenuar ou neutralizar limitações na atividade ou ao nível do acesso e frequência de ações da formação e da obtenção, manutenção e progressão no emprego.</p>		Autarquias, IPSS's, ONG's, IEFP, (...)		X

Dimensão - Problema	Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Destinatários	Principais parceiros	Âncora	PDS Supra
		Cooperação supra regional	· Construção do Diagnóstico supra concelhio e modelo de articulação dos Planos de Desenvolvimento social e respetivos Planos de Ação concelhios do TS	Redes sociais	Redes Sociais Plataforma Supraconcelhia	X	X

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

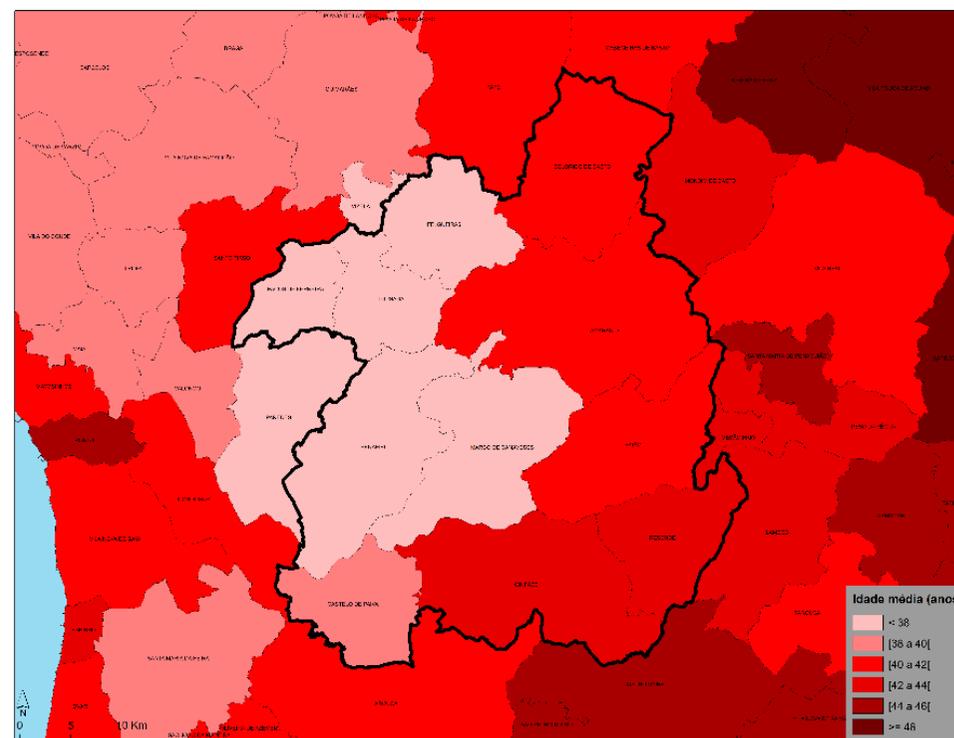
			· Promoção de projetos de cariz inovador e experimental, de âmbito nacional ou suprarregional, na perspetiva de soluções eficazes e sustentáveis de promoção de inclusão ativa, podendo para o efeito mobilizar parcerias transnacionais, na perspetiva da troca de experiências e de <i>know-how</i> .	Redes sociais	Centro Distrital da Seg. Social, Redes Sociais, Centro Distrital da Seg. Social		X
		Capacitar o sistema de atores e as organizações das Redes Sociais	· Formação-ação baseada em métodos participativos e instrumentos estratégicos focados na qualidade dos serviços e sustentabilidade das organizações	Redes sociais IPSS's ONG's Associações diversas (...)	Autarquias Redes Sociais		X
	· Workshops integrados para técnicos das redes sociais (nas áreas onde os níveis de competência são mais baixos e onde a necessidade e importância para a Redes Sociais se faz sentir- cf. Exercício de capacitação- ("animação de parcerias"; "construção de planos de ação eficazes"; "monitorização estratégica e avaliação de projetos"; "construção de indicadores"; "metodologias participativas"; "métodos e técnicas de planeamento"; "elaboração de candidaturas a programas cofinanciados"; "gestão de conflitos"; "negociação",...)		Autarquias Redes Sociais ISS, I.P.			X	
	· Aplicação informática para gestão de casos e processos das equipas da Rede Social (e.g, Social Code)		Autarquias Redes sociais			X	

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

DINÂMICA DEMOGRÁFICA - ENVELHECIMENTO

Segundo o conjunto de diagnósticos em curso sobre a região, destaca-se como “elemento distintivo” no contexto regional e nacional, a juventude. Ora, esta oportunidade/potencialidade assume-se como recurso a majorar no âmbito do PAPE, PEDI e outros documentos estratégicos. Os Censos 2011 mostram que a grande maioria dos municípios da região Norte e NUT III, apresenta índices de envelhecimento superiores a 100, ou seja, o número de idosos, nestes municípios é superior ao número de jovens.

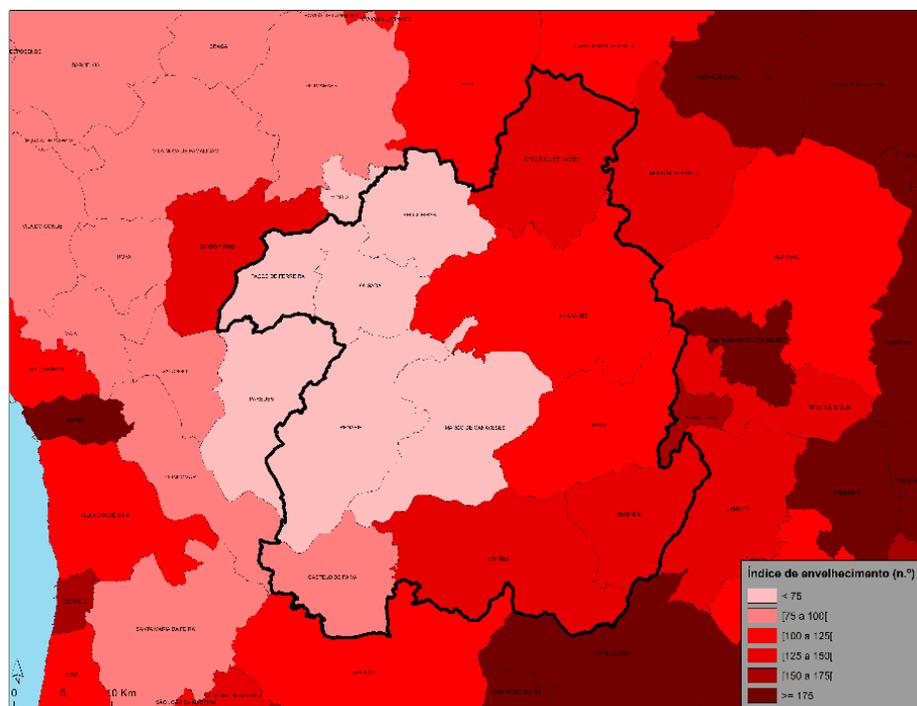
Mapa 6. Idade média da população residente (2011)



Fonte: Observatório Intermunicipal Tâmega e Sousa.

Mapa 7. Índice de envelhecimento (2011)

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE



Fonte: Observatório Intermunicipal Tâmega e Sousa.

De facto alguns elementos são muito interessantes e podem ser encontrados no PEDI (Caracterização do Tâmega e Sousa- Relatório de trabalho n.1):

- ✓ Idade média na NUT de 39 anos.
- ✓ Índice de dependência de jovens é elevado e superior ao registado no Norte e no conjunto do país (24,9%, sendo 22,3% no Norte e 22,5% em Portugal).
- ✓ Os residentes com mais de 65 anos perfazem 14,2% da população do Tâmega e Sousa (17,1% Norte e 19% no país).

- ✓ Índice de dependência de idosos regista valores de 20%, onde em Portugal se regista 28,8% e 25,2% na Região Norte.
- ✓ Índice de envelhecimento de 82,3%, face aos 113,3 na Região Norte e 127,8 em Portugal.

Contudo, a dinâmica demográfica do Tâmega e Sousa expressa uma dualidade marcada entre os concelhos do Sousa e do Tâmega.

Relativamente à idade média da população residente no território, verifica-se uma dualidade acentuada entre o Tâmega (onde o índice envelhecimento é elevado) (cf., mapa) e o Sousa, onde se registam índices de uma das populações mais jovens portuguesas.

O envelhecimento assume uma pontuação média devido a essa dualidade, ou seja, constitui uma forte dimensão problema nos concelhos do Baixo Tâmega.

Quadro 30. População residente

	Tâmega e Sousa	Norte	Portugal
População residente	432.915 (11,7% RN/4,1% PT)	3.689.682	10.562.178
Idade média	38,5	41,0	41,8
% pop. 0 -14 anos (H/M)	18,0/16,3	16,1/14,2	15,9/13,9
% pop. 15 -24 anos (H/M)	13,8/12,8	12,2/10,9	11,5/10,3
% pop. 25 -64 anos (H/M)	56,0/54,9	59,7/55,8	55,9/54,6
% pop. 65 ou mais anos (H/M)	12,2/15,9	14,9/19,1	16,7/21,2
Índice dependência jovens	24,9	22,3	22,5
Índice dependência	20,5	25,2	22,5

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

idosos			
% da pop. em lugares com mais de 2000 hab.	30,6%	60,4%	61,0%

Fonte INE- Anuário estatístico regional Norte (2011)

Analisando as dinâmicas intercensitárias percebe-se sem dificuldade que a população da sub-região decresceu (embora sem grande significado) relativo, acompanhado a tendência da região Norte. Contudo, esta dinâmica não passa despercebida pelo facto de a região ter registado crescimentos superiores à média nacional nos últimos 2 Censos.

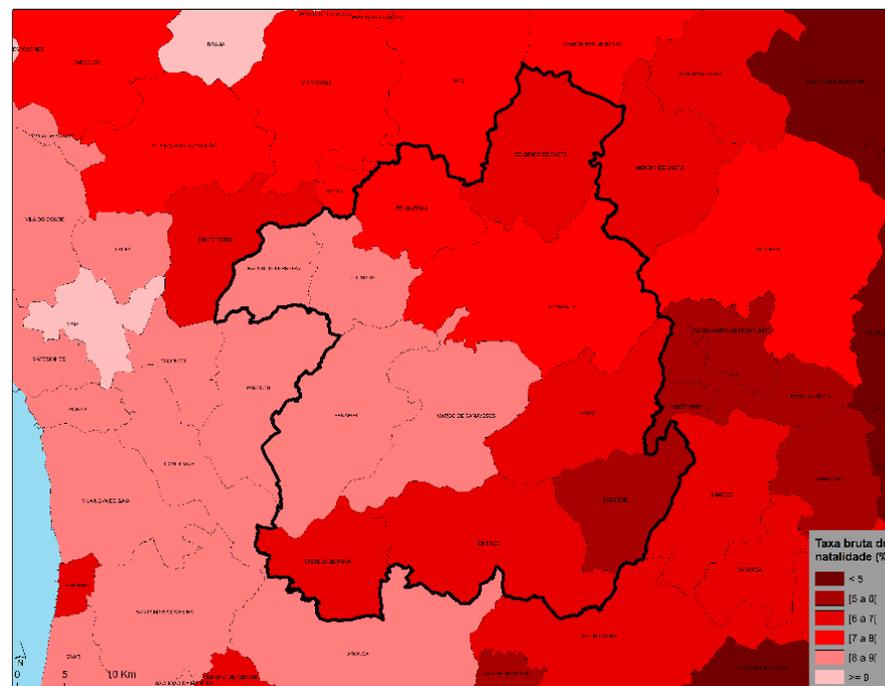
De facto, esta evolução negativa assume nos dias de hoje uma primeira nota de preocupação. Paralelamente às evidências estatísticas ventiladas acima, importa valorizar os resultados dos exercícios de priorização realizados junto dos diversos grupos de *stakeholders* do território, onde a dimensão do envelhecimento e quebra de natalidade se encontram entre as dimensões problema com níveis médios de gravidade e urgência (classificado com recurso à aplicação da metodologia GUT).

Mesmo que esta dimensão não assuma os indicadores alarmantes de outras regiões do território português (como o Alentejo, p.e.) entende-se a importância de conceber o envelhecimento da população no concelho não como uma problemática social em si mesmo, mas encarado como uma oportunidade potenciadora do desenvolvimento social inclusivo na sub-região.

Paralelamente, do ponto de vista da quebra da natalidade, é importante não esquecer a relação desta problemática na articulação com a quebra da natalidade, ambos efeitos diretos da alteração de condições

contemporâneas e multifactoriais em presença e com tendência para agravamento.

Mapa 8. Taxa bruta de natalidade (2012)



Fonte: Observatório Intermunicipal Tâmega e Sousa.

Outro aspeto já mencionado e que merece uma boa parte do focus das soluções estratégicas a incluir no PAPE, prende-se com a heterogeneidade dual verificada entre as dinâmicas do Vale do Sousa e do Tâmega. De facto, os concelhos do vale do Sousa são os mais dinâmicos em termos populacionais, sobretudo pela sua população jovem e pelos índices de urbanização, enquanto os concelhos do Baixo Tâmega apresentam

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

tendências de perda populacional, baixa densidade e isolamento, assim como envelhecimento.

Quadro 31. Indicadores demográficos por município (2011)

Concelho	População	% de residentes em lugares com mais de 2000 hab.	Dependência idosos	Envelhecimento
Cinfães	20427	0	32,1	140,3
Resende	11364	21,6	33,8	143,7
Celorico	20098	11,8	28,9	125,3
Baião	20522	11,1	28,2	123,4
Castelo Paiva	16733	45,6	22,6	96,5
Amarante	56264	30,3	23,6	100,9
Marco Canaveses	53450	29,1	18,9	72,6
Penafiel	72265	33,4	18,3	72,6
Lousada	47387	25,7	15,7	59,8
Felgueiras	58065	40,8	18,0	74,2
Paços Ferreira	56340	44,5	15,8	61,1

Fonte INE- Anuário Estatístico Regional Norte (2011)

Analisando este quadro de indicadores, facilmente se percebe a clivagem acentuada entre as duas faixas do território, onde o envelhecimento atinge expressão problemática nos concelhos de Cinfães, Baião, Resende, e Celorico de Basto, a par do crescente isolamento geográfico. De facto, nestes concelhos e especialmente em Cinfães, esta situação apresenta uma tendência extrema.

Perspetivas e Instrumentos de financiamento

Do ponto de vista da ligação entre este panorama e as soluções estratégicas a inscrever no PAPE, sinaliza-se uma especial importância da mobilização de candidaturas ao Programa Operacional temático Inclusão Social e Emprego, nomeadamente à Prioridade de investimento Envelhecimento ativo e saudável.

Por outro lado, tendo em conta as perspetivas de *mainstreaming* horizontal que podem ser potencializadas, ou seja, boas práticas que são realizados por alguns territórios que podem constituir aplicação e disseminação em todo a sub-região. Nessa lógica, identifica-se o “Movimento Sénior” operacionalizado no concelho de Lousada.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Quadro 32. Plano de Ação da Dimensão Capital Inclusivo: Dinâmica Demográfica

Dimensão - Problema	Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Destinatários	Principais parceiros	Âncora	PDS Supra
Envelhecimento	Índice de envelhecimento em 2011 – 81,5 (dados do INE para a NUTS Tâmega – 15 municípios) [PT=127,8%] Índice de envelhecimento em 2012 – 86,5 (estimativa do INE para a NUTS Tâmega – 15 municípios) [PT=131,1%]	Aumentar a permanência na vida ativa de adultos seniores (Envelhecimento ativo)	· Criação da figura de guias turísticos seniores “Cicerone sénior no turismo local	Idosos	Autarquias Rota do românico		X
			· Agenda cultural móvel itinerante: Universidade sénior com base em voluntariado sénior destinado ao contacto e qualificação das populações sem qualificações académicas.	População em geral (sem qualificações académicas)	Universidades sénior, Autarquias		X
			· Dinamização de práticas de Envelhecimento ativo no âmbito das Universidades sénior: projeto intermunicipal para estimular frequência das universidades seniores por parte de um público mais diversificado do ponto de vista da escolaridade base.	Idosos com menor grau de escolaridade	Universidade sénior		X
			· Projeto intermunicipal de empreendedorismo social 60+ (mudança de carreira ou desenvolvimento do voluntariado entre os aposentados).	Trabalhadores em idade de pré-reforma e reforma Idosos em geral	Autarquias CIM		X
Dependência de idosos	Índice de dependência de idosos em 2011– 20,5 (dados do INE para a NUTS Tâmega – municípios) [PT=28,8%]	Reduzir os níveis de dependência dos idosos	· Banco de ajudas, alicerçado em plataforma intermunicipal para rentabilizar recursos		Autarquias ISS, I.P.		X
			· Suporte ao doente em casa / na comunidade através do uso de tecnologias (Desenvolvimento de serviços hospitalares à distância - telemonitorização e acompanhamento		Autarquias ISS, I.P.		

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

	Índice de dependência de idosos em 2012–20,3 (estimativa do INE para a NUTS Tâmega – municípios) [PT=29,40%]		do doente);	Idosos Famílias Técnicos de apoio			
--	--	--	-------------	---	--	--	--

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

ECONOMIA SOCIAL E EMPREENDEDORISMO SOCIAL

O Plano de Ação Empreendedorismo 2020 - publicado pela Comissão Europeia em Setembro de 2013 - reconhece que o empreendedorismo é um poderoso e manifesto condutor de crescimento económico e criação de emprego. Com um pano de fundo de 25 milhões de desempregados e a consciência de que novas empresas, especialmente PME, são uma fonte importante de emprego, o desafio passa então por reacender a chama do espírito empreendedor Europeu - incluindo as matérias da inclusão e assegurando o bem-estar social.

A discussão em torno das dimensões conceptuais e teóricas sobre os temas da Economia Social, Empresas Sociais e Empreendedorismo Social parece enfermar da habitual confusão semântica em larga escala.

O documento chave da Comissão Europeia "*Social Business Initiative - Creating a favourable climate for social enterprises, key stakeholders in the social economy and innovation* {SEC(2011) 1278 final}"²⁰ constitui uma referência muito importante a considerar no PAPE, sobretudo porque delimita um conjunto de definições internacionais do que pode constituir um projeto de economia social. Do ponto de vista conceptual, o termo não está isento de discussão. Contudo, é importante o entendimento da Comissão Europeia nesta matéria {SEC(2011) 1278 final}, a qual utiliza o termo " empresa social " para cobrir os seguintes tipos de negócio:

²⁰ European Commission Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions COM-Social Business Initiative Creating a favorable climate for social enterprises, key stakeholders in the social economy and innovation {SEC(2011) 1278 final} Brussels, 25.10.2011

- aqueles para os quais o objetivo social ou da sociedade é a razão para a atividade comercial, muitas vezes sob a forma de alto nível de inovação social;
- aqueles em que os lucros são reinvestidos, principalmente, com vista a alcançar objetivos sociais e cujo método de organização utiliza princípios de gestão democrática ou participativa;
- empresas que prestam serviços sociais e/ou bens e serviços a pessoas vulneráveis (acesso à habitação, cuidados de saúde, ajuda às pessoas idosas ou portadoras de deficiência, inclusão de grupos vulneráveis, cuidar das crianças, o acesso ao emprego e formação, etc.);
- empresas com um método de produção de bens ou serviços com um objetivo social (integração social e profissional através do acesso ao emprego para pessoas desfavorecidas), mas cuja atividade pode estar fora do domínio do fornecimento de bens ou serviços sociais.

Já em 2009, a Comissão Europeia estudava a participação da população envolvida no empreendedorismo social. Cerca de uma em cada quatro empresas fundadas na Europa seria, portanto, um empreendimento social. Este número sobe para uma em cada três na Bélgica, Finlândia e França²¹.

Alguns exemplos de projetos de Empreendedorismo Social

- Em Itália, um centro médico presta assistência especializada de alto nível,

²¹ Terjesen, S., Lepoutre, J. , Justo, R. and Bosma, N. 2011. Global Entrepreneurship Monitor Report on Social Entrepreneurship.
http://www.gemconsortium.org/about.aspx?page=pub_gem_special_topic_reports

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

incluindo a mediação cultural, particularmente em áreas mal servidas pelos serviços públicos, com particular destaque para as pessoas em situações socio-económicas frágeis (como imigrantes).

- Na Roménia, uma empresa com cinco funcionários e 5 voluntários vem trabalhando desde 1996 para fornecer serviços culturais na língua romena para pessoas cegas, por via de meios de comunicação adaptados (livros, especialmente de áudio e filmes adaptados) (para um número estimado de 90 mil pessoas).
- Na França, uma empresa lançou um conceito inovador de serviços de lavagem de carros sem água, em 2004, com recurso a produtos biodegradáveis e contratação de pessoal não qualificado ou marginalizados, a fim de reintegrá-los no mercado de trabalho.
- Na Hungria, um restaurante emprega funcionários com deficiência (40 funcionários).
- Na Holanda, a empresa ensina a ler usando ferramentas digitais inovadoras. Este método é particularmente adequado para crianças hiperativas ou autistas, mas também pode ser usado para as pessoas analfabetas e imigrantes.
- Na Polónia, uma cooperativa social que inclui duas associações de desempregados de longa duração e pessoas com deficiência fornece uma variedade de serviços: serviços de catering e alimentos, empregos na pequena construção e artesanato e promoção da empregabilidade para pessoas desfavorecidas.

Contudo, sobre empreendedorismo social, o panorama da informação em Portugal é menos esclarecedor. Na verdade, não existe informação diagnóstica sobre quem são os empreendedores sociais portugueses, o que

fazem e com que meios, ou em que sectores atuam. Nesta lógica, a sistematização dá no período atual os primeiros passos no sistema estatístico nacional, designadamente através de alguns projetos ad-hoc como o MIES - Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social (desenvolvido pelo IES – Social Business School e pelo IPAV – Instituto Padre António Vieira). Na verdade, o Instituto Nacional de Estatística é a fonte principal de dados sobre o assunto sendo que outras bases podem ser referidas como importante fonte de informação sobre a temática. Na sequência, aborda-se a atividade empreendedora em Portugal onde diversos peritos referem que o nível de empreendedorismo é limitado pela cultura nacional, na medida em que a população portuguesa é bastante relutante ao risco. Na verdade, o peso cultural da aversão ao risco, o medo social da falência e a recusa no desenvolvimento de carreiras pessoais independentes, prevalece.

Não obstante as reflexões preliminares, entende-se que o empreendedorismo social e o desenvolvimento da economia social seja uma matéria a ter em conta no PAPE, pois são ilimitadas as perspetivas de empregabilidade associadas ao mesmo²². Adicionalmente, também o PEDI, na sua estrutura de domínios estratégicos, consagra o empreendedorismo social e a economia social como áreas de ação nos próximos anos, designadamente no âmbito dos domínios 3 - *Incentivar a inovação e a*

²² Pretende-se, igualmente, que as soluções estratégicas inscritas no PAPE sejam complementares com o documento produzido pelo CETS (Conselho empresarial do Tâmega e Sousa) - Plano de Ação para a Promoção do Empreendedorismo do Tâmega e Sousa - 2014/2015.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

competitividade na economia do Tâmega e Sousa e 6 - Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial.

Perspetivas e Instrumentos de financiamento

A Comissão propôs a introdução de uma prioridade de investimento para "empresas sociais" nos regulamentos FEDER e FSE a partir de 2014, a fim de fornecer uma base jurídica clara e permitir que os Estados-Membros e as regiões incluam atividades específicas no seu FSE e programas do FEDER para o período 2014-2020, pelo que estão previstas prioridades de investimento associados ao empreendedorismo social nos diversos Programas Operacionais (temáticos e regionais).

Do ponto de vista das prioridades de investimento FEEI 2014-2020, esta matéria é inscrita nos documentos de programação como solução

fundamental para ultrapassar alguns problemas do país, nomeadamente algumas prioridades de investimento do POISE dedicado à Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego.

É nesta lógica que o PAPE propõe um espectro de projetos e atividades centradas em dois objetivos prioritários:

- A melhoria da capacidade e qualidade de resposta das organizações da economia social (na perspetiva da capacitação).
- O apoio à instalação de projetos de empreendedorismo social.

Quadro 33. Plano de Ação da Dimensão Capital Inclusivo: Economia social e empreendedorismo social

Dimensão - Problema	Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Destinatários	Principais parceiros	Âncora	PDS Supra
Fragilidades na dinâmica da Economia Social e urgência de desenvolvimento da mesma	Ausência de medidas de promoção da economia social nos PDS e PA das Redes Sociais	Melhorar da capacidade e qualidade de resposta das organizações da economia social	·Protocolo regional para o empreendedorismo social	Entidades da economia social Potenciais empreendedores Desempregados e jovens (...)	Entidades da economia social	X	X
			·Formação-ação das organizações da economia social baseada em métodos participativos e instrumentos estratégicos focados na qualidade dos serviços e sustentabilidade das organizações		Entidades da economia social		X

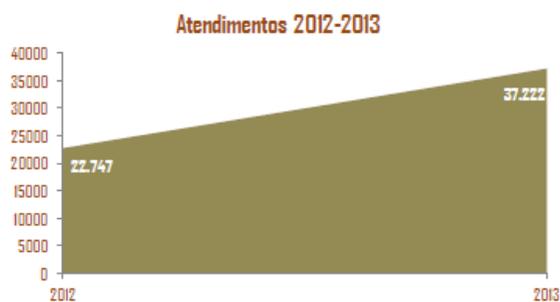
PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

		<ul style="list-style-type: none"> Promover um Fórum sobre Empreendedorismo Social a partir de casos de sucesso em curso no âmbito da intervenção das Redes Sociais (aprendizagem coletiva de exemplos de start-up) 	Técnicos e dirigentes das Organizações Economia Social	Redes sociais		X
		<ul style="list-style-type: none"> Formação sobre conceitos chave no âmbito da economia social e uso de instrumentos financeiros 		Entidades da economia social		X
	Apoiar a instalação de projetos de empreendedorismo social	<ul style="list-style-type: none"> Divulgação do potencial de apropriação pelas diversas entidades públicas e privadas (sectores do calçado e têxtil, onde se verifica maior urgência em intervenções de responsabilidade social – mobilizando associações profissionais e divulgar bons exemplos existentes na indústria) 	Empresas Organizações Economia Social	Conselho Nacional para a Economia Social CIM CETS Associações empresariais (...)		X
<ul style="list-style-type: none"> Criação de selos/certificação de responsabilidade social em empresas como fator de competitividade empresarial e económica. 		Empresas Organizações Economia Social	Conselho Nacional para a Economia Social CIM CETS Associações empresariais (...)		X	
<ul style="list-style-type: none"> Plataforma intermunicipal em formato gabinete para capacitar empresários da economia social. Preparação e negociação de formação pós graduada em Economia Social (modelo universidade na empresa). 		Entidades da economia social Potenciais empreendedores desempregados e jovens (...)	Conselho Nacional Para a Economia Social CETS Associações empresariais Universidade Católica Porto		X	

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA/CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

A violência doméstica constitui no território português um fenómeno com expressão crescente e preocupante. Tendo em conta os dados estatísticos da APAV no seu Relatório Anual de 2013, destaca-se uma subida expressiva dos atendimentos de 22.747 casos em 2012 para quase o dobro em 2013 (37.222). Neste período, 11.800 processos de apoio foram desenvolvidos, 8.733 a vítimas diretas. A categoria dos crimes de violência doméstica representa 84,2% do total de crimes relatados pelas vítimas em 2013.



Fonte: Estatísticas APAV, Relatório anual 2013.

Tal como inscrito no Relatório citado, considerando o vasto leque de crimes que estão incluídos nesta categoria, é de realçar a percentagem significativa que assumem os maus tratos psíquicos (36,8%) e os maus tratos físicos (26,9%), cuja soma perfaz 63,7% dos crimes de violência doméstica em sentido estrito. Dos crimes de violência doméstica em sentido lato, a violação de domicílio ou perturbação da vida privada (1,3%) foi o crime mais vezes relatado, seguindo-se os crimes de furto/roubo (0,7%) e de dano (0,6%).

Mesmo não havendo acesso a informação estatística desagregada por NUT III, é possível evidenciar a partir de alguns diagnósticos sociais atualizados (p.e., Amarante e Baião) que este fenómeno encerra em si algumas preocupações e que se configura interdependente de outras dimensões-problema sociais de contornos multidimensionais, como o desemprego e a baixa qualificação. A este propósito, as percentagens do nível de habilitações literárias das vítimas de violência doméstica que recorreram ao Gabinete Bem-me-quer (concelho de Amarante) distribuem-se da seguinte forma: 45,5% possuem o 1º ciclo do ensino básico; 25,6% possuem o 2º ciclo do ensino básico; 16% possuem o 3º ciclo do ensino básico; 6,1% possuem o ensino secundário; 5,5% possuem menos de 4 anos de escolaridade (88,2% sexo feminino); e, por último, 1,3% possuem um curso superior. No que concerne à situação face ao emprego, aquando a entrada no Gabinete Bem-me-quer, 65,7% das vítimas encontravam-se desempregadas.

O concelho de Amarante, consciente da gravidade que o problema da violência doméstica criou, desde Novembro de 2006, um Gabinete de Informação e Apoio a Vítimas de Violência Doméstica denominado Bem-me-quer. Este gabinete surgiu no âmbito do Projeto Reforçar a Inclusão – Progride II, promovido pela Câmara Municipal de Amarante e pelo Infantário-Creche “O Miúdo”. Posteriormente, entre janeiro de 2010 a março de 2012 foi dinamizado pelo Projeto TEIA (Contratos Locais de Desenvolvimento Social), mantendo-se as entidades promotoras anteriormente referenciadas.

A definição do processo de apoio é efetuada de uma forma personalizada, estruturado em diferentes fases, atuando em diferentes esferas, designadamente psicológico, emocional, social e jurídica.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

No período de novembro de 2006 a dezembro de 2012, compareceram ao Gabinete Bem-me-quer 409 vítimas de violência doméstica.

Paralelamente, no que diz respeito à situação das crianças e jovens em risco, os dados dos relatórios de atividades da CPCJ-Comissão de Proteção de Crianças e Jovens entre 2010 e 2012 e os dados relativos a 2013, verifica-se que o volume processual global tem aumentado significativamente. Segundo a CPCJ de Baião, verifica-se que entre 2010 e 2013:

- o alcoolismo e a violência doméstica estão considerados como os contextos de risco mais proeminentes nos agregados familiares;
- os Processos de Promoção e Proteção (PPP) que abrangeram crianças entre os 0 e os 5 anos, foram diminuindo. No mesmo período, os PPP que abrangeram crianças entre os 6 e os 10 anos aumentaram;
- os PPP que abrangeram jovens entre os 11 e os 21 anos mantiveram-se em valores absolutos elevados e superiores a todos os outros grupos etários;
- as crianças e jovens acompanhados vivem predominantemente com os seus pais biológicos;
- o alcoolismo e a toxicodependência, seguidos de outras perturbações do foro psicológico e psiquiátrico foram os problemas de saúde mais comumente identificados nos agregados familiares;
- o trabalho como fonte de rendimento foi diminuindo ao longo do tempo e aumentando quer o rendimento proveniente das prestações sociais, quer as situações de ausência total de rendimentos económicos;

- o 1º ciclo completo é o nível de escolaridade possuído pela maioria dos elementos adultos das famílias acompanhadas.

Neste contexto e tendo em conta que esta dimensão problema foi identificada pelos atores do Tâmega e Sousa com alguma preocupação, decidiu-se pela inclusão desta área problema no PAPE. As soluções estratégicas definidas no Plano de Ação expressam um conjunto de respostas a lacunas existentes nesta matéria e congregam quatro principais tipos de projetos, tais como a Sinalização e diagnóstico, as medidas de apoio, a prevenção e a capacitação dos atores para a qualificação das respostas.

Quadro 34. Plano de Ação da Dimensão Capital Inclusivo: Violência doméstica e crianças e jovens em risco

Dimensão - Problema	Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Destinatários	Principais parceiros	Âncora	PDS Supra
---------------------	---------------------------------	------------------------	---	---------------	----------------------	--------	-----------

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Diagnóstico Violência Doméstica	Dimensão- problema priorizada pelo Grupo de Trabalho "Redes Sociais"	Sinalizar e diagnosticar os casos de violência doméstica	· Elaborar um trabalho de sinalização e, com base em sistema de informação (Social Code) que permita registar os casos sinalizados e cruzada entre entidades da rede social e interconcelhio.	Técnicos das Redes Sociais Vítimas	Redes sociais APAV Autarquias		X
			· Diagnóstico dos fatores motivadores da violência doméstica (evidências das características dos agressores- escolaridade, situação perante o trabalho, saúde mental, ...)	Agressores	Redes sociais APAV Autarquias		X
		Apoiar as vítimas de violência doméstica	· Rede de IPSS supraconcelhia que possibilite soluções de emergência (rede de parceria entre instituições)	IPSS's Entidades que operam no combate à violência doméstica	Autarquias APAV Redes Sociais IPSS's		X
			· Evento de partilha de experiências e disseminação de boas práticas para o acolhimento intermunicipal de intervenções concelhias consideradas de efeito estruturante e inovador.	População em geral	Autarquias APAV Redes Sociais IPSS's		X
		Prevenir a violência doméstica	· Ações de qualificação dos agressores	Agressores de violência doméstica	Autarquias APAV Redes Sociais IPSS's		
			· Constituição de resposta de intervenção integrada com agressores		Autarquias APAV Redes Sociais IPSS's		

Dimensão - Problema	Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Destinatários	Principais parceiros	Âncora	PDS Supra
---------------------	---------------------------------	------------------------	---	---------------	----------------------	--------	-----------

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

(cont.)	(cont.)	(cont.)	· Ações de sensibilização (sociodrama) baseadas no elemento de violência de género na juventude (p.e., violência no namoro).	Famílias Jovens Entidades que operam no combate à violência doméstica Vítimas e agressores	Autarquias APAV Redes Sociais IPSS's		
Diagnóstico Violência Doméstica	Dimensão-problema priorizada pelo Grupo de Trabalho "Redes Sociais"	Sinalização integrada (interconcelhia) dos jovens e crianças em risco	· Aquisição de aplicação informática para gestão de casos e processos das equipas da Rede Social (e.g., Social Code)	Técnicos das CPCJ's	Autarquias CPCJ		X
		Capacitar o sistema de atores e das organizações que operam no âmbito da violência doméstica	· Formação/sensibilização dos vários agentes: Forças policiais, técnicos da área social e da área da saúde.	Agentes: Forças policiais, técnicos da área social e da área da saúde	Autarquias Autoridades		
			· Criação de gabinete de apoio às famílias para potenciar a intervenção familiar e parental numa perspetiva sistémica. Assegurar a mediação familiar para as questões da conflitualidade parental.	Técnicos CPCJ	CPJC Redes sociais Autarquias		
			· Formação das Entidades com competência em matéria de infância e juventude de forma a intensificar a intervenção ao nível da 1.ª linha na prevenção dos maus tratos na infância.	Técnicos Famílias	CPJC Redes sociais Autarquias Agrupamentos escolares IPSS's		

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Participantes dos Focus Group setoriais

Têxtil e Vestuário		
Instituição	Nome	Cargo
IEFP- Centro de Emprego de Penafiel	Maria Cândida Novais	Diretora
Câmara Municipal de Lousada	Carlos Sousa	Técnico superior
ANIVE/APIV	Cristina Cunha	Gabinete Técnico e Moda
ANIVE/APIV	Manuela Folhadela	Jurista
Confecções Manuela Pereira, Lda.	Manuela Pereira	Gestora
Confecções Manuela Pereira, Lda.	Cátia Pereira	Designer
Modatex	Pedro Guimarães	Chefe de Unidade
Associação Empresarial de Penafiel	Sandra Teixeira	Técnico superior
Associação Empresarial de Penafiel	Regina Costa	Estagiária
Câmara Municipal de Penafiel	Daniela oliveira	Chefe de Gabinete
Câmara Municipal de Baião	Susana Monteiro	Técnico superior
Câmara Municipal de Baião	César Alves	Técnico superior
Delegação regional do Norte - IEFP	César Ferreira	Delegado regional

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Madeira		
Instituição	Nome	Cargo
IEFP- Centro de Emprego de Penafiel	Maria Cândida Novais	Diretora
ESTGF/IPP	José Manuel Martins	Professor/Coordenador
CFPIIM	Albano Vasconcelos	Diretor
SariMóveis	Pedro Oliveira	Sócio Gerente
AM Classic	Filipa Ribeiro	Diretora Departamento
Costa Pereira Mobiliário	Ricardo Costa Pereira	Sócio Gerente
AEPF	José Ribeiro	Diretor Executivo
AIMMP	Joaquim Amândio Santos	Diretor Formação
Centro Empresarial do Tâmega e Sousa	Paulo Dinis	Diretor

Pedra		
Instituição	Nome	Cargo
Município de Marco de Canaveses	Gorete Monteiro	Vereadora
Centro Empresarial do Tâmega e Sousa	Paulo Dinis	Diretor
Município de Penafiel	Daniela oliveira	Chefe de Gabinete
Granitos Pardais	Pedro Ferraz	Export Manager
IEFP- Centro de Emprego de Penafiel	Maria Cândida Novais	Diretora
AE Penafiel	Sandra Teixeira	Técnica Superior
AE Penafiel	Vasco Melo	Diretor
GNT- Granitos do Norte	Fernando Melo	Sócio gerente
EPCEP	Maria João Ribeiro	Diretora Geral
CEVALOR/ESTER	Vera Tragedo	Técnica Superior

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Calçado		
Instituição	Nome	Cargo
Centro Tecnológico do Calçado	Não disponível	
APICAPS	Não disponível	
Associação Empresarial de Felgueiras	Não disponível	
Escola Profissional de Felgueiras	Não disponível	

Metalomecânica		
Instituição	Nome	Cargo
Associação Empresarial de Amarante	Julieta Oliveira	Coordenadora pedagógica
AME	Alexandra Matias	Administradora
CATIM	Cláudia Fernandes	Técnica Superior
Município de Amarante	André Costa Magalhães	Vereador
Município de Amarante	José Miguel Soares	Diretor APE

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Agricultura, Agroindústria e Floresta		
Instituição	Nome	Cargo
Globspot	Pedro Chamusca	Investigador
EPALC	Luís Coelho	Diretor
EFF Celorico Basto	Teresa Bastos	Docente
UTAD	Luís Tibério	Docente
UTAD	Carlos Fonseca	Docente
IDtour	José Mendes	CEO
Município Amarante	José Miguel	Diretor APE
Sítio dos Cogumelos	Pedro Catão	CEO
Município de Baião	José Lima	Vereador
Município de Baião	Susana Monteiro	Técnica Superior
Município Resende	Maria José Rios	Vereadora
CERMOUROS	Sónia Pinto	Sócia
Município Resende	Fernando Teixeira	Adjunto Gabinete da Presidência
DOLMEN	António Carneiro	Técnica Superior
DOLMEN	Elsa Pinheiro	Técnica Superior
ANCRA	Fernando Moreira	Presidente da Direção
DRAPN	José Rocha Fernandes	Chefe de Divisão
Associação Florestal do Vale do Sousa	Américo Mendes	Presidente da Direção
Associação Florestal do Vale do Sousa	Sandra Pinto	Técnica florestal
EPAMAC	Pedro Martins	Diretor Adjunto
EPFCB	Fernando Fevereiro	Diretor
Adega Cooperativa de Amarante	José Basto Gonçalves	Diretor
Município de Marco de Canaveses	José Mota	Vereador

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Turismo		
Instituição	Nome	Cargo
Associação Empresarial de Amarante	Julieta Oliveira	Coordenadora Pedagógica
Município de Amarante	José Miguel Soares	Diretor APE
Município de Resende	Maria José Dias	Vereadora
Município de Resende	Sandra M. R Pinto	Vereadora
Termas das Caldas de Aregos	Suzan Fartaj	Diretora
GlobSpot	José Rio Fernandes	Consultor
Dolmen	António	Técnico
IDTour	José Mendes	CEO
Casa de Juste/Grupo de Turismo de Lousada	Fernando Guedes	Administrador
ADERSOUSA	José Sousa Guedes	Técnico
Rota do Românico	Duarte Pinheiro	Técnico
Município de Penafiel	Helena Correia	Técnica
Município de Marco de Canaveses	Gorete Monteiro	Vereadora
Município de Marco de Canaveses	Gorete Babo	Técnica Superior de Turismo
Município de Baião	Carla Stockler	Coordenadora do Sector do Turismo
Turismo Porto e Norte de Portugal, E.R.	Sofia Ferreira	Coordenadora da área de promoção/marketing
Rota do Românico	Rosário Correia Machado	Diretora
Rota do Românico	Susana Alves	Técnica Superior
Restaurante a Eira/Living Douro	José Manuel Diaz	Gerente
Casa do Campo	Oriol Juvé	Gerente

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Quadro A. 1. Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos por município, segundo o setor de atividade (CAE-Rev.3) e o sexo, 2011

Unidade: €

	Total			Primário			Secundário			Terciário		
				CAE: A			CAE: B - F			CAE: G - U		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Continente	1 084,6	1196,2	946,7	810,4	866,7	688,3	997,4	1 76,18	822,4	1135,7	1295,5	988,3
Norte	949,1	1037,2	836,5	816,3	889,6	647,7	871,6	953,6	723,5	1014,8	1130,7	903,2
Minho-Lima	860,8	935,9	775,1	783,4	892,6	583,8	846,8	912,4	725,3	873,7	964,4	802,5
Cávado	873,3	956,2	773,3	625,8	658,8	570,4	827,2	904,1	707,9	925,1	1030,9	827,2
Ave	848,3	930,6	750,9	653,0	668,6	620,3	811,4	906,3	685,1	912,5	982,6	844,6
Grande Porto	1113,8	1219,8	973,5	1178,0	1289,4	782,5	1055,6	1125,8	873,5	1135,3	1269,6	996,0
Tâmega	753,1	800,0	690,4	615,4	636,6	577,0	705,2	758,6	618,6	838,9	895,7	784,6
Amarante	833,7	872,8	757,5	602,6	620,4	546,1	802,9	837,5	661,1	880,3	964,4	807,5
Baião	766,9	802,9	712,7	775,1	858,6	566,6	713,0	739,7	601,0	826,5	954,0	754,0
Cabeceiras de Basto	712,5	735,2	684,7	604,2	606,0	595,6	608,3	652,5	542,3	789,0	812,2	765,5
Castelo de Paiva	732,6	802,9	656,1	596,0	606,7	534,1	713,8	792,1	616,5	784,7	856,8	731,5
Celorico de Basto	733,1	781,7	652,0	585,6	583,6	...	667,4	686,8	619,7	797,4	905,9	670,9
Cinfães	710,8	732,3	668,2	659,7	712,4	501,4	707,5	710,0	676,6	714,8	776,5	668,7
Felgueiras	701,9	762,5	637,1	575,6	582,3	562,9	668,6	730,8	602,2	815,9	874,8	753,8
Lousada	688,8	750,4	627,2	622,9	637,5	591,3	655,4	723,4	590,2	780,9	823,1	734,7
Marco de Canaveses	757,7	795,6	681,9	620,0	633,7	600,1	739,1	774,1	628,1	793,4	856,6	729,3
Mondim de Basto	725,4	741,6	692,8	618,8	615,2	...	633,3	630,9	653,9	761,9	809,2	696,6
Paços de Ferreira	705,9	747,2	657,7	539,6	594,3	485,0	654,8	688,9	613,4	803,4	864,8	737,1
Paredes	795,5	812,6	766,6	613,1	678,6	588,1	727,5	751,3	667,5	896,4	933,8	856,5
Penafiel	823,1	885,9	752,6	611,3	624,4	481,0	764,3	850,9	640,2	903,2	952,9	863,4
Resende	752,9	753,1	752,7	577,9	581,7	...	687,7	680,4	727,9	799,9	874,9	757,6
Ribeira de Pena	820,7	866,7	753,2	616,5	616,9	...	872,9	880,7	815,6	783,0	854,5	744,3
Entre Douro e Vouga	929,9	1 022,46	800,4	677,3	686,8	636,7	924,0	1 021,16	752,7	944,3	1 033,79	861,7
Douro	868,7	944,9	769,7	687,3	712,8	640,8	950,8	977,3	827,9	846,9	949,9	769,0
Alto Trás-os-Montes	809,9	862,4	748,4	676,0	682,2	660,2	779,2	798,8	706,9	826,8	922,4	756,3

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Fonte: INE: Anuário estatístico regional.

Nota: Os dados dizem respeito a trabalhadores/as por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa.

Quadro A. 2. Total de trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos por município, segundo o nível de habilitações, 2011

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Unidade: N.º

	Total	Inferior ao 1º ciclo do EB	1º ciclo do EB	2º ciclo do EB	3º ciclo do EB	Ensino secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
Continente	2 038 54	15 357	307 960	343 995	511 890	496 831	43 862	290 727	19 364	3 789
% no total do continente	100,0	0,8	15,1	16,9	25,2	24,4	2,2	14,3	1,0	0,2
Norte	724 493	4 958	124 085	158 937	180 699	151 918	12 900	82 738	5 465	1 650
% no total do Norte	100,0	0,7	17,1	21,9	24,9	21,0	1,8	11,4	0,8	0,2
Minho-Lima	37 259	158	4 155	8 335	11 461	8 760	600	3 559	151	33
Cávado	82 930	429	11 885	21 167	21 959	16 942	930	8 797	583	100
Ave	119 065	853	24 336	31 644	30 388	21 052	1 197	8 735	576	157
Grande Porto	279 685	1 588	40 609	43 544	67 120	69 181	7 320	45 469	3 177	1 133
Tâmega	91 553	821	20 922	28 144	21 814	13 295	900	5 073	371	119
% no total do Tâmega	100,0	0,9	22,9	30,7	23,8	14,5	1,0	5,5	0,4	0,1
Amarante	8 598	76	2 300	1 956	1 971	1 459	94	665	45	7
Baião	1 875	31	571	401	435	257	32	134
Cabeceiras de Basto	1 776	6	269	478	552	317	19	130	3	0
Castelo de Paiva	2 298	6	343	833	613	320	17	152	12	0
Celorico de Basto	1 670	11	365	417	470	285	28	82	10	0
Cinfães	1 157	4	236	371	295	190	...	41	9	...
Felgueiras	16 258	88	4 498	5 445	3 576	1 998	84	523	29	9
Lousada	8 582	41	1 861	3 036	2 353	887	61	319	17	3
Marco de Canaveses	8 356	142	1 988	2 845	1 753	1 111	82	392	27	4
Mondim de Basto	755	5	217	195	196	111	3	25	3	0
Paços de Ferreira	13 195	73	2 604	4 751	3 107	1 939	118	546	44	3
Paredes	13 234	137	2 864	3 913	2 994	2 074	138	923	94	78
Penafiel	12 404	184	2 511	3 226	3 151	2 050	205	1 002	60	9
Resende	759	7	169	134	185	169	6	85	4	0
Ribeira de Pena	636	10	126	143	163	128	...	54
Entre Douro e Vouga	65 100	521	12 546	17 666	15 614	11 458	1 166	5 638	330	48
Douro	25 737	388	5 472	4 503	6 236	5 586	358	2 982	143	35
Alto Trás-os-Montes	23 164	200	4 160	3 934	6 107	5 644	429	2 485	134	25

Fonte: INE: Anuário estatístico regional.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Quadro A. 3. Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos por município, segundo o nível de habilitações, 2011

Unidade: €

	Total	Inferior ao 1º ciclo do EB	1º ciclo do EB	2º ciclo do EB	3º ciclo do EB	Ensino secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Variação licenciatura/ 3.º ciclo EB	Variação licenciatura/secundário
Continente	1084,6	672,3	766,8	786,0	867,6	1116,2	1850,8	1929,5	1999,9	2589,2	1061,9	813,4
Norte	949,1	651,5	733,5	730,3	798,8	1010,4	1661,5	1729,9	1751,1	2513,4	931,2	719,5
Minho-Lima	860,8	630,0	730,4	712,6	744,9	873,7	1387,9	1588,1	1544,2	1275,5	843,2	714,3
Cávado	873,3	660,2	721,0	726,6	765,1	915,3	1479,0	1511,2	1595,4	1644,6	746,1	595,9
Ave	848,3	641,8	686,8	696,1	767,9	974,6	1628,9	1658,6	1639,3	2305,0	890,8	684,1
Grande Porto	1113,8	665,9	799,3	805,2	875,7	1117,4	1792,2	1849,0	1858,9	2776,7	973,3	731,6
Tâmega	753,1	636,9	668,9	656,5	689,2	847,7	1373,9	1477,6	1583,0	2018,6	788,3	629,8
Entre Douro e Vouga	929,9	656,4	763,6	750,5	821,4	1004,0	1635,1	1838,7	1692,0	1958,8	1017,4	834,8
Douro	868,7	654,1	709,8	723,2	755,5	896,6	1407,8	1492,7	1454,6	1599,4	737,2	596,1
Alto Trás-os-Montes	809,9	618,4	666,9	680,6	708,3	840,0	1185,7	1333,3	1513,4	1698,2	625,0	493,3

Fonte: INE: Anuário estatístico regional.

PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE